

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Mariana Lugli

Onde está a “varinha mágica”? Um estudo compreensivo da relação família, adolescente, sistema de garantia de direitos e rede de atendimento no contexto jurídico.

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

SÃO PAULO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Mariana Lugli

Onde está a “varinha mágica”? Um estudo compreensivo da relação família, adolescente, sistema de garantia de direitos e rede de atendimento no contexto jurídico.

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica à Comissão Julgadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Orientadora: Professora Doutora ROSA MARIA STEFANINI DE MACEDO

SÃO PAULO
2009

Comissão Examinadora

*DEDICO ESSE TRABALHO À TODOS OS BATALHADORES QUE ENCARAM A VIDA COMO
UM GRANDE DESAFIO. ESPECIALMENTE AO MEU PAI QUE ME ENSINOU A LUTAR E
ENFRENTAR AS DIFICULDADES SEM SE LAMURIAR DOS OBSTÁCULOS QUE A VIDA
IMPÕE. A PALAVRA DE ORDEM É **AGIR** SEMPRE!*

AGRADECIMENTOS

Desenvolver esse trabalho foi um grande desafio que tive o imenso prazer de superá-lo. Viajar dezesseis horas por semana não foi nada fácil, porém o resultado de tanto esforço está aqui e nas minhas conquistas profissionais. Não será possível citar todas as pessoas que estiveram comigo nessa trajetória, aqueles que não forem citados nominalmente se sintam agradecidos e abraçados por mim.

Agradeço à todos os participantes dessa pesquisa que com tanta disposição contribuíram co-construindo esse trabalho e enriquecendo minha experiência como pesquisadora. Sem vocês o meu exercício profissional não teria sentido algum.

À minha família: pai, mãe, irmão, Maria. Todos eles de alguma maneira me ensinaram a ser uma pessoa que luta por seus ideais e por seus sonhos. À minha mãe, que mesmo sem sua presença física, me inspirou a escrever cada linha desse trabalho, sua luz foi fundamental.

Ao meu grande amor que teve muita paciência, permanecendo ao meu lado em todos os momentos, inclusive nas longas madrugadas de inspiração para escrever. Obrigada pelo amor, carinho e pelo exemplo de perseverança que me dá todos os dias.

Ao meu tio Toninho, que teve a paciência de acompanhar todo o processo de construção dessa pesquisa, por meio de leituras atenciosas. Obrigada tio!

À minha orientadora, Prof^a.Dra.Rosa Maria Stefanini Macedo que me ensinou muito mais do que ser uma pesquisadora. Deu-me lições de como ter e dividir sabedoria, sem se sentir superior por isso, de ser eticamente responsável em tudo que realiza, e acima de tudo de ser sincera sem ferir as pessoas. Soube me ajudar a encontrar as minhas potencialidades e ser flexível para corrigir meus erros. Só quem teve a honra de conviver com a Rosa sabe como é inenarrável a experiência de ser cuidada por ela.

À Nancy, minha amiga e companheira, sempre protetora, carinhosa, preocupada, sensível, enfim, não tem como descrever. É a grande responsável

por eu ter realizado esse trabalho. Você é uma fonte de luz para mim. Obrigada por fazer parte da minha vida!

Às minhas colegas do mestrado que foram verdadeiras companheiras nessa jornada de construções intelectuais.

Às minhas companheiras de trabalho que escutaram minhas lamúrias e angústias na trajetória da pesquisa. E em especial, a Dani, que me incentivou a continuar a luta, e principalmente pela confiança depositada no meu trabalho.

À minha amiga-irmã, Ériquinha, que compreendeu minha ausência, e me apoiou nas horas em que eu mais precisei. Obrigada lindona!

Gostaria de agradecer as componentes da banca Evani Zambon Marques da Silva e Marilene A. Grandesso. Evani obrigada por dividir sua experiência como profissional e pesquisadora da área da Psicologia Jurídica. E à Lene, obrigada por ter me ajudado em toda a minha trajetória na PUC, desde o Curso de Especialização em Terapia Familiar e de Casal até agora. Você é um exemplo positivo para jovens pesquisadores, como eu, obrigada!

À CAPES pelo auxílio financeiro, pois sem ele esta pesquisa não teria se desenvolvido.

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi compreender a relação entre a família, sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e rede de atendimento. Esta pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa realizada com uma família, um Juiz, uma Promotora, uma psicóloga, uma conselheira tutelar, uma diretora escolar e uma assistente social. Para a realização da coleta de dados utilizamos como instrumentos a entrevista semi-estruturada e a linha do tempo. Por meio das categorias de análise construídas a partir da narrativa da família, dos representantes do sistema de garantia de direitos e da rede, pudemos compreender a complexidade das relações que foram construídas nesse processo. Apesar de a família perceber que foi bem atendida pelos profissionais, tendo recebido inúmeros atendimentos, o caso não apresentou melhora em relação à situação em que se encontrava quando foi atendida pela primeira vez. A família encontra-se presa em um sistema de atendimento não – coordenado que não se articula. A tentativa de reduzir a complexidade do fenômeno em ações simples e focadas, permanecendo em compartimentos estanques sem articulação, não permite o encontro de uma boa alternativa para a família, como resultado o caso está em aberto há anos na Vara da Infância e Juventude. Do ponto de vista, do paradigma tradicional que norteia o trabalho dos atendentes, todos agem com base na lei, cumprindo suas responsabilidades, porém não conseguem bons resultados com a demanda familiar. Concluindo, faz-se necessária nesse contexto, a construção de contextos geradores de competências nas famílias e nos profissionais da rede, criando um modelo positivo e de reconhecimento dos recursos que ambos possuem.

Palavras-chave: família, rede de atendimento, sistema de garantia de direitos, contexto jurídico.

ABSTRACT

The relationship between the family, Children's and Adolescents' Rights Guarantee and attendance network is provided. Current research consists of a qualitative investigation undertaken with a family, a judge, a defense lawyer, a psychologist, a minors' counselor, a school headmistress and a social worker. Data collection was produced by half-structured interview and a time line. The complex relationships built in the process were provided by the analytic categories constructed by the family's, rights guarantee system representatives' and the attendance network's narration. Although the family was aware that it was well attended to by professionals through a series of sessions, the case made no improvement since it first received public attention. The family is hostage to a system of non-coordinated attendances which do not function as a whole. Decreasing the phenomenon's complexity into simple and focused activities, or rather, the permanence of unarticulated separate compartments, failed to offer a real alternative for the family. In fact, the case has been in the Lower Courts for years with no actual solution. When seen from the traditional points of view of the attendants, all the people involved act according to rules and comply with their responsibilities, even though true results for the benefit of the family fail. The construction of competence-generating contexts in the family and in the network's professionals is required. A positive model and an acknowledgement of the groups' resources should be established.

Key words: family; attendance network; rights guarantee system; juridical context.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	AS BASES DO PENSAMENTO SISTÊMICO	18
1.1	O PENSAMENTO SISTÊMICO NOVO-PARADIGMÁTICO	18
1.2	O CONSTRUCIONISMO SOCIAL E OS SISTEMAS HUMANOS COMO SISTEMAS LINGÜÍSTICOS	21
1.3	O SISTEMA DETERMINADO PELO PROBLEMA E O ATENDIMENTO SISTÊMICO	24
1.4	O DIÁLOGO, O PROCESSO E QUESTIONÁRIO GERATIVO	27
1.5	OS SISTEMAS AMPLOS	30
1.6	A REDE SOCIAL	36
2	COMPREENDENDO AS FAMÍLIAS	39
2.1	AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	40
2.2	A FAMÍLIA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS	44
2.3	O ADOLESCENTE E A FAMÍLIA ADOLESCENTE EM CONTEXTO DE POBREZA	48
2.3.1	O ADOLESCENTE EM CONTEXTO DE POBREZA	48
2.3.2	A FAMÍLIA ADOLESCENTE EM CONTEXTO DE POBREZA	53
2.4	A POBREZA, A FAMÍLIA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL	59
2.5	A FAMÍLIA E AS DROGAS	64
3	A LEGISLAÇÃO NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	68
3.1	OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	68
3.2	A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	72
3.3	O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	78
3.4	A PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL E O TRABALHO NA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	86
4	MÉTODO	92
4.1	PARTICIPANTES.....	94
4.2	INSTRUMENTOS	95
4.3	PROCEDIMENTO	95
4.4	ANÁLISE DE DADOS.....	96
4.5	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	99
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	100
5.1	APRESENTAÇÃO DO CASO.....	100
5.1.1	GENOGRAMA	100
5.1.2	DESCRIÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA - LINHA DO TEMPO – ADOLESCENTE – L.	101
5.1.3	DESCRIÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA - LINHA DO TEMPO – MÃE – I.	101
5.1.4	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	103

5.1.4.1	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DA FAMÍLIA	106
	1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	106
	1.1 PROBLEMA	106
	1.2 TRAJETÓRIA DO PROBLEMA	108
	1.3 FORMAS DE ENFRENTAMENTO	116
	1.4 EXPECTATIVA DE AJUDA/ FORMAS DE RESOLUÇÃO IDEAL NA PERSPECTIVA DA FAMÍLIA E DO ADOLESCENTE	118
	2. REDE DE FAMILIARES E DE AMIGOS DO ADOLESCENTE E DA FAMÍLIA	119
	2.1 FAMÍLIA	119
	2.2 AMIGOS	127
	3 PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DA REDE DE ATENDIMENTO	127
	3.1 CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS DE AUXILIO DISPONÍVEIS	128
	3.2 ATENDIMENTOS RECEBIDOS PELO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E REDE DE ATENDIMENTO	129
	3.3 PERCEPÇÃO DOS ATENDIMENTOS RECEBIDOS ..	132
	3.4 EXPECTATIVA EM RELAÇÃO AOS ATENDIMENTOS	134
	3.5 RELAÇÃO DO ADOLESCENTE COM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E REDE DE ATENDIMENTO	136
5.1.4.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS REPRESENTANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A REDE DE ATENDIMENTO	138
	1 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES OU REDE DE ATENDIMENTO	139
	1.1 JUIZ	139
	1.2 PROMOTORA	141
	1.3 CONSELHEIRA TUTELAR	141
	1.4 PSICÓLOGA	141
	1.5 DIRETORA ESCOLAR	141
	1.6 ASSISTENTE SOCIAL	141
	2. DEFINIÇÃO DA FUNÇÃO	142
	2.1 JUIZ	143
	2.2 PROMOTORA	148
	2.3 CONSELHEIRA TUTELAR	148
	2.4 PSICÓLOGA	150
	2.5 DIRETORA ESCOLAR	150
	2.6 ASSISTENTE SOCIAL	151
	3. FORMAS DE ATENDIMENTO DISPONÍVEIS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AO CASO ATENDIDO EM CADA ÁREA	152
	3.1 SERVIÇO DE AUXILIO À INFÂNCIA (SAI)	153

3.2 ESCOLA	157
3.3 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	159
4 RELACIONAMENTO ENTRE OS REPRESENTANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E PELA REDE DE ATENDIMENTO	165
4.1 REAL X IDEAL	166
4.1.1 JUIZ	166
4.1.2 PROMOTORA	169
4.1.3 PSICÓLOGA	172
4.1.4 DIRETORA ESCOLAR	174
4.1.5 ASSISTENTE SOCIAL	177
4.2 COMO OS SERVIÇOS SE RELACIONAM	178
4.2.1 JUIZ	178
4.2.2 PROMOTORA	180
4.2.3 CONSELHEIRA TUTELAR	182
4.2.4 PSICÓLOGA	183
4.2.5 DIRETORA ESCOLAR	185
4.2.6 ASSISTENTE SOCIAL	189
5 PERCEPÇÃO DOS SISTEMAS DE GARANTIA E DE ATENDIMENTO SOBRE O ADOLESCENTE E A FAMÍLIA QUE ATENDEM	194
5.1 FUNCIONAMENTO FAMILIAR SOB O OLHAR DOS SISTEMAS DE GARANTIA E DE ATENDIMENTO	195
5.1.1 JUIZ	195
5.1.2 DIRETORA ESCOLAR	198
5.2 RELAÇÃO DOS SISTEMAS DE GARANTIA E DE ATENDIMENTO COM OS ADOLESCENTES E FAMÍLIAS QUE ATENDEM	200
5.2.1 JUIZ	200
5.2.2 PROMOTORA	202
5.2.3 CONSELHEIRA TUTELAR	203
5.2.4 PSICÓLOGA	203
5.2.5 DIRETORA ESCOLAR	204
5.2.6 ASSISTENTE SOCIAL	207
5.3 RELAÇÃO DOS SISTEMAS DE GARANTIA E DE ATENDIMENTO COM A FAMÍLIA ESTUDADA	209
5.3.1 JUIZ	209
5.3.2 PROMOTORA	210
5.3.3 CONSELHEIRA TUTELAR	212
5.3.4 PSICÓLOGA	214
5.3.5 DIRETORA ESCOLAR	217
5.3.6 ASSISTENTE SOCIAL	220
5.4 APROVEITAMENTO DA FAMÍLIA ESTUDADA EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS UTILIZADOS	221
5.4.1 PROMOTORA	221
5.4.2 CONSELHEIRA TUTELAR	222
5.4.3 PSICÓLOGA	223
5.4.4 DIRETORA ESCOLAR	225

	5.4.5 ASSISTENTE SOCIAL	226
5.1.4.3	CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA INTERFACE ENTRE FAMÍLIA, SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS E REDE DE ATENDIMENTO	230
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
	REFERÊNCIAS	248
	ANEXOS	258
	ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A FAMÍLIA E O ADOLESCENTE	258
	ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E COM A REDE DE ATENDIMENTO	259
	ANEXO 3: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	260
	ANEXO 4: RESUMO DO PROCESSO JUDICIAL	316
	ANEXO 5: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ADULTO	322
	ANEXO 6: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENOR	323
	ANEXO 7: TABELA DE CATEGORIAS COM AS FALAS DO ADOLESCENTE E DA FAMÍLIA.....	324
	ANEXO 8: TABELA DE CATEGORIAS COM AS FALAS DOS REPRESENTANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E DA REDE DE ATENDIMENTO	331
	ANEXO 9: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	359

INTRODUÇÃO

O tema “família” ultimamente vem sendo bastante discutido. Não só no dia a dia, pelo senso comum, mas também no meio acadêmico, por várias áreas do conhecimento. Quais os impactos das profundas mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas sobre a instituição família? O que acontece, especialmente, com a família em um contexto de condições sociais muitas vezes precárias? Como ela vivencia a situação de exclusão social? Como se sente e de que forma encontra recursos para enfrentar dificuldades e conflitos sem ter acesso aos meios protetivos que o Estado deveria prover?

Essas reflexões e inquietações tiveram início, em nós, devido à nossa atuação profissional. Primeiramente, trabalhando em casa de recuperação para dependentes químicos, onde tivemos a oportunidade de conviver com o sofrimento acarretado pelo abuso de substâncias químicas e recursivamente a dor do rompimento familiar. Depois, atuando no Fórum da Comarca de uma cidade do interior do Paraná.

No contexto jurídico, fizemos parte da equipe do Serviço de Auxílio à Infância, regulamentado pelos seguintes artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Art. 150. Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

O nosso trabalho, como psicóloga técnica do judiciário¹, se dá por meio de contratação feita pela Prefeitura Municipal. No Estado do Paraná, existem poucos psicólogos concursados que trabalham no Serviço de Auxílio à Infância, sendo grande parte contratada pelo Governo Municipal e cedida, por meio de

¹ Nome dado pelo Poder Judiciário ao psicólogo jurídico.

convênio, ao Tribunal de Justiça. Os últimos técnicos (psicólogo e assistente social) contratados por meio de concurso estão há aproximadamente vinte anos no exercício da função².

A organização da referida Comarca apresenta-se da seguinte forma: Vara Criminal, Vara Civil, Vara de Família e anexos, e Vara da Infância e Juventude, e seus respectivos cartórios. Existem dois juízes, um deles sendo responsável pelas Varas de Família, Infância e Juventude e Criminal, e o outro responsável pela Vara Civil. Compõe o quadro da Comarca ainda dois promotores que respondem respectivamente a distribuição acima citada. No atendimento a Vara da Infância e Juventude, existe o Serviço de auxílio à Infância (SAI) composto por uma equipe de uma psicóloga e uma assistente social, tendo, porém, anteriormente, funcionado com duas psicólogas.

A Comarca em questão tem 484 pleitos em tramitação na Vara da Infância e Juventude³. Nessa área os processos se referem à: adoção (4), pedidos de guarda (33), apuração de infração administrativa às normas de proteção criança/adolescente (87), medida de proteção (35), apuração de ato infracional (118), pedidos de providência (115), ação sócio-educativa (92) os atendidos são de: negligência, abandono, violência física, abuso sexual, e acompanhamento às medidas sócio-educativas.

Em nossa atividade como psicóloga jurídica, nosso foco norteador foi a luta pelo cumprimento dos direitos humanos e especificamente pelos direitos das crianças e adolescentes constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto vem a ser um elo entre a Constituição Federal e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989.

Nessa caminhada, percebemos muitas vezes o fenômeno da exclusão acontecendo diante de nossos olhos, e sem possibilidade de intervenção transformadora.

Encontramos, porém, ao mesmo tempo, um contexto produtor de conhecimento, de possíveis tentativas de mudança e de exclusão. Esse espaço é a escola, centro de tantos eventos fundamentais no desenvolvimento de

² O Tribunal de Justiça não disponibiliza o número oficial de técnicos que atuam especificamente nessa área.

³ Informações obtidas no Cartório responsável pela Vara da Infância e Juventude.

todos, como por exemplo: a sociabilidade, a aprendizagem das regras sociais, o treinamento da cooperação, a amistosidade, a valorização do grupo, a empatia, etc. A exclusão nesse contexto muitas vezes, aparece no momento em que o adolescente é encaminhado pelo sistema judiciário para o reingresso ao sistema de ensino. Os adolescentes infringem as regras escolares e são punidos, sentindo a instituição como mais um local de repressão. Essa por sua vez, mantém o discurso de que eles “não tem jeito” e que são delinquentes. Travando assim, uma cadeia de acontecimentos que mantém o adolescente fora do sistema de ensino.

Uma de nossas atribuições como psicóloga da Vara da Infância e da Juventude foi inserir ou reinserir a criança ou adolescente na escola, para que pudesse se desenvolver intelectual e socialmente e ter seus direitos de cidadão garantidos, como consta no seguinte artigo das Disposições Preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Durante o processo de inserção e na maioria das vezes re-inserção da criança e do adolescente no sistema escolar, encontramos algumas dificuldades que nos levaram à definição do problema de pesquisa desenvolvido em nossa monografia de conclusão no Curso de Terapia Familiar e de Casal. Naquele estudo, nos propusemos a entender quais as dificuldades encontradas pela escola em receber esses adolescentes, e ajudá-los a não voltarem ao ponto de partida – a exclusão – em função da rigidez dos sistemas que integram o macro-sistema “família – escola – adolescente – contexto”, e, de outro lado, qual a situação da família, que, segundo o ideário sócio-cultural, deveria acolher esses mesmos adolescentes e dar-lhes condições de um desenvolvimento humano adequado.

Entendemos que tanto pais quanto professores encontram dificuldades em educar os adolescentes, e que o diálogo entre esses dois sistemas poderia facilitar o enfrentamento dessa tarefa. Ao longo dessa pesquisa encontramos alguns resultados interessantes e úteis para uma reflexão a respeito da

exclusão e das dificuldades de relacionamento entre os sistemas escola e família, adolescente e família e ainda escola e adolescente. Resumidamente, as principais dificuldades levantadas nos grupos focais parentais e de professores foram: a falta de respeito e interesse dos alunos, os padrões familiares que se repetem dificultando a mudança e o crescimento dos adolescentes, o uso e abuso de drogas, as ameaças feitas aos professores, a baixa auto-estima dos alunos, o poder dos alunos diante dos professores, os sentimentos provocados por esse relacionamento, as questões relacionadas à sexualidade do adolescente, a influência do grupo, os medos dos pais, as limitações financeiras enfrentadas pelas famílias, as mudanças relacionadas à adolescência, as mudanças de valores, e as dificuldades relacionadas à ausência do pai.

A partir daquele estudo foi possível desenvolver uma reflexão importante sobre a inter-relação dos sistemas em foco. Família e escola, como todos os sistemas humanos, são abertos, o que significa para a abordagem sistêmica que são capazes de mudar e evoluir. A abordagem sistêmica não se limita, portanto, a conhecer e a analisar a situação, uma vez que, do próprio conhecimento da realidade, devem emergir caminhos e meios para uma intervenção transformadora em colaboração com os envolvidos.

Observando esses sistemas interagindo e trabalhando com o objetivo de garantir os direitos das crianças e adolescentes, percebemos que vários sistemas se relacionam de forma insatisfatória e deficiente. Além disso, vimos que a exclusão sofrida pelo adolescente não se dava apenas na escola, e sim em vários outros contextos. Ao ter contato com essa pequena amostra, pudemos perceber a riqueza e os recursos que os mesmos têm na superação das dificuldades.

Nesse estudo, ampliamos a questão da garantia dos direitos às crianças e adolescentes para além do direito à educação, incluindo também a relação com os outros sistemas como a assistência à saúde e à assistência social como nosso foco. O grande desafio, com efeito, é contribuir para a compreensão do diálogo entre tais sistemas.

A família que passa por alguma dificuldade independente da razão e é levada ao acompanhamento da justiça, envolve vários sistemas na obtenção de ajuda e solução para as dificuldades encontradas. Os sistemas acionados

para prover o apoio às famílias podem ser escola, posto de saúde, ação social, igreja, associação de moradores, entre outros. Entender como esses sistemas dialogam entre si e como podem interagir em vista da transformação positiva dos adolescentes e das famílias excluídas foi a questão que esse estudo se propôs responder.

Portanto, o principal objetivo da nossa pesquisa foi compreender a relação entre a família, o Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes representado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e a Rede de Atendimento definida conforme o caso.

Essa pesquisa constituiu-se como um estudo qualitativo, utilizando o estudo de caso como delineamento para analisar um caso cuja família foi acompanhada pela Vara da Infância e Juventude de uma cidade do interior do Paraná.

Este trabalho foi organizado de forma a apresentar um referencial teórico sobre o tema e em seguida, o método, os resultados e discussão, a conclusão, as referências bibliográficas e os anexos.

O corpo teórico foi dividido em três capítulos, sendo que no primeiro abordamos as bases teóricas advindas da perspectiva sistêmica novo-paradigmática, num recorte construcionista social, entendendo os sistemas humanos como sistemas lingüísticos. Apresentamos a teoria do sistema determinado pelo problema, do diálogo e o processo gerativo, e da compreensão dos sistemas amplos e das redes sociais.

No segundo capítulo contextualizamos a família brasileira e as transformações sociais que vem passando ao longo dos anos. Discorremos sobre a família em contexto de pobreza tomando como base as pesquisas e dados estatísticos referentes a essa população. Discutimos ainda a fase adolescente do desenvolvimento e a perspectiva do ciclo vital familiar. Finalmente expomos considerações a respeito do fenômeno da drogadição nas famílias.

O terceiro capítulo descreve questões específicas dos direitos humanos e da garantia desses direitos no âmbito da infância e da juventude, promulgados pela legislação internacional e brasileira. A principal idéia foi transitarmos por um terreno que, por muitos anos, até o surgimento dos primeiros trabalhos dos psicólogos na área jurídica, foi tido como exclusivo dos

operadores e estudiosos do Direito. Não se trata de minimizarmos a importância das leis em nossa sociedade, mas sim de identificá-las, para, depois, analisarmos como são utilizadas nas áreas da infância, juventude e família.

A abordagem qualitativa, o estudo de caso e o sistema determinado pelo problema (SDP) formaram a base metodológica desse trabalho. Assim, foram descritos no capítulo Método, juntamente com os objetivos, instrumentos, participantes, procedimento e as considerações éticas.

Os resultados obtidos a partir da análise, interpretação e discussão entre as informações coletadas e o referencial teórico estão expostos no capítulo denominado resultados e discussão. As considerações finais encerram o trabalho.

Consideramos nosso estudo relevante cientificamente, uma vez que cumpre a função social de construir conhecimento que possa ser utilizado na melhoria dos trabalhos com as famílias nas suas relações com os sistemas amplos. Os operadores do Direito e a rede de atendimento poderão se beneficiar dessas reflexões na medida em que se busque compreender as relações estabelecidas nesse contexto.

1 AS BASES TEÓRICAS

Nesse capítulo abordamos as referências teóricas que norteiam nossa pesquisa e nossa visão do fenômeno estudado. Trata-se de uma visão sistêmica novo-paradigmática, numa vertente construcionista social, complementada pelas compreensões teóricas de sistema determinado pelo problema, diálogo gerativo e rede social.

1.1 O PENSAMENTO SISTÊMICO NOVO-PARADIGMÁTICO

O paradigma norteador dessa pesquisa é o Pensamento Sistêmico Novo – Paradigmático, postulado e descrito por Maria José Esteves de Vasconcellos (2002). A autora discute as noções de paradigma e epistemologia: paradigma da ciência contemporânea e epistemologia da ciência novo-paradigmática.

A noção de paradigma é apresentada como sendo a forma como percebemos e atuamos no mundo. Para Vasconcellos (2002, p. 30):

O tempo todo estamos vendo o mundo por meio de nossos paradigmas. Eles funcionam como filtros que selecionam o que percebemos e reconhecemos e que nos levam a recusar e distorcer os dados que não combinam com as expectativas por eles criadas.

Além de influenciar nossa percepção do mundo, os paradigmas influenciam nossas ações, fazendo-nos acreditar que o jeito como fazemos as coisas é a “única forma de fazer”, impedindo-nos muitas vezes de aceitar novas idéias e de ser flexíveis. Essa paralisia ou inflexibilidade pode nos conduzir a não ver outras oportunidades positivas que estão à nossa volta. Somos solicitados, porém, a ser flexíveis e dispostos a visões diferentes daquelas a que estamos acostumados.

Morin (2006), em sua obra *Introdução ao Pensamento Complexo*, inicia sua discussão trazendo o problema da organização do conhecimento, e a fragmentação sofrida por meio de métodos científicos, e da seleção de dados

significativos. Essas informações passam por um processo utilizando-se de uma lógica, chamada de supra-lógica, comandada por princípios de organização do pensamento ou *paradigmas*, que são princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso.

Paradigma é a forma pela qual vemos o mundo, as relações e, como pesquisadora, a maneira de visualizar o fenômeno estudado. Nossas crenças, nossa valoração dos fatos, nossa maneira de ver o mundo são um ponto fundamental a ser explicitado, uma vez que é por meio dessas lentes que tentamos entender a realidade, que, no presente trabalho, é a relação entre as famílias, os adolescentes e o sistema de garantia de direitos.

Além da noção de paradigma, Vasconcellos (2002) explicita a noção de epistemologia, pois coloca o Pensamento Sistêmico Novo – Paradigmático também como uma epistemologia da ciência novo-paradigmática. Originalmente a epistemologia se ocupava da natureza e do alcance do conhecimento científico em oposição ao conhecimento vulgar. Considerava-se que “a maneira de conhecer” cientificamente o objeto é condicionada pela concepção que se tem do mesmo objeto.

Após análise de várias posições Vasconcellos (2002) faz uma aproximação entre as noções de paradigma e epistemologia, colocando sua equivalência. Estamos de acordo com a autora quando diz que os critérios de cientificidade compartilhados pelos cientistas refletem seu paradigma, sua epistemologia, sua visão de mundo, as crenças e os valores com que estão comprometidos.

O Pensamento Sistêmico Novo – Paradigmático, compreende o indivíduo como parte e todo de um sistema relacional.

Vasconcellos (2002) faz uma articulação entre a ciência tradicional que tem como pressupostos básicos a simplicidade, a estabilidade e a objetividade e o cientista novo-paradigmático. Em relação à postura do terapeuta e pesquisador, observa-se um salto qualitativo. Em oposição a essas três dimensões da ciência tradicional surge a ciência contemporânea baseada no novo paradigma, substituindo aqueles pressupostos por: complexidade, instabilidade, e intersubjetividade. Essa substituição deve mudar:

- *Da simplicidade para a complexidade*: o reconhecimento de que a simplificação obscurece as inter-relações existentes entre os fenômenos e de que é fundamental lidar com a complexidade do mundo. Daí decorre uma atitude de contextualização dos fenômenos e o reconhecimento da causalidade recursiva;

- *Da estabilidade para a instabilidade*: o reconhecimento de que o mundo está em um processo de transformação. Daí decorre a consideração da indeterminação e da imprevisibilidade de alguns fenômenos, e da conseqüente incontornabilidade desses fenômenos;

- *Da objetividade para a intersubjetividade na constituição do conhecimento do mundo*: o reconhecimento de que não existe uma realidade independente de um observador e de que o conhecimento científico do mundo é uma construção social. O cientista trabalha admitindo autenticamente múltiplas versões da realidade, em diferentes domínios lingüísticos de explicações. Um cientista ou profissional é sistêmico ou novo-paradigmático, quando vive – vê o mundo e atua nele – as implicações de ter assumido para si esses novos pressupostos.

Destacamos a complexidade como um conceito fundamental na compreensão do fenômeno estudado nessa pesquisa. Ao tentarmos definir e principalmente entender o conceito de “complexidade”, buscamos Morin (2006, 1994), que inicia seu colóquio na obra *Novo paradigma, cultura e subjetividade* em SCHNITMAN (1994), ressaltando que, ao se falar em complexo/complexidade assinalamos a princípio uma dificuldade para explicar algo. Pode-se dizer que há complexidade onde quer que se produza emaranhamento de ações, de interações, de retroações.

Morin (1998, p. 14), na obra *O Método, 3, A vida da vida*, descreve a complexidade como uma:

[...] viagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real; e de saber que as determinações – cerebral, cultural, social, histórica – que se impõem a todo o pensamento co-determinam sempre o objeto de conhecimento. É isto que eu designo de conhecimento. É isto que eu designo por pensamento complexo.

Retomando o pensamento novo-paradigmático da ciência, podemos perceber que a mudança paradigmática se mostra quando: ao contextualizar um fenômeno, ampliando o foco, o observador pode perceber em que circunstâncias o fenômeno acontece, verá relações intra-sistêmicas, inter-sistêmicas, e uma teia de fenômenos recursivamente interligados, tendo então a complexidade; distinguindo o dinamismo das relações presentes no sistema, o observador estará vendo um processo em curso, um sistema em constante mudança e evolução, auto-organizador, e estará, portanto assumindo a instabilidade, a imprevisibilidade e a incontornabilidade do sistema; e por fim, ao reconhecer sua própria participação na constituição da “realidade” com que está trabalhando, e ao validar as possíveis realidades instaladas por distinções diferentes, o observador se inclui no sistema, com o qual passa a se perceber em acoplamento estrutural, e estará atuando nesse espaço de intersubjetividade (VASCONCELLOS, 2002).

1.2 O CONSTRUCIONISMO SOCIAL E OS SISTEMAS HUMANOS COMO SISTEMAS LINGÜÍSTICOS

Existe uma grande variedade de autores e propostas, ênfases, pressupostos e entendimentos construcionistas. Nosso interesse é utilizar alguns pontos dessa teoria que contribuíram na compreensão do fenômeno a ser estudado nessa pesquisa. Para tal, tomamos como base a compreensão de Anderson e Goolishian (1998), Grandesso (2000) e Guanaes (2004).

De acordo com Spink e Frezza (2000), autoras de Psicologia Social, a perspectiva construcionista é resultante de movimentos que se deram na Filosofia, na Sociologia do Conhecimento, e na Política. Esses movimentos refletem um movimento mais amplo de reconfiguração da visão de mundo própria da nossa época.

O construcionismo social pode ser considerado uma epistemologia da construção da realidade de maneira intersubjetiva na linguagem. Grandesso (2000) coloca que os construcionistas sociais dão ênfase à construção do significado socialmente de maneira intersubjetiva, na linguagem. Assim, a

construção que fazemos da realidade acontece no contexto social e cultural em que vivemos.

Segundo Guanaes (2004) a adoção de uma perspectiva construcionista implica em focalizar nossas investigações psicológicas e sociais no fato de que a realidade é vista como uma *realidade conversacional* na qual as pessoas coordenam suas ações no mundo.

Numa perspectiva construcionista, a investigação do modo como as pessoas constroem sentidos sobre o mundo e sobre si mesmas é privilegiada. Nels, a realidade passa a ser vista como *modos possíveis de explicação*.

Partindo de uma perspectiva moderna a teoria representa a realidade por meio de verdades absolutas, adquirindo o status de representação do real. A teoria construcionista enfatiza que a verdade sobre o mundo e as coisas são construções sociais, fruto da negociação de sentidos em contextos social, histórica e culturalmente situados. Partindo de um foco relacional e discursivo sobre a origem do conhecimento, o construcionismo nega um status universal e essencial às descrições (GUANAES, 2004).

Guanaes (2004) ainda discorre a respeito dos processos discursivos de construção de si. Existem diferentes descrições sobre os processos de construção de si dentro da perspectiva construcionista. Dentro dessa noção não existe uma resposta única ou correta para entender “o que uma pessoa é”, pois essa será resultante de processos interativos e conversacionais.

O discurso construcionista destaca a possibilidade de múltiplas descrições de si, que variam de acordo com o contexto e com as particularidades de cada interação. Os processos de construção de si constituem, em última instância, processos conversacionais ou dialógicos, através dos quais determinadas versões de si são trazidas para a coordenação, sendo ativamente negociadas e transformadas na relação colaborativa entre as pessoas (presentes ou não). (GUANAES, 2004, p. 29)

A mesma autora refere que grande parte dos construcionistas ainda propõe o rompimento da dicotomia indivíduo – social, de caminhar em direção a uma proposta dialética e dialógica de entendimento de construção de si.

Anderson e Goolishian (1998) relatam que foram motivados por vários fatores a pensar os sistemas humanos como sistemas lingüísticos. Uma das motivações foram os trabalhos de psicoterapia desenvolvidos a partir de

encaminhamentos feitos pelos tribunais, em relação, por exemplo, às seguintes demandas: violência doméstica, abusos sexuais, doenças crônicas e ainda, com serviços de proteção a menores, de atenção a mulher, serviços de reinserção social.

As motivações e os trabalhos destes autores vêm ao encontro da nossa prática profissional, e suas idéias contribuem com o desenvolvimento do nosso trabalho. Estamos convencida de que suas considerações a respeito da psicoterapia e da linguagem podem ser ampliadas para contextos maiores de trabalho com as famílias e os sistemas relacionados, como o sistema judiciário, por exemplo.

Para os autores acima mencionados, nossas teorias, assim como nossas práticas, devem ser entendidas como lentes temporais por meio das quais vemos certos aspectos da realidade social.

Na atualidade, a partir dos pressupostos acima, cinco premissas mostram-se fundamentais para nos ajudar a compreender o fenômeno a ser estudado.

A primeira das cinco premissas fundamentais da atualidade que nos ajudam a compreender o fenômeno a ser estudado é que os sistemas humanos são sistemas geradores de linguagem e significado: a comunicação e o discurso são os que definem a organização social, isto é, um sistema sociocultural é produto da comunicação social; qualquer sistema humano é um sistema lingüístico e comunicativo.

A segunda premissa postulada pelos autores é que o significado e a compreensão são construídos social e intersubjetivamente. Por intersubjetividade entende-se uma situação em desenvolvimento em que duas ou mais pessoas estão de acordo em experienciar o mesmo fenômeno da mesma maneira. O significado e a compreensão implicam essa experiência intersubjetiva. Para se chegar a uma compreensão e a um significado compartilhado, precisamos estar em um ato comunicativo, isto é, um diálogo gerador de significado dentro de um sistema para o qual a comunicação é relevante.

A terceira premissa se refere ao fato de que qualquer sistema de terapia é um sistema que se formou de algum problema e está implicado no

desenvolvimento de uma linguagem e significado específico. Esse sistema pode ser ao mesmo tempo organizador e desintegrador de problemas.

Assim, os sistemas humanos são considerados e esta é a quarta premissa - sistemas geradores de linguagem, de significado, implicados na atividade, que é intersubjetiva e recursiva. Dessa forma, a construção do significado, a compreensão e a construção dos sistemas humanos são processos criativos, dinâmicos e em constante mudança. A realidade é vista como uma construção social em contínuo movimento. Vivemos, portanto, e tomamos parte de um mundo que definimos por meio de nossa linguagem descritiva em um intercâmbio social com os outros (ANDERSON; GOOLISHIAN,1998).

Para finalizar essas idéias nos remetemos a Gergen (1999) que cita a importância da prática de se expressar experiências e idéias próprias para uma abertura maior à alteridade, deixando de lado crenças pré-concebidas, numa tentativa de diálogo sem verdades únicas, o que implicaria em monólogos frios e com objetivo de culpabilizar as pessoas.

1.3 O SISTEMA DETERMINADO PELO PROBLEMA E O ATENDIMENTO SISTÊMICO

Aun, Vasconcellos e Coelho (2007) apresentam os pressupostos que norteiam os trabalhos com as famílias e redes sociais, dentro do paradigma sistêmico novo – paradigmático.

Um desses pressupostos trata da noção de “sistema determinado pelo problema” (SDP), de Goolishian e Winderman (1989), que nos ajudará a compreender como as famílias e o sistema de garantia de direitos, por meio de seus representantes, se relacionam em torno de um “problema” comum. Nesse enfoque, é possível dividir os sistemas amplos mantendo a sua complexidade.

Segundo as autoras, o SDP é constituído por todos os personagens envolvidos na definição do problema como um problema, inclusive o profissional ou a equipe de atendimento. O que significa que o SDP constitui-se de uma variedade de pessoas em posições diferentes com relação ao

problema, que quando participam de uma conversação em conjunto, podem enriquecê-la e contribuir com diferentes pontos de vista, considerando a complexidade do sistema.

Em se tratando de um sistema lingüístico, o sistema determinado pelo problema está em constante evolução, podendo ter mudanças no número e tipo de atores que o compõem; a própria definição de problema em torno do qual se constitui o sistema, ao longo do processo de atendimento, também evolui. Enquanto a situação for considerada um problema pelos participantes, o sistema se mantém, quando isso não mais acontecer, o mesmo se dissolve.

Goolishian e Winderman (1988, p. 23) nos propõem:

[...] ir além dos sistemas pré-determinados a partir de definições sociais tradicionais consensuais [e definem] o sistema a tratar a partir daqueles que estão ativamente comprometidos em uma interação lingüística, enfrentando um problema, ou em posição antagônica. [...] independentemente de qualquer convenção social a priori, limite ou agrupamento de indivíduos (por ex.: família nuclear, família extensa, comunidade, associação etc.)

A idéia é flexibilizar os limites dos sistemas para além das relações de consangüinidade, da lei e dos limites organizacionais. A questão da linguagem é central para esses autores.

Dentro dessa perspectiva, Aun (2007) propõe a definição de atendimento sistêmico, a partir da caracterização dos diferentes contextos que se formam, além do contexto da psicoterapia. Para tal, utiliza-se dos conceitos de Goolishian e Winderman (1988), que eram aplicados à prática clínica, atualmente ampliados para outros contextos.

A autora propõe que a identidade dos profissionais que trabalham nesse enfoque seja de “*experts em contexto*”, enquanto que os profissionais que formam o sistema determinado sejam “*experts em conteúdo*”.

O conhecimento teórico do especialista (*expert em contexto*) é fundamental para que o mesmo possa conectar pontos de vista diferentes, levantar hipóteses, dialogar consigo próprio e, especialmente, para elaborar perguntas que levem os membros do SDP a refletirem a respeito dos problemas.

A proposta do trabalho de Aun (2007) é de que o atendimento sistêmico seja descrito como a criação de um contexto conversacional de autonomia,

onde todos têm direito igual à voz, de falar a partir de seu ponto de vista e de participar da forma que é melhor para si, seguindo um processo de co-construção, onde todos participam da construção de alternativas ou de novos significados que dissolvam o problema em torno do qual o sistema se organiza. Esse contexto é que determina quem e o que será tratado no sistema de atendimento.

No contexto de atendimento sistêmico a demanda de atendimento é do profissional, em geral de uma equipe de profissionais. A equipe de profissionais se interessa por um problema, define-o de forma positiva e convida as várias pessoas por ela identificadas como relacionados ao problema, a participarem de uma conversação, constituindo assim um SDP como uma rede social constituída em torno do problema.

Goolishian e Winderman (1988) sugerem que uma vez formado o SDP, eles propõem que se comece o trabalho explorando a “experiência de desacordo a partir do mundo lingüístico de cada indivíduo”, ou seja, busca-se conhecer o que cada um pensa do problema. Esse processo é chamado de definição colaborativa de problemas, descrito pelos autores da seguinte forma:

Este processo não é só de coleta de dados. Pelo contrário, quando o terapeuta se compromete com a conversação, a rede de significados comunicacionais que o Sistema Determinado pelo Problema articula se enriquece e se altera, precisamente pelo compromisso na conversação terapêutica. O terapeuta é um membro do Sistema Determinado pelo Problema e, como tal, participa na co-criação do campo lingüístico no qual a terapia terá lugar. (p. 26)

Segundo os autores, o conceito de problema é tido como uma experiência compartilhada de desacordo entre pessoas que se relacionam por alguma questão, e também uma experiência de descompasso de um indivíduo entre sua expectativa de alguma coisa que deveria ser e sua percepção de como está sendo, também compartilhada com alguém.

Segundo Aun (2007) os atendimentos sistêmicos são realizados fora do consultório, sendo que é a equipe de profissionais que se desloca em direção aos “clientes”. O profissional deve ocupar a posição de “não saber”, saindo do lugar do saber e ficar no lugar de criar o contexto conversacional para que os clientes conversem entre si, para que eles troquem seus saberes e possam prescindir da equipe profissional.

No SDP a mudança ocorre quando o sistema lingüístico não inclui mais o problema no espaço dialógico: quando isto acontece, o SDP deixa de existir. Permanecerão os sistemas da comunidade, como a família, a escola, as associações, mas com outros sistemas de significados, ou seja, com outras narrativas sobre desacordos experimentados inicialmente como problema. Estes novos significados representam as mudanças (GOOLISHIAN; WINDERMAN, 1988).

A contribuição desse enfoque, traduzido pela autora como uma forma de atendimento sistêmico, é de grande valor no sentido que possibilita a construção de novas narrativas em torno do problema, e principalmente o encontro de alternativas pelos participantes do processo de resolução de conflitos. Sabemos que as famílias, os adolescentes, as escolas, e a rede de atendimento têm os recursos e as soluções para seus problemas, porém as relações saturadas e os atendimentos fragmentados não permitem o encontro das soluções e alternativas desejáveis e que sejam viáveis nesse contexto.

Essa perspectiva nos afasta de políticas públicas assistencialistas, onde as pessoas sempre buscaram aquilo que necessitam, criando dependência por parte de quem precisa. Por outro lado, nos aproxima de ações que promovam novas construções feitas pelas pessoas que buscam auxílio da rede de apoio, possibilitando uma nova visão de si mesmo e de suas ações.

1.4 O DIÁLOGO, O PROCESSO E QUESTIONÁRIO GERATIVO

A compreensão teórica de Schnitman (2006) a respeito dos diálogos gerativos enriquece nossa idéia de compreender o problema de pesquisa que nos propomos a responder.

Segundo a autora, os novos paradigmas sustentam o conceito de diálogos gerativos, pois, permitem que sejam trabalhadas realidades e possibilidades emergentes.

Para ela, investigadores e realidades, grupos e contextos, profissionais e clientes, tornam-se autores de cada processo singular focalizado nas atividades de construção social de realidades específicas, locais e situadas; as

micro-práticas e micro-diálogos cobram significativa importância, não só como antecedentes ou ilustrações de temas mais gerais, mas também como objetos adequados de indagação e pontos de partida nos processos gerativos (SCHNITMAN, 2006).

A criação dialógica é vista como uma construção gradual no tempo de algo novo mediante o diálogo reflexivo e a aprendizagem conversacional em grupos humanos. Esse enfoque considera a criação de significado, a experiência e o conhecimento como processos construtivos nos quais os acontecimentos específicos, os atos e episódios, têm a capacidade potencial de transformar as pautas de relação social. As ferramentas e recursos gerativos se focalizam em como se geraram tais episódios.

As possibilidades criadas em uma conversação gerativa tornam-se núcleos de inovação que, uma vez criados, podem se atualizar se estiverem baseados em ações que privilegiam alternativas existenciais, e orientar-se para a construção de realidades novas e diferentes (SCHNITMAN, 2006).

Por meio da ênfase na multidimensionalidade do diálogo, a criatividade, e as oportunidades que oferecem as diferenças, essas práticas fazem emergir alternativas aos conflitos e problemas, a criação de novas formas de relação que privilegiam soluções satisfatórias, como também as inovações e o reconhecimento dos recursos, a apreciação dos valores comuns enquanto promovem transformação tanto das conversações como dos que participam do processo.

Schnitman (2006) discute, então, alguns aspectos necessários ao trabalho do profissional à luz dessa perspectiva. Primeiramente a posição do terapeuta que é a de um facilitador de um processo promotor de novas possibilidades para a ação e interação. Em seguida pensa-se no processo de investigação, em que profissionais e clientes participam como membros de uma equipe colaborativa. Essa equipe pode ser formada também por outras pessoas significativas na vida dos clientes como dos profissionais, transformando-se em uma comunidade capaz de explorar as convergências e divergências de utilizar a diversidade para desenvolver recursos e criar possibilidades. Os membros da equipe realizam investigação em ação para melhor compreender as alternativas disponíveis e os novos recursos. É um processo reflexivo onde os participantes consideram o que está sucedendo, as

oportunidades disponíveis, que procedimentos são adequados e o que deseja cada um para si e para os outros envolvidos.

Outro aspecto citado por Schnitman (2006) são as perguntas gerativas que são ferramentas que promovem principalmente a abertura de espaços e que propiciam ao grupo a identificação de novas possibilidades de ação por meio do reconhecimento de sua própria capacidade e dos demais para construir alternativas.

O terceiro aspecto é a relação entre a perspectiva gerativa e a ética. A ética torna-se um exercício constante de reflexão acerca de como construímos sentido, como nos relacionamos e como exploramos novos espaços relacionais para recriar significado, sendo essa a proposta dos diálogos gerativos. A linguagem, as ações, e as relações estão entremeadas e corporizadas em jogos relacionais que são constitutivos de nossas vidas; estes jogos relacionais tanto nos limitam como nos abrem possibilidades (SCHNITMAN, 2006).

Macedo e Kublikowski (1995, p. 1), referindo-se à ética em Psicologia como um espaço dialógico colocam:

Dois princípios éticos dos gregos clássicos são ainda hoje fundamentais na área: a confiabilidade permite corresponder com responsabilidade às expectativas inerentes a um determinado papel, e o autocontrole, enquanto virtude dos aristocratas que detinham o poder e a autoridade, e conscientemente escolhiam não abusar deles. A ética para o psicólogo reside então em corresponder ao que se espera do papel que ele desempenha, com a responsabilidade de não abusar do poder que a sua posição lhe confere em relação ao outro. Agindo honestamente em função do melhor interesse de seu cliente, sem malícia, segundas intenções ou em busca de benefícios pessoais, pode justificar suas ações de acordo com os conceitos vigentes.

Um outro aspecto, fundamental para a nossa compreensão dos diálogos gerativos são os procedimentos que abrem caminhos entre as possibilidades que conectam o existente de modo inesperado ou descobrem o inesperado no existente. Schnitman (2006) distingue quatro tipos de procedimentos que não são excludentes de outros modelos possíveis, a saber:

- A *mediação* onde as pessoas ou grupos envolvidos trabalham com um terceiro que facilita um processo onde as diferenças possam ser superadas e onde melhores conversações possam surgir;

- *Sistemas gerativos de mediação* formados por pessoas ou equipes que são treinadas para desempenhar a tarefa. Têm como objetivo melhorar as possibilidades de trabalho, incrementando suas possibilidades de colaboração e coordenação de ações conjuntas visando o enfrentamento de situações de conflito, sem intervenção de terceiros;
- *Sistemas gerativos mediadores* são um conjunto de sistemas que trabalham em conjunto após resultados específicos convergentes ou comuns. Nos sistemas mediadores, que podem incluir as áreas da saúde, justiça, educação, entre outros, os diferentes sistemas trabalham colaborando em suas interfaces, propósitos, ações e vínculos;
- *Sistemas gerativos* onde as pessoas, grupos ou equipes incluem em sua dinâmica a criação de relações inéditas permitindo o desenvolvimento de novas possibilidades instrumentais.

Schnitman (2006) ao propor essa teoria buscou encontrar meios para usar os recursos que os clientes traziam à terapia e meios para ampliar o que eles realmente estivessem fazendo bem (resolvendo os conflitos). Nesse contexto desenvolveu o questionário gerativo para incluir uma amplitude de diversidades, de perspectivas e práticas sistêmicas e pós-modernas.

Quantas vezes não nos deparamos com situações paralisantes de sofrimento, em decorrência de falta de recursos materiais e emocionais, e de sentimentos de impotência e impossibilidade vivenciados por todos integrantes do sistema significativo. As famílias que buscam resolver seus conflitos por meio da rede de atendimento provocam muitas vezes esses sentimentos e reações em seus atendentes. A responsabilidade relacional deveria ser colocada em cada um desses relacionamentos propiciando a emergência de soluções co-construídas entre atendentes e atendidos.

O questionamento gerativo amplia as habilidades dos participantes para reconhecerem, por um lado o que eles fizeram bem, e por outro lado os recursos disponíveis, seja implícitos seja explícitos. Este processo envolve uma posição ética baseada em co-participação, colaboração e tem o potencial de mover-nos em direção aos limites do que dizemos pensamos ou fazemos, ampliando nossas formas de viver em família (SCHNITMAN, 2008).

A construção desses diálogos, deixando de lado verdades únicas, e idéias carregadas de preconceito bem como tentativas de encontrarem culpados é um desafio em um contexto saturado por conflitos e desqualificações. Em tais contextos, famílias e adolescentes são considerados os culpados por conflitos vivenciados e por não encontrarem soluções, recebendo rótulos estigmatizantes como os de família desestruturada e adolescente problema.

1.5 OS SISTEMAS AMPLOS

Imber-Black (2000) postula que os sistemas amplos podem ser representados por sistemas assistenciais do setor público, como hospitais, escolas, clínicas, serviços de assistência social e psicológica.

O significado dos sistemas amplos pode ser considerado equivalente a compreensão de Sistema determinado pelo problema de Goolishian e Winderman (1988). O sistema significativo nos dois casos é o responsável pelo sucesso ou fracasso na resolução dos conflitos apresentados.

A idéia proposta é ampliar a compreensão de família de um contexto de família nuclear e extensa para contextos mais amplos e complexos, que incluem indivíduos, família e os outros sistemas que se relacionam situados numa totalidade social mais vasta que modela e orienta as expectativas mútuas, as interações específicas e os resultados.

Segundo Imber-Black (2000), a família e os assistentes formam um macro-sistema caracterizado por modelos previsíveis, por processos familiares, e um paciente identificado que de comum acordo e com uma atitude pessimista aceita a impossibilidade de alguma mudança poder acontecer. Tanto a família como os assistentes se encontram presos nesse macro-sistema de um modo que os impede de chamar atenção para os modelos que os governam e assim possibilitar uma mudança.

A autora discute a relação da família e os sistemas amplos, explicitando que as famílias e sistemas amplos com frequência se relacionam de forma pouco funcional, na qual esses sistemas colocam obstáculos para o

amadurecimento e desenvolvimento dos membros da família, e provocam descrença e esgotamento nos assistentes e nos assistidos. Com grande frequência se presta muita atenção nas condutas que aparecem entre as famílias e os sistemas amplos, o que conduz a uma reprodução e à objetivação de relações insatisfatórias em múltiplos níveis.

Imber-Black (2000) apresenta exemplos de como as famílias se relacionam com os sistemas amplos, representados por assistentes, que atuam na maioria dos casos ligados à justiça. A autora busca oferecer um modelo heurístico para assessorar e intervir na relação entre as famílias e os sistemas amplos em geral, e enuncia um modelo cujo emprego não está limitado a determinada classe de sistema, nem a determinados problemas familiares.

Por meio dos relatos dos casos, vemos como essa relação é comum em vários contextos. As famílias sentem-se insatisfeitas pela assistência que recebem e muitas vezes incapazes de resolver seus problemas. E os assistentes sentem-se frustrados de não poderem ajudar as famílias, além de não construírem diálogos produtivos com os outros sistemas de atendimento.

A autora discute a relação das famílias e dos assistentes (sistemas amplos) apresentando exemplos de algumas situações complicadas. Entre elas estão:

- A família que é assistida simultaneamente por várias pessoas. Os resultados não são os que se esperavam, provocando sentimentos de incompetência naqueles que buscam ajudá-las. As famílias muitas vezes sentem-se culpadas;
- Na relação do terapeuta familiar com o conselho escolar que se ocupam da mesma família por conta do filho não querer ir à escola. O conselho escolar se posiciona dizendo que a criança tem problema psiquiátrico, e o terapeuta de família reage dizendo que a posição do conselho escolar é excessiva, e que o garoto procura razões para “não crescer”;
- Um terapeuta familiar solicitou uma consulta em relação a um caso no qual intervinha juntamente com uma assistente social, um agente judicial de vigilância e um programa de tratamento residencial. A família simpatiza com o terapeuta e com o assistente social, mas não com o oficial de justiça. A família não está apresentando progresso e a equipe se frustra.

As famílias podem se sentir coagidas, enganadas, tratadas de modo condescendente ou mal atendidas, apesar das boas intenções dos atendedores. Ao mesmo tempo os profissionais podem se sentir incompreendidos, não valorizados e criticados pelas famílias e por outros profissionais. Falta uma análise do sistema significativo, no caso do sistema determinado pelo problema, que se forma quando famílias e sistemas amplos interagem e criam modelos que podem tanto facilitar como colocar obstáculos para a resolução de problemas e no desenvolvimento humano (IMBER-BLACK, 2000).

Os sistemas amplos, que têm a missão de promover alívio a problemas específicos, dar apoio, mostrar oportunidades e alternativas de solução para a melhoria das relações e dos contextos de sofrimento, na maioria das vezes, terminam perpetuando as causas dos conflitos.

Imber-Black (2000) constrói algumas interrogações relevantes que compartilhamos e nos levam a refletir a respeito das famílias e dos sistemas amplos onde atuamos. São elas:

1. Que métodos são adequados para compreender a relação problemática entre famílias e sistemas amplos que permitem ao invés de culpabilizar, distinguir o modelo, o processo, as restrições do contexto e os problemas criados conjuntamente?
2. Como pode a história de vinculação da família com os sistemas amplos influenciar na prática atual de modo que permita evitar a repetição e a obter uma nova informação acerca de alternativas a respeito desses relacionamentos?
3. Como interage um determinado sistema amplo com um processo familiar para produzir um resultado favorável ou desfavorável?
4. Como podemos intervir eficazmente nesse complexo processo?
5. Quais as conseqüências da imposição de rótulos na relação família e sistemas amplos?
6. Quais os efeitos da interação entre uma família e um grande número de assistentes? Como se evita a dispersão da responsabilidade?
7. Como identificar e/ou delinear os limites entre os vários componentes de um sistema amplo? Como refletem os sistemas amplos na política social e econômica a respeito das famílias e as diferenças de classe, gênero e etnia?

8. Quais os elementos necessários para criar relações benéficas entre as famílias e os sistemas amplos?
9. Como deve ser a formação dos profissionais que trabalham com as famílias e os sistemas amplos?

Segundo Imber-Black (2000), todas as famílias estabelecem vínculos com os sistemas amplos. Atualmente existe um mito de que as famílias são entidades auto-suficientes, porém a maior parte delas funciona de forma interdependente com diversos sistemas amplos, e utilizam as informações que estes proporcionam para se desenvolver. Para grande parte das famílias esse relacionamento acaba sendo problemático, alguns exemplos são: a relação com a escola, com a assistência à saúde, e com instituições religiosas e culturais. Essas dificuldades podem facilitar o aparecimento de condutas sintomáticas e tolher a capacidade de reagir e criar diante dos problemas.

Muitas famílias estão vinculadas aos sistemas amplos há gerações, sendo habitual a interação com profissionais externos que os atendem, como por exemplo, o serviço da assistência social. Essa relação entre famílias e sistemas amplos às vezes é exitosa, na maioria dos casos, porém, fracassa. Algumas vezes esse intercâmbio com os profissionais se dá por um vínculo multigeracional construído tendo sempre um protagonista. No nosso caso, o protagonista seria o adolescente que mantém o vínculo da família com os sistemas amplos (escola, judiciário, assistência à saúde e as questões sociais), por conta de sintomas apresentados nesses relacionamentos (IMBER-BLACK, 2000).

Em relação à missão dos sistemas amplos, como hospitais, clínicas, escolas, organismos de assistência social, sistema judiciário e outros sistemas, vemos que são as mais variadas. Os sistemas amplos agregam precisão aos serviços que oferecem cuidado à população. Alguns consideram que seu trabalho consiste em proporcionar proteção, apoio e ajuda a pessoas na resolução de seus problemas; outros acreditam que consiste em facilitar o desenvolvimento das pessoas, proporcionando novas alternativas e aumentando a capacidade para resolver seus próprios problemas. A sociedade também espera que esses sistemas cumpram funções de controle; quer saber para qual serviço as pessoas estão sendo encaminhadas, como gastar com

competência o dinheiro de programas sociais, que série escolar crianças, adolescentes e jovens devem frequentar, entre outras formas de influência.

Com frequência, nos sistemas amplos, a função de proteção e controle produz um estado de tensão, gerando confusão e perplexidade seja nos sistemas seja nas famílias. No caso do atendimento prestado pelo Sistema Judiciário, essa tensão se dá entre as modalidades de cuidado e controle, que são duas funções das leis.

Quando uma família é atendida por técnicos do judiciário, a idéia é de que recebam cuidado, apoio, orientação e encaminhamento e ao mesmo tempo que o Juiz fique informado sobre a situação do caso para tomar suas decisões judiciais. Essa é uma questão difícil, porém relevante e deverá ser discutida constantemente pelos profissionais que atuam nessa área, seja como protetores seja como fiscalizadores.

Outra grande influência percebida na relação entre a família e os sistemas amplos, em nosso caso, o Sistema Judiciário, Ministério Público, e Conselho Tutelar, além de representantes da rede de atendimento, são as crenças em relação ao problema.

Essas crenças que dão origem às funções específicas afetam profundamente a relação entre a família e os sistemas amplos. Se ao trabalhar com uma população específica se parte da crença de que um problema é crônico ou insolúvel, ou manejável, mas permanente, se imporá a ambos um caminho de ação diferente se o problema fosse considerado como uma oportunidade, ou como uma crise de desenvolvimento normativo (IMBER-BLACK, 2000).

De acordo com Imber-Black (2000), os sistemas amplos estão situados no contexto de uma política social determinada, de modo a tomarem decisões políticas e formularem leis que definem seu trabalho, políticas e leis que surgem do contexto socioeconômico de uma determinada cultura. Essa política que não é submetida a um exame crítico determina as crenças e ações dos sistemas amplos. A consequência é que as famílias que se diferenciam da chamada família tradicional são consideradas anormais, cheias de problemas e causadoras de problemas, como as famílias monoparentais, as famílias em que as mulheres trabalham fora, as famílias homossexuais, e todos os outros

modelos que não se enquadram no modelo construído historicamente como sendo normal.

A coexistência dessa política social com um discurso que idealiza a família induz à confusão e provoca incômodo nas famílias e sistemas amplos. Imber-Black (2000, p. 50) finaliza essa idéia postulando:

Nossos sistemas amplos são produto das normas de uma política social que ao mesmo tempo venera as famílias míticas e denigre a integridade das famílias reais. Essa política social também reflete na opinião que a cultura tem das minorias, que por sua vez afeta o trabalho dos sistemas amplos com famílias procedentes de grupos minoritários.

Encarar a família real em sua totalidade implica em uma mudança paradigmática em todos os âmbitos da sociedade, incluindo não somente o Estado responsável pelas políticas públicas, mas também os operadores da rede de atendimento e da população em geral. A estigmatização, os rótulos e os enquadres que as famílias recebem são sentidos de forma negativa e muitas vezes desqualificantes quando se relacionam com os sistemas amplos. Essas relações pautadas em conceitos e pré-conceitos reafirmam a dificuldade que a sociedade tem em aceitar as mudanças estruturais e relacionais vividos em meio aos modelos familiares contemporâneos. Recursivamente o Estado confirma essa visão por meio de políticas públicas que não contemplam as novas configurações familiares.

Enfim, são inúmeros os entraves que encontramos em se tratando da relação entre os sistemas amplos. Porém, esses sistemas possuem a principal capacidade que se espera socialmente deles: o cuidado. Esse cuidado ou apoio deve ser melhorado para que funcione de forma integrada e efetiva. É uma questão complexa que merece ser discutida por profissionais de todas as áreas de atendimento, e principalmente pelo Poder Público. A Psicologia tem muito a contribuir quando coloca seu foco de pesquisa e intervenção na compreensão das relações construídas entre família e sistema amplo.

1.6 A REDE SOCIAL

As redes sociais são na maioria das vezes responsáveis pela garantia de saúde da família. Pessoas que mantêm um contato satisfatório com a rede social tem grande possibilidade de desenvolver relações saudáveis que proporcionam o sentimento de pertencimento e apoio. Um dos principais autores que discute o tema do funcionamento e das características da Rede Social Significativa vinculada a lente sistêmica é Sluzki (1997, p. 41), que a define como:

[...] a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade. Essa rede corresponde ao nicho interpessoal da pessoa e contribui substancialmente para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para sua auto-imagem. Constitui uma das chaves centrais da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e agenciamento ou autoria, incluindo os hábitos de cuidado da saúde e a capacidade de adaptação em crise.

A rede social inclui também os contextos cultural e subcultural, histórico, político, econômico, religioso, de meio-ambiente, de existência ou carência de serviços públicos, de particularidades de uma região, país ou hemisfério ao qual pertencemos. Todos esses contextos são parte do universo relacional de cada indivíduo e/ou família.

Sluzki (1997) representa em forma de mapa mínimo a constituição de uma rede social que inclui todos os indivíduos com que uma determinada pessoa se relaciona: família, amigos, relações de trabalho ou escolares e relações comunitárias.

Segundo o mesmo autor, a rede pode ser avaliada em termos de suas características estruturais, das funções dos vínculos e dos atributos de cada vínculo. De acordo com as características destacam-se o tamanho (número de pessoas), a densidade (conexão entre os membros), a composição ou distribuição (proporção do total de membros), a dispersão (distância entre os membros), a homogeneidade ou heterogeneidade demográfica e sociocultural (idade, sexo, cultura, e nível socioeconômico), e os atributos de vínculos específicos.

Em relação às funções da rede, estas podem ser da ordem de companhia social, apoio social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços e o acesso a novos contatos.

O autor ainda descreve as possíveis características do vínculo, sendo elas: funções predominantes, multidimensionais ou versáteis, recíprocas, intensas, contatos freqüentes, historicidade da relação, entre outras mais específicas.

De acordo com Sluzki (1997), a incorporação dessas variáveis de análise da rede social tem conseqüências para nossa atividade conceitual e clínica cotidiana, para os procedimentos das instituições das quais participamos e também para a nossa vida pessoal. Essas premissas esclarecem as peculiaridades das redes sociais e como essas são complexas e diferentes de acordo com cada indivíduo ou família. Mais uma vez, vemos a necessidade de colocar o foco nas relações de maneira particular e idiossincrática.

Segundo Feijó (2006), a rede enreda e sustenta, sendo que dela podem partir tanto confirmações que legitimam o indivíduo como pertencente àquele sistema como as pressões sociais para que mude seu comportamento. Nesse processo o indivíduo pode “estacionar”, por não se sentir legítimo ou digno de participação. Quanto mais contextos pudermos incluir na construção de uma nova visão sobre o problema, maior é a amplitude de possibilidades.

A família, o profissional, o sistema cultural em que estão inseridos, a herança familiar e cultural de ambos, suas redes significativas são o contexto de construção do problema, colocado pela autora.

E por que não dizer também local de desconstrução, na medida em que nesse contexto de conversação a visão de si e do problema pode ser desconstruída.

A rede é ainda considerada móvel, complexa, e interligada. É extremamente difícil delimitar uma rede. Estamos sempre tratando de uma micro-rede, que é parte de uma rede maior que está ligada a outras redes.

No sentido de intervenções sociais, como no caso das políticas públicas voltadas para os projetos sociais, toda ação seja ela preventiva, terapêutica, individual, familiar, ou social deve promover a melhoria das relações com a

rede social, tender a ser mais eficaz e duradoura e contribuir para a autonomia de uma comunidade. E ainda:

[...] No plano social há que se partir de idéias mais abrangentes e sustentáveis e não só remediar; de atender e de ajudar os que se encontram e situações mais críticas; as políticas setoriais devem partir de tais pontos, para que se tenham programas sociais adequados às necessidades da população como um todo e, no caso dos que vivem em condições de miséria material, oportunidades de reversão de tal quadro de forma sustentável, autônoma e também protagonizada. (Feijó, 2006, p.64)

A rede social significativa é aquela à qual os indivíduos e as famílias recorrem primordialmente em busca de apoio e proteção. Mesmo assim, sabemos que muitas vezes as pessoas não encontram aquilo que realmente necessitam. O Estado busca prover espaços que promovam suporte às reais necessidades da população, às vezes, de forma efetiva e muitas vezes não. É necessário, por conseguinte, que se criem espaços onde essas necessidades sejam discutidas do ponto de vista da população usuária dos serviços disponíveis. A comunidade conta com alguns espaços privilegiados como igrejas, escolas, associações de bairros, porém em alguns momentos esses lugares não funcionam como protetores, mas como lugares que excluem e desqualificam a população.

Em se tratando de intervenções psicológicas utilizando-se dessa perspectiva temos o relato de experiência do trabalho realizado por Moré (2005) com famílias de pacientes psiquiátricos. Para a autora, o trabalho com a rede pessoal significativa não implica em desistência de outras ações interventivas ou olhares teóricos, constitui-se de um aporte qualitativo para o profissional e para o potencial de ação da clínica psicológica.

A rede social significativa das famílias atendidas pelo Sistema de Garantia de Direitos se mostra complementar à rede de serviços, sendo ambas fundamentais para pleno desenvolvimento das pessoas em dificuldades materiais, emocionais e de outra ordem.

Acreditamos que a noção de rede social, em conjunto com as idéias de sistemas amplos, e sistema determinado pelo problema contribuirão na construção de uma análise compreensiva das relações percebidas nos estudos de casos. São visões complementares entre si, com vários pontos em comum, que serão utilizados como ferramentas na confecção de novos saberes.

2 COMPREENDENDO AS FAMÍLIAS

Nesse capítulo, transitamos por autores da Psicologia e das Ciências Sociais que discutem o tema da família em diferentes aspectos. É importante situar-nos conceitual, social e historicamente para ampliarmos o contexto sob essas lentes.

Contextualizar é reintegrar o objeto no contexto, ou seja, é vê-lo existindo no sistema. E ampliando ainda mais seu foco, colocando o foco nas interligações, veremos esse sistema interagindo com outros sistemas, veremos uma rede de padrões interconectados, veremos conexões ecossistêmicas, veremos redes de redes ou sistemas de sistemas. (VASCONCELOS, 2000, p.112)

Pensar o objeto de estudo em contexto significa pensar em sistemas complexos, cujas múltiplas interações não cabem em uma causalidade linear e exigem que sejam pensados em relações causais recursivas.

Buscamos enxergar as famílias a serem estudadas por meio de um modelo de pensamento “não-linear”, com foco nas relações e no contexto no qual as famílias estão inseridas. O olhar sobre o contexto e sobre as relações nos ajudará a construir narrativas que sejam úteis para as famílias e para nós, enquanto pesquisadores.

[...] o contexto se constitui como elemento gerador de significados, que necessariamente precisa ser trazido à tona, em qualquer processo de intervenção. Realidade e contexto fazem parte de um mesmo movimento, e um não pode ser compreendido sem o outro. (MORÉ; MACEDO, 2006, p.56)

A epistemologia pós-moderna considera que a idéia de “conhecer” está pautada no fato de que “não-sabemos”, e de que quem realmente tem o saber são as pessoas que constroem, re-constroem, contam e re-contam suas histórias a todo momento em suas relações.

Apresentamos nesse capítulo alguns conceitos de família, especialmente da família brasileira, seus diferentes arranjos familiares e as transformações vivenciadas pela mesma nos últimos anos. Referimo-nos aos conceitos judiciais de família a fim de facilitar nossa reflexão do trabalho no campo jurídico.

Discorreremos a respeito dos principais eventos esperados na fase da adolescência por meio de autores que estudam o ciclo vital. Revelamos dados de pesquisas nacionais que tratam da realidade do jovem. E, sob a perspectiva do ciclo vital, tratamos das famílias pobres, contribuindo na composição de uma compreensão ampla desse momento vivido pelas famílias.

Definimos alguns conceitos importantes como pobreza e exclusão. Ainda examinamos aspectos principais da rede de assistência social disponibilizada pelo Governo Federal. E por fim, tecemos algumas considerações a respeito das drogas, do seu uso ou abuso e a família em uma visão sistêmica.

2.1 AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Estudos recentes esclarecem que não existe um único modelo de família chamada “brasileira”. Isso ocorre em função da diversidade e multiplicidade étnica e cultural existente em nosso território. Sabemos que, em poucos países do mundo, existe tamanha diversidade.

Sarti (2005) faz referência à dificuldade em se definir família ou em se criar padrões para as mesmas, sendo cada vez mais difícil definir contornos que a delimitam. Algumas interferências sofridas pela família dificultam sustentar a ideologia que associa a família à idéia de natureza, já que, além das questões biológicas, as famílias se configuram em diferentes respostas sociais e culturais.

Para Macedo (1993), o que caracteriza a família são as relações de afeto e compromisso, e a durabilidade de sua permanência como membro. Sendo o propósito da família então, prover um contexto que supra as necessidades primárias de seus membros, referentes à sobrevivência (segurança, alimentação e um lar), ao desenvolvimento (afetivo, cognitivo e social) e ao sentimento de ser aceito, cuidado e amado.

Szymanski (2002) argumenta a esse respeito que temos uma família quando pessoas convivem assumindo o compromisso de uma ligação duradoura entre si, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecem nesse contexto.

Em relação ao sistema familiar, Cerveny (1997, p. 25) afirma:

[...] o comportamento de cada um dos membros é interdependente do comportamento dos outros. O grupo familiar pode, então, ser visto como um conjunto que funciona como uma totalidade e no qual as particularidades dos membros não bastam para explicar o comportamento de todos os outros membros. Assim a análise de uma família não é a soma das análises de seus membros individuais. Os sistemas interpessoais como a família, podem ser encarados como circuitos de retroalimentação, dado que o comportamento de cada pessoa afeta e é afetado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas.

Para Mello (1999), a família, mais do que uma instituição legal e jurídica, é um direito subjetivo de encontrar acolhimento para as dificuldades, as dúvidas, as inseguranças que a vida vai fazendo aparecer aos que crescem. O pequeno ser humano é muito frágil e precisa de proteção, não apenas comida e agasalho.

A autora assinala que o direito que o ECA supõe está radicado nesta concepção de ambiente propício ao crescimento, não importando quem são, juridicamente, as figuras adultas que vão servir como mediadoras para o ingresso da criança no mundo institucional. O carinho representa, para a criança, o respeito e a dignidade que lhe são devidos, e o alimento deveria ser completado com o pão do afeto. De nada adianta a liberdade para a criança pequena, se ela não encontra, à sua volta, adultos que lhe dêem respaldo na sua exploração da realidade e lhe assegurem a experiência positiva de estar no mundo. É essa a dimensão que o Estatuto quer dar à vida familiar. Resguardar o jovem da violência, no âmbito doméstico, significa permitir que cresça com uma experiência positiva da comunidade humana; significa, ainda, que o mundo institucional dos adultos está pronto a dar guarida aos projetos que os jovens têm para o futuro.

Neste sentido, um dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que toda criança tem direito à vida familiar e define a família de um modo bastante amplo, procurando fugir dos estereótipos da família burguesa de casal e filhos. Esse é o caminho para uma mudança paradigmática na sociedade por meio das alterações na legislação. A tentativa de mudança se mostra como um passo importante na construção de políticas de atendimentos que contemplem as mudanças nas relações e configurações familiares.

A família de ontem e de hoje, na verdade, busca viver esse sentido de proteção em seu convívio, porém nem sempre é possível, independentemente da legislação vigente. O sistema familiar muitas vezes é local de proteção e de violência, sendo esse paradoxo vivido por famílias que não encontram formas harmônicas e funcionais de se relacionarem, por inúmeras questões.

Ferrari e Kaloustian (2005) apóiam a idéia de que a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e de proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal. Nesse espaço, são absorvidos os valores éticos e humanitários, onde podem ser aprofundados os laços de solidariedade.

Carter e McGoldrick (2001), ao avaliarem as intervenções dos profissionais com as famílias, apontam a necessidade de os profissionais desistirem do apego aos antigos ideais e colocarem uma moldura conceitual mais positiva em volta daquilo que existe: casamentos com dois salários; estruturas domésticas permanentes de “progenitor solteiro”; casais não-casados e casais recasados; adoções por progenitores solteiros; mulheres sozinhas de todas as idades. É tempo de parar de pensar em crises transicionais como traumas permanentes, de tirar de nosso vocabulário palavras e frases que nos vinculam às normas e preconceitos do passado: filhos do divórcio, filho ilegítimo, lares sem pai, mãe que trabalha, e assim por diante.

Goldani (2002), especialista em estudos populacionais, fundamenta que as famílias estão mudando tanto em termos de forma como de significado, expandindo-se para além da estrutura das famílias nucleares, de forma a abranger uma rede de relações de parentesco e de não-parentes gerada pelos casamentos, divórcios e recasamentos. E ainda:

As fontes de dados secundários sobre as famílias são cada vez menos capazes de oferecer um bom quadro do que ocorre dentro destas. As informações sobre a diversidade dos arranjos sexuais, a organização das relações de gênero e dos serviços domésticos e de responsabilidades pelo cuidado dos filhos raramente estão disponíveis no Brasil. Tudo isso tem servido de justificativa para que

se continue a utilizar o casal heterossexual com (poucos) filhos como sinônimo de família-modelo para a formulação de políticas. (GOLDANI, 2002, p.221).

Ressaltamos então que os levantamentos de informações feitos pelos órgãos governamentais são os que contemplam maior número de famílias, sendo, na grande maioria, moradores dos grandes centros. Esses estudos são importantes, porém devem ser contextualizados e analisados de forma ampla e relacional, para que não colaborem com a estigmatização de novas configurações familiares, como, por exemplo, a chamada família monoparental, ou ainda a família matriarcal⁴.

Para Sarti (2005), a família constitui-se um terreno ambíguo, sendo que, apesar das mudanças tecnológicas, ainda não se dissociou da noção da natureza biológica do ser humano. As mudanças se tornam difíceis, pois a experiência vivida na família tem como referência definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais têm, nos meios de comunicação, um veículo fundamental, além de suas instituições específicas.

“Essas referências constituem ‘modelos’ do que é e como deve ser a família, ancorados numa visão considerada como uma unidade biológica constituída segundo leis da ‘natureza’, poderosa força simbólica.” (SARTI, 2005, p.23).

É fundamental que todos os profissionais, pesquisadores, interventores pensem na importância de rever seus valores e preconceitos para tentar auxiliar as famílias que os procuram. E principalmente, não “ajudar” como se acha que deve, ou como tal teórico coloca, mas sim como a família realmente necessita.

Independente da configuração dessas famílias, ou da forma em que vivem, nós devemos respeitar e, além disso, buscar encontrar a riqueza e os recursos que as famílias têm para lidar com suas dificuldades. Esses recursos farão com que as mesmas consigam superar seus conflitos, dilemas, dificuldades e estigmas sofridos por visões preconceituosas e

⁴ Segundo o IBGE (2008) 28,3% das famílias entrevistadas com grau de parentesco são chefiadas por mulheres. O crescimento em relação ao levantamento de 1993 é de 3,5%. A decisão pela nomeação de uma pessoa de referência, nesse caso a mãe, é tomada em função do reconhecimento dos seus membros sobre a autoridade moral ou financeira.

desqualificadoras. O ditado, que diz: que “a beleza está nos olhos de quem vê”, se torna bastante útil quando atendemos famílias ou qualquer pessoa que busca nosso auxílio como postula Aun (2007) “especialistas em contextos”.

Neder (2005) sugere algumas estratégias de ação a serem efetuadas com as equipes de atendimento às famílias dos segmentos populares, contemplando a construção histórica da família no Brasil. Alguns principais pontos são:

- A criação de programas de capacitação e reciclagem dos servidores públicos e dos agentes sociais nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública, contemplando estudos sobre Formação Histórica Brasileira e Identidade Social e História das Famílias no Brasil. Acrescentamos aqui a necessidade de avaliação e da criação de um plano de carreira aos servidores.

- O enfoque dado à questão das famílias deve valorizar os núcleos familiares enquanto *locus* de construção da identidade;

- As políticas sociais para a área de famílias devem levar em conta o apoio a ser dado às mulheres nas famílias dos setores populares, enquanto arrimo econômico; devem, no entanto, atentar também para a sua valorização enquanto suporte político e psicológico, que lhes é culturalmente atribuído dentro do núcleo familiar.

As propostas de ações sugeridas pela autora em relação aos aspectos históricos e sociais das famílias brasileiras vêm ao encontro de nossa idéia de romper com visões preconceituosas e excludentes de famílias tidas como “diferentes”. Muitas vezes, essa visão é compartilhada por profissionais que trabalham na rede de apoio às famílias. A idéia é compartilhar esses conhecimentos e visões com a comunidade, para que novas formas de ver a família possam ser construídas.

2.2 A FAMÍLIA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

A família e a população brasileira têm passado por inúmeras transformações sociais, acompanhando os eventos históricos e econômicos,

nacionais e internacionais. O mundo globalizado, interdependente, e a rapidez com que as informações chegam e saem dos países contribuem para que as mudanças ocorram cada vez mais rápido, exigindo de toda a sociedade flexibilidade. Estamos a todo o tempo em contato com outros povos, culturas, crenças e valores. Independente da classe social, os riscos, as incertezas, as diferenças e as mudanças fazem parte do nosso cotidiano, influenciando as relações familiares.

Entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais – na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento, e na família. Há uma revolução global em curso no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com os outros. (GIDDENS, 2007, p.61).

Giddens (2007) resgata a visão de família tradicional para introduzir as mudanças vivenciadas até chegar à chamada família atual. A família tradicional era, acima de tudo, considerada uma unidade econômica. A produção agrícola normalmente envolvia todo o grupo familiar, enquanto, entre a pequena nobreza e a aristocracia, a transmissão da propriedade era a principal base para o casamento. A partir da década de 50, a família deixou de ser uma entidade econômica, e o casamento passou a ser visto pelo prisma do amor romântico e não mais como um contrato apenas econômico.

Sobre a sexualidade, o autor postula que a sexualidade, na família tradicional, sempre foi dominada pela reprodução. A ausência de contracepção eficaz significava que, para a maioria das mulheres, a sexualidade estava inevitavelmente ligada ao parto. E ainda envolvia uma concepção dualista em relação à sexualidade feminina, havendo uma distinção entre a mulher virtuosa e a libertina. Para o homem, o aventureirismo sexual era considerado um traço de masculinidade e, para a mulher, era algo condenável.

Giddens (2007) revela que, nesse momento, as atitudes em relação à homossexualidade eram guiadas por um misto de tradição e natureza. Aponta inclusive que estudos antropológicos mostram que o número de culturas que tolerava ou aprovava a homossexualidade (masculina) era maior do que as que proibiam. Nas culturas ocidentais, há menos de um século, a homossexualidade era amplamente encarada como perversão.

A hostilidade em relação à homossexualidade e a visão dualista em relação às mulheres ainda existem e são sustentadas por muitos. Apesar disso, ao longo das últimas décadas, estas atitudes têm mudado, e a separação entre sexualidade e reprodução aparentemente está completa. A aceitação da homossexualidade, de acordo com autor, está ligada a essa separação. A sexualidade que não tem conteúdo deixa de ser dominada pela heterossexualidade. Os homossexuais foram os pioneiros na descoberta do novo mundo dos relacionamentos e na exploração de suas possibilidades.

Para Sarti (2005), algumas mudanças significativas vivenciadas pela família relacionam-se ao desenvolvimento tecnológico, sobretudo, com o surgimento da pílula anticoncepcional e as tecnologias ligadas a reprodução humana. Também em meados da década de 60, a maternidade para a mulher deixa de ser um “destino”, ampliando as possibilidades de atuação da mulher no mundo social e dissociando também a gravidez da relação sexual. Esse foi um elemento importante na transformação das relações.

Ainda em relação às transformações que a família vem sofrendo, Turkenicz (2006) postula que uma das principais mudanças na família foi a passagem da “família nuclear” (pai, mãe e filhos em uma relação próxima) para outras configurações. Essa família experimentou e, até hoje, tem experimentado algumas modificações, como, por exemplo: o patriarca foi perdendo seu status; mãe e filho deslocam-se de lugares periféricos para ocuparem um novo espaço; os filhos, reivindicando e conquistando o direito de escolher com quem estabelecer suas relações conjugais.

Segundo Turkenicz (2006), o século XX apresentou algumas tendências que podem ser observadas na imensa maioria dos países do mundo ocidental, como: o aumento da expectativa de vida, a diminuição do índice de natalidade, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e um aumento nos índices de divórcios e separações.

Em consonância com as idéias de Turkenicz (2006), Sarti (2005) argumenta que, no Brasil, houve uma redução drástica do número de filhos em todas as camadas sociais. O índice de fecundidade da mulher brasileira caiu de 5,8 filhos em 1970 para 2,4 em 2000, de acordo com os dados do IBGE (2009).

A autora também aponta algumas mudanças no que se refere aos laços e responsabilidades familiares. Esclarece que o exame de DNA, por exemplo,

abre caminho para que a paternidade seja reivindicada, causando forçosamente um impacto na atitude tradicional de irresponsabilidade masculina em relação aos filhos, o que significa um recurso de proteção para a mulher e a criança.

Para Giddens (2007), a posição das crianças é valorizada, em parte, porque elas se tornaram muito mais raras, e, em parte, porque a decisão de ter filhos é diferente das gerações anteriores. Os filhos, hoje, representam um grande encargo financeiro para os pais, e ter ou não é uma decisão guiada por necessidades psicológicas e emocionais. Porém, nem sempre foi assim. Argumenta que, em períodos pré-modernos, as crianças não eram criadas no interesse delas próprias, mas sim para a satisfação dos pais, como contribuição que eles davam para a tarefa econômica.

Outros dois eventos revelam algumas das principais transformações sociais em alguns países, segundo Giddens (2007): mais de um terço de todos os nascimentos ocorrem fora do matrimônio, e a proporção de pessoas que vivem sozinhas elevou-se verticalmente, com tendência a aumentar ainda mais.

O casamento e a família mudaram seu caráter básico. O casal passou a se situar no centro da vida familiar, sendo que o papel econômico declinou, e o amor, somado à atração sexual, se tornou a base da formação dos laços do casamento. É uma unidade baseada em comunicação ou intimidade emocional. A comunicação é o meio de estabelecer o laço, acima de qualquer outro. Tanto para homens quanto para mulheres, o casamento era definido como um estágio da vida que se esperava que a ampla maioria atravessasse. Os que não se casavam eram encarados com certo desprezo. Atualmente, porém, esse evento significa que um casal está vivendo uma relação estável, que envolve uma declaração pública de compromisso, mas não é a principal base definidora da união (GIDDENS, 2007).

Para Giddens (2007, p. 23), a família é:

[...] um local para as lutas entre tradição e modernidade, mas também para uma metáfora para elas. Há talvez mais nostalgia em torno do santuário perdido da família do que em qualquer outra instituição com raízes no passado. Políticos e ativistas diagnosticam rotineiramente o colapso da vida da família e clamam por um retorno à família tradicional.

No plano jurídico, dois movimentos alteram o estatuto legal da família: o movimento feminista e a luta em favor dos direitos das crianças. A Constituição Federal de 1988 institui algumas alterações importantes, como a quebra da chefia conjugal masculina, propondo a divisão das responsabilidades com os filhos entre homens e mulheres, e o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, que o Estatuto da Criança e do Adolescente define como “sujeitos de direito”.

Percebemos que todos os acontecimentos sociais, todas as transformações sociais, e algumas mudanças na legislação brasileira têm afetado a família, assim como recursivamente a família tem influenciado essas mudanças.

Além disso, vemos, por meio de nossa atuação profissional junto às famílias, alguns outros fenômenos que têm provocado mudanças nas relações familiares, sendo inclusive foco de muitos pesquisadores: o tráfico de drogas, o uso e abuso de entorpecentes, a violência, a criminalidade, entre outros. As transformações, em nossa sociedade, trazem avanços, contradições, e, sem dúvida, desafios.

2.3 O ADOLESCENTE E A FAMÍLIA ADOLESCENTE EM CONTEXTO DE POBREZA

2.3.1 O ADOLESCENTE EM CONTEXTO DE POBREZA

O adolescente é um viajante que deixou um lugar e ainda não chegou no seguinte. Vivendo um intervalo entre liberdades anteriores e responsabilidades/compromissos subseqüentes; vivendo uma hesitação antes dos sérios compromissos da fase adulta. É um período de contradição, confuso, ambivalente e muitas vezes doloroso. Por vezes, se refugiam em seu mundo interno e, por meio do jogo da vivência das situações fantasiosas preparam-se para a realidade (LOSACCO, 2005).

Vemos que há uma dificuldade em se estabelecer critérios precisos de demarcação para a adolescência, em decorrência de seus limites imprecisos, que questionam a possibilidade de uma definição universal, genericamente aplicável a todos os adolescentes, independentemente do momento histórico e das sociedades de que façam parte.

Segundo Louro (1996), a compreensão da adolescência como uma construção histórico-social implica pensá-la como um conceito necessariamente plural, de tal forma que diferentes sociedades teriam conceitos diferentes e que, mesmo em uma dada sociedade, em um determinado momento histórico, haveria concepções diferenciadas de adolescente - segundo a classe social, a religião, a etnia, o gênero - concepções essas em permanente transformação.

Nesta fase existem algumas características comuns aos adolescentes, que são principalmente: a busca pela identidade, as constantes mudanças, o desequilíbrio e a instabilidade (ABERASTURY; KNOBEL, 1983).

Aberastury e Knobel (1983) discorrem sobre este período por meio da perspectiva psicanalítica. De acordo com esses autores, o adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas. O que configura então uma entidade semipatológica, que denominam como “síndrome normal de adolescência”, que é perturbada e perturbadora para os adultos, mas necessária para o adolescente, que, neste processo, vai estabelecer sua identidade. Essa “síndrome” surge em sua interação com o meio. O adolescente, nesse momento, deve enfrentar o mundo dos adultos, para o qual não está totalmente preparado; além disso, deve desprender-se de seu mundo infantil, no qual e com o qual vivia cômoda e prazerosamente, em relação de dependência, com suas necessidades básicas satisfeitas e com os papéis bem definidos.

Os autores ampliam a visão da adolescência, ressaltando a importância do contexto e das questões culturais:

[...] este período de vida, como todo fenômeno humano, tem sua exteriorização característica dentro do marco cultural-social no qual se desenvolve. Assim devemos, em parte considerar a adolescência como um fenômeno específico dentro de toda a história do desenvolvimento do ser humano, e, por outro lado, estudar a sua

expressão circunstancial de caráter geográfico e temporal histórico social. (ABERASTURY; KNOBEL, 1983, p.24).

Para Erikson (1998), todas as fases do ciclo vital devem ser compreendidas em contexto, em uma relatividade psicossocial. Considera o período da adolescência como decisivo na construção da identidade.

Campos (1998) focaliza os aspectos biológicos da adolescência, que iniciam na puberdade, atualmente variando dos dez aos treze anos, até evoluir para o estado adulto do organismo. Como o momento em que ocorre o processo de maturação sexual. As principais transformações endócrinas, como a ovulação nas meninas, e a espermatogênese no menino, capacitando-os para a procriação; provocam alterações como: o desenvolvimento do busto, crescimento dos órgãos sexuais, aparecimento de pêlos, mudança da voz, que muitas vezes incomodam os adolescentes. Alguns conseguem lidar bem com tantas alterações, enquanto outros passam por um processo doloroso e marcante. Por isso, muitas vezes, justifica-se o desejo de alguns adolescentes de que essa fase passe logo, para que assumam sua identidade.

Segundo Campos (1988), o papel da aparência física na auto-avaliação dos adolescentes é de grande importância. O corpo e os traços físicos apresentam importante relação com a imagem que o adolescente tem de si, e das idéias que faz de como é, aos olhos dos outros. Essa percepção pode muitas vezes se manifestar de formas complicadas: nessa fase, um rosto ou um corpo bonito não constitui garantia de ajustamento saudável à vida.

A adolescência é uma fase do desenvolvimento complexa e dispomos de vasta literatura a respeito. Nosso objetivo, nesse momento, se restringe a dar um panorama geral a respeito e, principalmente, relacionar essa etapa com o contexto de pobreza em que os adolescentes, foco do nosso estudo, vivem.

Para contextualizar a situação do adolescente na sociedade atual, focalizamos pesquisas, realizadas em nível nacional e estadual, que apontam dados relevantes para a compreensão da realidade do jovem.

Com base no Censo de 2000 (IBGE, 2008), a população infanto-juvenil, faixa etária que compreende de 0-17 anos, totalizava 57.624.291 habitantes do total populacional de 169.799.170, o que representa 35,8% da população brasileira.

No Estado do Paraná (UNICEF, 2008), a população de adolescentes é de 11%. Desse total, de 28 a 30% vivem em domicílios com renda familiar “*per capita*” de até meio salário mínimo. Em relação aos anos de estudo, esses adolescentes estudam, em média, de 4 a 7,96 anos, sendo que estão fora da escola em torno de 12,92% da população total de adolescentes.

Esses dados apontam um grande contingente de adolescentes vivendo em casas de famílias de baixa renda. E, o que é mais preocupante, o número de adolescentes fora da escola pode chegar até quase metade da população total dessa faixa etária no Estado do Paraná.

Segundo a Pesquisa Nacional por Domicílios (IBGE, 2008) na faixa etária de 7 a 14 anos, correspondente ao ensino fundamental, a matrícula escolar está praticamente universalizada em toda parte do País, independentemente do sexo, cor da pele ou rendimento familiar. Ainda é possível verificar uma pequena desvantagem para as crianças que estão situadas nos 20% mais pobres; e que uma universalização do acesso não é garantia de permanência e de conclusão dos estudos.

Quando se trata dos adolescentes de 15 a 17 anos, a mesma pesquisa aponta que a situação é bem diferente. A taxa de freqüência escolar deste grupo tem apresentado tendência de crescimento nos últimos anos atingindo, em 2005, 81,7% do conjunto deste grupo de pessoas. Ao comparar a freqüência dos adolescentes situados no primeiro e no quinto do rendimento familiar “*per capita*”, verificou-se uma desigualdade de oportunidades no acesso à escola em todos os estados brasileiros.

Em relação aos jovens de 18 a 24 anos, a freqüência à escola é um privilégio de poucos (31,6%). Além disso, é importante chamar a atenção que mais da metade destes (51,7%) estão cursando níveis inferiores ao recomendado para a idade.

Castro e Abramovay (2002) apontam alguns dados relevantes coletados em pesquisa nacional⁵. Em relação às possibilidades de lazer para os jovens, os indicadores mostram uma falta de espaços de lazer e de cultura, principalmente para os jovens em situação de pobreza. Cerca de 19% dos municípios brasileiros não têm uma biblioteca pública; cerca de 73% não

⁵ Pesquisa intitulada Cultivando Vidas. Desarmando Violências coordenada pela UNESCO realizada com jovens entre 15 e 24 anos.

contam com um museu; 75% não possuem um teatro, e 83% não têm um cinema. E ainda, cerca de 35% não contam com ginásios poliesportivos.

Relatam ainda que, nas comunidades pobres, são escassas as oportunidades de os jovens usufruírem de bens culturais e terem acesso ao capital cultural e artístico cultivado pela humanidade. Muitas vezes, essa carência de atividades de diversão é aproveitada pelo tráfico de entorpecentes, ocupando o espaço do poder público, sendo uma referência para os jovens.

Diante desses dados, refletimos a respeito dos espaços que os jovens encontram em nossa sociedade, especialmente em contexto de pobreza. Quais são as alternativas que esses jovens encontram de lazer e eventos culturais? Esses espaços são ocupados por atividades ilícitas e degradantes. As drogas muitas vezes se tornam a alternativa mais próxima.

Castro e Abramovay (2002) ainda apontam que os jovens se sentem discriminados por várias razões, entre elas: o fato de serem jovens, por morarem em periferias ou favelas, pela aparência física, pela maneira como se vestem, pelas dificuldades de encontrar trabalho, e pela condição racial. Há ainda reações contra os jovens que aprendem dança e música, e eles próprios são violentos contra os homossexuais, produzindo discriminações.

Em relação à violência, Castro e Abramovay (2002) apontam que aproximadamente 70% dos jovens de 15 a 24 anos morrem por causas externas, como homicídios e acidentes de trânsito. Segundo elas, é a vulnerabilidade do jovem à violência que se traduz na morte precoce de tantos. A violência, que mata e sangra, seria marca dos tempos atuais e não específica de uma classe, a pobre. Inclusive, as autoras afirmam que existem poucas pesquisas que relacionam a violência com jovens de classe média, e que há, nessa classe, uma exclusão existencial.

Segundo essas duas autoras, não há um tipo único de jovem. Os jovens da periferia apresentam descontentamento por sua grave exclusão social, de forma violenta, buscando reconhecimento e valorização como cidadãos.

E, além disso, Gonçalves (2007) apresenta outro aspecto que coloca o jovem como “vilão” nas questões relacionadas à criminalidade. Segundo ela, foi firmada, no imaginário social, a associação entre a juventude e as grandes questões de cada tempo. Como, no século XXI, se desenvolvem as preocupações com o individualismo exacerbado e a criminalidade crescente, o

jovem emerge como individualista e responsável, em grande parte, pela criminalidade urbana.

A preparação para o mercado de trabalho se configura como uma das formas de afastar os adolescentes das drogas. Observamos que a realidade de jovens de poder aquisitivo médio ou elevado em relação à preparação para o mercado, normalmente, é cercada de cursos. Já os jovens em contexto de pobreza geralmente não recebem essa preparação, e, quando recebem, são de baixa qualidade, longe das expectativas do mercado.

Vemos ainda que muitas vezes os adolescentes não se encontram preparados para entrar no mundo adulto, o que provoca angústia e confusão. Os adolescentes em contexto de pobreza vivenciam essa passagem de maneira abrupta, tendo muitas vezes que assumir o sustento da família, o cuidado com irmãos menores, e às vezes dos próprios pais. Muitas vezes, essa troca de papéis transfere um extremo poder aos adolescentes.

De acordo com Santos (2006)⁶, em algumas famílias, ocorrem problemas quando os papéis de adulto e criança não são claramente diferenciados e quando os adultos têm um grande número de suas necessidades supridas pelos filhos. Nas famílias cuja condição é de pobreza, muitas vezes, os filhos assumem responsabilidades de adultos, indo muitas vezes para as ruas guardar carros, ou fazer malabarismos circenses para ganhar um trocado.

Enfim, o tema da adolescência é amplo, necessitando cada vez mais ser abordado. Confirma a idéia de que o jovem se encontra muitas vezes à deriva, aguardando, com os equipamentos de que dispõe, um porto seguro para atracar. Muitas vezes, sem uma rede de acesso à satisfação de suas necessidades básicas para que tenha opções para escolher e formular um projeto de vida, repleto de sonhos, expectativas e crescimento.

Para finalizar, Castro e Abramovay (2002, p. 174) discutem alguns aspectos relacionados ao jovem:

[...] os jovens fazem parte e circulam por distintas instituições, como a família, o mercado de trabalho e a escola; são produtores e consumidores de espetáculos e notícias, sendo produzidos e

⁶ Essa pesquisa foi realizada em uma ONG localizada na periferia da cidade de São Paulo, e teve como principal objetivo compreender a experiência de educar os filhos.

reproduzindo formas de ser e pensar. Respondem ao apelo do consumo, da competitividade, do individualismo e da fixação no poder – marcas de uma época, de uma geração -, mas muitos desenvolvem um pensamento crítico, buscam saídas e resistem, ainda que o horizonte do possível para os pobres seja limitado.

Esperamos que esse horizonte possa ser ampliado e que o pensamento crítico indique direções de saúde mental em uma sociedade repleta de desafios a serem superados.

2.3.2 A FAMÍLIA ADOLESCENTE EM CONTEXTO DE POBREZA

Cervený e Berthoud (1997; 2002) descrevem a família, nessa fase, como a família adolescente, uma vez que, na perspectiva sistêmica, toda a família “adolesce” nesse momento.

Sabemos que existem diferentes famílias e que cada uma delas vivencia de diferentes formas essa etapa do ciclo vital. Procuraremos, aqui, tratar de alguns aspectos que são observados na maioria das famílias. Quando estudamos estes eventos em comum, é interessante observar também suas idiossincrasias, como por exemplo, as questões relacionadas à classe social, origem étnica, sexo, local de residência.

Vemos que a literatura brasileira que se utiliza da perspectiva do ciclo vital das famílias pobres é escassa. Utilizaremos pesquisas que se referem ao ciclo vital da família tradicional de classe média e as relacionaremos com estudos de famílias em contexto de pobreza.

Preto (2001)⁷, em seu capítulo sobre a fase do ciclo vital da família com adolescentes, enfatiza que a adolescência exige mudanças estruturais e renegociação de papéis nas famílias, envolvendo pelo menos três gerações de parentes. As necessidades dos adolescentes de maior autonomia e independência tendem a precipitar mudanças nos relacionamentos entre as gerações. Situações como os pais e avós redefinirem seus relacionamentos, os casais renegociarem seu casamento, e os irmãos questionarem sua posição na família são comuns nessa fase.

⁷ Pesquisa realizada com famílias tradicionais de classe média americana.

Segundo Preto (2001), quando o adolescente entra em conflito com um dos pais, os esforços para não diminuir a tensão muitas vezes provocam a repetição de padrões de relacionamento da família de origem dos pais que eram considerados indesejados ou inadequados no relacionamento com os filhos.

Minuchin (1990) coloca que, com a chegada da adolescência, o grupo de companheiros alcança muito poder. É uma cultura em si mesmo, com seus próprios valores sobre sexo, drogas, álcool, maneira de vestir, política, estilo de vida e atitude frente ao futuro. Nesse momento, são necessárias negociações no sentido da autonomia e do controle.

Vemos, em nossa atuação na área jurídica e na clínica psicológica, que essa etapa do ciclo vital é um dos maiores desafios encontrados pelos pais, independente da classe socioeconômica. Vários novos sentimentos surgem nessa fase, ao mesmo tempo em que explodem dúvidas e transformações em todo o sistema familiar.

Para Macedo (2001), compreender o jovem implica perceber o grau de flexibilidade quanto ao que podemos aceitar, absorver e nos enriquecer com suas contribuições. O adolescente é o membro que apresenta um movimento de ir e vir para fora e para dentro do sistema, trazendo consigo novos estímulos, questionamentos, expressões (como as gírias, por exemplo), comportamentos e valores. Daí a importância da flexibilidade do sistema.

Ainda em relação a essa necessidade de flexibilidade colocada por Macedo (2001), vemos que essa é a principal tarefa dessa fase. Um sistema familiar flexível, com fronteiras nítidas que permitam certa autonomia para o desenvolvimento de uma maior independência dos filhos adolescentes, é a forma mais saudável de se vivenciar essa etapa.

Segundo Preto (2001), entretanto, deve-se observar uma tendência das famílias, que, na tentativa de funcionar de maneira harmônica e sem conflitos, acabam utilizando as mesmas formas de resolução de conflitos que funcionavam antes dessa etapa. Os pais tentam puxar as rédeas ou retraindo-se emocionalmente para evitar novos conflitos. Os adolescentes, por outro lado, esforçando-se para ter seu espaço, recorrem a ataques de raiva, se retraem emocionalmente atrás de portas fechadas em seus quartos, buscam apoio dos

avós, ou argumentam recorrendo a alguns exemplos de colegas que têm maior liberdade.

Preto (2001) evidencia ainda que, nesse período vivenciado pela família, o sistema é levado a mudanças em função desta troca constante, com o contexto, feita pelo adolescente. A família tem que rever suas relações com a orientação dos filhos, com a participação, com a divisão da responsabilidade e da autoridade e o poder na educação dos filhos. Os pais também passam por uma fase de reavaliação da vida, revendo aspectos como carreira e vida conjugal. Em grande parte das famílias com adolescentes, os pais estão na meia-idade. Nesse momento, muitas mulheres resgatam ou iniciam novas carreiras por não terem que cuidar mais dos filhos pequenos. Os avós enfrentam questões como aposentadoria, possíveis mudanças, doença e morte. Esses acontecimentos pedem renegociações dos relacionamentos, podendo os pais dos adolescentes se tornarem cuidadores de seus pais.

Segundo Cerveny e Berthoud (1997), os valores familiares, até esse período, eram mantidos sob intenso controle pelos pais; agora, passam pela contestação dos filhos adolescentes. "... trava-se uma luta em que o poder é desafiado como no jogo da corda (cabo – de – guerra), que é o mais freqüente: de um lado puxam os adultos, e de outro puxam os jovens." (CERVENY; BERTHOUD, 1997, p.80).

Macedo (2001) aponta alguns problemas que geralmente surgem nessa fase. Para ela, os problemas surgem quando não existe o preenchimento das expectativas de uma das partes. Ocorrem alguns problemas relacionados a escola, limites, sexualidade, entre outros.

E ainda argumenta que, no contexto escolar, ocorrem conflitos que têm a ver com dificuldades de aprendizagem e faltas nas aulas em excesso. Acrescentamos, hoje, a violência presente no ambiente escolar, tanto entre os jovens como entre professores e alunos, e o desinteresse de ambos. Nesses casos, a autora sugere a colocação de regras claras, por parte da escola, em relação às faltas, ao não cumprimento de tarefas, aos critérios avaliativos, entre outros. Esses esclarecimentos ajudam o jovem a se organizar para cumprir tais exigências.

A autora percebe que o adolescente ainda não tem a noção de relatividade, está em processo de aquisição. A lógica dos jovens é binária, ou

seja, sim ou não, pode ou não pode. E sua auto-imagem é baseada na crença de que pode e sabe tudo. A força que os adolescentes demonstram contra os limites impostos preocupa a família e a escola, principalmente em relação aos excessos que podem cometer quanto a bebidas e drogas, atos de agressividade, comportamentos anti-sociais muito comuns por andarem em grupos. Eles sentem a necessidade de testar os seus próprios limites, dos familiares, da escola e do meio em que vivem.

De acordo com a mesma autora, o tema da sexualidade é um dos assuntos mais delicados a serem tratados pela família. Geralmente as meninas pensam sobre o uso da camisinha, a idéia da virgindade e do amor romântico.

Bauman (2003) descreve, em sua obra *Amor Líquido*, a fluidez dos relacionamentos e o significado do amor nos relacionamentos. Vê que a insegurança inspirada por essa condição de se relacionar estimula desejos conflitantes de estreitar os laços e ao mesmo tempo deixá-los frouxos.

Não nos cabe detalhar tais idéias, porém vemos que vale a pena refletir a respeito de como as pessoas se relacionam no mundo contemporâneo e o que essa forma postulada por Bauman (2003) de se relacionar trouxe para os “adolescentes contemporâneos”.

Sobre os meninos, Macedo (2001) observa que se sentem muitas vezes “cobrados” no que diz respeito ao início da atividade sexual, em geral pelo pai e outros membros masculinos da família, e se queixam de que ninguém se preocupa com o quanto para eles esse assunto é motivo de medos, receio, dúvidas, etc. Sendo que muitas vezes a “primeira vez” acontece para cumprir as expectativas do pai e a pressão social. Sabemos que esse assunto é cercado por mitos e tabus que foram construídos, porém só podem ser esclarecidos por meio do diálogo e de uma postura de abertura dos pais para que ocorra.

Macedo (2001) ressalta que, nessa fase da vida familiar, os pais são exigidos e têm que ser praticamente heróis com tantas tarefas a serem cumpridas para que possam passar com tranquilidade para a próxima etapa do ciclo vital. Vemos que essas tarefas desencadeiam alguns sentimentos que incomodam a todos, sendo os principais: os sentimentos de perda e o medo do abandono. Os pais sentem que estão perdendo “suas crianças” para os amigos, namorados (as), enfim para o mundo. Alguns têm um sentimento de

vazio com a autonomia e maior independência dos filhos. Cada família responde de maneira diferente a essa mudança. É provável que os pais se sintam “esmagados” e tentem controlar arbitrariamente seus filhos ou desistam do controle.

Nas famílias de baixa renda, existem algumas diferenças em relação aos eventos esperados para essa fase. Fulmer (2001) compara as famílias profissionais⁸ e as famílias de baixa renda em função desses eventos, descritos na tabela abaixo:

Idade	Famílias “Profissionais”	Famílias de Baixa Renda
12-17	a. Evitam a gravidez b. Terminam o segundo grau c. Pais continuam a sustentar enquanto permitem que os filhos obtenham maior independência	a. Primeira gravidez b. Tentam terminar o segundo grau c. Pais tentam um rígido controle antes da gravidez. Depois da gravidez, o controle é relaxado e a nova mãe e o bebê continuam a ser sustentados
18-21	a. Evitam a gravidez b. Saem da casa paterna para a faculdade c. Adaptação à separação pais-filhos	a. Segunda gravidez b. Nenhuma instrução adicional c. A jovem mãe adquire um status adulto na casa paterna
22-25	a. Evitam a gravidez b. Desenvolvem uma identidade profissional na faculdade c. Continuam separados da casa paterna. Começam a viver um relacionamento sério	a. Terceira gravidez b. Casamento - saem da casa paterna para constituir uma família com padrasto c. Continuam conectados com a rede familiar
26-30	a. Evitam a gravidez b. Casamento – desenvolvem um casal nuclear separado dos pais c. Intenso envolvimento com o trabalho quando a carreira começa	a. Separam-se do marido b. A mãe se torna a chefe da própria família dentro da rede familiar
31-35	a. Primeira gravidez b. Renovam o contato com os pais como avós c. Papéis diferenciados, na carreira e na criação dos filhos, entre marido e mulher	a. Primeiro neto b. A mãe se torna avó e cuida da filha e do bebê

Fonte: FULMER, R. H. Famílias de Baixa Renda e Famílias com Formação Profissional: Uma Comparação da Estrutura e do Processo de Ciclo de Vida. In: CARTER B.; MCGOLDRICK, M. e cols. As Mudanças no Ciclo de vida Familiar: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

As diferenças ficam claras, na tabela apresentada, por meio dos eventos descritos. Ambas as famílias se diferenciam essencialmente na base da educação, existindo dois caminhos a seguir: o da ascensão da carreira por meio do estudo e o aumento da família por meio da procriação. Segundo o

⁸ Famílias que além de concluir o segundo grau e a faculdade, conquistaram no mínimo um grau pós-universitário. São caracterizadas por uma escolaridade contínua e prolongada e um adiamento da gravidez, independente da raça.

autor, a gravidez é incompatível com a experiência de bom desempenho escolar.

Vemos, em nossa realidade, que o número de filhos, nas famílias em contexto de pobreza, normalmente ainda é maior do que nas famílias de classe média. Porém, Sarti (2005) aponta uma diminuição da taxa de fecundidade em todas as classes sociais. A taxa de fecundidade da mulher no Brasil diminuiu de 5,8 filhos em 1970 para 2,4 em 2000, de acordo com os dados do IBGE (2009), como já havíamos citado anteriormente.

Nesse momento, os avós muitas vezes entram em cena para cuidar dos netos. Os avós assumem o papel da mãe dos netos, e a mãe passa a desenvolver o papel de irmã dos próprios filhos. O que acaba geralmente gerando dificuldades e problemas na educação dos menores, sobretudo, quando entram na adolescência. (SANTOS, 2006).

O autor coloca que essa situação pode resultar em níveis de conflitos de confusão de papéis entre os adultos, acarretando falta de força, insegurança e a falta de clareza em termos dos objetivos e práticas educativas. Percebe-se que os filhos acabam assumindo responsabilidades do grupo ou da rede de parentesco. Ou seja, os pais muitas vezes não dão conta de manter a responsabilidade sobre os filhos.

Sarti (2003) aponta outra questão relevante em relação a possíveis conflitos. As freqüentes rupturas que acontecem, no ciclo vital familiar, podem ser pensadas estabelecendo uma relação entre condições socioeconômicas e a estabilidade familiar. Um exemplo é quando a família pobre, centrada no pai/provedor, não cumpre as expectativas, provocando rupturas conjugais.

E ainda aponta que:

Se a vulnerabilidade da mulher está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem, o que a fragiliza em face deste mundo que, por sua vez, reproduz e reitera as diferenciações sexuais, o status central do homem na família como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. Este fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve. (SARTI, 2003, p. 67)

Santos (2006) aponta, a respeito das questões financeiras, que os pais lutam para proporcionar o básico de alimentação, vestuário, abrigo e

segurança. Em função do bombardeio que os adolescentes sofrem pelo modelo consumista, os pais se preocupam por não poder dar aos filhos aquilo que eles pedem, quando não exigem.

Finalizamos esse capítulo com as idéias de Sarti (2003, p. 141) a respeito do universo simbólico dos pobres:

O universo simbólico dos pobres reflete e desenvolve a imagem da sociedade onde vivem. Não se trata, assim, de um universo específico dos pobres, mas dos elementos socialmente dados que são por eles mobilizados e articulados para viverem e atribuírem um sentido à vida, num mundo onde precisamente se localizam como pobres.

2.4 A POBREZA, A FAMÍLIA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Existem inúmeras formas de definirmos a pobreza e os pobres. Nossas colocações serão baseadas, de um lado, em resultados de levantamentos estatísticos que representam a realidade brasileira a partir de critérios previamente estabelecidos por órgãos públicos de pesquisa e, de outro, em autores da Psicologia e Sociologia.

De acordo com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2007), todas as pessoas, com renda “*per capita*” igual ou inferior a meio salário mínimo, podem ser consideradas pobres. Da mesma forma, são consideradas pessoas em condição de indigência aquelas com renda “*per capita igual*” ou inferior a um quarto do salário mínimo. A renda utilizada na análise corresponde ao total dos rendimentos do trabalho e aposentadoria, somados a pensão, doação, aluguel, juros, dividendos e bolsa família. Ou seja, trata-se fundamentalmente do rendimento advindo das atividades laborais, acrescido ainda daquela derivada da aposentadoria, oriunda também do trabalho.

A seguridade social desempenha um papel crucial para a redução da extrema pobreza no Brasil. As transferências monetárias da Previdência Social (aposentadorias, auxílios, pensões e outras, como o salário-maternidade e salário-família), colaboram decisivamente para a diminuição da indigência no país.

Nessa direção, Nascimento e Scheinvar (2005) apontam que o governo se utiliza de uma prática apoiada em aparelhos, equipamentos, instituições, procedimentos, que permitem o exercício de uma forma de poder. Essa prática tem como alvo a população à qual se remete a partir de relações de controle, chamada de “segurança”, como também acontece no caso do aparelho judiciário. A segurança social pode ser vista como um instrumento do poder representado pelo Estado, que indica maior autonomia dos indivíduos, embora, paradoxalmente, acarrete em maior dependência. Essa situação de dependência por sua vez, opera por meio das políticas de assistência social.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2006) – PNDA – o número de pessoas em condições de extrema pobreza atualmente é de 21,7 milhões em todo o Brasil. Entretanto, se fossem retirados da renda domiciliar os benefícios da assistência e previdência, o número de pobres subiria para 38,9 milhões.

De acordo com Giddens (2005), em muitos países, a definição de pobreza é baseada no rendimento relativo e, por essa razão, alguns críticos argumentam que as estatísticas medem mais a desigualdade do que as carências materiais.

Para Saleh (2001), a tipologia da pobreza pode se apresentar como: integrada, marginal e desqualificante. A primeira se refere a uma questão de pobreza mais ligada às desigualdades sociais relativas ao território: os membros das famílias apresentam nível de vida baixo, porém estão inseridos nas redes sociais organizadas em torno da família e da vizinhança, e também nos trabalhos informais ou subempregos. O segundo tipo de pobreza, a marginal, se refere aos marginalizados que estão fora dos circuitos de sociabilidade. O terceiro e último tipo diz respeito à pobreza desqualificada, que está ligada à exclusão e a situações de precariedade.

Giddens (2005) define os pobres como pessoas que não conseguem suprir permanentemente as necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde, etc. A pobreza pode ser entendida como carência material (necessidades elementares), carência de rendimento ou riqueza (falta de recursos econômicos) e a carência social (exclusão social, dependência e a incapacidade de participação na sociedade).

Assim, apoiado em pesquisas sociais, Giddens (2005) esclarece que a pobreza não resulta de uma única causa, mas de um conjunto de fatores, como: políticos legais, econômicos, sócio-culturais, naturais, históricos, problemas de saúde, e insegurança.

O autor aponta duas abordagens principais que têm sido adotadas para explicar a pobreza, que são: a cultura da pobreza e a cultura da dependência, sendo os pobres responsáveis por suas próprias situações de desvantagem. Devido a uma falta de aptidões e de motivação ou uma fraqueza moral, os pobres seriam incapazes de alcançar sucesso na sociedade. Alguns passam a depender da assistência externa, como auxílio da Previdência, em vez de construir a vida sozinhos. A segunda abordagem afirma que a pobreza é resultado de processos sociais maiores, que distribuem os recursos de forma desigual, criando condições difíceis de serem combatidas.

A situação de pobreza pode levar a uma situação de exclusão, aqui caracterizada pelo não-acesso aos bens e serviços básicos ou essenciais. O debate sobre a exclusão social no Brasil tem tomado corpo nas últimas décadas, envolvendo diferentes segmentos sociais, o que tem aumentado a visibilidade da exclusão, contribuindo para o aprofundamento das discussões que levem à superação dessa realidade perversa.

Para Sposati (1998), o conceito de exclusão social, neste final de século, é reforçado no primeiro mundo por captar duas grandes marcas: a perda de um patamar alcançado e o não respeito à aquisição do novo direito à diferença. Esse conceito, hoje, se confronta diretamente com a concepção de universalidade e, com ela, a dos direitos e da cidadania.

Os debates sobre exclusão se aproximam daqueles que discutem a questão social, a função do emprego, o desemprego e suas conseqüências atualmente. Esta noção, está ligada à uma sociedade que vê o trabalho e sua decorrente proteção como forma de estabilidade social. Porém, quando se trata do capitalismo, no qual o desemprego não é um acaso, mas sim uma forma por meio da qual esse sistema se estruturou, a proteção que busca integração implica em práticas concretas, limitadas em relação ao discurso que se prega (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005).

Em relação a proteção que ao mesmo tempo integra, as mesmas autoras argumentam que:

[...] a capacidade de integração ao sistema produtivo de forma ativa é limitada, pelo que as políticas de proteção se orientam a contornar algumas situações limites, sem a menor pretensão de reverter o quadro estrutural que produziu a exclusão social. A expansão da proteção pública ocorre na medida em que as situações de exclusão advindas dos processos de industrialização capitalista se generalizam, repercutindo na capacidade de suporte das redes sociais primárias como a família e a comunidade. (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005, p. 57).

Durante algum tempo, no Brasil, as questões relacionadas à exclusão desembocavam no mesmo ponto: a pobreza, sendo que a exclusão e a pobreza pareciam indissociáveis. Tal configuração resultou numa feição própria, visível, concreta e extremamente preconceituosa e estereotipada, ou seja, quando se abordava a exclusão, entravam em cena os pobres. Mais do que isso, a interpretação da pobreza colocava essa população como vítima das injustiças sociais, legitimando e acentuando as políticas assistencialistas.

No contexto da cultura tutelar para com os empobrecidos, dominantes em nosso país, as atenções para com a família são conservadoras e inerciais e reafirmam o signo da subalternidade com ajudas em espécie, eventuais e emergenciais, para mantê-las dependentes, perpetuando o culto do "favor" e não a garantia do direito. Sem possibilidade de preparar com tranqüilidade o futuro, as famílias pobres preocupam-se com o presente, e suas crianças são portadoras desses projetos de curto prazo, nos quais elas não são apenas receptoras, mas também provedoras (CARVALHO; GUARÁ, 1994).

Nesse sentido Nascimento e Scheinvar (2005) nomeiam a intervenção governamental na família pobre como uma proteção filantrópica. Ao localizar a proteção no campo de ação filantrópica, entende-se que esta deve se pautar no campo da "boa vontade" e não da ação pública de fato. Essa abordagem filantrópica, costuma ocorrer de forma individualizada, como se fossem demandas particulares. A demanda particular é entendida, nesse contexto como a culpabilização individual pelas condições de vida das pessoas às quais socorre e não como problemas coletivos, produzidos social e historicamente.

Segundo Carvalho e Guará (1994) além dessa rede social básica, as famílias - evocando seus direitos - reivindicam sua inscrição nos programas oferecidos pelas redes institucionais públicas das diferentes políticas sociais. Nesta busca, defrontam-se quase sempre com a ausência destes serviços ou

com uma oferta fragmentada, voltada muito mais para sujeitos individuais (a criança, a mulher, o idoso) do que para a família como sujeito coletivo.

E ainda apontam que o ressurgimento da família hoje, enquanto unidade de atenção das políticas públicas reflete uma retomada de consciência sobre a importância desta como provedora básica. Indica também sua revitalização enquanto continente afetivo. De todo modo, é preciso considerar que a família, tanto quanto a criança e o adolescente, necessita de proteção social jurídica e econômica.

A Assistência Social é regida pela Lei Orgânica de Assistência Social (2003) – LOAS - que regulamenta a garantia do mínimo de cidadania à população. O principal objetivo é a proteção social por meio da garantia dos direitos fundamentais à população.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome inaugurou o funcionamento do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) por meio da Resolução 145 de 15 de outubro de 2004, para promover ações na área da assistência e seguridade social. Dentro dessa política, a Portaria 442, de 26 de agosto de 2005, regulamenta a destinação da disponibilidade orçamentária chamado de Piso Básico destinada ao custeio de ações sócio-assistenciais. O Piso Básico Fixo é destinado exclusivamente ao custeio do atendimento das famílias e seus membros por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

O CRAS é uma entidade pública de assistência social que oferece serviços de proteção social básica. Atua com pessoas e famílias em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao fortalecimento do convívio sócio-familiar. Todas as suas ações destinam-se a população em situação de vulnerabilidade social. Os centros são formados por equipe interdisciplinar, da qual normalmente fazem parte psicólogos(as) e assistentes sociais. Dentre as responsabilidades do CRAS, estão: prestar informação e orientação para a população, articular a rede de proteção social, vigilância da exclusão social, entre outras.

Para Saleh (2001), o contexto influenciará na mudança da família, pois cada reação está relacionada com as experiências, e percepções de cada um, e em se tratando da condição de pobreza, a reconstrução de uma nova realidade dependerá das oportunidades, e determinação que cada indivíduo ou

família tem ou desenvolve. Um obstáculo para a mudança na condição de família pobre é a exclusão como também a inclusão social. Em se tratando de exclusão, as situações que uma família pode vivenciar, na exposição da exclusão social, podem desenvolver revoltas, influência para praticar violência, prejuízo no interesse de desenvolvimento do indivíduo e da família. Quando se trata de inclusão, essa deve ser trabalhada de forma que as famílias não se acomodem.

2.5 A FAMÍLIA E AS DROGAS

A razão dessa discussão é a grande incidência do uso e abuso de entorpecentes entre os adolescentes. Faremos breves considerações a respeito do assunto que é foco de pesquisas, discussões e ações governamentais, pois o abuso de drogas passou a ser um fenômeno preocupante para toda a sociedade.

As motivações que levam os indivíduos a utilizarem drogas são diversas. O uso da droga é considerado em grande medida um perigo que ameaça a estrutura da sociedade, a ponto de as autoridades estatais, por diferentes razões, decidir erradicá-las, traçando uma verdadeira guerra contra as drogas (SEIBEL; TOSCANO, 2001).

De acordo com Silva (2007), o abuso de drogas é um tema que, em geral, preocupa as famílias e afeta tanto o indivíduo como seu sistema familiar. O assunto provoca diferentes reações na família, como temores, sentimentos de impotência, entre outros.

Durante o período de construção da identidade, o adolescente pode sentir algumas inseguranças e incertezas sobre si, podendo levar a situações de transgressão, busca de prazer imediato, necessidade de liberdade, onde a utilização de drogas pode ocorrer por curiosidade, influência do grupo, disponibilidade de drogas, influência familiar, “modismo da turma” (SILVA, 2007).

Sudbrack (2001) aponta que as condutas chamadas “toxicomaníacas” ou de adicção às drogas, não são apenas comportamentos de revolta dos adolescentes. A dependência química encobre, na maioria das vezes,

dependências relacionais, e em alguns casos, mascara distúrbios severos de natureza psiquiátrica. A autora salienta que:

[...] o conceito de dependência, na perspectiva sistêmica, adquire uma conotação e significado diversos de sua concepção mais conhecida, originada na teoria psicanalítica. Em vez de associar-se a dependência aos estados necessariamente patológicos ou regressivos, próprios de etapas infantis do desenvolvimento humano, entende-se a dependência enquanto um mecanismo natural de adaptação. (SUDBRACK, 2001, p. 406)

Em uma visão sistêmica Brasil (2004) coloca que o impacto da dependência química na família varia e estabelece um processo contínuo de inter – relações em que esse sistema influencia e é influenciada pela drogadição de um ou mais de seus membros. Os efeitos e conseqüências do abuso químico em uma determinada pessoa estão ligados a alguns fatores, como: o contexto em que o sujeito está fazendo uso, a droga, a quantidade, o estado psicológico e orgânico e a tolerância já desenvolvida. Nas famílias ocorre algo semelhante, na medida em que o impacto da drogadição varia de acordo com as características externas e internas intrínsecas de cada sistema, como por exemplo: o momento do ciclo vital em que se vive o fenômeno, a história intergeracional, o contexto sócio cultural em que estão inseridas, entre outras questões.

A importância do olhar sistêmico pode ser observado na prática clínica com dependência química, quando esse considera tanto os aspectos individuais quanto os sociofamiliares para a compreensão dos fenômenos complexos, como a drogadicção (SILVA et al, 2007).

O olhar sistêmico sobre o fenômeno da drogadição possibilitou perceber que não há vilões ou vítimas nestas histórias de família, mas sim uma influência conjunta ao longo de todo o processo e portanto uma co-responsabilidade no tratamento. Deve-se perceber que muitas vezes o impacto da drogadição nas famílias é tão intenso quanto o impacto da recuperação. A família toda deve entrar em tratamento, para passar de uma condição de sistema de boicote, para uma mudança significativa, assumindo uma postura de colaboração e apoio muito importante na recuperação do drogadito (BRASIL, 2004).

Em pesquisa que trata das relações interpessoais em famílias com farmacodependentes, viu-se que essas são famílias em situação grave, muitas vezes de urgência clínica, necessitando de tratamento *multi* e interdisciplinar. O estudo mostrou que a terapia familiar, assim como em outros trabalhos que utilizaram a terapia familiar para abordagem de outras patologias, mostrou-se extremamente útil, como catalisadora de um tratamento mais amplo e totalizador, conscientizando os membros familiares da importância de sua participação ativa no processo terapêutico e servindo também para melhorar os vínculos afetivos entre eles (SILVA et al, 2007).

A relação com o tráfico de drogas é fator importante a ser discutido quando se trata do uso ou abuso de substâncias ilícitas. Na pesquisa de Castro e Abramovay (2002), o tráfico de entorpecentes pode estar associado ao financiamento do próprio vício. No ambiente de exclusão social, é freqüente a atividade do tráfico ser uma via para a satisfação de aspirações de consumo para qual a sociedade não oferece meios legítimos.

Dentro da grande variedade de tipos de drogas disponíveis para consumo em nossa sociedade, destacamos os mais comuns, sendo eles, o álcool, a cocaína, a maconha, e o crack, que iremos discorrer brevemente a respeito.

O álcool é a droga mais consumida, por ser a de mais fácil acesso e aceita socialmente. A impressão que dá é que não é tão alarmante como as demais drogas, porque o organismo demora mais tempo para criar dependência, além de fazer parte da vida social das famílias. Contudo, além de ser muito prejudicial ele pode ser porta de entrada para outras drogas. Infelizmente, o consumo do álcool já virou parte da nossa cultura. Ribeiro e Marques (2002), colocam que o álcool traz complicações como intoxicação, insônia, tremedeira, riscos diretos a saúde, desenvolvimento de outras doenças, e deixam os sujeitos mais propensos a acidente, podendo ainda atingir a todas as idades.

Castro e Abramovay (2002) discutem dados referentes ao consumo de drogas, entre jovens. O consumo de drogas lícitas, principalmente o álcool, inicia-se na família, sendo incorporado como elemento de sociabilidade em todas as camadas sociais. Já as drogas ilícitas, como os inalantes, a maconha,

o *crack*, entre outros, começa a ser consumida geralmente fora do espaço da família, a partir da relação de amizade ou pertencimento a um grupo.

Para Mattos, Campos e Ferreira (2003), a dependência alcoólica, sendo esse o estágio mais avançado deste comportamento aditivo, já atinge 11,2% dos brasileiros com idade acima de 12 anos, sendo 17,1% da população masculina e 2,7% da população feminina. Esta incidência fez com que o álcool fosse responsável, no Brasil, por 37.754 internações hospitalares, no ano de 1999, cerca de 85% de todas as ocorridas por problemas decorrentes do uso de drogas psicotrópicas.

O álcool é um dos fatores mais comuns no absenteísmo escolar e profissional. Sua influência interfere nitidamente no desempenho das funções profissionais, chegando até a favorecer severos acidentes de trabalho. Estas circunstâncias potencializam a demissão do funcionário, itinerário de muitos alcoolistas. Em ocasiões extremas, pode-se trabalhar somente o tempo necessário para adquirir a quantia suficiente para o consumo, ou, ainda, trabalhar em troca de bebida ou fazer trabalho cuja remuneração direta seja o álcool (MATTOS; CAMPOS; FERREIRA, 2003).

Outra droga, é a cocaína que segundo Ribeiro, Romano e Marques (2002) é consumida por 0,3% da população mundial, e a maior população de usuários são jovens. É extraída da folha de coca, pode ser administrada por qualquer via. Proporciona euforia que serve como reforço e motivação. Pode causar complicações psiquiátricas como pânico ou transtornos depressivos. A overdose pela cocaína é comum. O uso da cocaína é menos freqüente entre os jovens de baixa classe socioeconômica, por geralmente custar mais caro que outras drogas, como o crack, e a maconha, por exemplo.

Em relação a maconha Ribeiro e Marques (2002) afirmam que essa é a droga ilícita mais utilizada mundialmente, seu uso quase sempre é intermitente e limitado. Seu risco é comparável com a dependência do álcool. A absorção via oral é mais elevada e lenta. Em relação aos sintomas pode causar quadros temporários de natureza ansiosa, tais como reações de pânico, ou sintomas de natureza psicótica. Seibel e Toscano (2001) colocam que a maconha é utilizada há séculos, primeiramente por seus efeitos euforizantes e tranquilizantes.

A respeito do crack, essa tem sido considerada a droga de maior

incidência causadora de dependência química rápida e danos irreversíveis, levando até mesmo a morte em pouco tempo de uso. De acordo com Silva (2006), o crack é resultante da mistura de cocaína, bicarbonato de sódio ou amônia e água destilada, resultando em grãos que são fumados em cachimbos. O consumo do crack é maior que o da cocaína, pois é mais barato e seus efeitos duram menos, a dependência de constitui em pouco tempo no organismo. Os efeitos psicológicos observados são a euforia, sensação de poder e aumento da auto-estima.

Pode ocorrer também, como colocam Seibel e Toscano (2001) o uso de múltiplas drogas, ou seja, o consumo de mais de uma droga ou classe de drogas, ao mesmo tempo ou seqüencial e normalmente objetivando a intensificação, a potencialização ou neutralização dos efeitos de uma droga.

3 A LEGISLAÇÃO NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Nesse capítulo, abordaremos brevemente as questões legais em torno da infância e da adolescência. Discorreremos primeiramente a respeito da questão dos direitos humanos relacionada aos direitos das crianças e adolescentes.

De acordo com Silva (2005), o direito da criança no Brasil foi construído por meio de crescentes e constantes mudanças na sociedade. As legislações evoluíram à medida que foram sofrendo pressões sociais e políticas das mais diversas. No plano internacional, a proteção da criança e do jovem demonstra uma busca constante de se construir um sistema jurídico que zele integralmente pela infância e juventude.

Em um segundo momento, apontaremos as principais leis em torno da criança e do adolescente, principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente. Finalizaremos discutindo o Sistema de Garantia de Direitos a Crianças e Adolescentes.

3.1 OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Direito é um conjunto de regras obrigatórias que garantem a convivência social, graças ao estabelecimento de limites à ação de cada um de seus membros. O direito se divide em duas grandes classes: Direito Público e Direito Privado. O Direito Público: são relações que se referem ao Estado e traduzem o predomínio do interesse coletivo; o Direito Privado: são relações que se referem ao indivíduo em particular (REALE, 1993).

Em relação aos direitos humanos, Dutra (2005) argumenta que os mesmos nasceram na modernidade e foram assegurados com algumas das seguintes declarações de direitos do final do século XVIII:

- Declaração da existência de direitos de escolher representantes por meio de eleições, 1776;

- Declaração da independência Norte Americana, 1776;
- Declaração dos Homens e do Cidadão, 1789;
- Declaração Americana de Direito e Deveres do Homem, 1948;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948;
- Declaração Universal dos Direitos da Criança, 1959.

A autora coloca que os movimentos sociais e políticos promoveram nos indivíduos a necessidade de serem donos do seu próprio destino e possibilitaram o questionamento do poder absoluto de reis e governantes. No século XX, retoma-se a idéia dos direitos humanos, em decorrência do holocausto ocorrido durante a segunda guerra mundial. Nesta época foram realizados amplos debates proclamando direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Para propor justiça social, de forma efetiva, vários documentos internos dos países, inspiraram-se nos princípios de direitos humanos.

Os direitos humanos são conquistas históricas da humanidade, como o direito à liberdade, ao voto, condições de trabalho, meio ambiente, proteção infância, com caráter universal, ou seja, os direitos humanos possuem caráter universal, e são destinados a todos os cidadãos (DUTRA, 2005).

As sociedades, ademais, ao reconhecerem que todo ser humano tem direitos e que cabe ao Estado o dever de respeitá-los e garantir a sua plena realização, buscam criar mecanismos de âmbito mais amplo que o próprio Estado. Estes instrumentos compõem um conjunto de legislação internacional que visam a controlar a ação estatal sobre as pessoas e demais instituições.

Dutra (2005) argumenta que o Estado, por meio de suas Constituições, passou a propiciar direitos e assumir deveres para com a sociedade, garantindo condições justas de vida e de trabalho. No Brasil, a proteção dos Direitos Humanos se deu com a Constituição de 1988, após o regime ditatorial. Esta Constituição resgata o Estado de Direito, a separação dos poderes, a Democracia e os direitos fundamentais à luz do valor da dignidade humana.

Dentre os trinta artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2008), adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948, destacamos alguns que consideramos fundamentais para o nossa pesquisa, são eles:

Artigo 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2: 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. 2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 6: Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7: Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 16: 3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo 22: Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo 25: 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo 26: 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Em 1959, é aprovada na Assembléia Geral das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que serviu de base para a promulgação das leis brasileiras ligadas a respectiva área. Esse documento contém dez princípios, dando ênfase a proteção especial à criança.

Em 1985, acontece outro momento importante na história dos Direitos da Criança e Adolescente: a promulgação das Regras de Beijing, sendo chamadas de regras mínimas para a administração da justiça, em relação à infância e da juventude. As mesmas orientam os Estados membros na promoção do bem-estar da criança do adolescente e da família.

De acordo com Silva (2005), o Brasil também é signatário do Pacto de São José da Costa Rica, que vem a ser a Convenção Americana dos Direitos Humanos, aprovada em 22 de novembro de 1969. Essa Convenção amplia os direitos econômicos sociais e educacionais do Homem.

O Brasil ratificou importantes medidas em prol da incorporação de instrumentos internacionais voltados à proteção dos direitos humanos, como por exemplo, a Convenção sobre os Direitos da Criança⁹ que culminou no ato normativo: Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo a proteção integral à criança e ao adolescente, destacando seus direitos fundamentais, bem como política de atendimento a esses direitos (DUTRA, 2005).

⁹ Em 24 de setembro de 1990.

A Psicologia tem, nos últimos 10 anos, efetuado reflexões a respeito da temática dos direitos humanos. O Conselho Federal de Psicologia tem promovido debates e construído materiais importantes que esclarecem o papel da Psicologia nessa área. Essas discussões denunciam questões sociais que vivenciamos no nosso cotidiano, como a violência, discriminações raciais e em relação às orientações sexuais, preconceitos, e violações de direitos fundamentais ao cidadão. E ainda temos o Estado como sendo o maior violador dos Direitos Humanos, como por exemplo: a agressividade provocada e ao mesmo tempo sentida pela polícia, as penitenciárias, as instituições de cumprimento de medidas sócio-educativas, as instituições de abrigamento de crianças vítimas de violência, os hospitais, as escolas e muitos outros.

A Psicologia enriquece essa visão com a compreensão da subjetividade humana e da garantia da saúde mental por meio da luta pela garantia dos direitos fundamentais como: saúde, educação, alimentação, moradia, lazer, e convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, o discurso psicológico pode contribuir na construção e na abertura de espaços reflexivos a respeito de temas que se referem ao sofrimento que é socialmente construído. A denúncia da violação dos direitos do homem deve ser alvo da prática da psicologia em qualquer âmbito, seja no âmbito da intervenção, seja no âmbito da pesquisa científica. O ser humano é visto como um sujeito de direitos, na interface do Direito com a Psicologia.

Dimenstein (2005) argumenta que, apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de todos os modernos códigos legais que regem o nosso país, desde a Constituição ao Código Civil, e do Código Penal ao Código do consumidor, passando por tantos outros, o Brasil não conseguiu vencer a chaga da desigualdade social e da péssima distribuição de renda.

3.2A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A legislação na área da infância e juventude é bastante extensa, e envolve o âmbito internacional e nacional. O Brasil segue convenções,

declarações e decretos internacionais com o objetivo de garantir os direitos à criança e ao adolescente.

De acordo com Ferreira (2008) a legislação brasileira que regulamenta o direito da criança e do adolescente sempre procurou seguir uma orientação doutrinária, pode ser dividida em três correntes:

1) *Doutrina do Direito Penal do Menor*: o direito só se ocupava do menor a partir do momento em que praticasse um ato delinqüente. Adotaram tal concepção na legislação brasileira, o Código Criminal de 1830 e 1890, permanecendo até a entrada do Código de Menores em 1979. A preocupação era com o menor delinqüente e não com o menor cidadão;

2) *Doutrina da Situação Irregular*: os menores apenas eram considerados sujeitos de direito ou mereciam a consideração judicial quando se encontrassem em uma determinada situação, caracterizada como “irregular” e assim definida por lei. O Código de Menores¹⁰ adotou tal doutrina. Havia, pois, uma discriminação legal quanto à situação do menor, somente recebendo respaldo jurídico aquele que se encontrava em situação prevista na lei, ou seja, em situação irregular; os demais não eram sujeitos ao tratamento legal. Podemos considerar nesse contexto um exemplo de situação irregular, quando o menor não tinha acesso à educação, ficando fora do sistema de ensino.

3) *Doutrina da Proteção Integral*: representa um avanço em termos e proteção aos direitos fundamentais.

A concepção de reconhecer *proteção integral* para a criança e o adolescente não é nova. Já a Declaração de Genebra de 1924 determinava a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial; da mesma forma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas apelava ao direito a cuidados e assistência especiais; na mesma orientação, a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos – Pacto de São José (1969) - alinhava, em seu artigo 19: “Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer, por parte da família, da sociedade e do Estado”.

Silva (2005) argumenta que o Brasil incorporou o princípio do melhor interesse da criança em seu sistema jurídico. Por esse fato não se tem mais a

¹⁰ Lei nº 6.697, de 10/10/1979.

proteção da criança como um dever do Estado exclusivamente, mas se constitui um verdadeiro dever social.

Na tabela abaixo listamos os decretos de lei nacionais que foram promulgados seguindo a legislação internacional:

Lei	Disposição
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Estatuto da Criança e do Adolescente
Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991	Criação do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993	Organização da Assistência Social
Decreto nº 1.196, de 14 de julho de 1994	Dispõe sobre Gestão e Administração do Fundo para Criança e Adolescente
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Lei das Diretrizes e Bases da Educação

A Constituição Federal, em seu artigo 277, traz a doutrina da proteção integral, doutrina em que o Estatuto da Criança e do Adolescente se baseia, elencando os direitos fundamentais das crianças e adolescentes:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar; com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (ECA, 1990, art. 4º).

O Estatuto da Criança e do Adolescente busca efetivar os princípios norteadores dos interesses à infância e à juventude, sendo os principais: a proteção integral, a prioridade absoluta, a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento e participação popular. As crianças e adolescentes passaram a ser considerados titulares autônomos de interesses juridicamente tutelados e subordinantes em face da família, sociedade, comunidade e do Estado.

O Estatuto, com efeito, concretizou os novos direitos infanto-juvenis, destacando o valor intrínseco da criança como ser humano e a necessidade de especial respeito a sua condição de pessoa em desenvolvimento. Assim, adotou-se a doutrina da proteção integral, que reafirma o princípio de melhor interesse da criança (SILVA, 2005).

Sarti (2005) argumenta que o ECA dessacraliza a família a ponto de introduzir a idéia de necessidade de proteger legalmente as crianças contra seus familiares e ao mesmo tempo privilegia o princípio de “convivência familiar”, apesar desse recurso legal freqüentemente ser usado para estigmatizar famílias pobres, definidas como desestruturadas e incapazes de dar conta dos filhos.

Nessas famílias, assim como em todos que vivem em condição de pobreza nas sociedades pós-modernas, está impressa uma identidade marcada por um *status* social específico, inferior e desvalorizado. A pobreza nesse contexto vai além da simples carência material, ela imprime uma marca (PAUGAN, 2003).

Na verdade, não há contradição entre uma coisa e outra: o descaso ou os abusos de que muitas crianças são vítimas é que não se conciliam com uma saudável convivência familiar. Além disso, é preciso dar-se conta da situação de risco que está por trás da pobreza. A pobreza em si não é um problema, mas traz consigo um risco iminente de promiscuidade. O risco é o contexto; a vulnerabilidade é a fragilidade de alguém que vive nesse contexto. Risco e vulnerabilidade vivem uma relação de reciprocidade. A vulnerabilidade é a chance de acontecer algo em função do risco embutido no contexto.

Mello (1999) questiona se uma legislação tão avançada não seria uma contradição a mais num país já tão cheio de contradições. A legislação tem que ser avançada e conter um mínimo de garantias, até mesmo para que se possa cobrar e, a partir daí, a sociedade ir incorporando novos referenciais. Há uma grande distância que vai do que a lei dispõe para a realidade onde o dispõe. Mesmo reconhecendo, porém, a distância entre intenção e gesto, é preciso saudar o Estatuto, com suas concepções abrangentes dos direitos dos jovens, indo desde a criança como sujeito de direitos abstratos até as disposições jurídicas para a sua proteção em caso de delito. Também é importante que o poder público se estabeleça como zelador desses direitos.

A autora discute três aspectos relacionados ao ECA, são eles: o direito à família, à escola, e a questão do trabalho. Argumenta ainda que deveriam ser criadas linhas de ação que poderiam transformar a universidade num foro de discussão e de apoio ao fortalecimento das linhas da lei.

Mello (1999) reafirma o direito promulgado pelo ECA do direito à vida familiar. O mesmo define a família de um modo bastante amplo, procurando fugir dos estereótipos da família burguesa do casal e filhos. Trata do que denomina família substituta, reconhecendo, desse modo, o direito ao amparo afetivo e material nos anos de formação. O direito que o ECA supõe está radicado nesta concepção de ambiente propício ao crescimento, não importando quem são, juridicamente, as figuras adultas que vão servir como mediadoras para o ingresso da criança no mundo institucional. O carinho representa, para a criança, o respeito e a dignidade que lhe são devidos, e o alimento deveria ser completado com o pão do afeto. Nada quer dizer a liberdade para a criança pequena, se ela não encontra, à sua volta, adultos que lhe dêem respaldo nos seus tateios da realidade e lhe assegurem a experiência positiva de estar no mundo.

No que diz respeito à educação, Mello (1999) relembra o direito à escola, pública e gratuita, garantida, formalmente, pela Constituição. A escola é um dos mediadores que, juntamente com a família, vão dar à criança condições para o exercício da cidadania. Esta exige a compreensão plena da cultura e das condições de vida na sociedade da qual se é membro. A criança fora da escola é uma das grandes contradições que a sociedade precisa resolver e está vinculada ao problema da pobreza.

A autora completa argumentando que não se pode, pois, culpabilizar a família pela falta de escolaridade dos jovens. Para que os pais possam favorecer a permanência das crianças na escola, não basta dar à criança a merenda, o leite ou o livro. Sei que estes são pontos favoráveis à ida da criança à escola. É preciso amparar as famílias e permitir também o seu acesso à escola, quer em programas conseqüentes de educação de adultos, quer para participar da vida da escola sob a forma de Conselhos escolares ou outros. A escola pública, sobretudo, não deveria ser fechada à comunidade em que recruta seus alunos, recebendo não apenas as crianças, mas acolhendo os pais não só para fazer críticas ao desempenho escolar dos filhos, mas para

estabelecer uma verdadeira parceria com a família na promoção do aprendizado. Importante é melhorar a escola e o ensino que oferece. Se fosse possível fazer a criança progredir, incentivar seu desempenho, tanto a escola como as crianças sairiam fortalecidas do processo educativo, capazes de gerar, reciprocamente, auto-imagens mais positivas. Também as escolas públicas e seus professores têm sua imagem maculada pela péssima qualidade dos serviços prestados. O bom desempenho dos alunos reforça o bom desempenho da escola, restitui a dignidade que ambos perderam nessa espécie de disputa sem glória em que se vêem metidos. Ambos saem dela vencidos, pois sem a educação o círculo da pobreza e da exclusão se completam, reproduzindo a miséria (MELLO, 1999).

Mello (1999) discute, no tocante à questão do trabalho, que o ECA proíbe terminantemente o trabalho a menores de 14 anos. Porém, o próprio Estado encontra maneiras, para dar resposta a alguns setores produtivos, de legitimar o trabalho infanto-juvenil e não exerce fiscalização sobre pontos críticos que sabidamente exploram a labuta dos jovens. O trabalho infantil no campo ou na cidade é parte da composição da renda familiar, mas a sua exploração não repercute na sociedade civil, que nem mesmo chega a compreender a natureza e a extensão do problema, embora tenha repercussões fundamentais para a futura vida dos jovens. No trabalho sofrem mutilações físicas além das mutilações psicológicas, não podem freqüentar a escola e arcam, muito imaturos, com a responsabilidade do sustento de irmãos menores ou de adultos incapacitados. A duplicidade de papéis, muitas vezes, abre caminho para as drogas e para a delinqüência, além da transgressão de normas e regras sociais.

E por fim, em relação ao papel da universidade coloca que enquanto um direito formal não se transforma em direito reconhecido e intersubjetivamente compartilhado, tem-se que lutar por ele, com as armas que a própria universidade pode nos dar, ou seja, consciência e conhecimento. No caso do ECA, tem-se que incluir necessariamente, não só a guerra contra a pobreza e a violência senão também contra as formas mais insidiosas de discriminação como o preconceito, o estigma e a exclusão.

A mudança da terminologia proporcionada pelo ECA buscou diminuir as diferenças entre segmentos sociais e atenuar as discriminações que recaíam

sobre crianças e jovens de origem popular, de cor negra ou de famílias consideradas desestruturadas, entre outros atributos desabonadores. O objetivo da mudança legal foi promover uma alteração no paradigma conceitual e nas práticas dele derivadas: abandonar a concepção de menor carente ou delinqüente, associada à pobreza e à cor, abandonar a doutrina da situação irregular, por meio da qual, os órgãos públicos tinham como função básica corrigir desvios de conduta, e adotar a concepção de cidadania ampliada, condizente com a ordem internacional proposta pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU, em 1989. (GONÇALVES; GARCIA, 2007).

As autoras argumentam que a transformação da legislação não foi capaz de mudar a visão machista da composição familiar. Um exemplo é a questão do pátrio poder familiar, sendo esse o poder do pai. A noção cultural de homem mulher, pai, mãe e filhos nos remete a hierarquia familiar tradicional. As pressões sociais em relação ao gênero, como a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, promove uma reformulação na legislação. O código civil de 2002 avança acompanhando as transformações sociais e culturais, legislando sobre o poder familiar, não sendo mais exclusivamente do pai.

3.3 O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Estatuto além de explicitar direitos gerais e específicos de Crianças e Adolescentes propõe uma nova gestão desses direitos por meio de um Sistema de Garantia de Direitos (art. 86): “através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (ECA, 1990).

Em relação a esse conjunto de ações o art. 87 do ECA prevê quais são as linhas da ação política de atendimento:

- I - políticas sociais básicas;
- II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

- III- serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Porém, após dezoito anos de implantação do ECA este sistema na prática, não está integralmente institucionalizado e vem trabalhando de forma desarticulada, com problemas na qualificação de seus operadores, o que causa prejuízo na implementação de políticas públicas que garantam os direitos assegurados pela legislação em vigor.

Atualmente está sendo implantado um projeto governamental, denominado SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência. Esse se trata de um sistema de registro de informações sobre a garantia dos direitos fundamentais preconizados no ECA, como um instrumento para a ações eficientes dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos, das Varas da Infância e da Juventude e das próprias entidades de atendimento.

O SIPIA é um sistema informatizado desenvolvido pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e seu Departamento da Criança e do Adolescente com a cooperação técnica do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA), da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SADS), destinado a: padronizar as informações em nível nacional; facilitar o registro dessas informações; agilizar e automatizar o processo decisório; registrar o histórico de cada caso; e possibilitar o intercâmbio das informações.

Os principais objetivos desse sistema são: possibilitar a mais objetiva e completa leitura da queixa ou da situação da criança ou adolescente; encaminhar a aplicação da medida mais adequada para sanar a situação de

violação de direitos; subsidiar as diversas instâncias como o Conselho de Direitos e autoridades, na formulação e gestão de políticas de atendimento.

O Sistema de Garantia apóia-se em três grandes eixos: defesa, promoção e controle social. O eixo da defesa dos direitos humanos é representado por órgãos públicos judiciais, Ministério Público (especialmente as promotorias de justiça), as Procuradorias Gerais de Justiça, Defensorias Públicas, advocacia geral da união e as Procuradorias Gerais dos Estados, polícias, Conselhos Tutelares, ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

O segundo eixo é o da promoção dos direitos representada por políticas de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Operacionaliza-se por meio de três tipos de programas, serviços e ações públicas, são eles: 1) serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes; 2) serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e; 3) serviços e programas de execução de medidas sócio-educativas e assemelhadas.

Por fim, o eixo do controle e efetivação do direito, realizado por meio de instâncias públicas colegiadas próprias, tais como: 1) conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; 2) conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e 3) os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal. Além disso, de forma geral, o controle social é exercido soberanamente pela sociedade civil, por meio de suas organizações e articulações representativas.

O Sistema de Garantia de Direitos tem como objetivos específicos a deliberação e formulação da “política de garantia de direitos”, que prioriza o atendimento das necessidades básicas da Criança e do Adolescente, por meio das demais políticas públicas. Procura garantir de forma universal os serviços públicos básicos ao conjunto da população e de modo prioritário às Crianças e Adolescentes assim como os programas de Proteção Especial, destinado ao conjunto de Crianças e Adolescentes vulnerabilizados e/ou em situação de risco pessoal e/ou social. O Sistema de Garantia de Direitos se caracteriza por uma interação de espaços, instrumentos e atores no interior de cada um dos eixos, e por uma interação complementar entre os três eixos. Porém na prática,

vemos que essa interação não costuma acontecer de forma satisfatória, sendo esse um dos maiores obstáculos ao bom funcionamento do sistema.

Na defesa a esses direitos constitucionais no âmbito dos espaços públicos, temos um conjunto de atores governamentais e não-governamentais, sendo eles: Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Conselhos Tutelares, Secretarias de Justiça, Centros de Defesa, Secretaria de Segurança Pública (ECA, 1990, art. 210). Nesse momento destacaremos algumas peculiaridades e atribuições de alguns desses defensores, sendo eles: Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho e Tutelar.

O Juizado da Infância e Juventude, participa do terceiro eixo do sistema de garantia dos direitos. As atribuições dos Juízes da Vara da Infância estão previstas no Capítulo VII do Estatuto da Criança e do Adolescente. A autoridade judiciária desfruta da especial condição de poder prestar a tutela jurisdicional. O Juiz de Infância e Juventude tem a possibilidade de decidir sobre as questões sociais mais significativas, seja no plano individual ou nas esferas coletivas ou difusas. Uma sentença do Juiz da Infância e Juventude pode implicar a garantia do exercício de direitos como o da educação, da saúde, da profissionalização, entre outros.

Normalmente, esse Juizado é tido pela população como um local de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, porém, por outro lado, está simultaneamente localizado em um cenário de coerção. No espaço de proteção o Juizado é percebido como um espaço de soluções, ele resolve, encaminha, adapta, pune “os maus”, ampara “os bons”, enfim “protege”. Quando esse órgão desempenha seu papel coercitivo é percebido como repressor que ameaça, produz medo, representa a autoridade, normatiza, ou seja, exerce um poder coercitivo. As noções de coerção e proteção podem parecer opostas, porém são idéias associadas às práticas dos estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente. O Juizado surge historicamente como uma medida saneadora de uma disfunção, atenuando situações de exclusão e resguardando a ordem (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005).

Nessa direção, as mesmas autoras apontam que o reconhecimento do poder totalitário do Juiz é o reconhecimento da incapacidade das pessoas que buscam a resolução de conflitos por meio do Poder Judiciário. No caso das famílias atendidas pelo Juizado da Infância e Juventude, os conflitos dessas

são vividos de forma individualizada, em função da capacidade interna da família de solucioná-los. A transferência do conflito para o âmbito público, por meio do encaminhamento deste a estabelecimentos de assistência ou ao Juizado não é visto como uma tentativa de buscar novos recursos diante das necessidades da família, mas sim como uma desqualificação da mesma.

As famílias frequentemente sentem-se coagidas diante da autoridade e ao mesmo tempo dependente dela. Essa sensação é construída pela impossibilidade de separar dois âmbitos de intervenção do Juizado, sendo esses a proteção dos excluídos e da ordem. A ação protetora aos necessitados configura-se como uma ação preventiva na medida em que estes são de interesse público. Neste sentido, estar sob proteção do Juizado está associado a ser uma ameaça a ordem (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005).

No mesmo eixo de defesa dos direitos às crianças e adolescentes encontra-se o Ministério Público. A atual Constituição Federal consolidou a instituição do Ministério Público como o guardião dos direitos fundamentais assegurados ao homem, defensor dos ideais democráticos e dos interesses sociais. Esse perfil possibilita uma busca pelo nivelamento de oportunidades e de direitos, que passa necessariamente pela questão das políticas públicas para o setor. Nesse sentido, a tríade, criança, adolescente, e Ministério Público, corresponde a uma nova dimensão no envolvimento dos direitos do homem, que busca afastar o caráter assistencialista, de submissão e de favor.

Na área da infância e da juventude, a atuação Ministerial está traçada nos artigos 200 à 205 do Estatuto da Criança e do Adolescente, podendo ocorrer como “parte processual”, ou “fiscal da lei”, mas, nas duas hipóteses, como defensor dos direitos da criança e do adolescente. O Promotor de Justiça deixou de ser um mero fiscalizador da aplicabilidade da lei para atuar como um verdadeiro agente político, ao mesmo tempo em que deixou de ser o defensor do Estado para assumir a defesa das crianças e dos adolescentes.

Segundo Frischiesen (2000) uma forma de garantir os direitos às crianças e adolescentes se dá por meio de políticas públicas. Essas devem ser compreendidas como as ações que buscam dar executoriedade à lei, ou seja, aquelas ações voltadas para a concretização da ordem social, que visam à realização dos objetivos da República, a partir da existência de leis decorrentes dos ditames constitucionais.

A esse respeito Veronese (1999, p.193) aponta:

Política pública não é sinônimo de assistencialismo e, muito menos, de paternalismo, antes é conjunto de ações, formando uma rede complexa, endereçada sobre precisas questões de relevância social. São ações, enfim, que objetivam a promoção da cidadania.

O ECA contempla a ação dos Conselhos Tutelares em seus artigos 131 à 140. Esses são órgãos permanentes e autônomos, encarregados pela sociedade de zelar pelo efetivo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes. Eles são órgãos fiscalizadores de todo o sistema de atendimento à infância e juventude. Os conselheiros são pessoas da comunidade e por ela escolhidas para o exercício da função. Cabe aos Conselhos Tutelares importantes atividades, dentre elas as principais estão ligadas ao atendimento de casos de crianças e adolescentes que se encontrem em situação de risco (cf. art. 136, inc. I, do ECA), incluindo a aplicação das chamadas medidas de proteção e também as pertinentes aos pais e responsáveis (cf. artigos 101 e 129, do ECA).

Destacamos nesse momento a importância dos Conselhos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, como parte do Sistema de Garantia de Direitos. A existência desses Conselhos está prevista no art. 88, inc. II, do ECA, são órgãos com caráter deliberativo, ou seja, definidores da política pública de atendimento à infância e juventude nas esferas municipais, estaduais e nacional, tendo a função de proceder ao controle das ações governamentais em todos os níveis e que não podem prescindir da participação popular, apresentando igual número entre os representantes dos órgãos governamentais e os indicados pelas entidades que atuam na defesa - ou no atendimento - dos direitos das crianças.

Sobre o aspecto das melhorias na garantia dos direitos, Gonçalves e Garcia (2007) apontam alguns indicadores dos avanços obtidos: a redução na taxa de mortalidade infantil, a redução da prevalência de baixo peso ao nascer e o aumento dos índices de imunização e o acesso à escola. Esses avanços têm ligação direta com uma tendência importante das últimas décadas no Brasil, que está relacionada à diminuição do contingente de crianças e

adolescentes em função da queda da taxa de fecundidade e do aumento da longevidade.

Conforme dados do IBGE (2009), a expectativa de vida da população brasileira aumentou cinco anos, seis meses e vinte e seis dias, saltando de 67 para 72, 57 anos no período de 1991 a 2007. Já a taxa de mortalidade infantil (óbitos de menores de 1 ano de idade por cada mil nascidos vivos) declinou: de 45,19%, em 1991, para 24,32 %, em 2007.

Vemos que o direito fundamental à educação, que deveria ser assegurado a todas as crianças e adolescentes, veio abrir novos horizontes para o atendimento da população infanto-juvenil brasileira, porém ainda não se efetiva totalmente.

Na área da educação Gonçalves e Garcia (2007) apontam que as taxas de escolarização que expressam a freqüência escolar revelam que, na última década, houve avanços em todos os grupos etários. No ano 2000, 94,9% da população brasileira entre 7 e 14 anos de idade já freqüentava a escola, e assim o País se aproximava da cobertura universal.

O trabalho infantil também é discutido pelas autoras acima citadas como uma melhora, apresentando tendência fortemente decrescente, fato que representa uma condição de risco menos incidente se comparada aos últimos 10 anos. Ainda assim, dadas as condições precárias de vida, observa-se nas grandes cidades um contingente expressivo de crianças e jovens que passam os dias nas ruas, desempenhando atividades - como engraxates, vendedores ambulantes ou outras ocupações no mercado informal - para suprirem a renda familiar. Ignorando a necessidade de o jovem contribuir para a renda familiar, programas de transferência de renda voltados para adolescentes e jovens associam a exigência da escolarização à prestação de serviço voluntário na comunidade, o que reduz a possibilidade de investimento no mercado de trabalho formal, o acúmulo de experiência requisitado para galgar posições num mercado restrito e altamente competitivo, assim como os lucros familiares auferidos pelo trabalho de adolescentes e jovens, sem que isso traga compensações para o jovem - dada a estrutura escolar defasada - nem para a família que o ampara.

Nesse sentido, Nascimento e Scheinvar (2005) destacam que a intervenção governamental na família pobre como uma proteção filantrópica,

educando na direção de sua imediata inserção no processo produtivo, ao contrário das famílias de maiores recursos materiais, cuja educação tem diversos sentidos tais como o lúdico, o psicomotor, o da afirmação afetiva, antes de preocupar-se com a entrada no mercado de trabalho. Dessa forma, dar proteção é fazê-los trabalhar.

A saúde registra a diminuição das taxas de mortalidade infantil e desnutrição, em decorrência da ampliação dos programas preventivos, do aumento da vacinação e do acompanhamento pré-natal em regiões do interior e do Nordeste. No entanto, em relação à saúde do adolescente, além do problema das drogas e da dependência química, existem duas situações que afetam diferentemente os dois sexos são particularmente relevantes como objeto de atuação do poder público: o fenômeno da gravidez precoce, que incide mais perversamente sobre as mulheres de baixa renda, e as taxas de homicídio entre jovens do sexo masculino, moradores de periferia e favelas (Gonçalves; Garcia, 2007).

Outro aspecto a ser pensado, é o fato de que muitas vezes a rede de atendimento que executa as medidas impostas pelos operadores do Direito, funciona de forma dicotomizada, fragmentada e não-coordenada, o que dificulta muitas vezes a resolução dos conflitos das famílias.

Carvalho e Guará (1994) fazem algumas sugestões interessantes a respeito, quando colocam que a família deve ser reconhecida como provedora básica das necessidades de seus filhos e como sujeito coletivo de direitos, ampliando-se para ela, a mesma proteção reivindicada para crianças, idosos, mulheres, por meio de uma “Rede de Atenção Integrada”, entre serviços e instituições, incluindo-se aí, a proteção social, jurídica e econômica. A tendência contemporânea de fracionar os segmentos portadores de direitos como a criança, o adolescente, a mulher, e o idoso acabam por não dar conta das demandas de justiça e proteção do grupo familiar. Atrás de crianças e adolescentes em abandono, existem famílias abandonadas, esquecidas pelos programas das diferentes políticas sociais e negligenciadas até mesmo pelo Estado.

3.4 A PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL E O TRABALHO NA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A Psicologia Jurídica tem sido uma área de pesquisa e atuação relativamente recente dentro da ciência psicológica. Há um crescente número de trabalhos na área, porém ainda escassos se comparados a outras áreas consideradas tradicionais dentro da Psicologia.

A partir da última década do século XX encontramos alguns trabalhos que norteiam a atuação do profissional da área, tais como Bernardi (2005), Caíres (2003), Cezar-Ferreira (2007), Cruz, Maciel e Ramirez (2005), Gonçalves e Brandão (2004), Silva (2005), Travieso (2001) entre outros.

França (2004) aponta os trabalhos de autores brasileiros apresentados no III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica que se enquadram em alguns setores de atuação do psicólogo no Brasil. Os principais foram nas seguintes áreas: Psicologia Criminal, Psicologia Penitenciária ou Carcerária, Psicologia Jurídica e as questões da infância e juventude, Psicologia Jurídica e Direito de Família, Psicologia do Testemunho, Psicologia Jurídica e Direito Civil, Psicologia Policial/Militar, Avaliação retrospectiva mediante informações de terceiros (autópsia psicológica), Mediação, Psicologia Jurídica e Ministério Público, assassinatos de adolescentes, Psicologia Jurídica e Direitos Humanos, Dano psíquico, Psicologia Jurídica e Magistrados, Proteção a testemunhas e Vitimologia.

Esse levantamento foi baseado em pesquisas e trabalhos realizados por profissionais da área, permitindo vislumbrar o quanto a Psicologia Jurídica brasileira pode e necessita crescer, não só na quantidade de profissionais atuantes, na qualidade do trabalho desenvolvido por eles, mas também na intensificação da produção e publicação do conhecimento. O registro da prática e os trabalhos teóricos fomentam e enriquecem o caráter científico da Psicologia Jurídica, o que, em tese, possibilitaria maior eficiência da prática.

Segundo Silva (2005) a evolução da Psicologia Jurídica vem acompanhando não só o desenvolvimento da Psicologia, mas inclusive a evolução do Homem como um ser de direitos.

Em meados do século XX acontece a primeira articulação entre psicologia e direito que teve origem em diversas atividades, como: na avaliação da fidedignidade de testemunhos, e no auxílio do psicólogo na perícia psiquiátrica voltada para a investigação da responsabilidade penal. A primeira visão do psicólogo no sistema judiciário era a de um perito voltado para a realização de exames e avaliações.

Bernardi (1999) reafirma a idéia assinalando que no Brasil a atuação do psicólogo na área jurídica teve seu início marcado pelo enfoque tradicional, da aplicação da Psicologia Científica ao Direito Positivo. Sendo o pressuposto positivista alicerçados em uma prática psicológica voltada para o diagnóstico. Os primeiros registros de trabalhos de psicólogos em organizações da Justiça no Brasil foram em meados das décadas de 70 e 80.

Cita ainda a criação de um dos primeiros serviços implantados no Brasil, sendo este no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assinalando que o Código de Menores de 1979, Lei Federal n. 6.697, previa em seu art. 4º, que o estudo de cada caso fosse feito por equipe técnica sempre que possível.

Segundo Costa e Cruz (2005), em 1981, psicólogos foram contratados na capital paulista e, em 1985, ocorreu o primeiro concurso público, com a criação de 65 cargos efetivos e 16 cargos de chefia, garantindo o trabalho dos profissionais na organização judiciária. Em outros estados concursos foram realizados, cujas atuações estavam divididas em três blocos de atividades: à Família, à Infância e Juventude e o Sistema Penal.

No início da década de 90 houve uma reivindicação dos profissionais que trabalhavam na área jurídica para regularização da profissão junto ao Conselho de Psicologia. Nessa época foram realizados os primeiros concursos no Brasil (BRITO, 2005)

A Psicologia Jurídica no Brasil foi reconhecida como especialidade pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) por meio da Resolução nº 002/001. As atividades consideradas pelo CFP como próprias de tal especialidade são aquelas relacionadas ao contexto das organizações de Justiça, incluindo os poderes Judiciário e Executivo, bem como o Ministério Público.

Essa especificidade dentro da Psicologia pode ser considerada um campo de trabalho e investigação psicológica especializada cujo objeto é o

estudo do comportamento dos atores jurídicos no âmbito do direito, da lei e da justiça (JACÓ-VILELA, 1999).

Caires (2003) considera a psicologia jurídica como matéria das ciências psicológicas, advinda do corpo de disciplinas da especialização em psicologia clínica para atender a demanda judicial.

Para Popolo (1996) o objeto de estudo da psicologia jurídica são os comportamentos complexos que ocorrem ou podem vir a ocorrer; ainda, compreende que as atividades realizadas por psicólogos nos tribunais e fora dele, as quais dariam aporte ao mundo do Direito. A psicologia jurídica é um campo de trabalho e investigação psicológica especializada cujo objeto é o estudo do comportamento dos atores jurídicos no âmbito do Direito, da lei e da justiça.

Em relação às atividades que dão suporte aos operadores do Direito, Cohen, Ferraz e Segre (1996) complementam que a lei dá aos profissionais de saúde mental no tribunal o nome de homem da arte ou perito.

Porém, atualmente compreende-se que o exercício da Psicologia não se restringe à elaboração de psicodiagnósticos ou à identificação de patologias, apesar da contribuição que este procedimento pode oferecer a determinados estudos. Os profissionais devem contribuir na desmistificação da visão de um trabalho de cunho estritamente pericial (BRITO, 2005).

Ainda existe a necessidade de o profissional colaborar com os que chegam ao Sistema de Justiça para que possam compreender seu lugar subjetivo, seu vínculo com a sociedade, assim como seus direitos e deveres.

Os locais de atuação mais comuns desse profissional são: Tribunal de Justiça, Fóruns das Comarcas, Ministério Público, Penitenciárias, e Delegacias de Polícia. Ainda temos o trabalho informal, autônomo ou ligado a organizações não governamentais, contribuições com o trabalho de mediação familiar, com grupos de apoio à adoção e trabalhos voluntários em organizações penais e de abrigo (COSTA e CRUZ, 2005).

Existem inúmeras possibilidades de atuação do psicólogo jurídico. De acordo com Costa e Cruz (2005) as principais áreas e suas respectivas intervenções são:

- Vara de Família: participação em audiências, em situações que envolvem violência familiar; indicações terapêuticas às pessoas atendidas,

realização de perícias psicológicas, participação em processos de separação e divórcio, disputa de guarda, regulamentação de visitas;

- Vara da Infância e da Juventude atuação em medidas de proteção e medidas sócio-educativas. Os possíveis trabalhos são os pareceres técnicos, a verificação e incentivo ao cumprimento do ECA, a estruturação da rede de atendimento à criança e ao adolescente, participação em eventos, promoção de ações preventivas, etc;

- Mediação familiar: método não-adversarial de resolução de conflitos;

- Área do Direito Penal: diagnóstico das condições psicológicas dos detentos e promoção de atividades laborativas que visam criar condições para reinserção social.

O psicólogo jurídico pode e deve atuar fazendo orientações e acompanhamentos, contribuir para a construção de políticas preventivas, estudar os efeitos do jurídico sobre a subjetividade do indivíduo, realizar pesquisas, entre outras (FRANÇA, 2004).

De maneira geral no processo de intervenção a equipe técnica, normalmente formada por psicólogos e assistentes sociais realizam entrevistas, reuniões, orientações, acompanhamentos, encaminhamentos, articulações com recursos da comunidade e, sobretudo, oferecem subsídios das suas respectivas áreas de conhecimento à autoridade judiciária (FRANCO; MELÃO, 2007).

França (2004) coloca que o psicólogo nesse contexto tem uma relação de subordinação e complementaridade com o judiciário. A primeira se dá no sentido que o profissional atende a demanda jurídica contribuindo para um melhor exercício do Direito, realizando laudos, perícias, relatórios, pareceres, etc. E uma relação de complementaridade no momento em que a Psicologia Jurídica produz conhecimento que se relaciona com o conhecimento produzido pelo Direito na formulação de sentenças. Há um intenso e constante diálogo entre esses dois saberes.

Uma das áreas de atuação dos psicólogos jurídicos é a Vara da Infância e de Juventude, contexto em que se dá o nosso estudo. O trabalho se baseia no Estatuto da criança e adolescente já discutido anteriormente.

Segundo Camargo (1999) essa área abrange participação em ações preventivas aos maus tratos infantis, às aplicações jurídicas na área da prevenção da criminalidade, até o tratamento de jovens infratores e de suas famílias, quando em situação de risco pessoal e social, ou seja, como vítimas de negligências e de abusos físicos e/ou sexuais.

Pensando nas tarefas dos psicólogos jurídicos que se ocupam desse público, Bernadi (1999) aponta que a principal tarefa a ser desenvolvida é assessorar o magistrado na distribuição de justiça. As atribuições a serem desenvolvidas por esses profissionais são as seguintes:

- realizar estudos de caso, oferecendo elementos para buscar a alternativa mais viável, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em defesa aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes;

- discutir as medidas de proteção e/ou sócio-educativas mais coerentes à situação de crianças e adolescentes, diagnosticada no estudo de caso, contextualizando o problema e os recursos comunitários existentes;

- participar de audiências e apresentar, por escrito ou oralmente, o parecer técnico sobre o caso, esclarecendo-o sempre que necessário, resguardando os princípios éticos da profissão;

- realizar orientações, acompanhamentos e encaminhamentos necessários à família e à criança ou adolescente, denunciando a ausência ou o mal funcionamento de programas de atendimento do município;

- estimular e efetivar relações do sistema judiciário com as entidades e conselhos do município (de direitos e tutelar), numa ação inter-institucional que promova uma troca em rede;

- verificar o cumprimento do ECA, conhecendo e analisando os programas de atendimento do município, e denunciando sua violação;

- participar e promover eventos relacionados à área, que permitam a atualização permanente;

- promover estudos e debates visando à análise de fatores que predisponem, reforçam ou contribuem para a manutenção do fenômeno da minoridade, bem como as problemáticas da família, buscando realizar um trabalho efetivo e interdisciplinar, contribuindo para o avanço das políticas públicas, da profissão e da ciência.

Bernardi (2005) ainda esclarece que o ECA prevê um sistema integrado de ações, promovidas pelo Estado e sociedade civil para a promoção e defesa da criança e do adolescente. Faz parte desse sistema a Justiça da infância e Juventude, agindo em situações de ameaça ou violação dos direitos por parte do Estado, sociedade e família. Essas situações são contempladas no art. 98 do referido Estatuto:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta.

A ação da Justiça se dá por meio de provocação, atendendo as demandas que lhes são encaminhadas por representações do Ministério Público, Conselho Tutelar, entidades de atendimento e por pedidos de pessoas, formulados diretamente nas Varas da Infância e Juventude (BERNARDI, 2005).

Para Travieso (2001) os processos em trâmite nessa Vara assumem considerável importância nas práticas jurídicas. Esses processos são compostos de documentos e relatos feitos por agentes institucionais, apresentam a clientela e norteiam as decisões dos juízes. As crianças e adolescentes quase não aparecem no processo: não são nomeados e sim chamados “menores”, referidos de modo vago e indiferenciado.

Enfim, são inúmeras as peculiaridades que envolvem o trabalho do psicólogo jurídico, o processo judicial e a concepção das crianças contida nesses se traduz em uma forma de compreender a construção das intervenções e decisões tomadas em cada caso.

O psicólogo nesse contexto encontra-se em plena construção de sua identidade por meio de sua atuação nas diferentes áreas e no desenvolvimento de pesquisas. Há a necessidade de se buscar cada vez mais conhecimento para que todos possam ter seus direitos respeitados e garantidos por meio de uma intervenção efetiva e ética.

4. MÉTODO

Diante do que foi exposto e, conforme já apresentado anteriormente, o objetivo da nossa pesquisa foi compreender a relação entre a família, o Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes, representado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e a Rede de Atendimento definida conforme o caso. Para tanto foram estruturados os objetivos específicos, a saber:

- 1 - Identificar com a família e o adolescente quais são os integrantes do sistema judiciário e da rede de atendimento envolvidos no problema apresentado pela família.
- 2 - Levantar quais serviços da rede de atendimento à família e ao adolescente conhecem e utilizam e como se relacionam com os mesmos.
- 3 - Verificar como os representantes do Sistema de Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente e a rede de atendimento identificada pela família e pelo adolescente definem a sua própria função.
- 4 – Avaliar como os representantes do Sistema de Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente e a rede de atendimento percebem e se relacionam com a família atendida, a fim de conseguirem um efetivo resultado em relação ao problema tratado.

Nossa pesquisa caracterizou-se como um estudo qualitativo que, segundo Gonzalez Rey (1998, p.160), se propõe a: "...estudar um objeto complexo em seu caráter holístico e dentro do processo de seu desenvolvimento, que resulta impossível de se resumir dentro de relações lineares e resultados quantificados".

O fenômeno por nós estudado constitui-se um processo complexo que envolve diferentes sistemas e a relação entre eles. Desta forma, pensar qualitativamente nos permite lançar múltiplos olhares, integrando-os e ampliando a compreensão da relação da família e do adolescente envolvido com o sistema judiciário.

A relação da família e do adolescente com o Sistema de Garantia de Direitos a Crianças e Adolescentes é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade onde os cidadãos tenham acesso a uma ajuda efetiva na

resolução de conflitos. Isso está de acordo com o que dizem Denzin e Lincoln (2006) ao afirmarem que a luta da pesquisa qualitativa é relacioná-la às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre.

O estudo qualitativo observa a realidade como sendo subjetiva e múltipla, construída pelos indivíduos envolvidos na pesquisa. O pesquisador interage com os sujeitos que está estudando, o que minimiza a distância entre os mesmos e permite o uso de uma linguagem mais personalizada e baseada nos conceitos desenvolvidos ao longo do trabalho. Assim, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (GONZÁLEZ REY, 1999).

A relação da família e do adolescente com o Sistema Judiciário e a Rede de Atendimento envolve diferentes instâncias, cada uma com significados particulares que interagem no processo de solução de problemas. Como fizemos parte desse processo, como psicóloga do caso e pesquisadora, esse estudo foi co-construído com todas as partes envolvidas. Levamos em consideração as narrativas e descrições fenomenológicas que poderiam nos auxiliar na compreensão do caso. De forma eminentemente qualitativa, utilizamos, nos dizeres de Stake (1994), o formato holístico do Estudo de Caso.

As situações vivenciadas pela família e pelo adolescente no contexto judiciário são complexas e singulares, o que exige um estudo aprofundado sobre o assunto. Isso também justifica a utilização do Estudo de Caso que “[...] é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.” (GIL, 1991, p. 58 e 59).

Dado o nosso desejo de compreender a interação da complexa rede envolvida na relação entre a família, o adolescente, o Sistema de Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente e a Rede de Atendimento, optamos por apreciar um único caso. Esse tipo de estudo de caso é denominado por Denzin e Lincoln (2006) de *instrumental* e nele o caso assume um papel de apoio para a compreensão do tema mais amplo.

Segundo Yin (2001, p.67) o estudo de caso único é justificável "se o caso se constituir em um evento raro ou exclusivo ou se servir a um propósito

revelador". Benbasat, Goldstein e Mead (1987) e Yin (2005) acrescentam as seguintes circunstâncias em que se pode utilizar esse delineamento: quando o caso for crítico ao satisfazer as condições necessárias à situação de pesquisa; extremo porque o foco do estudo ocorre eventualmente; típico devido à ocasião representar condições usuais; revelador por se tratar de uma situação previamente inacessível para investigação; longitudinal quando o estudo ocorrer em mais de um momento no tempo. O estudo de caso único tem como propósito testar os limites da teoria por meio de casos extremos ou críticos.

Nossa escolha se apoiou no fato de o caso estudado ser típico, uma vez que é freqüente o acompanhamento de famílias com adolescentes atendidos por longo tempo na Vara da Infância e Juventude; crítico, por ser marcado por recidivas e insucessos; e revelador por apontar a percepção daqueles que oferecem o atendimento e dos que o recebem.

4.1 PARTICIPANTES

Os participantes foram selecionados com base na teoria do Sistema Determinado pelo Problema, descrito no primeiro capítulo. Segundo Goolishian e Winderman (1988), essa compreensão implica em observar o sistema formado a partir da visão daqueles que estão comprometidos em uma interação lingüística enfrentando um problema, independente de qualquer constituição social a priori. O sistema se mantém enquanto existir o problema para os participantes e, portanto, esses não são previamente determinados, mas estão em constante movimento, podendo fazer parte ou não em um dado momento do processo de resolução do conflito.

Desta forma, participou dessa pesquisa uma família com um adolescente que foi atendida pela Vara da Infância e Juventude. A partir da identificação pela família e pelo adolescente de qual era o problema e quem eram os envolvidos, foram definidos os demais participantes, a saber: um juiz, uma promotora, uma conselheira tutelar, uma diretora de escola, uma assistente social e uma psicóloga. A rede apontada pela família e pelo

adolescente se configura como executora das medidas solicitadas pelos representantes do Sistema Judiciário.

4.2 INSTRUMENTOS

Utilizamos a entrevista semi-estruturada e a linha do tempo como instrumentos para coleta de informações. O processo judiciário foi utilizado com fonte secundária de informações.

A entrevista semi-estruturada foi organizada com temas distintos para o adolescente e a família e para os profissionais, conforme roteiros apresentados respectivamente nos Anexos 1 e 2. Esses temas serviram para orientar a conversação e estão expostos com o objetivo de no facilitar o entendimento do leitor, porém é importante ressaltar que a entrevista foi co-construída com cada entrevistado, como pode ser observado nas transcrições no Anexo 3.

A linha do tempo foi aplicada com a família e o adolescente para a sistematização da história familiar, contemplando os mitos, crenças e aspectos contextuais e culturais. Esse instrumento permitiu obter uma visão geral da vida da família até aquele momento.

Como fonte secundária, consultamos o processo judicial do caso, apresentado no Anexo 4 para o entendimento da demanda e de como poderia ser o caminho de atendimento à família e ao adolescente.

4.3 PROCEDIMENTO

O caso foi selecionado em função do tema, durante nosso trabalho como psicóloga da Vara da Infância e Juventude na Comarca. O primeiro contato foi feito por meio da psicóloga da Vara da Infância e Juventude que trabalha atualmente no setor de Serviço de Auxílio à Infância e Juventude e que é quem mantém contato direto com a família.

Após esse contato da psicóloga com a família, entramos em contato com a família e o adolescente. Durante as entrevistas com esses, levantamos os demais participantes, conforme já mencionado: o Juiz, a promotora, uma conselheira tutelar, uma diretora de escola, uma psicóloga e uma assistente social. Foi realizado contato telefônico com todos eles para exposição dos objetivos da pesquisa e convite para participarem. Com sua anuência, foram agendadas as entrevistas conforme a disponibilidade de cada profissional. A família e o adolescente foram entrevistados no salão comunitário do bairro. Os outros participantes envolvidos foram entrevistados nos respectivos locais de trabalho.

Antes de iniciar as entrevistas apresentamos novamente os objetivos do estudo, o procedimento e os preceitos éticos, juntamente com o Termo e Consentimento Livre e Esclarecido, que foi redigido de forma diferente para adulto e para menor, como pode ser lido respectivamente nos Anexos 5 e 6. A assinatura a esse termo autorizou a participação e publicação das informações aqui analisadas.

Com o consentimento dos participantes, todas as entrevistas foram gravadas em áudio para maior fidedignidade das informações obtidas.

4.4 ANÁLISE DE DADOS

Segundo Biasoli-Alves e Romanelli (1998), a análise em pesquisa qualitativa visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de experiências vividas, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto. Destarte, neste tipo de pesquisa, o pesquisador está interessado no processo, no significado das experiências vividas pelos sujeitos envolvidos. Além disso, ele é o instrumento principal para a coleta de dados e análise.

Os dados obtidos nas entrevistas foram transcritos e após sucessivas leituras desse material criamos categorias temáticas (conteúdos mais amplos) e subcategorias (significados mais específicos) com base no conteúdo dos relatos. Assim como os roteiros foram diferentes para o adolescente e a família

e para os profissionais, as categorias também seguiram a mesma linha. A seguir apresentamos dois quadros com a descrição dessas categorias respectivamente para a família e o adolescente e para os profissionais.

Categorias do adolescente e da família

Categorias	Subcategorias
1. Definição do problema: definir o que e qual é o problema para a família e para o adolescente.	1.1 Problema 1.2 Trajetória do problema 1.3 Formas de enfrentamento 1.4 Expectativa de ajuda/ Formas de resolução ideal na perspectiva da família e do adolescente
2. Rede de familiares e de amigos do adolescente e da família: identificar pessoas significativas que se relacionam com ambos.	2.1. Família 2.2. Amigos
3. Participação do Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e da Rede de Atendimento: conhecer como se dá a relação da família com o Sistema de Garantia e a Rede de Atendimento.	3.1. Conhecimento dos serviços de auxílio disponíveis 3.2. atendimentos recebidos pelo Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e Rede de Atendimento 3.3. Percepção dos atendimentos recebidos 3.4. Expectativa em relação aos atendimentos 3.5. Relação do adolescente com o Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e Rede de Atendimento

Categorias do Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e Rede de Atendimento

Categorias

Subcategorias

1. Trajetória profissional no Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes ou Rede de Atendimento: conhecer a experiência no trabalho com crianças e adolescentes dos profissionais envolvidos no caso: Juiz, Promotora, Conselheira Tutelar, Psicóloga, Diretora escolar e Assistente Social.

2. Definição da função: compreender como é o trabalho que o Juiz, a Promotora, a Conselheira Tutelar, a Psicóloga, a Diretora escolar e a Assistente Social desenvolvem em sua área de atuação.

3. Formas de atendimento disponíveis em cada área: levantar os serviços disponíveis na rede de atendimento que foram ou não oferecidos para a família e o adolescente pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, Serviço de Auxílio à Infância (SAI), Secretaria de Assistência Social e Escola.

4. Relacionamento entre os representantes do Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e pela Rede de Atendimento: saber, na opinião dos profissionais, como os serviços se relacionam no atendimento às famílias e adolescentes.

5. Percepção dos Sistemas de Garantia e de Atendimento sobre o adolescente e a família que atendem: analisar como é, na visão dos profissionais, o funcionamento da família e do adolescente e a relação dele com os Sistemas.

4.1. Real X Ideal

4.2. Como os serviços se relacionam

5.1. Funcionamento familiar sob o olhar dos Sistemas de Garantia e de Atendimento

5.2. Relação dos Sistemas de Garantia e de Atendimento com os adolescentes e famílias que atendem

5.3. Relação dos Sistemas de Garantia e de Atendimento com a família estudada

5.4. Aproveitamento da família estudada em relação aos serviços utilizados

A etapa seguinte foi agrupar o conteúdo das conversações nessas categorias e subcategorias. Para melhor visualização e para facilitar o processo de análise e discussão, montamos tabelas com esses dados, conforme apresentadas no Anexo 7 e 8. A interpretação e a discussão dos dados em confrontação com a teoria foram os próximos passos.

4.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Durante o processo de escolha dos participantes do estudo foram seguidos todos os pré-requisitos necessários para a pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução nº. 196/96 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996). O projeto teve aprovação do Comitê de Ética da PUC-SP, conforme pode ser visto no Anexo 9.

Para o desenvolvimento da pesquisa os participantes concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apresentado nos Anexos 5 e 6. Nele está garantido total sigilo sobre suas identidades.

Garantimos também que não estariam expostos a nenhuma forma de prejuízo à sua saúde e que, no decorrer do estudo, caso houvesse alguma situação que necessitasse de apoio psicológico, estaríamos à disposição. Ressaltamos que podiam interromper sua participação quando desejassem e que poderão ter acesso a todos os dados e resultados obtidos com a pesquisa, que estarão disponíveis na Biblioteca da PUC/SP após a apresentação à Banca examinadora.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 APRESENTAÇÃO DO CASO

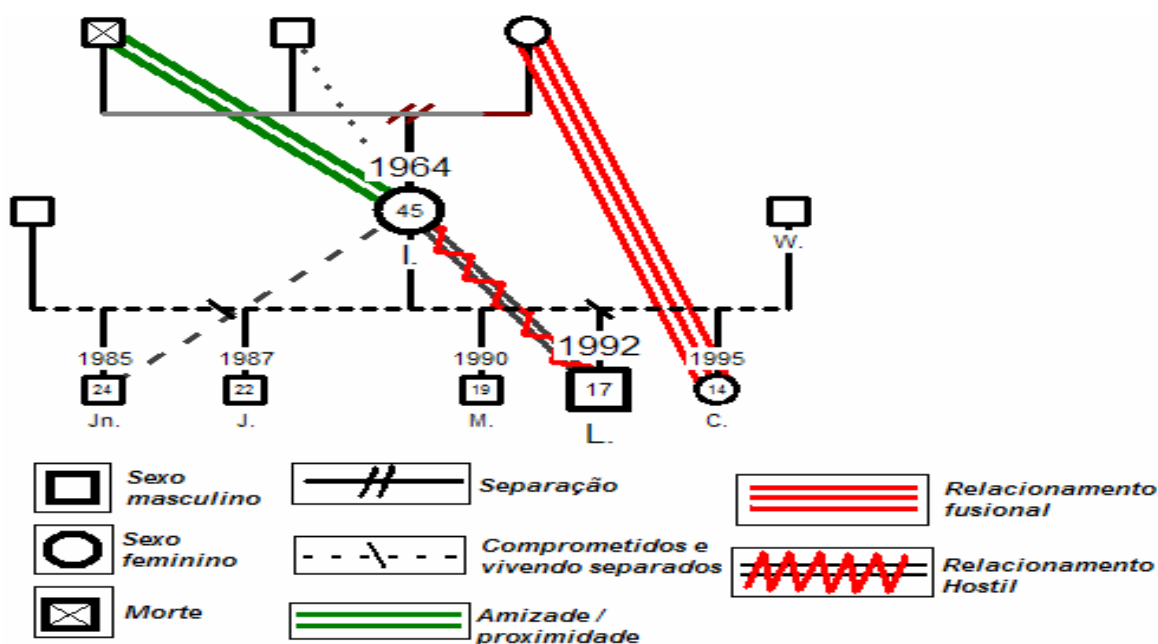
Para a obtenção dos seguintes resultados realizamos duas entrevistas com o adolescente. Sendo que a primeira teve o intuito de construir a linha do tempo e levantar a história de vida de L.. Esse adolescente demonstrou dificuldade em lembrar de datas. Na segunda entrevista levantamos o que seria o problema para ele, para a definição de todo o sistema envolvido.

Com a mãe (I.) do adolescente foi feita uma entrevista, onde foi proposta a construção da linha do tempo, porém ela disse que não se recordava de datas, assim como o filho. Levantamos a história de vida por meio de questionamentos sobre os acontecimentos e a trajetória da família até o momento.

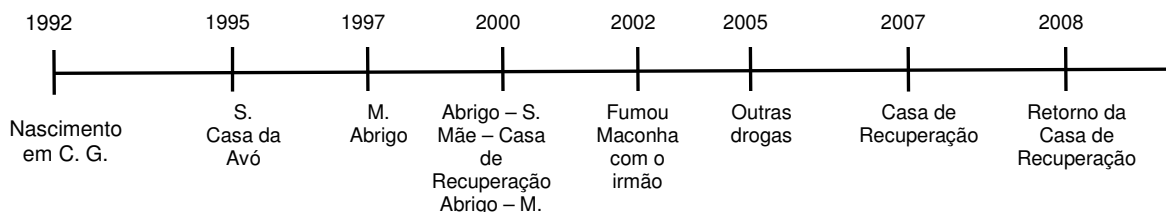
Convidamos além dos dois participantes o jovem J., mas o mesmo relatou que não teria tempo para participar do estudo. Entramos em contato com o presídio onde M. está preso para entrevistá-lo, porém o mesmo ficaria sem receber visitas por um tempo, segundo um atendente do local, sem informar o motivo.

A fim de facilitar a leitura apresentamos abaixo um breve resumo do caso, juntamente com o genograma, e a linha do tempo traçada pelo adolescente e pela família.

5.1.1 GENOGRAMA



5.1.2 DESCRIÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA - LINHA DO TEMPO – ADOLESCENTE – L.

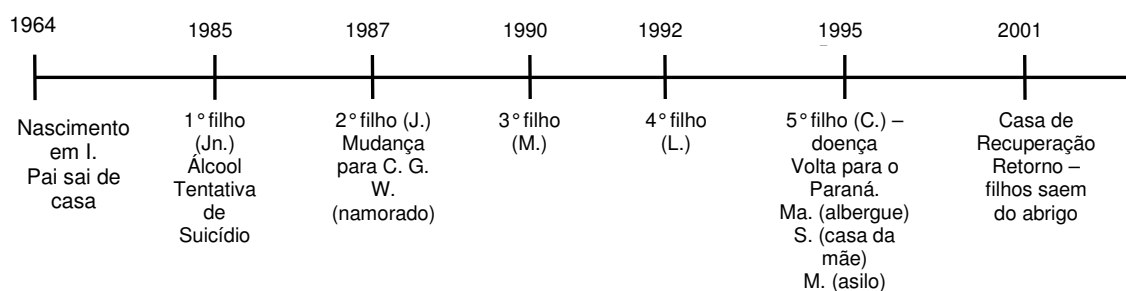


L. tem 16 anos de idade, nasceu em C. G., Mato Grosso do Sul. É o quarto filho, entre cinco. Tem dois irmãos que são filhos de seu pai com sua mãe, e outros dois irmãos que são filhos de sua mãe com outro homem. Não conhece o pai e nem ninguém da família dele. Coloca que a mãe tentou encontrá-lo para tentar receber a pensão, mas não conseguiu. Relata que ele, a mãe e os irmãos moraram um tempo nessa em C. G. e depois se mudaram para o Paraná, em S., onde reside sua avó materna. L. conta que saíram de lá porque a família de sua mãe dizia que ela estava errada, que não tinha marido e que não deveria estar lá. Em seguida foram morar em M.. Coloca que não se lembra dessa época, que a única coisa que lembra foi quando morou no Lar (abrigo para crianças e adolescentes). Acredita que tinha aproximadamente uns quatro anos. Foram abrigados porque a mãe tinha dificuldades financeiras

e não tinham onde morar. A mãe estava desempregada. Segundo L. foi muito ruim morar no Lar. Foi no abrigo que o adolescente aprendeu a fumar cigarro e a roubar. Diz não ter vivido nada de bom durante o período (dois ou três anos) em que esteve abrigado e que apanhava muito. Relata que a única coisa boa foi ter um lugar para morar. Estavam junto com L. os dois irmãos J. e M., enquanto Jn. e C. moravam com a avó em S. (cidade localizada há 10 quilômetros da cidade onde vivem até o momento). Depois de ficar no Lar de M., coloca que foram para o Lar de S., ficou por um período e depois voltou para o primeiro, em M.. Nesse período a mãe foi encaminhada para tratamento em função da dependência de álcool em uma casa de recuperação em Ma. De acordo com L. a mãe bebia muito. Depois de finalizar o tratamento, o adolescente diz que a mãe arrumou uma casa, quando levou ele e os irmãos para morarem juntos. L. conta que a mãe ficou um tempo sem beber, mas logo voltou a consumir bebidas alcoólicas. Mudaram-se algumas vezes, L. conta que no começo foi tudo normal, mas que depois começou a fumar maconha com o irmão M., quando tinha aproximadamente 12 anos. L., o irmão M. e os amigos fumavam em casa, enquanto a mãe estava trabalhando no Fórum. O irmão J. também fumou maconha, mas conseguiu parar, atualmente frequenta uma igreja evangélica. Nesse período, L. estudava à tarde, gostava de ir para escola, mas não gostava de estudar. Coloca que era muita bagunça, não prestava atenção nas aulas. As pessoas o chamavam de inteligente, mas diz que não a usava. Frequentou a sala especial na quarta série e depois passou para quinta. Tinha uma boa relação com os professores, sendo que as “tias” que faziam comida gostavam dele. Então, mudou de escola e começou a usar “melado” (maconha com “pedra”) e “petisco” (“pedra” com cigarro). Foi transferido novamente para outra escola, onde foi expulso, porque fazia bagunça e bateu em um “moleque”. Relata que a primeira vez que fumou “petisco” não viciou, mas depois passou a comprar e fumar “melado”, que o fez viciar. Depois fez uso da “pedra” (crack), mas continuou no “melado”. L. e os amigos usavam as drogas em casa, relata que era muito gostoso, pois havia um pé de fruta no quintal. Para consumir roubava e pedia na rua, nunca roubou em casa porque via o esforço da mãe em comprar as coisas para a família. Depois desse período não conseguiu mais estudar, parou na quinta série. Tinha aproximadamente uns treze anos. Não era de conversar com a

mãe, só brigavam. Coloca que a mãe vivia xingando quando L. e os irmãos faziam bagunça, e dizia que havia se arrependido de ter tido filhos. Quando a mãe dizia isso L. respondia que não havia pedido para nascer. Quando L. estava roubando muito, e não tinha mais vontade de ir para escola, só tinha vontade de usar droga, foi oferecido pelo “Fórum” que ele se internasse em uma casa de recuperação para tratamento. No começo L. não quis aceitar, mas em 2007 acabou concordando. Achou que foi muito bom para ele, aprendeu várias coisas novas, segundo ele, espiritual, mental e emocional. Sentia-se protegido da droga quando estava no tratamento. Voltar do tratamento no início foi bom para ele, mas depois “começou tudo de novo”, a mãe bebendo e tendo os mesmos comportamentos de antes como, xingar por exemplo. Nos momentos de briga a mãe batia em L., mas diz que agora não faz mais porque sabe que ele cresceu. O adolescente diz que se segura para não bater na mãe, pois não teria coragem. L. conta tem um padrasto que está junto com sua mãe há uns treze anos, mas morando juntos estão há pouco tempo. Coloca que o padrasto trabalha e ajuda a comprar as coisas para casa e que também toma umas “pinguinhas”. Em relação a escola, coloca que foi bem recebido quando voltou da casa de recuperação; fez um pouco de bagunça, e depois parou de estudar para fazer o curso no SENAI. No começo gostava, mas parou porque iam alguns meninos fumando maconha no caminho e oferecendo para L.. No momento L. pretende voltar a estudar no supletivo (CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos) e trabalhar.

5.1.3 DESCRIÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA - LINHA DO TEMPO – MÃE – I.



I., nasceu em I. no Estado do Paraná, tem 44 anos é mãe de Jn., J., M., L. e C. .I. tem nove irmãos que segundo ela estão todos “espalhados”. Sua mãe reside em S., cidade que fica há 10 quilômetros da cidade onde mora atualmente (M.), junto com C., sua filha mais nova. Seu pai separou-se de sua mãe quando a mesma era pequena. Seus pais casaram-se novamente e formaram novas famílias. I. não se lembra da idade de suas mãe, pai e irmãos. Seus dois primeiros filhos Jn. e J. são fruto de um relacionamento que teve por volta dos 20 anos na cidade de L. no Paraná. O pai de Jn. e J. era usuário e traficante de drogas. I. não teve mais contato com ele, e acredita que está morto. Em L. tentou suicídio pulando de um “pontilhão”, recebeu ajuda quando ficou “enganchada” pelo vestido. Foi encaminhada para um lar para mães solteiras. Em L. ainda recebeu ajuda de uma pessoa que montou um cômodo para ela e começou a trabalhar. Então, I. foi morar em outro Estado (MS) para trabalhar como doméstica, onde conheceu W., pai de M., L. e C.. Quando o conheceu, I. estava grávida de J., e W. o tratou como filho. Também era usuário e traficante de drogas, e não gostava de trabalhar. I. relata nunca ter usado drogas, e que o “negócio” dela sempre foi o álcool. Começou a beber quando tinha 21 anos e estava grávida do Jn.. Permaneceu aproximadamente dez anos com W. até que sentiu receio em deixar os filhos com ele enquanto trabalhava, achava que eles estavam correndo risco, e além disso C. estava doente. C. teve infecção intestinal e derrame pulmonar, e L. tinha bronquite e problemas intestinais. Então, I. retornou para a casa da mãe com seus filhos, mas foi maltratada pelos irmãos ao chegar. Seus irmãos disseram que era bom que ela tivesse morrido. Após a discussão com os irmãos I. foi com J., M. e L. para Ma., cidade há 20 quilômetros de M.. Ao chegar na rodoviária da cidade I. pediu a um policial se havia algum lugar na cidade que eles pudessem ficar, o mesmo encaminhou todos a um albergue. Porém, as crianças foram para um abrigo, pois só I. poderia ficar no albergue. De acordo, com I. todo dia em que esteve nessa situação procurava emprego. Em menos de dois meses foi morar em uma fábrica de sabão, então teve as crianças de volta. Recebeu a ajuda de uma pessoa da rádio para montar sua casa. Depois voltou para S. e não chegou a ficar uma semana na casa de sua mãe em função de seus irmãos. Trabalhou em vários lugares, só que não deu certo morar em S. porque não tinha com quem deixar seus filhos e morava próximo a uma favela. Então,

mudou-se para M. (cidade atual) com seus filhos J., M. e C., enquanto Jn. e C. permaneceram com a avó. Ao chegar conheceu uma pessoa que varria rua, e que cedeu um quarto que não tinha piso com uma cama para toda a família. Depois conseguiram se mudar para um lugar com “duas peças”. No começo relata que sofreu muito. Trabalhou como diarista e na prefeitura por meio de uma pessoa, a quem é muito grata. Na prefeitura cozinhava e limpava. Porém, na época bebia muito, todos os tipos de bebida, ficava ruim e não conseguia se levantar. Fumava e jogava a “bituca” em qualquer lugar e não aceitava que ninguém falasse nada. Morou na casa da irmã R. que “pegava no seu pé”. Relata não ter se afastado dos filhos a não ser para fazer seu tratamento. Coloca que nunca teve muita paciência com os filhos. Quando bebia brincava mais com eles, mas hoje em dia não é mais assim. Não tem o hábito de ficar abraçando e beijando, acredita que é porque não foi criada dessa forma. Se os filhos fazem coisa errada, não “passa a mão na cabeça”. Como no caso do filho L., sempre diz que se ele “cair” de novo ela já fez a parte dela como mãe. Em relação a ida para o tratamento, I. relata que passou mau em um dos seus trabalhos, chegou a desmaiar, porque só bebia e não comia, pesava 47 quilos, então a promotora ofereceu que ela fosse para uma casa de recuperação em Ma.. Gostou do tratamento, relata que foi trabalho e oração e que tudo que precisava a L. do fórum (SAI) cuidava de tudo. Ficou por quase nove meses em tratamento e os filhos permaneceram no Lar da Criança. Nesse período não se importou em deixar os filhos no abrigo, sabia que era o melhor para todos, pois não tinha mais força para nada. Quando retornou não tinha onde morar, seus móveis haviam estragado. Algumas pessoas a ajudaram a comprar móveis, geladeira, como a esposa do prefeito, a promotora, a assistente social e a psicóloga do fórum. As crianças voltaram a viver com elas, e segundo ela estavam todas “boca-dura”, diziam que iam em um lugar e não iam. Todos freqüentavam a escola, e trabalhavam com reciclagem, mas davam muito trabalho, o L. era “terrível”. Com o dinheiro da reciclagem, I. acredita que eles compravam drogas, sendo que o J. dava a metade e o M. dava pouco. O L. não trabalhava com reciclagem, ficava mais pela rua. I. acredita que M. usa drogas há muitos anos, e que percebeu há uns cinco anos, quando foi internada. M. também recebeu o tratamento para dependência química, em C., mas não melhorou, porque não achou a clínica boa. Em relação ao L. a mesma

percebeu quando o filho usava o “mesclado”, devia ter por volta de 14 anos, no ano em que foi internado para tratamento. Na escola, L. faltava muito às aulas, quando I. descobria brigava com o filho na frente das pessoas, batia, tirava a TV e nada resolvia. O tratamento foi a melhor coisa que aconteceu para o filho, segundo I.. Sempre trabalhou muito para pagar as contas. Atualmente só ela sustenta a casa, pois J. vai ter um filho com a namorada que está com cinco meses de gravidez e precisa pagar as despesas. O filho M. está preso por vários motivos: quebrou um orelhão, o espelho da rodoviária, furto e pelo uso de “crack”. Segundo ela, M. deve pagar pelo que fez, a ainda não conseguiu ir visitá-lo. O filho Jn. que morava com a mãe de I. está no MS, morando com um tio, e tentando a carreira de locutor. Jn. foi para lá porque um amigo morreu “em seus braços”, assassinado. Não costuma encontrá-lo, mas tem notícias por meio de sua mãe que conversa com o mesmo pelo telefone. C. mora com sua mãe em S. e está “adiantada” na escola, a relação das duas é muito boa, segundo I.. I. estudou até a quarta série, tentou voltar a estudar, mas não conseguiu porque se sentia cansada em trabalhar e cuidar da casa. Sua relação com os irmãos hoje é boa, normalmente no final do ano se encontram junto com seu pai.

5.1.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Após a realização do agrupamento do conteúdo das entrevistas nas categorias mencionadas no método, foi possível analisar cada uma dessas categorias e em seguida confrontar com o referencial teórico.

Na seqüência estão as categorias analisadas divididas em duas partes, como já citadas no Método: uma referente ao adolescente e à família e outra ao Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e a Rede de Atendimento. Ao final estão algumas considerações sobre as semelhanças e divergências entre o que disseram o adolescente, a família e os profissionais.

Nosso estudo se baseia em alguns pressupostos teóricos que nos guiaram na compreensão do fenômeno estudado. Dentre esses, destacamos nesse momento o pensamento novo-paradigmático da ciência e uma de suas

premissas: a complexidade. Essa percepção se dá quando em nossa pesquisa buscamos contextualizar um fenômeno, ampliar o foco, observar em que circunstâncias o fenômeno acontece, permitindo visualizar relações intra-sistêmicas e inter-sistêmicas, e uma teia de fenômenos recursivamente interligados, tendo então a complexidade (VASCONCELLOS, 2002).

A organização das narrativas permite a construção de um fluxo lógico das idéias dos participantes, apresentando inúmeras possibilidades de interpretação e discussão sem perder de vista a complexidade do fenômeno.

A noção de “sistema determinado pelo problema” (SDP), de Goolishian e Winderman (1989), colabora na compreensão de como as famílias e o Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e aos Adolescentes, por meio de seus representantes, se relacionam em torno de um problema comum, que foi definido pela família foco de nosso estudo. Então, é possível dividir os sistemas amplos mantendo a sua complexidade.

5.1.4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DA FAMÍLIA

1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Nessa categoria, consideramos apenas o que a família considera como sendo um problema. Partindo dessa definição de problema pela família, todos os outros participantes do sistema foram selecionados, formou-se assim o sistema determinado pelo problema de acordo Goolishian e Winderman (1988), como já citado anteriormente.

Essa categoria está dividida em quatro subcategorias. A primeira esclarece o problema definido pela família. A segunda define trajetória percorrida na definição do problema, e como essa foi vivenciada pelo adolescente e sua genitora. A terceira subcategoria apresenta quais foram as formas que a família utilizou para enfrentar a problemática por eles definida.

E por fim, essa categoria define, quais são as expectativas que envolvem a resolução do problema, por meio de ajudas e/ou intervenções que a família gostaria de receber.

1.1 PROBLEMA

O adolescente L. considera como sendo um problema atualmente a questão da drogadição, apresentado de forma sucinta na fala abaixo:

“Droga.” (L.)

A genitora, no entanto, aponta seu filho M. como sendo um problema em função da drogadição, e não L..

“O M. [...] O problema da droga, né?” (I.)

Ambos concordam com a mesma definição do problema familiar, porém o adolescente se refere a sua própria condição enquanto a genitora faz referência ao filho do meio, que apresenta dificuldades em função da dependência química.

O caso estudado apresenta uma experiência de descompasso diante da percepção que ambos tem do uso abusivo de entorpecentes, sendo esse desacordo, visto por Goolishian e Winderman (1988) como a definição de um problema.

1.2 TRAJETÓRIA DO PROBLEMA

L. aponta que não se recorda da sua infância, apenas se lembra de quando foi para o abrigo (Lar). Porém, não tem certeza do período em que esteve abrigado, acredita que tinha aproximadamente quatro anos de idade.

“Não, não lembro, não lembro nada. A única coisa que eu lembro foi quando eu fui morar no Lar. [...] Ah, não lembro também. Eu tinha uns... Quatro anos. Em 1997 eu acho.” (L.)

O mesmo esclarece que ter morado no abrigo não foi uma boa experiência, não tendo o desejo de retornar ao local.

“Ah, foi ruim, por isso que quando falaram em morar no Lar de novo eu não quis, porque eu não tenho lembranças boas de lá, nenhuma.” (L.)

Para ele o motivo que o levou a ser abrigado foi a dificuldade financeira da genitora, e a falta de uma rede social.

“Por causa da dificuldade, né? Minha mãe chegou aqui sem serviço, sem casa, sem nada, daí não tinha lugar para nós ficarmos, né? Não tinha ninguém, daí fomos para o Lar.” (L.)

De acordo com contido no processo judicial essa foi uma medida tomada pelo Conselho Tutelar em função da falta de condições da genitora de prover cuidado aos filhos.

O início do cuidado da família pela Vara da Infância e Juventude foi marcado por uma medida de abrigamento, sentida como algo que afastou o adolescente da genitora e não resolveu a situação da família. Essa ação foi uma medida paliativa que promoveu o começo de uma trajetória de assistências, promovendo a dependência da família em relação à rede de atendimento municipal.

O aspecto positivo da experiência de ter estado no abrigo foi ter um local onde residir. Porém, os aspectos negativos se sobressaem, sendo que nesse momento de sua vida recebeu castigos físicos, e aprendeu com outros internos a roubar e a fumar cigarro.

“Ah, foi bom porque eu fiquei lá, né? Teve um lugar para mim ficar, mas, para mim não teve nada de bom quando eu fiquei lá não; lá eu aprendi fumar cigarro, aprendi a roubar lá, eu apanhava lá, então para mim não teve nada de bom não. [...] Tinha o E., o D., o C., o M. [...] Eu aprendi a fumar, a roubar... Ah, não tinha as coisas em casa. Saía para roubar.” (L.)

Antes de ser abrigado o adolescente residia com sua avó materna em uma cidade vizinha. Se mudaram para M., cidade onde a família reside atualmente, em função de conflitos da família de origem materna e sua genitora. A família de origem dizia que a genitora estava errada e que não tinha marido, por essa razão deveria ter “vergonha na cara” [sic].

“[...] Antes de ir para lá a gente ficava na casa da minha avó em S. [...] Foi porque minha família começou a jogar na cara, né? As coisas, né? Daí minha mãe já não agüentou já; eles ficavam jogando na cara dela, daí ela pegou e veio embora para cá. [...] Falavam que ela tava errada, que nem marido que ela tinha, se ela tivesse vergonha na cara ela nem ia lá.” (L.)

Ele não se recorda da mudança para M., se lembra apenas do abrigo. O mesmo acredita que permaneceram no local por aproximadamente três anos, e depois foram transferidos para um abrigo em uma cidade vizinha (S.), onde reside a família de origem materna. Após um período retornaram ao abrigo municipal, onde permaneceram até o ano de 2000, quando a genitora estava internada em uma casa de recuperação em função da dependência do álcool. Nesse período, o participante se recorda da genitora ingerindo uma grande quantidade de bebida alcoólica.

“Ah, eu não lembro daí. Daí nós fomos para o Lar. [...] Ah, fiquei, sei lá... nós ficamos lá acho que uns dois, três anos, depois nós fomos para o Lar em S., ficamos lá um tempo, depois voltamos para o Lar aqui. Mais ou menos até 2000, por aí...[...] Minha mãe ficou internada [...] Na C. de N., em Ma., por causa de álcool.[...] Ah, sei lá...ah...daquele tempo não tenho, foi daí que começou “bebeção”, essas coisas assim. Bebia muito.” (L.)

Após a saída da genitora a família foi morar em um bairro da cidade (Vila) conhecido pelo baixo nível sócio-econômico dos moradores, e pela grande quantidade de pessoas envolvidas com o tráfico em consumo de entorpecentes. Depois se mudaram próximo ao cemitério da cidade. Vemos que o participante não sabe ao certo quando iniciou o uso de entorpecentes, relatando em um primeiro momento que foi quando tinha aproximadamente treze anos, e em outro momento que faz seis anos, sendo que o mesmo encontra-se com dezesseis anos atualmente.

“[...] Daí nós ficamos mais um pouquinho lá na Vila, morando lá atrás da Vila, aí nós mudamos lá perto do cemitério; daí lá que começou desandar lá; comecei...os caras...meu irmão já fumava já, sabe? Maconha. Daí ofereceram...[...] Ah, eu não lembro, sei lá, uns 12, 13 anos. Foi em 2002, nós estamos em 2008, então, mais ou menos há seis anos atrás[...]” (L.)

O participante fazia o uso de drogas em sua própria residência junto com amigos que ofereceram. Algumas vezes os amigos levavam a droga, e outras vezes ele mesmo a tinha. O irmão do adolescente recomendou que o mesmo não experimentasse, mas não foi ouvido.

“[...] Os moleques iam fumar lá em casa, nós fumávamos em casa; eu levava para ele fumar, daí eles ofereceram para mim também, daí eu aceitei; daí o meu irmão falou: “não é para você colocar isso na boca”; daí hora que ele saiu de perto eu coloquei e comecei a usar.” (L.)

L. iniciou o uso de entorpecentes dentro de sua residência em companhia do irmão mais velho e de amigos. Na época, sua genitora consumia bebidas alcoólicas em excesso. A respeito desse aspecto Castro e Abramovay (2002) salientam que o consumo de drogas lícitas, principalmente o álcool, inicia-se na família, sendo incorporado como elemento de sociabilidade em todas as camadas sociais. Já as drogas ilícitas, como os inalantes, a maconha, o *crack*, entre outros, começa a ser consumida geralmente fora do espaço da família, a partir da relação de amizade ou pertencimento a um grupo.

O fato do adolescente fazer o uso de entorpecentes dentro de sua casa, juntamente com seu irmão, denota uma sensação de permissividade em relação ao consumo, já que sua genitora consumia bebidas alcoólicas.

Como vimos esse período da adolescência vivido pelo adolescente é decisivo na construção da identidade (ERIKSON, 1998). Nesse período (de construção da identidade), o adolescente pode se sentir inseguro e cheio de dúvidas sobre si, podendo chegar a situações de transgressão, busca de prazer imediato, necessidade de liberdade, onde a utilização de drogas pode ocorrer por curiosidade, influência do grupo, disponibilidade de drogas, influência familiar, “modismo da turma” (SILVA, 2007).

No caso do adolescente o contexto onde esteve inserido e as questões comuns a adolescência citadas acima, podem ser apontadas como motivações para o início ao uso de entorpecentes.

Como diz Sudbrack (2001) a dependência química encobre, na maioria das vezes, dependências relacionais, como vimos no caso estudado, por meio da relação construída com sua genitora.

Com o passar do tempo o adolescente foi fazendo o uso de outros tipos de droga, como o “melado” (maconha com pedra), e o “petisco” (pedra com cigarro), em companhia de colegas do colégio (S.R.). Então, o mesmo passou por várias escolas, foi para o colégio (B.), onde foi expulso por fazer “bagunça” [sic], e em seguida foi para outra S..

[...] Aí veio a droga...Foi passando daí um ano, daí me ofereceram melado, petisco, uns caras que estudavam no S. R.. [...] Petisco, que é pedra com cigarro. Daí eu fumei ainda. Daí eu fui para o B., daí eu fui expulso do B. [...] Bagunça, eu bati em um moleque, daí eu fui expulso. Daí depois eu fui para o S.” (L.)

O caminho do uso de entorpecentes foi iniciado em um momento em que foi oferecido o “petisco” (pedra com cigarro). Aos poucos o adolescente foi sentido que o vício estava presente em sua vida. Para alimentar o vício o participante começou a roubar e pedir dinheiro para comprar a droga. O mesmo deixa claro que da sua casa não tirava nada pra conseguir a droga, pois via o empenho de sua genitora em conseguir sustentar a família. Considera que ao mesmo tempo essa fase foi marcada por momentos bons e ruins. Na época tinha aproximadamente quatorze anos, e não conseguiu sair da quinta série.

“[...] Daí ofereceram petisco eu fumei. Primeira vez que fumei não deu nada; segunda vez...daí aos poucos foi viciando, sabe? Daí eu fui comprando, daí e fumei o melado, daí viciou de vez; o melado é maconha com pedra, daí eu fui fumando, fumando. Aí, eu roubava, eu pedía, sei lá, roubava. Roubava na rua, nunca fui de roubar em casa; porque eu via, né? O que minha mãe fazia para comprar as coisas lá. Se pegasse era um real ou dois para comprar cigarro. Era uma época meio boa, meio ruim. Nem consegui passar na escola, fiquei só na quinta. [...] Sei lá...uns treze, quatorze ano mais ou menos.” (L.)

Ele relata ter utilizado duas das drogas mais utilizadas atualmente pelos jovens, a maconha e o crack. Ressaltamos que o crack tem sido considerado a droga causadora de maior índice de dependência química (SILVA, 2006). O

participante confirma o grande poder de dependência ocasionada pelo crack, quando relata a necessidade do constante consumo do entorpecente. O uso abusivo dos entorpecentes provocou inúmeros danos ao jovem, dentre eles, a impossibilidade de continuar os estudos. O uso de vários tipos ou classe de drogas, chamado de uso de múltiplas drogas (SEIBEL; TOSCANO, 2001) é o padrão de consumo apresentado por L..

Em casa a situação não estava bem, pois a genitora estava ingerindo bebida alcoólica em excesso. Nesse período o adolescente experimentou a “pedra” (crack) na “lata” (recipiente usado para usar a droga), porém o mesmo não gostava dessa forma de uso, e depois de algumas vezes deixou de usar e passando a utilizar apenas o “mesclado”. Então, o participante construiu algumas amizades com pessoas “doidas” [sic], com quem começou a roubar. O mesmo não freqüentava mais a escola e só tinha o desejo de consumir entorpecentes.

“Minha mãe já tinha voltado a beber...ixi. [...] Daí eu experimentei a pedra, foi na lata mesmo, sabe... pura. Daí eu não gostava de fumar na lata, porque não dava sensação em mim, sabe? Daí eu fumei duas vezes só e parei, só ficava no melado só. Eu tinha uns amigos e todos usavam. [...] eu conheci uns caras doidos, malucos, comecei a andar com eles, aí eu comecei a roubar mesmo. Não dava vontade de ir mais pra escola, não dava vontade de fazer nada. Dava vontade só ficar usando drogas.” (L.)

Em relação ao funcionamento familiar, podemos observar que o relacionamento insatisfatório e a presença de conflitos agiram como fatores de risco para o uso de drogas pelo adolescente. Enquanto que sentimentos de apoio e interação com a família, teriam sido fatores de proteção, que poderiam afastar o adolescente das drogas, o que não ocorreu nesse contexto. As influências familiares negativas no envolvimento individual com drogas e delinquência apresentadas pelo adolescente, somadas as percepções desfavoráveis que os adolescentes têm de sua família, contribuíram para o abuso no consumo de entorpecentes pelo jovem.

Outros fatores de proteção para o uso abusivo seria o acesso ao capital cultural e artístico, por meio de atividades para os jovens. L. relata não ter participado de qualquer evento ou atividade cultural, ou até mesmo de lazer durante sua vida. Os espaços que não são ocupados por eventos

enriquecedores, são preenchidos por atividade ilícitas e degradantes, sendo as drogas muitas vezes a alternativa mais próxima (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002), como colocado pelo adolescente.

L. passou por um tratamento para recuperação e em seu retorno inicialmente estava tudo bem, mas a genitora estava consumindo álcool. Sendo que nesse retorno, a situação da família continuava a mesma de anteriormente, como os xingamentos e as brigas.

[...] Quando eu tinha voltado daí. No começo foi bom, sabe? Mas daí minha mãe ainda não tinha parado de beber ainda, começou a... começou um negócio lá, daí começou tudo de novo. [...] Mesma coisa que eu fazia antes, começou tudo de novo, xingar os outros, minha mãe não bate mais em mim porque ela sabe que ela não agüenta mais comigo.” (L.)

Apesar do esforço empenhado pelo jovem em sua recuperação, quando a genitora consome bebida alcoólica em excesso a mensagem subliminar transmitida é que este seria um padrão aceitável. Neste caso, o modelo parental pode ser um fator de risco para o uso excessivo de álcool e drogas pelo filho. O adolescente percebeu no comportamento de abuso do álcool um modo de enfrentar situações difíceis.

Todos os membros da família devem participar do tratamento para dependência química, tendo uma co-responsabilidade na recuperação do adicto, aliada a uma postura de apoio e colaboração (BRASIL, 2004). A família estudada não foi atendida como uma unidade, onde todos participassem juntos do tratamento, cada membro recebeu auxílios para se livrar do vício em diferentes momentos.

Podemos pensar em algumas das principais influências contextuais e relacionais que fizeram L. abusar dos entorpecentes, a saber: facilidade de obter a droga, o alcoolismo e recursivamente o abandono da mãe, a vida sexual ativa da mesma, difícil relacionamento de L. com a mãe, a defasagem escolar, e o baixo nível socioeconômico. Todos esses aspectos da vida de L. ocorreram em um movimento circular e recursivo, não sendo possível considerar uma causa, ou um fator determinante do início do uso de drogas. Nesse sentido, o tratamento familiar seria a forma ideal de cuidar de todo o

sistema para que mudanças relacionais pudessem ocorrer, e que o problema fosse dissolvido.

I. nunca fez uso de entorpecentes, apenas de bebidas alcoólicas. Ela iniciou o uso do álcool com vinte e um anos de idade, mas não gostava de cerveja. Com essa idade a mesma teve sua primeira relação e engravidou de seu filho mais velho que está com vinte e três anos. Os dois ex-maridos da genitora eram usuários de drogas, porém I. nunca experimentou. Em um momento em que a genitora permanecia com seu primeiro ex-marido enquanto faziam o uso de drogas, tendo sofrido os efeitos da mesma.

“Nunca usei droga. O meu negócio sempre foi o álcool. Nunca, nunca pus droga na minha boca de espécie nenhuma. [...] 21 anos, comecei bebendo cerveja, não gostei, fiquei um tempo sem relar na boca, daí depois comecei tomar, não sei porquê, mas era sem-vergonhice mesmo. Eu estava grávida. Eu engravidei na primeira vez, porque eu me perdi também com 21 anos, então eu já “puf” e engravidei. Por isso que o “nego” hoje está com 23, eu fiz 44 anos e ele está com 23. [...] porque os dois meus ex-maridos usavam drogas e eu nunca coloquei droga na boca; o primeiro meu ex-marido eu ficava na rodinha vendo tudo eles fumar; uma vez eu fiquei doidinha de tabela, levantava as penas tremiam, que a fumaça vinha no meu rosto [...] as drogas que coloquei na boca foi cigarro e álcool.” (I.)

A droga consumida por I., o álcool, é tido como umas das drogas mais utilizadas, por ser a de mais fácil acesso e aceita socialmente, sendo que o organismo normalmente leva um tempo para criar a dependência. O consumo do álcool faz parte da nossa cultura, em momentos de alegria onde são realizadas comemorações, ou em momentos de tristeza a substância encontra-se presente.

I. acredita que seu filho mais velho já fazia o uso de drogas á muitos anos, quando a mesma foi internada M. já usava. Quanto adolescente foco de nosso estudo, a genitora notou que o mesmo usava drogas quando utilizava o “mesclado”. Quando tinha aproximadamente quinze anos, L. ficou internado em J. (casa de recuperação), o que foi muito bom para o mesmo. O adolescente não permanecia na escola, mesmo a genitora mantendo vigilância.

“Não sei, só sei que quando fui internada, acho que o M. já usava. Já, porque ele estava muito esquisito. O M. acho que usa drogas há muitos anos. Eu percebi bem mesmo depois, há uns cinco anos atrás. [...] E o L. [...] Não sei, porque ele nunca falava né? E quando eu descobri ele

já tava no “mesclado”. [...] Agora, que ele ficou internado em J. Foi o ano retrasado que ele ficou internado. Acho que ele tava com seus 14 para 15 anos. Na escola ele mais faltava do que ia, ele falava que ia, mas não ia. Eu cansei de ficar na sala sentada com ele ou então na porta da escola e ele não endireitava não, a melhor coisa para o L. foi esse tratamento.” (I.)

Vemos que o filho mais novo (L.), foco de nosso estudo relata anteriormente ter iniciado o uso quando tinha aproximadamente treze anos, ou há seis anos atrás, quando o mesmo teria dez anos, o que denota que a genitora não tomou conhecimento do fato nesse momento.

No caso do filho M. a genitora não se sente bem em manter contato por estar preso, nem por meio de cartas enviadas por ele. O adolescente tem muitos recursos, como um bom coração, porém com o passar do tempo “entortou” [sic]. O comportamento de seu filho M. oscila dependendo da droga, quando faz uso de outra droga que não seja o álcool o mesmo fica totalmente diferente.

“[...] porque eu não to com um pingão de coragem, só de ler as cartas parece que já me dá uma punhalada nas costas. E eu passei tão mal na prefeitura, a B. ligou e disse: “tem umas cartas para você aqui” e eu esqueci de perguntar de quem, falei “to indo buscar” e eu sou meio apavorada, né? E fui, na hora que eu olhei assim, M.E. de A., eu abri, assim, comecei ler, mas eu passei mal, hein? O M. tem tudo para crescer, pensa em um menino que tem um coração bom; mas depois que conheceu esse...pensa em um menino que entortou mesmo. [...] Agora o M. usando droga é uma coisa, bêbado ele é outra. Ele se transforma.” (I.)

A mãe apresenta a situação atual do filho M., que, assim como os outros irmãos foram assistidos pela Vara da Infância e Juventude desde 1997, segundo o processo judicial. Mesmo diante de inúmeras intervenções dos profissionais, de acordo com a narrativa da genitora, o problema definido por ela continua.

Nesse sentido, Goolishian e Winderman (1988) apontam que no SDP a mudança ocorre quando o sistema lingüístico não inclui mais o problema no espaço dialógico, então o SDP deixa de existir. No caso da família não foram construídos novos significados e a família continua sendo atendida pela rede de atendimento em função da problemática da drogadição dos filhos.

Os diferentes hábitos de L. fizeram sua genitora desconfiar que o mesmo estava fazendo o uso de entorpecentes, como por exemplo: não tomar banho, dormir tarde, e não fazer nada. O adolescente gosta de manter uma boa aparência e organizar suas roupas.

“O L. ele só não gostava muito de tomar banho, eu comecei desconfiar disso daí, não tomava banho, dormia sempre tarde, não fazia nada, por isso que agora eu tenho quase certeza que ele não ta fazendo isso. Se deixar por ele, ele anda que nem filho de madame; ixi, ele precisava de umas roupas aí, eu cheguei pus em cima da cama, ele escolheu, nossa, já dobrou, pos em cima da gavetinha, ta lá.” (L.)

Essa fala demonstra que a genitora tem uma percepção de mudança no comportamento do adolescente quando esse está fazendo o uso de entorpecentes. Denota que a mesma teve um aprendizado em relação ao momento em que o adolescente iniciou o uso de drogas, quando a mesma não percebeu que o filho estava nessa condição. Podemos perceber essa mudança por meio das falas anteriores, em que o jovem narra que começou a usar drogas quando tinha aproximadamente treze anos e a genitora acredita que o mesmo iniciou aos quinze anos de idade.

1.3 FORMAS DE ENFRENTAMENTO

Para enfrentar o problema da drogadição L. ficou internado e ficar longe dos “defeitos” [sic] de caráter, como a mentira, a manipulação, entre outros. Ainda em relação aos “defeitos” [sic] o participante considera que tem alguns defeitos, mas que já melhorou.

“[...] Ah, fiquei internado, tento ficar distante dele, ah, sei lá, acabar com os defeitos...ah, sei lá, esses negócios. [...] Ah, tipo, acabar com os defeitos de caráter para não dar motivo, para quando eu tiver cheio de defeitos não correr atrás dele, sabe? [...] Ah, mentira, manipulação, ah... muitos, sei lá. [...] Ah, eu acho que o tanto que eu tinha e o que eu tenho agora, mudou bastante. Ter não ter eu tenho sim, né? Porque é difícil você acabar com tudo, mas ta muito mais melhor. (L.)

O adolescente costuma procurar esses auxílios nos momentos em que sente que precisa, quando não se sente bem, e procura pessoas da casa de recuperação em J. e do SAI (Serviço de Auxílio à Infância) para não tomar atitudes que considera erradas.

“Ah, quando eu to precisando. Ah, depende. [...] Ah, quando eu to mal, aí eu converso, quando eu preciso me fortalecer lá em J. para não fazer uma cagada, daí eu vou no fórum, no SAI e peço para conversar. [...] Ah, bom.” (Adolescente)

Os auxílios recebidos por meio do diálogo se assemelham em alguns aspectos à perspectiva de Schnitman (2006) a respeito dos diálogos gerativos, já que essas fazem emergir alternativas aos conflitos e problemas, a criação de novas formas de relação que privilegiam soluções satisfatórias, como também as inovações e o reconhecimento dos recursos, a apreciação dos valores comuns enquanto promovem transformação tanto das conversações como dos que participam do processo, no nosso estudo o adolescente.

Para solucionar a problema da drogadição dos filhos a mãe encaminhou para tratamento, dialogou, protegeu, e usou de violência. Para o filho M. a única forma de resolução vista pela genitora é internar o mesmo no mesmo local em que L., seu filho mais novo esteve. Considera ser um bom local, onde pode-se sentir a presença de Deus. I. acredita que em função do tratamento o L. não teve recaídas, mesmo passando grande parte do tempo andando pela rua.

“Já internei, já conversei, já tirei da cadeia, já passei a mão na cabeça, já bati, agora só tentar outro tratamento, de preferência em J., onde o L. ficou. Porque do lado deles parece que Deus permanece lá 24 horas, porque lá você se sente em paz; eu fui lá várias vezes, pensa em um lugar bom hein? E poucos que recaíram. Eu achava que o L. ia recair, mas não, ele anda aí adoidado, para tudo quanto é lugar.” (I.)

1.4 EXPECTATIVA DE AJUDA/ FORMAS DE RESOLUÇÃO IDEAL NA PERSPECTIVA DA FAMÍLIA E DO ADOLESCENTE

L. considera que o problema da drogadição está solucionado, mas que para continuar melhorando e ficar longe das drogas, precisa voltar a estudar e conseguir um trabalho.

“Ah, para mim eu acho que sei lá, para mim, ajuda assim... já ta resolvido esse problema, sabe? Mas para melhorar mais, para mim não voltar com esse problema, para mim não tornar a usar droga, precisava tipo...arrumar um serviço, escola, essas coisas sabe? Para eu me afastar.” (L.)

Esse desejo de ficar longe das drogas é uma luta que L. trava a todo o momento, sendo que o mesmo deseja estudar e ter um trabalho para se sentir seguro. Portanto, busca encontrar o reconhecimento e a valorização por meio do aumento do seu nível de escolaridade e do trabalho, confirmando o que dizem Castro e Abramovay (2002).

Na resolução da problemática definida pela mãe, essa gostaria de ter financiado por membros da prefeitura municipal (E. e D.) um tratamento para seu filho M., pois não possui condições financeiras de pagar. O M. tem muita chance de mudar, o mesmo apresenta vários recursos para promover uma mudança em sua história de vida.

“Ah, eu queria o internamento do M. né? Porque eu não tenho condições de pagar; eu já conversei com o E. e o D. e disse que eu não queria nada deles, porque eu não quero nada deles, a não ser o tratamento do meu filho porque eu não tenho condições de pagar, porque eu tenho certeza que se o M. ficar lá os 9 meses completo ele vai mudar; porque o M. tem uma cabeça boa e ele tem chance, sabe? Ele já foi convidado para trabalhar até em rádio e ele não quis, porque ele tem uma voz maravilhosa.” (I.)

I. reivindica o direito ao tratamento do filho, por meio de inscrição em programa de atendimento público adequado, já que não apresenta condições financeiras para financiar tal auxílio, o que segue as idéias de Carvalho e Guará (1994). Porém, muitas vezes nesse caminho, I. se deparou com a ausência destes serviços ou com uma oferta fragmentada. Vemos por meio de nossa experiência profissional que os tratamentos para dependentes químicos são escassos e não integram a família nesse processo, como discutimos anteriormente no caso do atendimento de L..

2 REDE DE FAMILIARES E DE AMIGOS DO ADOLESCENTE E DA FAMÍLIA

Essa categoria permite identificar pessoas significativas para o adolescente e sua genitora. Expressa quem são as pessoas consideradas importantes na vida da família e como se relacionam com elas. A identificação dessa rede familiar e de amigos é relevante para a compreensão da construção do problema.

A rede social é de fundamental importância para que se desenvolvam relações saudáveis que proporcionem aos indivíduos e às famílias sentimentos de apoio e pertencimento.

A rede social significativa corresponde aos relacionamentos interpessoais dos indivíduos, auxiliando no seu próprio reconhecimento como indivíduo e para construção de sua auto-imagem. Constitui uma das principais experiências individuais de identidade, bem-estar, competência e agenciamento ou autoria, incluindo os hábitos de cuidado da saúde e a capacidade de adaptação em crise (SLUZKI, 1997).

2.1 FAMÍLIA

L. considera que não tem o hábito de conversar com sua mãe e que a mesma sempre briga com o adolescente. Avalia ainda que sua relação com a genitora não é satisfatória, e se ressentido pelo fato da mesma afirmar que gostaria de não ter tido filhos. A relação mãe e filho é caracterizada por alguns momentos de agressividade.

“[...] eu não sou muito de conversar com a minha mãe; a gente fica brigando só. Ela fica xingando, falando que se arrependeu de ter feito nós, sabe? Jogando na cara, fala que se fosse para voltar no tempo não tinha feito nós. Aí eu falo, não pedi para nascer, entendeu? Não pedi para vir para o mundo, você fez porque quis; daí eu começo jogar na cara também, xingar;

nunca dá certo. Eu fico nervoso e ela também fica. Mas não é sempre, é só quando ela começa a ficar brava, sabe? Ela fica brava por causa da bagunça que a gente faz lá. Faz alguma coisa errada, tira alguma coisa do lugar, faz alguma coisa que não tem nada a ver, ela já começa a xingar desgraça, inferno, não sei que.” (L.)

Embora existam conflitos e ataques de raiva, por meio da narrativa de L. não notamos o retraimento emocional na tentativa de evitar outras situações conflituosas, como aponta Preto (2001). O diálogo é visto pelo jovem como insatisfatório, carregado de agressividade e falta de afeto.

L. reconhece que sua genitora é bastante esforçada em relação ao trabalho. É “brava” [sic] em sua maneira de ser. O mesmo acredita que em sua casa falta a presença de Deus.

“Ah, sei lá. Que ela é trabalhadeira; ela é bastante trabalhadeira. Ela luta assim pela gente, né? Mas, ela é meio brava assim mesmo, né? Eu acho que falta Deus lá em casa, tipo, é o que eu estava buscando, mas só eu e meu irmão, ela não vai, meu outro irmão não vai.” (L.)

A busca por Deus é algo que o adolescente sente falta dentro de sua casa. Essa narrativa aponta para uma diferença entre os valores familiares vividos por cada membro da família estudada. Entendemos que Deus poderia ajudar a família a melhorar a situação vivenciada, porém esse não é um valor compartilhado.

L. tem um padrasto que considera uma boa pessoa, trabalha e colabora com as despesas domésticas. O padrasto faz uso de bebida alcoólica (pinga), assim como sua genitora.

“Ah, ele é gente boa. Ele é, tipo, põe as coisas dentro de casa. Toma as pinguinhas dele, mas não enche o saco, ele sempre é a mesma pessoa, legal e tal; trabalha.” (Adolescente)

A postura de L. em relação ao padrasto mostra que há uma atitude positiva de aceitação da nova estrutura da família.

A relação com a família oscila entre momentos bons e ruins, sendo que logo após seu tratamento melhorou bastante. Com o tempo foi piorando, pois os “defeitos” [sic], as brigas e discussões recomeçaram, piorando a relação

com a família, que percebeu sua mudança. O adolescente afirma que se todos colaborarem essa relação pode ser melhor.

“Ah, sei lá, tem vez que é boa, tem vez que é ruim; agora tá melhor, antes tava meio ruim, quando eu saí da clínica eu me encontrava super ótimo, sabe? Quando eu saí da clínica, daí depois deu uma piorada, uma piorada. [...] Os defeitos começaram vir, aí eu comecei a descontar na minha família, daí eles também não são bobos e viram, né? Também começou discussão, brigas em casa. Piorou muito, mas agora melhorou. [...] Eu fazia minha parte, né? Agora eles fazendo a deles vai melhorar cada vez mais. [...] Ah, sei lá tem vez que faz, tem vez que não faz, maioria das vezes não faz, né?(L.)

Em relação ao problema da drogadição, L. se sente recuperado, mas ao mesmo tempo percebe que a relação com a família deve melhorar, pois esse fato contribui para sua permanência em abstinência das drogas. Essa percepção de L. confirma a idéia de Brasil (2004) ao afirmar que não existem vilões ou vítimas nestas histórias de família, mas sim uma influência conjunta ao longo de todo.

O relacionamento entre o adolescente e a família fica difícil, quando os mesmos não o compreendem. Ele gostaria de ser compreendido e de receber amor de toda sua família: avó, genitora, e irmãos.

“Ah, sei lá, eu não aceito, né? Eles não entendem meu lado, né? Só entendem o deles. [...] É ué. [...] Ah, compreensão. [...] De todos. [...] Minha avó, minha mãe, meu irmão, meus irmãos, né? Meus tios. Eu queria compreensão e amor. [...] Ah, é meio difícil.” (L.)

L. não sente que sua mãe não o acolhe e não o compreende da forma que gostaria, provocando sentimentos de insatisfação. Nesses momentos podem surgir problemas no relacionamento em função da não satisfação das expectativas do filho em relação à mãe, conforme postula Macedo (2001).

I. não tem conhecimento da idade de sua genitora, e é a terceira filha entre dez irmãos, a maioria mora em diferentes lugares. A relação entre ela e os irmãos melhorou muito, todos se encontram no Natal, inclusive seu pai que é separado de sua genitora. A participante ficou aproximadamente vinte e sete anos sem encontrar seu pai, ela não tem afinidade com ele, ambos conversam somente o necessário. Seu pai tem outra família, e um filho e um neto adotivos.

“Nós somos em 10 irmãos. [...] Acho que sou a terceira... é acho que sou a terceira... ah, não sei nem a idade de minha mãe...Um mora em S., um em C., o meu irmão mora em L. do R. V., tem duas em S. C., tem um que eu não sei onde que ta, ta tudo espalhado. Vejo eles no final de ano, no Natal. [...] Agora é bom, agora é ótimo, nossa, a gente dá risada, cada um conta suas coisas, às vezes até meu pai vem. [...] Meus pais são separados. O meu pai faziam 20 e poucos anos que eu não via ele, 27 anos por aí, eu não sou muito chegada no meu pai. [...] Eu era pequenininha, um bebezinho. Eu e meu pai não tem uma relação assim, a gente não se xinga nem nada, mas ele fica lá na dele, nós conversamos o essencial. Ele tem outra família, mas ele não tem filhos com a outra, tem adotivo. Ele tem uma filha adotiva e tem um neto adotivo.[...]” (I.)

I. relata que é a terceira entre dez irmãos, e ao mesmo tempo diz que seu pai saiu de casa quando era pequena, um bebezinho. O relato faz pensar que como I. era uma bebezinha, esse se apresenta como um modo de falar, ou que sua mãe teve outros filhos após a saída de seu pai de casa.

Embora a participante tenha tido cinco filhos que é bastante acima da média, I. teve um número menor de filhos comparado a sua mãe, confirmando as idéias de Sarti (2005), que aponta uma diminuição do índice de natalidade em todas as classes sociais.

Após a separação de seus pais, a genitora de I. conheceu outro homem com quem teve outros filhos. Antes de se casarem, H. (padrasto) tinha uma esposa, e mantinha um relacionamento com a genitora de I. (participante). I. considera H. como sendo seu pai, antes de falecer ajudou sua mãe, inclusive deixando uma casa.

“[...] Quando meus pais separaram aí minha mãe conheceu o seu H. e teve os loirinhos com ele, minha mãe tem uma casa hoje porque ele deu, aí ele morreu de câncer no nariz. Ele era casado, mas eles se viam né? Mas foi muito tempo isso daí, então para mim o meu pai é ele. Até hoje ele para mim é meu pai. Ele ajudou muito minha mãe, para não deixar faltar as coisas, o primeiro baile nosso ele que bancou, sabe? Ixi, ele tinha uma educação, um respeito por nós, ele era muito bom, quando ele morreu minha mãe tava grávida da M.” (I.)

I. passou por momentos difíceis com o pai de seus filhos mais velhos. Em L. no Paraná, a genitora tentou viver maritalmente com o pai de seus filhos, porém não houve sucesso, já que o mesmo fazia o uso de bebidas alcoólicas e

era agressivo. Ela tentou suicídio, quando estava grávida, sendo uma tentativa frustrada, pois seu vestido ficou enroscado. Se recorda de ter recebido ajuda de pessoas que a desencorajaram e chamaram a polícia. Então ela foi morar em um lar para mães solteiras, onde recebeu ajuda de uma pessoa para montar um cômodo para morar, e logo começou a trabalhar.

“[...] Eu tentei morar com o pai do menino, mas não deu certo, ele bebia demais, ficava desbocado, enfrentava todo mundo, aí eu fui para o lar da mãe solteira, só que eu não lembro nem o nome, nem lembro onde, só lembro que era em L.; aí, uma época eu tentei suicídio.[...] Tava. Tentei suicídio, eu fiquei enganchada, eu pulei do pontilhão e fiquei enganchada pelo vestido, aí um senhor mandou uma menina falar para mim não fazer aquilo, quase que eu vejo a cena, aí a menina falava: “o tia, não faz isso não” eu já não tinha como sair dali, aí foi um cara que chamou a polícia e me tirou. Aí eu fui para esse lar, me conheceram lá, depois aquele L.C.B. me ajudou bastante, montei um cômodo para mim. Aí fiquei um tempo, depois que eu ganhei, comecei a trabalhar.” (I.)

O relacionamento de I. com o pai de seus filhos M., L., e C. foi conturbado em função do uso e tráfico de entorpecentes. Ela soube que o pai de seus filhos era usuário quando foram morar juntos. Para ela seu principal defeito era não gostar de trabalhar. Em uma ocasião I. foi internar seus filhos, em C. G. no Mato Grosso do Sul, deixando seus outros filhos sob os cuidados de uma menina. Ao retornar soube que seu marido havia consumido drogas em seu quintal, e tentou “agarrar” [sic] a cuidadora de seus filhos. Após esse episódio a participante se separou, pois seus filhos estavam em uma situação de risco, e não tentou entrar em contato novamente.

“[...] nunca mais tentei entrar em contato porque tudo era usuário, né? E eu descobri que eles estavam traficando, principalmente o pai do M., do L. e da C., eu descobri que ele tava traficando e que ele tentou estuprar uma menina na minha casa, nessa ocasião eu tive que internar a C. e o L. lá em C. G., no M. G. e quando eu voltei, eu pedi para a menina ficar com as crianças, com o M. e com o J., aí quando eu voltei as crianças estavam sozinhas, dormindo com a porta aberta; eu fui na casa dela e perguntei por quê, e ela falou: porquê o V. usou drogas aqui no teu quintal e queria me agarrar e eu deixei eles dormindo sozinhos com a porta aberta; aí eu larguei dele. [...] Já usava. Eu descobri depois que a gente tava morando junto, mas o único defeito dele é que ele não gostava de trabalhar, só fazia para droga, eu trabalhava em dois serviços, tinha que levar meus filhos em creche, grávida, então, era muito sofrimentos para pouca coisa e aí eu vi que meu filho estava até correndo risco.” (Mãe)

I. namorou dois meses com o pai de seus filhos M. L. e C., e já tinha o filho mais velho Jn. e estava grávida de J. Esse pai tinha um grande afeto pelos filhos, não os agredia e não gostava que a participante o fizesse. Porém, o mesmo não cuidava das responsabilidades da casa e passava seu tempo ocioso a traindo, enquanto a genitora trabalhava excessivamente. Em função das brigas a participante tomou a decisão de partir.

“[...] Namoramos dois meses, ele sabia também que eu tava grávida, aí, nossa, ele amava o J., isso eu não posso reclamar, apesar dele usar a droga dele e tudo, mas...[...] Ele era apaixonado pelos meus filhos, ele não batia, era raro, mesmo que não era dele, era muito raro dá um tapa, e quando eu batia, ficava muito bravo comigo. Só que ele não tratava, além de eu trabalhar que nem uma condenada, ele pegava as horas vagas para chifrar, entendeu? Para falar mal de mim, então eu vi mesmo que ou eu matava ele ou ele me matava, aí eu resolvi vir embora. A gente brigava muito.” (I.)

Outras dificuldades fizeram com que I. retornasse para seu Estado de origem, o Paraná, na casa de sua mãe em S. Ela trabalhava constantemente, e seus filhos tinham problemas de saúde com freqüência, o que a fez retornar para a casa de sua família, onde sua filha caçula seria bem cuidada. Ao chegar não foi bem recebida por sua família de origem, seus irmãos preferiam que ela estivesse morta. Esse fato desencadeou uma discussão entre seu filho L. e um dos irmãos de I.. Diante dessa situação a participante foi para a cidade vizinha (Ma.) com seus três filhos, deixando sua filha mais nova aos cuidados da sua avó permanecendo até os dias de hoje. Em Ma. a participante foi encaminhada por policias à um albergue e os filhos ao sistema judiciário, enquanto ela buscava um emprego.

“Porque eu trabalhava o tempo todo, eu deixava para as pessoas cuidarem, deu infecção intestinal nela, aí deu derrame pulmonar. O L. também, sempre teve problema de saúde com a bronquite e coisa no intestino; aí a C. deu a primeira vez, a segunda, deu a terceira, aí eu falei: não, eu vou embora. Ir embora porque pelo menos eu largo ela lá com minha mãe e minha mãe cuida dela, e ela foi e ta lá até hoje. Aí eu fui pra casa da minha mãe em S. Mas, daí eu cheguei e meus irmãos me receberam muito mal, inclusive falaram que era bom que tivesse morrido, né? Aí o L. mandou ele tomar lá e eu peguei dei um tapa no L. e meu irmão veio para cima de mim e eu falei: ‘você que tenta, daí ele nunca me bateu’. Aí eu mandei eles tomarem

banho [...], peguei o último ônibus e fui para Ma. fiquei na rodoviária com os três, menos a C. Aí eu fiquei lá e perguntei para o policial se tinha algum lugar para a gente ficar e o policial levou nós no albergue e no albergue eu deixei a C. com minha mãe e internei os três no juiz porque no albergue não podia ficar e eu fiquei no albergue. Todo dia levantava cedo e ia procurar trabalho.” (I.)

Desde então a filha mais nova de I., reside com a avó. A filha a trata com carinho, e eventualmente se encontram. A genitora não sabe ao certo a série em que a filha estuda, porém enfatiza que C. está “bem adiantada” [sic].

“Sempre com minha mãe. [...] ela só me chama de mamãezinha. Eu vou lá ou ela vem aqui. Ela vai na escola...Ela tava não sei se é na sexta ou sétima, uma coisa assim, ela ta bem adiantada.” (I.)

A história de vida da participante é permeada por situações de grande sofrimento. Seus relacionamentos foram conflituosos, sendo os pais de seus filhos usuários e traficantes de drogas. A participante viveu cercada por riscos em função de seus relacionamentos e de sua condição sócio-econômica. Ao mesmo tempo ela demonstra ter tido uma preocupação em manter seus filhos em segurança e em prover o necessário para que sobrevivessem. As constantes mudanças de local de moradia denotam um grande esforço para que houvesse uma melhoria na vida de toda a família.

I. afirma não ter muita paciência com os filhos. Acredita que se comporta assim, por ter sido educada dessa maneira e refere-se ao resultado do beber como um meio de se soltar e brincar com os filhos.

“Eu nunca fui de ter muita paciência, porque quando tem que falar eu falo mesmo, então eu não tenho muita paciência, eu acho que quando eu bebia eu brincava mais com eles, eu fazia papagaio para eles, jogava “bulita” com eles, fazia piadinhas, eu cantava para eles, mas isso eu já tava bem insana mesmo, bem “turbinadinha”, e hoje em dia eu já não sou muito assim, eu brinco lá de vez em quando, e, que nem, quando eu saio, gosto de levar eles até agora eu tava com a minha nora e com o meu filho, agora, eu gosto de sair com eles, mas eu não sou muito de ficar, beijo, sabe? Não sou muito de ficar na mão, sabe? Eu não sou muito de ficar... não sei se é porque eu fui criada aos trancos e barrancos, eu sou “secona” mesmo, mas desde que me conheço por gente.” (I.)

O consumo do álcool é percebido pela participante como um fator que contribuía na expressão da afetividade em relação aos filhos. Além disso vemos que durante a adolescência e a ocorrência de conflitos, há uma tendência de se repetir alguns padrões da família de origem (PRETO, 2001), como no caso da participante que relata ter sido criada da forma que trata os filhos.

Sua relação com o filho L., foco de nosso estudo, não é diferente, I. reforça sua falta de paciência e diz que fazer o que pode, porém é exigente em quanto ao cumprimento das ordens dadas. Por outro lado, reconhece qualidades em L. das quais parece se orgulhar, como se vê no exemplo a seguir.

“Ah, eu faço o que eu posso por ele, só que eu falei, eu tenho pavio curto, se eu falar uma coisa eu gosto que faça logo, e se falar não pra mim eu já dou um berro, uns gritos, já falo: ‘deixa então que eu faço’, aí eu não aceito que faça mais. Se falar não para mim, não adianta pedir de novo que eu não quero que faça, aí eu vou e faço. Mas ele vai no banco para mim e não mexe em um real. Ele foi esses dias receber, eu achei incrível, ele foi pegar um dinheiro no banco para mim, 20 reais da bolsa...família, recebo dele, 20 reais. Aí ele chegou e falou: “Mãe, quanto que era para eu pegar mesmo?”. Eu falei: ‘20 reais’. Aí ele pôs a mão no bolso, porque ele é metido, né? E disse: ‘então eu vou te emprestar’ começou contar, 50, 50. E eu: ‘L. pelo amor de Deus, que dinheiro é esse? Você tirou o seu dinheiro do banco?’. Eu também achava que o moleque tinha um rio de dinheiro no banco, né? Ele tem acho que quarenta conto no banco. Aí ele começou a dar risada e eu: ‘L. pelo amor de Deus, já comecei ficar nervosa, eu tava sentada aqui na padaria, que todo dia eu espero o A. ali. [...] A. é meu “encrenca” (risos). Meu namorado. Aí ele falou: ‘lê esse papel aqui’. Aí eu li “PIS”. Eu não sabia que eu tinha esse dinheiro para receber, eu nunca recebi na vida, eu to com 44 anos, eu nunca recebi esse negócio. Tava no banco desde o mês de outubro.[...] Aí ele é curioso né, porque ele não dá ponto sem nó, ele sempre que puxa o extrato olha lá, aí ele leu, coloque o cartão, não sei que lá PIS, aí menina, mas foi uma benção, hein? Paguei dois meses de aluguel, nossa, uma benção, uma benção, aquele dinheiro caiu do céu. O L. que descobriu. E ele tadinho, eu fiquei com dó dele, eu tinha recebido o pagamento no mesmo dia, peguei dei vintão para ele; ele correu no caixa e depositou. [...] Ele tem, ele deve ter uns quarenta conto no banco já, porque tudo quanto é dinheiro que ele pega ele corre lá.[...] E o dia que vai para J., né? Ele ama aquele lugar, ele ama o padrinho dele. Ah, o L. foi batizado recente. Nossa ele ama aquele lugar, ele ta doido para ir para lá de novo, eu queria que ele fosse, passar o natal e o ano novo lá.” (I.)

Na adolescência há uma exigência de se compreender o jovem, para tal é necessário perceber o grau de flexibilidade com o que podemos aceitar, absorver e nos enriquecer com suas contribuições. Por isso, a importância da flexibilidade do sistema, sendo essa a principal tarefa dessa fase (MACEDO, 2001). Nesse sentido, I. é flexível para aceitar a contribuição do filho ao executar tarefas que aparentam ser difíceis para ela, realizando novos aprendizados com o filho. Porém, demonstra ao mesmo tempo rigidez na relação com L. quando o mesmo não acata suas ordens.

2.2 AMIGOS DE L.

O adolescente e seus amigos costumavam se encontrar em sua casa, onde havia um pé de frutas (poncã), quando costumavam fumar.

“Ah, sei lá, um ia na casa do outro, a gente ia lá, eles iam lá em casa lá, fumava lá em casa, porque lá atrás de casa tinha um pé de poncã, sabe? Era super gostoso ficar lá debaixo, fumando. E eles ficavam lá.” (L.)

Na fase da adolescência o grupo de amigos alcança muito poder. É uma cultura em si mesmo, com seus próprios valores sobre sexo, drogas, álcool, maneira de vestir, política, estilo de vida e sobre o futuro. Essa relação com os amigos é demonstrada pela narrativa do adolescente participante da pesquisa (MINUCHIN, 1990).

3 PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DA REDE DE ATENDIMENTO

A categoria refere-se a apresentar como acontece a relação da família com os sistemas amplos - Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e a Rede de Atendimento.

Atualmente há uma idéia errônea de que as famílias são entidades auto-suficientes, porém a maior parte delas funciona de forma interdependente com diferentes sistemas amplos, e utilizam os recursos que estes proporcionam para seu desenvolvimento, conforme diz Imber-Black (2000).

Essa categoria está dividida em quatro subcategorias. A primeira caracteriza quais os serviços de atendimento disponíveis no município conhecidos por I. e L..

A segunda subcategoria apresenta quais os atendimentos recebidos pela família, como esses foram aproveitados e quais os resultados quais obtidos diante desses auxílios.

A terceira subcategoria expressa como a família percebeu e/ou avaliou os atendimentos efetuados pelo Sistema de Garantia e pela Rede de Atendimento.

E por fim, a quarta subcategoria define o que a família espera em relação a auxílios que gostariam de receber.

3.1 CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS DE AUXÍLIO DISPONÍVEIS

O adolescente conhece apenas alguns serviços disponíveis no município para atendê-lo, como o SAI (Serviço de Auxílio à Infância), a Promotoria e o Conselho Tutelar.

“Ah, não todos. [...] Ah, conheço o SAI, né? Conheço a Promotora e o Conselho.” (L.)

Em relação ao problema da drogadição do filho M., I. acredita que no Centro Social Urbano (CSU) existe uma verba pra auxiliar as pessoas com dificuldades financeiras a terem um tratamento para dependência química. No caso de seu filho L. precisar novamente de um tratamento, a mesma afirma que essa verba serviria para pagar as passagens. É de seu conhecimento inclusive que existe um valor disponível para contribuir com cestas básicas a quem necessita.

"[...] eu acho que no C.S.U., acho que o C.S.U. que tem não sei se as pessoas foram, eu sei que tem uma verba que vem para ajudar as pessoas, não sei se é verdade ou se é mentira, mas eu fiquei sabendo que existe uma verba que vem para ajudar quem quer se tratar e existe uma verba que vem para ajudar as pessoas carentes, tipo, vamos supor, se o L. ta internado lá em J., Deus me perdoe que não precise mais, eu sei que tem um negócio lá que parece que eles teriam que me ajudar com passagem, essas coisas assim. Eu sei também que eles têm uma verba para comprar cesta básica, ajudar as pessoas carentes." (I.)

I. coloca que não existe um local no município para ajudá-la com a documentação necessária para visitar seu filho que está preso. Porém, acredita que se procurar ajuda direta com a secretária da assistência social, K., poderia conseguir auxílio pela sua experiência, apenas tem o receio de não conseguir por se tratar de um período de final de mandato do gestor municipal.

"Não, eu se procurar a K., o que ela puder fazer, com certeza ela vai fazer, tipo as fotos, ela paga tudo, mas agora também é final de mandato, nem sei como que está, se ela pode ajudar, se não pode, eu não comentei com ela." (I.)

Como se vê família por meio das narrativas, a família possui um conhecimento razoável a respeito dos serviços de atendimento disponíveis no município. O adolescente ressalta os profissionais do Sistema de Garantia, enquanto a genitora destaca os atendimentos fornecidos pela Secretaria de Ação Social, representante da Rede de Atendimento.

3.2 ATENDIMENTOS RECEBIDOS PELO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E REDE DE ATENDIMENTO

Em 2007 o adolescente recebeu um auxílio do Fórum na resolução de seu problema por meio de um tratamento para dependência química em casa de recuperação, inicialmente contra sua vontade, onde teve um "padrinho" que o ajudou. L. concluiu que foi satisfatório receber o tratamento.

"Ah, muita. Arranjaram um internato para mim, as pessoas que me ajudaram lá dentro do internato, meu padrinho e tal. [...] O Fórum querendo me internar e tal. [...] Daí eu não queria aceitar, mas depois eu tive que ir, né? Me internar. [...] Dois mil e sete. [...] Fui para J. em uma

Casa de Recuperação. [...] Ah, foi legal, aprendi um monte de coisas novas, coisas que eu não conhecia, bastante Deus; há, um monte de coisa.” (L.)

Durante o internamento o adolescente cursou duas matérias (português e matemática) por meio de aulas de um supletivo de quinta à oitava série do ensino médio. Quando retornou para casa, o mesmo retornou à escola na quinta série, onde não se comportou adequadamente, deixando as professoras “doidas” [sic]. No próximo ano, cursará o supletivo no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA).

“[...] é por matérias; eu já fiz duas matérias. [...] Fiz português e matemática. [...] de quinta a oitava. [...] ah, foi legal. Daí depois comecei a aprontar de novo; mas daí eu parei de aprontar; aprontava assim aquelas baguncinhas, mas não aquelas coisas assim. [...] Ah, “zuar” na escola, tipo... sei lá; deixar as professoras doidas, a diretora. [...] Ah, eu ficava brincando dentro da sala, “zuando”, mexendo com a molecada. [...] Na quinta. Aí eu já comecei a fazer bagunça. [...] Eu vou estudar o ano que vem. Vou fazer o CEEBJA.” (L.)

L. deixou a escola para freqüentar um curso profissionalizante no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que funciona em uma cidade vizinha (Ma.), disse gostar de freqüentar o curso, mas parou por conta de algumas pessoas que fumavam maconha no caminho. Compareceu a várias aulas do curso, porém chegava atrasado e recebia falta, mas não fazia “bagunça” [sic], embora tenha interrompido como se vê abaixo:

“Depois eu parei, parei e fui fazer o curso em Ma. [...] Para fazer o curso. De negócio profissional, no SENAI. [...] Ah, foi bom. No começo era meio ruim. [...] Ah, porque tipo, quando eu ia...eu parei de fazer, sabe? Porque quando eu ia os caras iam fumando maconha, ia naquela função. [...] Freqüentei um monte de aulas. [...] Gostei, parei só por causa disso mesmo. Eu aprontei um pouco...Ah, não assim muito, chegava atrasado só, o professor dava falta...porque se perdesse o ônibus do meio dia, só meio dia e meio depois. Daí da rodoviária até o Senai, chegava atrasado, daí o professor ficava falando, mas bagunça assim acho que não.” (L.)

Ele percebe os atendimentos recebidos de forma positiva, destacando o tratamento para dependência química feito em casa de recuperação. Vemos que após esse tratamento o adolescente passou a demonstrar o desejo de

melhorar o seu futuro, buscando aperfeiçoar sua formação profissional por meio da escola e de um curso profissionalizante.

I. apresentou dificuldades em se manter financeiramente. Nos momentos difíceis a família contou com a ajuda da Secretária de Assistência Social no pagamento do aluguel, no recebimento de cestas básicas, montagem do enxoval para L. levar ao tratamento, e no financiando de suas passagens para visitar o filho em J. (casa de recuperação). Outra fonte de apoio à família foi o Fórum.

"[...] a primeira casa, acho que a primeira casa, se eu não me engano foi na V. B., o pessoal da assistência pagou os primeiros meses para mim, até eu arrumar um serviço, aí eu comecei a trabalhar [...] eu não tinha nada, Deus me perdoe. [...] eu recebi muito, cesta básica, eles pagaram meu aluguel, eles me mandaram para J., davam passagens para eu ir, voltar, eles ajudaram fazer o enxoval do L. para levar. E do Fórum também recebi ajuda." (I.)

A família estudada se encontra em uma situação de pobreza chamada por Saleh (2001) de integrada. Essa é caracterizada como uma questão de pobreza mais ligada às desigualdades sociais relativas ao território, onde os membros das famílias apresentam nível de vida baixo, porém estão inseridos nas redes sociais organizadas em torno da família e da vizinhança, e também nos trabalhos informais ou subempregos.

A família apresenta dificuldades de manter suas necessidades básicas, apresentando os três tipos de carência definidos por Giddens (2005), ou seja, de material (alimentos, aluguel, etc.), de rendimento (pouco recurso material por falta de emprego) e social (dependente da assistência social). Esse fenômeno é tido como multicausal, sendo um conjunto de fatores, como políticos, legais, econômicos, sócio-culturais, naturais, históricos, problemas de saúde, e insegurança, responsáveis pela pobreza.

I. foi encaminhada pela promotora, por meio da psicóloga (L.) do Serviço de Auxílio a Infância (SAI) para tratar o problema da dependência em relação ao álcool. Antes de ser internada a genitora passou por episódios difíceis em função do uso excessivo de bebidas alcoólicas; ela passava a noite bebendo, não comia, e por fim chegou a desmaiar no trabalho. Então, o tratamento se fez necessário; foi para uma casa de recuperação, onde permaneceu até quase

vinte dias para terminar seu tratamento. A saída precoce se deu, porque seu filho quebrou o braço.

“Eu já tinha trabalhado no C.S.U., na creche, eu trabalhava na creche na época. Teve um dia que eu desmaiei lá, eu bebi demais a noite inteira e aí eu não comi, eu não comia, eu pesava 47 quilos. Então, eu tava lavando roupa e apaguei, porque lá a minha função era lavar roupas, inclusive a mulher adorava o jeito que eu lavava e passava, aí ofereceram o tratamento, eu vim aqui e conversei com a Dra. M., aí ela fez tudo, ela e a L. Eu fui para a C. de N. em Ma. Faltavam acho que 20 dias para terminar o tratamento, aí meu filho quebrou o braço e eu quis vir embora.” (I.)

I. encontra-se em meio a uma triste estatística; ela faz parte de 11,2% da população brasileira acima de doze anos. Dentre os indivíduos que apresentam dificuldade em função da adicção, 2,7% são mulheres, de acordo com Mattos, Campos e Ferreira (2003). I. apresentou problemas para se manter no trabalho em função dos sintomas em decorrência da dependência química, sendo o absenteísmo no trabalho um dos fatores mais comuns nesses casos.

O filho M., também passou por tratamento em casa de recuperação, mas a genitora não acreditava que o mesmo ia melhorar. A estrutura do local não era adequada, pessoas com diferentes faixas etárias e problemas permaneciam juntas, também não havia uma boa limpeza. Atualmente M. está preso por conta de pequenos furtos, vandalismo e pelo uso do “crack”. O mesmo tem o desejo de ser encaminhado para um tratamento, porém a genitora não tem condições de pagar um tratamento.

“O M. está preso por vários motivos: primeiro quebrou um orelhão, depois o espelho da rodoviária, uso de crack, furto, mais por causa do crack, né? E ele está me escrevendo direto para eu tirar ele de lá e por em uma clínica. [...] Em todas as cartas, mas eu não tenho condições financeiras de pagar o tratamento, nem enfrentar a autoridade. Ele já ficou uma vez em uma clínica em C., mas achei que lá ele nunca ia melhorar, só tinha jeito de piorar. [...] Era tudo misturado, pessoas idosas com adolescentes, pessoas doentes, e para onde nós levamos ele, uma clínica bem suja [...]” (I.)

3.3 PERCEPÇÃO DOS ATENDIMENTOS RECEBIDOS

L. recebeu vários auxílios da promotora, como dinheiro, para suprir as necessidades da família.

“Ah, de tudo, quando tava faltando as coisas em casa ela dava; quando tava precisando de dinheiro. Foi muito bom, a gente pode contar com ela.” (L.)

Em relação ao Conselho Tutelar, ele a princípio, aponta que não recebeu ajuda dos conselheiros, mas que também os mesmos não o “atrapalharam” [sic]. L. se recorda de que foram os conselheiros que se responsabilizaram pelas visitas na casa de recuperação, onde esteve internado.

“Ah, o Conselho...eu vou falar para você, conselho eu acho que me ajudar não ajudava muito não, ajuda ajudava, mas não muito. Mas também, tipo assim, eles não ajudam, mas também não atrapalham, também já ta ajudando nisso, não estão atrapalhando. [...] Ah, fizeram, assim, quando foi para me visitar lá em J. na casa de recuperação, essas coisas assim.” (L.)

Quanto ao SAI (Serviço de Auxílio à Infância), L. destaca o apoio que recebe da psicóloga L., em momentos difíceis, como quando usava entorpecentes; ele apresenta um sentimento de gratidão pela profissional.

“Ah, a L. apóia eu para caramba, muito gente boa ela, não tenho nada para reclamar dela não, sempre ta me ajudando. Recebi, bastante ajuda. [...] Ah, situações quando eu tava no mundo da droga, ela me tirou, conseguiu me tirar aí do mundo da droga. Sou muito grato a ela.” (Adolescente)

L. narra ter uma boa percepção dos atendimentos recebidos na resolução do problema. Essa visão do adolescente é positiva, no sentido que concordando com as idéias de Feijó (2006), quanto mais contextos forem inclusos na construção de uma nova visão sobre o problema, maior é a amplitude de possibilidades de construção e desconstrução do mesmo.

Em relação ao atendimento recebido quando foi encaminhada para o tratamento em dependência de álcool, a I. afirma que gostou e que passava o

tempo trabalhando e orando. A psicóloga do Fórum (L.) a assistia em todas as necessidades.

“Ah, eu gostava, eu gostava de lá, ixi, era trabalho e oração, no começo podia fumar, depois cortaram o cigarro, eu fiquei um tempo sem fumar, eu gostava de lá. A L. do Fórum não deixava nada passar batido, às vezes a gente precisava de uma coisa, eu ligava, ela mandava, então...” (I.)

I. constata que os atendimentos recebidos por meio da Secretária de Assistência Social pela família foram fundamentais para sua sobrevivência. Argumenta que não existem mães que consigam sustentar os filhos com um salário, pois precisam de roupas, calçados, remédios, além do pagamento do aluguel e do gás.

“[...] Nossa, eu acho maravilhoso, se não fosse, nós não estávamos mais aqui não, hein? Acho que ou eu tava morta, ou sei lá, ou eles.. Qual é a mãe que vive com os filhos assim e com um salário? Não consegue. Eles precisam de roupa, eles precisam de um calçado, às vezes de um remédio, é muita coisa, então, só meu aluguel é 220 reais, sobra o quê? Não sobra nada. Aí tem o gás, tem tudo isso; ah, eu se não fosse, falar a verdade, se não fosse a Assistência Social eu tava ferrada.” (I.)

Ela exalta os atendimentos recebidos, excluindo sua participação nesse processo, como se seus esforços para manter a família fossem feitos apenas pelas ajudas externas. Sabemos que os programas de complementação de renda e de assistência social têm um grande valor diante da realidade que a família vivencia, porém apresentam também um alto grau de assistencialismo e de dependência por parte das famílias.

Após o tratamento do filho L. o mesmo não teve recaídas, a mãe certifica o fato com as pessoas que os conhecem. Ela acredita que ele está bem, só está sendo “boca-dura” [sic] e agressivo, o que na verdade sempre ocorreu. Enquanto trabalha, o filho L. assiste televisão, limpa a casa, vai na “Lan House”, e sai de casa para conversar com as pessoas que gosta, inclusive no fórum.

“Não, que eu saiba não, mas se tivesse recaído eu ia saber né? Todo mundo me conhece e eu pergunto para todo mundo, então, que eu saiba não. Ah, eu acho que o L. ta bem, só ta muito

“boca-dura”, ele ta muito agressivo, ele é muito, sabe? Ele é valentão mesmo, sempre foi. o L. quer ser valentão e “boca dura” isso aí ele é... só.[...] Eu vou trabalhar cedo, deixo ele dormindo, ele limpa a casa e fica lá assistindo televisão. Aí às vezes ele vai na Lan House, às vezes ele vem aqui nessa mulher do M., porque ele gosta muito da mulher e não sai do Fórum também, né? E às vezes ele vai na Lan House. [...]” (I.)

3.4 EXPECTATIVA EM RELAÇÃO AOS ATENDIMENTOS

No momento em que a família chegou no município, L. aponta qual era sua expectativa em relação aos atendimentos que gostaria de ter recebido. Ele esperava que a família recebesse uma casa e um emprego do gestor municipal, não gostaria de ter sido abrigado, como aconteceu. O abrigo não foi uma ajuda para a família, pois os separou, L. gostaria que todos ficassem em casa. Atualmente a mãe trabalha todo mês e só consegue quitar o aluguel de onde vivem.

“Ah, sei lá, que o prefeito desse uma casa, que arrumasse um serviço aqui; porque chegava aqui eles só mandavam para o Lar, não viam a situação da família. Não queria ajudar a família, queria só mandar para o Lar e deixar lá; daí eu queria uma casa, até hoje não tem casa, para aluguel, minha mãe fica aí, trabalha o mês inteiro para pagar aluguel, só aluguel, não faz nada para ela. Eu queria que as pessoas tivessem ajudado minha família para que ficasse todo mundo junto.” (L.)

L. tinha outra expectativa em relação a ajuda que a família necessitava. O participante desejava um auxílio que proporcionasse a união e a autonomia da família em relação ao sistema judiciário. Nesse sentido, Feijó (2006) aponta que no plano social deve-se partir de idéias abrangentes e sustentáveis e não só paliativas, de atendimento e ajuda aos que se encontram e situações mais críticas. Essa preocupação não ocorreu com a família em questão, receberam desde o início do acompanhamento da Vara da Infância apenas medidas paliativas que não proporcionaram a independência familiar em relação aos serviços.

I. espera poder receber ajuda para o tratamento se seu filho M., e também para conseguir seu próximo emprego. Ela se emociona e argumenta

que se não tiver um emprego sua única saída e voltar a consumir bebidas alcoólicas, pois não se sente bem em ser dependente das pessoas para quitar suas despesas. Define que esses auxílios deveriam ser destinados apenas as pessoas que não conseguem trabalhar por uma impossibilidade física, que não é o seu caso. Quando ficou desempregada consumiu álcool em excesso, já que não tinha condições de fornecer aos filhos o que necessitavam. Durante muitos anos em que trabalhou na prefeitura sempre sofreu por não saber se estaria empregada ou não, em função da troca da gestão municipal.

“É o internamento e meu próximo emprego, né? Porque se eu ficar desempregada, a única opção que eu vejo é voltar a beber, porque eu não agüento depender dos outros (choro), eu não gosto de depender dos outros. Vai trocar prefeito né? Eu tenho medo, porque nesse chove e não molha eu tenho muitos anos de prefeitura, mas eu não suporto, sabe? Depender dos outros, para aluguel, para a água, para a luz, para a comida, isso é... eu acho que quem tem que depender disso daí é a pessoa que está numa cadeira de rodas, em cima de uma cama, eu não sou aleijada, eu não to doente, e quando eu comecei a beber mais mesmo, que eu me entortei de vez mesmo, foi por causa disso, por falta de emprego, meus filhos pediam uma coisa não tinha, pedia carne não tinha, então, falei não vou agüentar ficar desempregada.” (I.)

I. se sente capaz de trabalhar e angariar seu sustento material, porém apresenta uma grande preocupação em relação ao sustento dos filhos, cumprindo com o que comumente é o dever dos pais, como diz Santos (2006).

3.5 RELAÇÃO DO ADOLESCENTE COM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E REDE DE ATENDIMENTO

Na escola o adolescente não conseguia manter sua atenção concentrada nas aulas, não gostava de estudar, “era muita bagunça” [sic]. Segundo as pessoas que conviviam com L., desperdiçava sua inteligência. Frequentou a sala especial por um período, foi quando ingressou na quinta série. As mulheres que cozinhavam na escola tinham um grande afeto por ele.

“Não gostava de estudar. Era...muita bagunça, sabe? Daí eu não prestava atenção nas aulas, ficava só bagunçando. Acho que era a quarta. Eu era um daqueles que o povo chamava de inteligente, sabe? Mas eu não usava; eles diziam: “você é inteligente, mas você não usa sua inteligência”; daí eu fui até para a sala especial, sabe? Lá no D. M.; fui para a sala especial; daí foi lá na sala especial que eu passei para a quinta série. [...] As tias lá, até que gostava de mim, as tias que cuidavam, que faziam comida, eram as que mais gostavam de mim e tal...” (L.)

Considerando a situação de vida, não tinha uma frequência regular na escola, por inúmeras razões, sendo que na adolescência são comuns os problemas no relacionamento do jovem com a escola (MACEDO, 2001).

Em relação ao representante do Poder Judiciário, L. afirma que nunca conversou com o mesmo. Ele destaca que a representante do Ministério Público sempre colaborou com sua família. E por fim, a relação com os conselheiros tutelares melhorou.

“Com o Juiz eu nunca conversei com ele, mas, com a Promotora eu acho ela uma pessoa legal, super gente boa, sempre ajudando eu e minha família, fazendo de tudo. [...] Agora tá melhor, mas antes não era boa não; agora tá melhor.” (L.)

Algumas pessoas foram fundamentais para que I. refizesse sua casa, quando retornou de seu tratamento. Comenta que a esposa do prefeito contribui por meio da Secretaria da Assistência Social, por quem sempre terá um sentimento de gratidão. As pessoas que trabalham no Fórum, como a promotora (Dra. M.), a assistente social (S.) e a psicóloga (L.) também colaboraram na reconstrução de sua residência. As principais ajudas foram: alimentação, o pagamento do aluguel, da água, da luz, e aquisição de móveis e eletrodomésticos.

“Olha, quem me ajudou bastante foram a K., a S. e a L. do fórum e a Dra. M. E quem ajudou demais da conta foi a K., [...] É a mulher do prefeito, lá da assistência. [...] essa eu vou agradecer o resto da vida minha e dos meus filhos, eternamente. Ajudaram na alimentação, em tudo, aluguel, em tudo, era água, era luz, era cesta, porque os meus móveis na igreja estragou tudo, o que tinha de melhor estragou, porque fica guardado daí quebra tudo, então, eles compraram desde as camas até a geladeira; compraram móveis usados, [...] o Fórum ajudou bastante também.” (I.)

Mais uma vez, vemos que os serviços oferecidos à I., tiveram um caráter assistencial, promovendo a dependência da mesma em relação a pessoas e aos serviços da rede municipal.

I. não conhece o Juiz da Comarca. Já, em relação a promotora, a mesma nunca teve problemas, sendo assistida por ela constantemente em suas necessidades, como alimentação, pagamento de aluguel, água e luz, vestimentas. A promotora a orientou e auxiliou no encaminhamento para seu tratamento; I foi a primeira empregada doméstica da promotora.

"[...] com a Dra. M. nunca tive problema com ela não, com a Dra. M. também nunca tive problemas não, ela me ajudou muito, talvez se não fosse ela eu já estaria até morta. [...] Ah, ela já várias vezes me chamou aqui, ela ofereceu tratamento, né? Eu vim pedir para ela, ela me ajudava com alimentos, os natais meus ela ajudou bastante, ela sabia que tinha que pagar bastante, aluguel, água, luz, ela sempre mandava uma cesta, ela me dava roupas; eu trabalhei para ela, eu fui a primeira empregada dela aqui em M.; agora esse Juiz de agora eu nem conheço." (I.)

Em relação ao Conselho Tutelar, I. coloca que já teve uma discussão com uma das conselheiras, mas que não foi nada grave e passou. Com os novos conselheiros a mesma tem uma boa relação. Em todas as vezes que precisou do auxílio do Conselho Tutelar foi bem atendida. Em situações como: procurar seus filhos, verificar se as crianças haviam furtado algo, e levar até a delegacia. Ela não aceita que seus filhos levem para casa coisas que não lhes pertencem, e denuncia ao órgão ou a polícia se necessitar.

"[...] eu me dou muito bem com as meninas de agora, com as outras já tive problemas. [...] Do conselho, eu gosto muito do Z., dos novatinhos que estão lá, aquela moreninha. Eles nunca falharam. Eu tive uma discussão, não foi discussão...eu me desentendi com a F., mas foi coisa de minuto, mas eles nunca, nunca, disseram não...é ir atrás das crianças, é tipo, se as crianças estavam presas, ou se eu achava alguma coisa estranha na minha casa e falava não é meu, eu chamava eles e em seguida eles estavam lá e eu falava: 'isso aqui não é meu, o que vocês vão fazer?', eles pegavam levavam para a delegacia, já aconteceu isso entre eu e a R.; daí eu cheguei em casa no dia do meu aniversário e ter um monte de coisa lá e o J. dizer: 'mãe, mandaram isso aqui para a senhora', mas não tava embalado de presente, não tinha cartão, não tinha nada, eu sou boba? Aí eu chamei, eles vieram, aí eu não me lembro se a polícia foi também, porque eu nunca apoiei, se eu chegar em casa hoje e achar alguma coisa diferente,

eu chamo a polícia, nunca precisou ninguém chamar, eu chamo a polícia, chamo o conselho se for de menor, olha lá se for de maior chamo a polícia [...]” (I.)

Na escola a mãe sempre ouviu reclamações em relação ao comportamento de seus filhos. Não costuma ter dificuldades em matriculá-los na escola. Exceto em um episódio em que foi difícil matricular seu filho L. quando retornou do tratamento, mas acabou tendo sucesso. L. saiu da escola esse ano para frequentar um curso.

“Eles sempre reclamam, falam que os moleques dão trabalho, ah, fulano ficou aqui, dava trabalho. [...] Ah, não encontro muita não, às vezes sim sabe? Que nem o L. dessa vez que ele veio foi meio difícil, mas acabou matriculando, mas depois ele foi fazer um curso saiu do P., acabou saindo, agora vamos ver o ano que vem.” (I.)

No processo judicial consta que em março de 2008, a psicóloga do SAI informou que L. retornou do tratamento e que necessitava retornar as atividades escolares, porém estava encontrando dificuldades em reintegrá-lo ao sistema de ensino. Por fim, em abril de 2008 o Ministério Público informou que em contato com a diretora da escola, essa se dispôs a aceitar a matrícula do adolescente.

5.1.4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS REPRESENTANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A REDE DE ATENDIMENTO

Como dito anteriormente, as categorias mencionadas no método foram analisadas e discutidas por meio do referencial teórico abordado na revisão bibliográfica.

Os profissionais que participaram do estudo foram selecionados de acordo com a definição do problema eleito pela família, formando o sistema determinado pelo problema (SDP) (GOOLISHIAN; WINDERMAN, 1989), que é constituído por todos os personagens envolvidos na definição do mesmo. O

que significa que o SDP constitui-se de uma variedade de pessoas em posições diferentes com relação ao problema.

1 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES OU REDE DE ATENDIMENTO

Essa primeira categoria levanta a trajetória dos profissionais que formam o Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e a Rede de Atendimento no trabalho com esse público.

Como apresentamos no terceiro capítulo da revisão bibliográfica as principais tarefas desse sistema são: possibilitar o reconhecimento da queixa ou da situação da criança ou adolescente, encaminhar a aplicação de medidas para a resolução de situações de violação de direitos e subsidiar as diversas instâncias como o Conselho de Direitos e autoridades, na gestão de políticas de atendimento a essa população.

O Sistema de Garantia de Direitos está dividido em três eixos, sendo eles: defesa, promoção e controle social. O primeiro abrange a defesa dos direitos humanos sendo representado por órgãos públicos judiciais, Ministério Público, as Procuradorias Gerais de Justiça, Defensorias Públicas, Advocacia Geral da União e as Procuradorias Gerais dos Estados, polícias, Conselhos Tutelares, ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos responsáveis por prestar proteção jurídico-social. Em nossa pesquisa representam esse eixo o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Conselho Tutelar.

O segundo eixo aborda a promoção dos direitos representada por políticas de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Esse eixo se desenvolve por meio de três tipos de programas e ações públicas, sendo: serviços e programas das políticas públicas (principalmente das políticas sociais), com o objetivo de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes, os serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e, serviços e programas de execução de medidas sócio-educativas e semelhantes. Nesse eixo, fazem parte de nosso estudo representantes da rede escolar (diretora), da Secretaria Municipal de

Assistência Social (assistente social), e do Serviço de Auxílio à Infância (psicóloga).

O terceiro eixo é responsável pelo controle e efetivação do direito, realizado por meio de instâncias públicas colegiadas próprias, tais como: conselhos dos direitos de crianças e adolescentes, conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas, e os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal. Além disso, de forma geral, o controle social é exercido pela sociedade civil. Não temos representantes desse eixo, pois de acordo com as narrativas da família não houveram contatos diretos com esses na resolução da problemática familiar.

Em nosso estudo, os participantes do sistema de Garantia de Direitos e Rede de Atendimento foram definidos pelo envolvimento dos profissionais com a resolução da problemática definida pela família. Apresentamos diante dessa definição representantes dos eixos de defesa e promoção dos direitos às crianças e adolescentes.

A experiência profissional dos participantes tanto do Sistema de Garantia quanto da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente é bastante diversa. O tempo de atuação na área e a distância ou proximidade com os adolescentes e a família são duas variáveis que marcam as diferentes trajetórias, como pode ser observado nas falas abaixo.

1.1 JUIZ

“Eu nunca trabalhei só na área da infância, eu tenho três anos como substituto, e eventualmente atendi alguma situação na área da infância, mas era algo muito eventual. A não ser alguns meses que eu atendi uma Comarca de C. de A., que lá tinha muito problema de menores, então também atendi alguma coisa lá, mas junto com outras coisas, com outras questões. Quando eu fui promovido pra uma Comarca de instância inicial eu fiquei um ano em O., dois em G. R., também era tudo, inclusive a área da infância. E aqui estou há quase quatro anos, mas também não é só a área da infância, envolve também parte de família e a parte criminal, que é a que mais absorve.” (Juiz)

1.2 PROMOTORA

“Eu atuo como promotora de justiça há quatorze anos e nesse período, em todos os lugares que eu atuei, atuei também na área da infância e da juventude, então, quatorze anos de experiência no total.” (Promotora)

1.3 CONSELHEIRA TUTELAR

“Bom, eu tô já há 10 anos em contato, mas o trabalho de conselheira mesmo faz 7 anos. Estudei até o 2º grau. Nessa área só tenho capacitação.” (Conselheira tutelar)

1.4 PSICÓLOGA

“No Fórum tem 10 anos. Mas, eu tenho 7 anos em educação.” (Psicóloga)

1.5 DIRETORA ESCOLAR

“Vinte e dois anos e meio, em maio fez vinte e dois anos. Comecei no magistério direto, de quinta a oitava [...] Eu sou pedagoga. Aqui nesta escola estou desde 1986.[...] Diretora já há cinco anos aqui e um ano fiquei no S. R..” (Diretora)

1.6 ASSISTENTE SOCIAL

“[...] Na área da criança e adolescente eu tenho oito anos na área, oito pra nove anos, eu entrei na área pública, sou formada há vinte seis anos, mais na área pública mesmo, que foi sempre empresa, eu tenho de oito anos por aí. Então foi aí que eu comecei a trabalhar com a criança e adolescente, ter conhecimento do estatuto, todo esse procedimento. O estatuto está com dezoito anos então, quando eu comecei a atuar na área de política pública ele tinha nove anos

de implantação, era novo ainda. Inclusive a primeira capacitação que o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente fez no Paraná, eu participei. Eu fui a primeira turma, foi aí que eu tive conhecimento do estatuto mesmo.” (Assistente Social)

Vemos que o tempo de experiência em cada área de atuação varia, de acordo com cada profissional. Mesmo diante dessa diversidade, todos os participantes atuam a algum tempo na área. O representante do Poder Judiciário, é o participante que apresenta um menor tempo de atuação na área da infância e juventude, sendo que essa vivência foi dividida com outras áreas, como a criminal e de família. A representante do Ministério Público, assim como o Juiz, não atua exclusivamente na área da infância e juventude.

Quanto a formação técnica dos participantes, apenas a conselheira tutelar e a assistente social esclarecem como se deu esse processo. A representante do Conselho Tutelar, é a única entre os participantes que não possui o terceiro grau, e aponta que na área da infância e juventude participou de algumas capacitações. A assistente social destaca que obteve informações a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na primeira capacitação que o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA) realizou no Estado do Paraná.

Percebemos que essas diferenças entre os participantes em relação ao tempo de experiência e ao nível de conhecimento na área, são comuns em diversas áreas de trabalho. Porém, essa diversidade ao mesmo tempo que enriquece o trabalho dos profissionais, na medida que são complementares, muitas vezes dificulta a comunicação entre eles.

2 DEFINIÇÃO DA FUNÇÃO

A segunda categoria compreende como se dá o trabalho de cada profissional em sua respectiva área. Os participantes descrevem suas funções, papéis e atividades de acordo com suas atribuições. Alguns apontam ainda dificuldades e exemplos do seu contexto de trabalho.

Ao definir suas funções, os profissionais descrevem como funcionam os atendimentos e de que forma desenvolvem suas intervenções.

2.1 JUIZ

O Juiz, ao descrever seu trabalho esclarece que sua principal função é solucionar problemas e que isso pode ser feito pelo juizado de duas formas distintas, conforme as características próprias de cada profissional. Há os que preferem dedicar-se mais aos processos e os que optam por intervir na comunidade. Na opinião dele, essa última solicita maior comunicação com outros profissionais da rede de serviços, como pode ser observado nas falas a seguir:

"[...] O Juiz precisa ter um equilíbrio, porque tem juízes que tem mais vocação pra trabalho de gabinete, então deixa essa parte mais de lado, não se interessa, não vai atrás, outros gostam de fazer só essa parte, então não cuidam dos processos. Então, às vezes são excelentes administradores, vão atrás de procurar terreno, viabilizar favores, fazer abrigos [...] um trabalho admirável que consegue envolver a comunidade até transformar a Comarca, mas, às vezes não se esforçam, não dão sentença fazem o trabalho que é o trabalho primordial deles. Então o Juiz que trabalha com essas questões que envolve a área social, isso na vara da infância muito forte tem esse aspecto, tem que procurar dosar isso." (Juiz)

Percebemos que como Juiz, em seu contexto de trabalho, nas relações que esse constrói, sua maneira de ser é expressa por meio de uma busca de um equilíbrio, ao dividir constantemente suas atenções aos processos e as questões que envolvem a área social.

No desenvolvimento das tarefas dos Juízes da Vara da Infância estão previstas no Capítulo VII do Estatuto da Criança e do Adolescente, esses detém o poder de decidir sobre as importantes questões sociais mais significativas seja plano individual ou nas esferas coletivas ou difusas. Uma decisão tomada nessa instância pode e deve garantir os direitos previstos no ECA.

O Juiz empresta sua autoridade e usa seu poder para resolver questões que são fundamentais para a comunidade, e principalmente para a criança e o adolescente, já que este é responsável pela garantia dos direitos à crianças e jovens. Essa atitude costuma tornar a resolução da problemática apresentada rapidamente solucionadas, como necessidades no abrigo, e na criação de programas de atendimento.

“[...] ele não é um administrador, não vai atuar como se fosse prefeito, como se fosse uma entidade do Poder Executivo, mas, eu acho que ele tem a função de procurar buscar soluções pros problemas. Então, tem um problema no abrigo, e o Juiz, na função dele, não tem como resolver, mas aí ele tem que sair a frente e buscar na comunidade as soluções para essas questões. [...] Então, é algo que foge um pouco dos processos, e é algo que o Juiz não tem como resolver, ele empresta, digamos assim, a autoridade dele e diz ‘olha, precisamos disso; isso é importante para o município.’ (Juiz)

Ele discute a respeito de suas atribuições e de alguns cuidados em relação ao comportamento do Juiz e sua relação com a comunidade onde vive. Muitas vezes, o Juiz funciona como um mediador de conflitos, sem se envolver pessoalmente com os assuntos. Havendo algum contato mais próximo o participante corre o risco de ser obrigado a promover algum favor a algum agente político, já que processos eleitorais que tramitam na Comarca são de sua responsabilidade.

“[...] o papel do Juiz é de repente, colocar as partes em contato, mostrar a necessidade daquilo, dar um empurrão e não ficar ali como se aquilo fosse um problema pessoal dele. Até porque a gente procura tomar um cuidado com isso e procurar atuar dentro das nossas atribuições, até pra não dar margem pra que algum agente político depois queira algo em troca. [...] Processos de ex-prefeitos, erro político uma vez que deixa o cargo o processo se tramita aqui e eu que decido, então é sempre uma questão delicada isso.” (Juiz)

O Juiz ressalta que se houvesse a possibilidade de ser responsável apenas pela Vara da Infância essa realidade seria diferente. Ele reconhece a importância de manter um bom relacionamento com as autoridades locais e com a comunidade em geral, porém, procura manter sua imagem, como demonstra na narrativa abaixo:

“[...] quando você é só Juiz da infância dificilmente vai haver alguma confusão, mas não é só Juiz da infância, atua em outras áreas que pode haver interesse de algum desses agentes dos quais você acaba tendo que trabalhar, de algum modo integrado, ter um bom relacionamento, porque isso também acho que facilita muito, desguarnece o flanco pra possibilitar alguma proposta indecorosa, então a gente procura também sempre ter algum distanciamento, é outra situação do Juiz também, ter um bom relacionamento com as autoridades locais, com a comunidade e tudo mais, mas preservar sua imagem.” (Juiz)

O município contexto de nosso estudo, é de pequeno porte, onde as pessoas se conhecem, e geralmente ou tem problemas com a justiça, ou tem contato com alguém que tem. Por essa razão, o Juiz justifica seus cuidados em relação à sua imagem e postura profissional, enfatizando a importância da comunidade demonstrar respeito por sua função na Comarca em que atua.

“[...] porque numa cidade pequena, todo mundo tem algum problema no fórum. Se não tem, conhece alguém ou tem algum parente que tem [...]. Então sempre me preocupei também em ter uma atuação que não desse margem a que essas pessoas se sentissem autorizadas a pedir alguma coisa, não se sentissem com a liberdade de pedir isso e mesmo porque em cidade pequena as pessoas falam muito se você tem um relacionamento muito estreito [...] não que se vá se preocupando com tudo o que falam senão a gente não faz nada, mas de certa forma a gente tem que preservar essa imagem, porque daí também é que vem a legitimidade o respeito dela. [...] Se a comunidade não tem respeito pelo Juiz local, ele perde a autoridade, que autoridade ele tem? Nenhuma. A força do Juiz é a autoridade moral dele, basicamente. Tendo o respeito e a confiança das pessoas, se vê que aquela pessoa é imparcial, é seria, se ele falou, pode até estar errado, mas errou de boa fé, tentando acertar.” (Juiz)

Vemos que muitas vezes, o Juiz se priva de manter contato com pessoas da comunidade por receio de ser interpelado por alguém. Ao evitar muitas vezes o contato com a comunidade ele, de alguma forma prejudica a implantação de um sistema integrado de ações, promovidas pelo Estado e sociedade civil para a promoção e defesa da criança e do adolescente (Bernardi, 2005), ao qual faz parte. Esse se apresenta como um dos aspectos que dificulta o funcionamento do sistema de garantia de direitos. Essa versão da realidade apresentada pelo Juiz, esclarece como ocupar tal função social é relevante para toda nossa sociedade, e ao mesmo tempo difícil de ser exercida.

Nesse sentido, ressaltamos de acordo com os dizeres de Anderson e Goolishian (1988) que para se chegar a uma compreensão e a um significado

compartilhado, precisamos estar em um ato comunicativo, isto é, um diálogo gerador de significado dentro de um sistema para o qual a comunicação é relevante, processo que não ocorre na relação do Juiz com os outros sistemas.

A grande demanda a ser atendida, as diferentes áreas de atuação e a sobrecarga de trabalho é um fator relevante no contexto de relação do Juiz com a rede de atendimento e outros integrantes do sistema de garantia. Ele se torna obrigado a eleger algumas prioridades dentro da demanda que se apresenta, como demonstra na seguinte fala:

“[...] Então o quê que acontece? Acaba-se priorizando, com exceção daqueles procedimentos de menores que são urgentes, porque o menor está apreendido, ou porque é um caso de adoção, o menor está abrigado, com exceção desses casos que demandam urgência, acabam priorizando aqueles casos do crime, da família, ou do que tem urgência também. [...] então não é um atendimento particularizado, não é só aquilo.” (Juiz)

Ele compara o seu contexto com as Comarcas maiores. Nessa direção, acaba por idealizar como gostaria que acontecesse seu trabalho, reconhecendo a função social que exerce. O envolvimento com a rede municipal é reconhecido como um aspecto importante em seu trabalho, mesmo diante da constatação de seus receios em relação a esses contatos e a falta de tempo para tal.

“[...] Então, Comarca que tem vara privativa da infância, que aí já seriam as maiores [...], aí sim o Juiz pode se dedicar só àquilo e tem condições de se envolver melhor com essas questões da infância que tem reflexo social muito grande e demanda um envolvimento com toda estrutura do município esteja ali em funcionamento.” (Juiz)

Apresenta ainda a importância dos processos judiciais e a demora de alguns procedimentos em função da precariedade de estrutura no judiciário, principalmente dos cartórios que devem eleger prioridades diante da demanda.

“Os processos estão sempre em primeiro plano até porque aqui tem casos de adoção que levaram dois, três anos pra resolver, uns que eu julguei aí ficaram três, quatro anos em andamento e não demora porque o processo foi complicado, demora porque a estrutura é deficitária. Os cartórios acabam priorizando os processos de natureza que não podem ser

deixados de lado, os processos de réu preso, os processos das famílias de natureza urgentes [...]” (Juiz)

Acreditamos que essa é uma realidade do Sistema Judiciário brasileiro, que conta com uma estrutura deficitária de profissionais e de espaço físico, diante da demanda de processos em trâmite nas Comarcas.

Ele relata o fato de alguns processos em trâmite se relacionarem, como no caso dos procedimentos de execução de alimentos na Vara de Família e os procedimentos da Vara da Infância e Juventude, quando esses envolvem a garantia das necessidades básicas de crianças e adolescentes.

“[...] aqui por exemplo, tem muitas execuções de alimentos, alimentos em execução. Isso tudo também tem uma conotação social porque geralmente 99% é pra menor, é a mãe que está com a guarda e está pedindo, já está numa situação difícil e se não vier vai agravar mais ainda em prejuízo da criança, do menor. Uma questão de família, mas que envolve também menor.” (Juiz)

As idéias de Travieso (2001) vem de encontro com o pensamento do magistrado, quando admite que os processos em trâmite na Vara da Infância e Juventude são de grande importância nas práticas jurídicas. As crianças e adolescentes quase não aparecem no processo, e geralmente são nomeadas como menores, referidos de modo vago e indiferenciado, termo que vimos presente em várias narrativas do Juiz anteriormente citadas.

Normalmente os processos se relacionam, como foi apresentado acima, por conta de pessoas da mesma família que foram encaminhadas ao Fórum por terem sido vitimizadas, ou por terem sido vitimizadores, e muitas vezes, ambos ao mesmo tempo. Em nossa experiência profissional, como psicóloga do Serviço de Auxílio à Infância (SAI), atendíamos famílias que tinham inúmeros processos em diferentes Varas. Como por exemplo, o caso de um pai respondendo a um processo criminal por tráfico de entorpecentes, e participando de outro procedimento de pedido de providência na Vara da Infância por abandono e negligência (desse pai) em relação aos filhos.

O Juiz relata que muitas vezes os processos da Vara da Infância e Juventude não são solucionados e a manutenção do problema ocorre até o jovem atingir a maioridade e sendo o processo transferido para a esfera

criminal. Ele apresenta alguns exemplos de adolescente que foram atendidos na área da infância e que hoje cumprem processo criminal.

“[...] Veja bem, o adolescente que se recuperou, que não foi recuperado atingiu a maior idade e agora está cumprindo processo criminal, como: D., C., P., daqui a pouco o J. está assim, o C. está assim, então quer dizer, aí já passa pra esfera criminal.”[...] O Poder Judiciário atua através dos processos, o juiz não sai pela rua e tenta resolver, “oh pára aí, reduz a velocidade” não é a função dele, sair pela rua recolhendo menor não é o papel dele [...]” (Juiz)

Os casos de adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas e que após a maioridade passam a cumprir sanções na área criminal, é uma questão que demanda uma discussão aprofundada, na medida em que se aproxima do nosso problema de pesquisa quando nos questionamos a respeito do alcance das intervenções realizadas na área da infância e juventude, que procuramos responder no decorrer de nosso estudo.

2.2 PROMOTORA

A representante do Ministério Público descreve sua atuação como fiscalizadora do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e das políticas públicas e ainda como defensora da criança e do adolescente que têm seus direitos violados.

“O Ministério Público nesse caso não só atua como um fiscal da lei que o estatuto, as medidas, as políticas públicas sejam efetivamente implementadas mas, atua como um defensor da criança, do adolescente que se vê com seus direitos violados. Então o Ministério Público atua na defesa dessas duas como na fiscalização do cumprimento da lei.” (Promotora)

A Constituição Federal consolida o Ministério Público como o protetor dos direitos fundamentais assegurados ao homem, por meio de atribuições previstas nos artigos 200 à 205 do ECA. Ela confirma essa atuação no sentido da fiscalização da lei, e como defensora dos direitos da criança e do

adolescente. O Promotor de Justiça atua ainda como um verdadeiro agente político.

2.3 CONSELHEIRA TUTELAR

A conselheira tutelar apresenta a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no desempenho de suas atribuições por considerar que o estatuto traz a descrição dos direitos e deveres da criança e do adolescente e de quem trabalha com essa população.

“[...] Seguimos o ECA. Olha, se você trabalhar dentro do ECA realmente, ele é muito bom, ele é muito bom, porque ali você vê que tem os direitos e os deveres, e muitas vezes é confundido, as pessoas vêm só os seus direitos, mas ali tem muitos deveres também. Você trabalhando dentro do ECA, você faz um trabalho muito bom com a criança e com o adolescente. Eu procuro trabalhar dentro do ECA.” (Conselheira tutelar)

As atribuições dos Conselhos Tutelares estão previstas nos artigos 131 à 140, em suma, são responsáveis por cuidar do efetivo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes. São também incumbidos de fiscalizar o sistema de atendimento à infância e juventude. Os conselheiros são pessoas da comunidade e também por ela escolhidos. Como prevê o Estatuto, os cinco conselheiros tutelares de uma gestão são eleitos por voto direto para um mandato de três anos, com possibilidade de apenas uma reeleição consecutiva. Para candidatar-se a conselheiro é preciso ter no mínimo vinte e um anos, morar no município e ter idoneidade moral reconhecida. Assim, diferentes setores da sociedade civil encontram-se representados no Conselho Tutelar.

Dentre as principais atividades do órgão estão o atendimento de casos de crianças e adolescentes que se encontrem em situação de risco (cf. art. 136, inc. I, do ECA), incluindo a aplicação das chamadas medidas de proteção e também as pertinentes aos pais e responsáveis (cf. artigos 101 e 129, do ECA).

Nessa direção a conselheira esclarece que o trabalho que desenvolve acontece de acordo com a demanda apresentada em cada caso atendido pelo Conselho Tutelar, trazendo vários exemplos de algumas situações enfrentadas, sendo principalmente questões que envolvem a violação dos direitos de crianças e adolescentes, como o direito à educação e o atendimento a condutas de risco que envolvem o uso de drogas.

“[...] depende muito do que a gente é chamado. [...] com relação à escola, a gente procura ver qual é o direito que está sendo violado, se ele não está tendo matrícula a gente procura efetuar a matrícula. [...] na questão de violência dentro escola assim, muito pouco a gente se envolve, porque é a escola que tem que resolver, tá. Tem também a droga, né, que os adolescentes e até crianças mesmo, tem muitos envolvidos com drogas, então, a gente trabalha com eles muito no sentido de que, pra fazer com que eles aceitem o tratamento, aceitem sair dessa vida enquanto há tempo, né, porque é um caminho sem volta, a gente coloca sempre muito isso pra eles [...]. Então, a gente conversa com a família, conversa com eles, deixa bem claro a situação que pode acontecer com eles. Então, a gente procura encaminhar eles para um tratamento.”
(Conselheira tutelar)

2.4 PSICÓLOGA

A psicóloga do SAI aponta o diagnóstico, o atendimento individual, o acompanhamento familiar e a orientação como parte do seu trabalho na Vara da Infância e Juventude, demonstrando a diversidade de intervenções necessárias no atendimento da população-alvo.

“A gente faz atendimento individual, no sentido de orientação, fazemos acompanhamento familiar, os relatórios das situações que a gente recebe dos processos, a gente tem que fazer uma avaliação, um diagnóstico da situação da criança, uma vez que são crianças vítimas de abuso, então a gente faz uma avaliação, e os adolescentes que estão em medida de liberdade assistida, a gente faz um acompanhamento e orientação deles também.” (Psicóloga)

Em relação a atuação do psicólogo na área da infância e juventude Bernadi (1999) aponta que a principal tarefa a ser desenvolvida é assessorar o

magistrado na distribuição de justiça, sendo essa a premissa seguida pela psicóloga entrevistada.

2.5 DIRETORA ESCOLAR

A diretora escolar tece esclarecimentos que demonstram o papel da escola na formação dos adolescentes: participar ativamente de suas vidas e ajudá-los a enfrentar os problemas e dificuldades pessoais e familiares. Segundo ela, essa tarefa exige um grande empenho dos profissionais, pois a demanda é difícil e complexa, como por exemplo, uso de drogas. A mesma tem tido bons resultados em seu trabalho, e enfatiza que sente amor pela atividade que desempenha.

[...] Abrir as portas, se abraçar com eles e aceitar da maneira que vem. E depois trabalhar. Não é fácil. Cada um chega com uma história, uma lição de vida, uma rebeldia fantástica. Nós temos dependentes químicos, e é difícil trabalhar com gente desse jeito, mas, a gente já tem tido um resultado bastante positivo. De conversar, dialogar, de fazer entender que lá na sua casa você tem uma família que é outra e essa família esta muito preocupada com você. Então, o trabalho aqui é difícil, mas, eu amo o que eu faço.” (Diretora escolar)

Pensando a respeito do papel da escola, essa atua como um mediador que, juntamente com a família, fornecem à criança e ao adolescente condições para a prática da cidadania, permitindo assim uma compreensão plena da cultura e das condições de vida na sociedade. De acordo com os dizeres de Mello (1999) esse papel é garantido pelo direito à educação promulgado pela Constituição Brasileira (MELLO, 1999).

2.6 ASSISTENTE SOCIAL

A assistente social, integrante da Rede de Atendimento à criança e ao adolescente, relata que a demanda de trabalho é grande e diversificada e que existem poucos profissionais atuando no município. Esses profissionais

necessitam de grande preparo técnico no desenvolvimento das diversas atividades.

“Até pouco tempo atrás a gente trabalhava com uma única assistente social do município, então a gente atende a todas as políticas. Era um serviço até centralizado na área de atendimento as políticas: idoso, pessoa portadora de deficiência (PPD), criança e adolescente. Então, todas as áreas de atendimento passam por aqui. Você atende de tudo, tem que ter um pouco de conhecimento pra poder orientar todas as ações.” (Assistente Social)

Como vimos, a questão da sobrecarga de tarefas apresentada pela assistente social é semelhante à situação de trabalho apresentada anteriormente pelo Juiz em suas narrativas, ambos argumentam que a demanda de atividades é excessiva.

A participante da área da Assistência Social tem sua função regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (2003), sendo seu principal objetivo a proteção social por meio da garantia dos direitos fundamentais aos cidadãos.

A assistente social representa o segundo eixo do Sistema de Garantia de Direitos promovendo programas e serviços de atendimento à crianças e adolescentes. Especificamente em relação ao atendimento à criança e ao adolescente, a profissional aponta a prestação de serviço comunitário, os programas sócio-educativos, o acompanhamento familiar e a orientação ao conselho tutelar como formas de atuação desenvolvidas por ela.

“Com criança e adolescente também a gente faz a medida de prestação de serviço a comunidade e toda essa parte de atendimento a criança, programa sócio educativo, cumprimento de alguma medida, acompanhamento da família, orientação pro Conselho Tutelar quando solicitam algum procedimento, alguma visita. Então, a nossa área é essa de atendimento.” (Assistente Social)

Vemos que dentre as diferentes formas de atuação apresentadas por ela, está o contato que mantém com os representantes do Conselho Tutelar por meio de orientações. Nessa direção, percebemos por meio das narrativas dos participantes na categoria acima discutida, que em relação às formas de

atuação, somente o representante do Poder Judiciário e a assistente social comentam aspectos da relação dos mesmos com a rede da qual fazem parte.

3 FORMAS DE ATENDIMENTO DISPONÍVEIS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AO CASO ATENDIDO EM CADA ÁREA

A terceira categoria levanta os serviços disponíveis no Sistema de Garantia de Direitos por meio da Rede de Atendimento que são oferecidos às crianças e adolescentes e que foram ou não utilizados pela família e pelo adolescente.

O art. 86 do ECA prevê a gestão dos direitos às criança e adolescentes por meio de um sistema que funcione como um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais nos níveis federais, estaduais e municipais.

Esse conjunto de ações se encontra no art. 87 do desse mesmo Estatuto, determinando as linhas da ação política de atendimento em seus artigos. Essas devem ser: políticas sociais básica; políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

3.1 SERVIÇO DE AUXÍLIO À INFÂNCIA (SAI)

A psicóloga lança mão de diferentes técnicas em sua trajetória de atendimento. Várias intervenções foram realizadas pela profissional na

tentativa de auxílio aos adolescentes. Muitas vezes, essas ações se realizam durante um período e depois deixam de existir por diferentes razões, sendo elas: o amadurecimento das crianças que participavam das atividades e a mudança para outros projetos.

“Já tivemos grupos de adolescentes aqui, que a gente trabalhava mais na parte de ludoterapia, a gente fazia mais um trabalho da ludo, e a roda de conversas que a gente utilizava esse termo, eles traziam as discussões, os temas, as problemáticas deles, só que daí o grupo, eles foram se tornando maiores e outros deles foram ingressados em projetos, então esse grupo não tem funcionado mais.” (Psicóloga)

A psicóloga ainda aponta algumas formas de avaliar a situação dos casos atendidos, onde são promovidos diálogos e aplicados testes psicológicos que auxiliam na compreensão da profissional e dos avaliados em relação a situação vivenciada, denotando uma função pericial no desenvolvimento de sua função.

“[...] No atendimento individual a gente tem conversas e tem os testes que eu aplico, pra que a gente possa estar entendendo um pouco mais daquele adolescente, porque às vezes eles não trazem todo o conteúdo que deveriam trazer, então é através dos testes que a gente consegue tá fazendo com que eles percebam alguma situação. Em criança eu aplico o CAT, no adolescente o HTP, em crianças eu também aplico o HTP, o TAT, o Bender, o Winnicott desenho-história, que a gente aplica, faz cinco desenhos e cinco histórias.” (Psicóloga)

O SAI, serviço no qual a psicóloga trabalha, atende às famílias, por meio de orientações em grupos de apoio, utilizando a metodologia da terapia comunitária e do amor exigente, esse último tem como objetivo promover mudanças comportamentais na família, a prevenção da dependência química e uma melhoria na qualidade de vida. Esses atendimentos visam promover apoio aos casos, além das determinações dos processos judiciais. O grupo funciona uma vez por semana, há um tempo atrás o mesmo funcionava no Fórum, atualmente não mais.

“[...] então a gente faz as orientações assim, em grupos de apoio, que é o grupo de apoio da terapia comunitária, tem o grupo do amor exigente, que aí a gente encaminha os pais pra freqüentar o grupo, né, no sentido deles terem um apoio maior ainda do que só ficar na parte

de processo aqui, porque aqui a gente não tem como dar uma atenção integral pra eles, [...], mas a gente não tem como ficar acolhendo eles aqui, por exemplo, toda semana, né, fazendo uma terapia individual com eles não tem, então a gente orienta o grupo, que aí o grupo vai dar esse suporte pra eles, porque o grupo funciona uma vez por semana, eu tenho um grupo à tarde, atualmente não está dentro do Fórum, mas já funcionou muitos anos aqui dentro, que é um trabalho da terapia, a gente começou com a terapia familiar sistêmica, depois a gente usou a abordagem da terapia comunitária [...] então todas as famílias freqüentam esse grupo, e o grupo do amor exigente à noite, que aí eu também estou lá no grupo.” (Psicóloga)

A psicóloga encaminha para os grupos de apoio os pais e/ou filhos envolvidos em situações avaliadas por ela como críticas, como nos casos de vítimas de violência física, de falta de diálogo na família, de dificuldades de relacionamento entre crianças, adolescentes e professores, e em casos de comportamento inadequado dos jovens. Nessa narrativa fica evidente a diversidade da demanda apresentada também no trabalho exercido pela assistente social, na categoria anterior.

“A maioria dos casos, por exemplo, vítimas de espancamento, maus-tratos, a falta, por exemplo, de diálogo na família, então a gente costuma encaminhar também por comportamento inadequado, os pais que não conseguem lidar com aquele comportamento inadequado que o filho apresenta, por exemplo, o filho não é um dependente químico nem um delinqüente, mas apresenta um comportamento inadequado, tipo, não freqüenta a escola, tem dificuldade de relacionamento com os professores, então a gente também encaminha.” (Psicóloga)

Além das ações citadas pela profissional na narrativa acima, Camargo (1999) afirma que essa área de atuação do psicólogo abrange a participação em ações preventivas aos maus tratos infantis, às aplicações jurídicas na área da prevenção da criminalidade, o tratamento de jovens infratores e de suas famílias, e o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, ou seja, como vítimas de negligências e de abusos físicos e/ou sexuais. A psicóloga não faz referência às intervenções postuladas por Camargo (1999), o que nos faz pensar em algumas possibilidades, dentre elas desconhecimento da profissional quanto as suas possibilidades de atuação ou a falta de tempo para atender a demanda da Comarca em questão.

Em relação ao papel de perito desempenhado pela psicóloga, vemos que atualmente o exercício desse profissional não se restringe à elaboração de psicodiagnósticos ou à identificação de patologias. Porém, Brito (2005) reconhece a contribuição que os procedimentos de avaliação podem oferecer à determinados estudos. Entretanto, salienta que os psicólogos jurídicos devem contribuir na desmistificação da visão de um trabalho de cunho estritamente pericial.

Nesse momento sintetizamos as principais atribuições a serem desenvolvidas pelos psicólogos jurídicos, que não foram citadas como atividades realizadas pela profissional: a discussão de medidas de proteção e/ou sócio-educativas mais coerentes à situação de crianças e adolescentes contextualizando o problema e os recursos comunitários, a participação em audiências, a denúncia nos casos de ausência ou o mal funcionamento de programas de atendimento do município, o incentivo e efetivação de relações do sistema judiciário com as entidades e conselhos do município, numa ação que promova uma troca em rede, o conhecimento e análise dos programas de atendimento do município, participação e promoção de eventos relacionados à área, que permitam a atualização permanente, promoção de estudos e debates visando à análise de fatores que predispõem, reforçam ou contribuem para a manutenção do fenômeno da menoridade, bem como as problemáticas da família, buscando realizar um trabalho efetivo e interdisciplinar, contribuindo para o avanço das políticas públicas, da profissão e da ciência (BERNARDI, 1999).

Acreditamos que todas essas ações do psicólogo jurídico são fundamentais para um atendimento satisfatório às crianças e adolescentes no contexto jurídico. Porém, essas intervenções não dependem apenas do profissional, estão ligadas a inúmeros fatores, como: a pré-existência de políticas públicas federais, estaduais e municipais, a formação adequada dos técnicos, a avaliação e o planejamento de carreira dos profissionais, a continuidade das equipes de trabalho quando ocorre a mudança da gestão municipal, e a disponibilidade de profissionais em número compatível à demanda da Comarca.

Destacamos as ações apontadas por Bernardi (1999) como sendo necessárias, sendo muitas vezes desconhecidas dos profissionais que atuam

em tal área, do Juiz responsável pela Comarca, e dos legisladores municipais. Nesse sentido trazemos o artigo do ECA que determina quais são as atribuições dos profissionais que trabalham nas Varas da Infância e Juventude:

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Esse artigo especifica apenas as questões relacionadas a principal função desse profissional, que é o fornecimento de subsídios à autoridade judiciária, além de trabalhos de aconselhamento, orientação, prevenção e encaminhamentos. Deixando a cargo da legislação local as especificidades de outras atribuições a serem desempenhadas. Entretanto, os legisladores e autoridades locais muitas vezes, não possuem o conhecimento técnico na área para que novas formas de intervenções sejam criadas. Dessa forma, contar com as equipes técnicas é um instrumento valioso na criação de intervenções contextualizadas e políticas públicas que assegurem a continuidade de um atendimento de qualidade à família como um todo.

Esse parâmetro legal proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda permite a descentralização de políticas públicas federais e estaduais de atendimento a essa população, possibilitando que as diferenças regionais sejam contempladas em termos das demandas sócio-culturais.

No caminho da compreensão do caso foco de nosso estudo, a psicóloga relata algumas formas de atendimento recebidas pelos participantes da pesquisa, como: medida de abrigo provisório, recebimento de cestas básicas pela prefeitura, pagamento de água, e aluguel, além de encaminhamentos feitos pela justiça. Em uma intervenção judicial, a Juíza determinou que a gestão municipal fornecesse um emprego para a genitora, que passou a trabalhar no Fórum. A trajetória da família é permeada por inúmeras dificuldades e por auxílios fornecidos pela rede de atendimento municipal. I. apresenta um baixo nível de instrução, somado a mudança da

gestão municipal, dentro outras questões de seu contexto, promove sua a instabilidade profissional fato quase permanente em sua vida.

“[...] Então aí eles ficaram no abrigo um tempo, até conseguir arrumar uma casa, ela alugou uma casinha, mas a questão era: como pagar esse aluguel? Então ela trabalhava de diarista, mas não conseguia, aí varreu rua, então a prefeitura ajudou assim, com cesta básica, pagava um aluguel ou outro, pagava uma água ou outra, mas não efetivamente: ‘olha, essa aqui é a sua casa, você vai morar aqui, você não vai pagar aluguel, esse aqui é seu emprego, tal, tal...’, então vivia sempre nessa condição: termina um mandato ou termina uma gestão, aí ela fica quatro meses sem emprego, demorava pra ser recontratada porque não consegue passar em concurso, tem dificuldade por causa da escolaridade, até que uma vez, um caso muito interessante que a juíza determinou que o município desse um emprego pra ela, e aí, na época, o prefeito que estava encaminhou ela pra trabalhar no Fórum mesmo. Contratou, mas colocou ela aqui.” (Psicóloga)

Notamos nessa colocação da psicóloga que os inúmeros auxílios que a família recebeu, funcionaram como paliativos diante de sua condição sócio-econômica. A família foi assistida constantemente por diferentes órgãos, que usaram diversas formas de ajuda para melhorar a situação da família, como se fossem problemas internos da família, desconsiderando todo o contexto onde esta se encontra. As possibilidades de apoio oferecidas à família foram de certa forma tentativas de reabilitação da família, como se essa necessitasse de algum tipo de conserto. No entanto não foi dado o apoio emocional necessário, por meio de um trabalho em família.

3.2 ESCOLA

Em se tratando da rede de ensino, a diretora escolar aponta que a escola oferece ensino fundamental, médio, e o programa educação para jovens e adultos para maiores de idade, no período noturno:

“[...] Fundamental, médio da educação jovem e adulta. E o EJA (educação para jovens e adultos) é só à noite. A EJA só aceita acima de dezoito anos. (Diretora escolar)

Em relação ao caso a que nos propomos a estudar, a escola ofereceu um trabalho na área psicopedagógica, material e uniforme escolar, além de um apoio para os professores lidarem com o adolescente na sala de aula. A mãe de L. não costumava colaborar com a limpeza do filho.

“[...] a gente fazia um trabalho com ele na parte pedagógica diferenciado, com os professores também para poder suportar o tipo de aula, na sala de aula [...] material, a gente deu várias vezes material para ele, porque ele perdia tudo; uniforme da escola; a mãe também falhava muito, mandava ele todo sujo para a escola.” (Diretora escolar)

Essa dificuldade enfrentada pelo adolescente vem de encontro com a colocação de Fulmer (2001) que nas famílias de baixa renda que se encontram na fase da adolescência, os filhos tentam concluir o segundo grau, já nas chamadas famílias “profissionais” os filhos terminam o segundo grau nessa etapa do ciclo vital.

L. se encontra dentro dos aproximados 30% de jovens, identificados pelo UNICEF (2008) como aqueles que vivem em domicílios com renda familiar “*per capita*” de aproximadamente meio salário mínimo. A genitora é a única responsável pelo sustento da família, recebendo em média um salário mínimo mensal, porém não recebe os doze meses do ano, em função de não ser concursada, sendo contratada eventualmente pela prefeitura municipal.

De acordo com a narrativa da diretora escolar, era permitida a entrada da genitora na escola para conversar a respeito do filho, e essa comparecia ao local e expunha o filho as outras crianças constantemente.

“Muitas vezes. Ela vinha aqui, ela tinha acesso aberto aqui na escola; que nem ela conversava, brigava com ele, xingava ele aqui dentro da escola, as outras crianças ouviam [...]” (Diretora escolar)

A diretora escolar, percebe os irmãos L. e M. agressivos, apenas quando estão sob o efeito de drogas. Por essa razão os jovens apresentavam dificuldades em permanecer, apesar de todas as tentativas de contê-los.

“[...] mas ele não era um menino agressivo; só que assim, a hora que ele queria ir embora, a gente podia falar o que fosse, segurava; uma vez eu segurei ele, a Dona E., o M., todo mundo

segurou para não ir para a rua, mas ele se soltou; eles têm uma força muito forte quando estão assim, drogados.[...] Muitas vezes ele não queria ficar na sala, a gente trazia ele para o refeitório, ou aqui na minha sala, ele ficava com a tarefa ali; quando eu via... tinha ido embora. Ou então, pegava lá no final do pavilhão, ou no pátio: “onde você vai L.?”, “Eu vou embora”, “mas o portão ta fechado,; “mas eu vou embora”. Aí pegava e pulava o muro, o M. até agarrava pela perna, mas não adiantava.” (Diretora escolar)

Normalmente a força que os adolescentes demonstram contra os limites impostos preocupa a família e a escola, como demonstrado na fala da diretora escolar, principalmente em relação aos excessos que podem cometer quanto a bebidas e drogas, atos de agressividade, comportamentos anti-sociais muito comuns por andarem em grupos (MACEDO, 2001).

Confirmamos as idéias de Macedo (2001) no caso do adolescente estudado, quando esse aparenta sentir a necessidade de testar os seus próprios limites, dos familiares, da escola e do meio em que vivem, quando apresenta tais comportamentos.

A diretora escolar aponta a questão do tratamento para dependência química como algo que as autoridades deveriam ter dado atenção no atendimento ao caso que foram tardiamente atendidas.

“[...] Mas acontece que eu acho que faltou um pouco das autoridades, sabe? De levar esse menino para um tratamento; até levaram, eu sei que eles levaram, mas agora, faz pouco tempo, mas naquela época a gente pedia um tratamento urgente para ele, tinha dó.” (Diretora escolar)

3.3 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria de Assistência Social oferece vagas em alguns programas às crianças e adolescentes, como o Agente Jovem, o Formando Cidadão, e o Semeando Caminhos. Colabora prestando assessoria Ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e ao Programa de Atendimento Educacional de M. (PAEM). Faz atendimento e encaminhamento da criança com deficiência, e a mães quando apresentam algum problema. Existe uma

psicóloga disponível para o atendimento individual dos adolescentes que desejem. Todos os programas são acompanhados pela profissional, tomando medidas técnicas quando necessário.

"[...] tem os programas de atendimento à criança e adolescente. Tem programa do Agente Jovem, Formando Cidadão, nós já tivemos o programa Menina Mulher, Semeando Caminhos, a gente presta assessoria pro PETI, pro PAEM que são de atendimentos de crianças também que não estão aqui, mas que estão lá. A criança com deficiência faz atendimento e encaminhamento de benefícios. Atendimento das mães quando tem algum problema [...] nós temos uma terapeuta que vem uma vez por semana. Vem aqui e atende individualmente, estava trabalhando em grupo mas não funcionou. Aí a psicóloga fez o atendimento daqueles que queriam mesmo. [...] Acompanhamento. Todo problema que surge que não é resolvido, encaminha pra gente e a gente tomar as medidas mais técnicas." (Assistente social)

As famílias assistidas pela Secretaria de Assistência Social, que recebem benefícios, são atendidas por meio dos grupos de terapia comunitária. Muitas vezes, o recebimento do benefício está vinculado à frequência nesses grupos. As famílias são encaminhadas pela própria Secretaria e pelo Ministério Público.

"[...] tem os grupos de terapia também que eles são inseridos, que funcionam frequentemente, não na frequência que a gente gostaria, mas eles também estão inseridos. Pelo próprio encaminhamento nosso aqui ou pelo encaminhamento do Ministério Público porque se eles são usuários nossos e eles usam algum benefício, eles tem que ter a carteirinha porque eles não vão receber benefício. É uma participação imposta? É, mas a gente sabe que depois que estão lá eles não param mais de frequentar. Então você tem que, às vezes, coagir pra eles participarem dessas terapias comunitárias que é feita para as famílias pra que vire uma rotina e eles comecem a gostar, porque se eles forem por livre e espontânea vontade, eles não vão. [...] Eles vem te visitar uma vez por mês, pegar algum benefício, pra solicitar alguma orientação." (Assistente social)

O governo tradicionalmente faz uso de ações que tem como suporte aparelhos, aqui representado pelos programas de atendimento citados pela assistente social, exercitando uma forma de poder, mantendo relações de poder com a população, como enfatizam Nascimento e Scheinvar (2005). Sendo que essas ações garantidoras da seguridade social, na maioria das

vezes provocam uma relação de maior dependência, como no caso da família estudada.

Nessa direção, a criança e o adolescente vistos como excluídos são alvos de programas de inclusão, onde os mesmos e suas respectivas famílias são tidas como um problema, justificando-se a intervenção de especialistas e a existência de agentes e programas de integração ou re-integração social, como se em algum momento tivessem deixado de estar socialmente inseridos. Os programas de atendimentos para os ditos excluídos, longe de oferecer condições de independência, os controla e os torna dependentes.

Além de frequentarem os programas municipais, os adolescentes são encaminhados para os cursos profissionalizantes no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) apresentando algumas dificuldades. Segundo a assistente social, essas dificuldades se devem a falta de preparo do local que os recebe e dos adolescentes que não foram preparados para essa forma de atendimento, longe da assistência social. De acordo com a profissional, o serviço será reestruturado em função da falha que observaram na formação desses jovens.

"[...] Cursos técnicos, SENAI, SENAC. Cabeleireiro aqui, soldador, eletricista e mecânico de manutenção. Então nós conseguimos tirar um pouco, mas foi difícil. Tem uns que não queriam isso, tanto que demoraram pra se adaptar lá no SENAI. Lá nunca serviu lanche, eles...com a nossa turma porque não serviu lanche, porque a rotina deles era: três horas eles tinham alguma coisinha pra comer. Chegavam lá eles queriam comer, então eles adotaram um lanchinho pra turma já partir deles. Antes eles ficavam até os dezoito e depois andar com as próprias pernas. Então era dura a ruptura, chegar aos dezoito anos e não ter mais o pessoal pra me orientar. É isso que a gente tem que pensar pro próximo ano, esse processo de desligamento. Não soltar eles sem nada. Porque eles são assistidos, apoiados, ajudados até os dezoito anos depois já não sabem o que vão fazer. A partir deste ano nós começamos a perceber que vamos ter que reestruturar isso, vai ter que criar algum instrumento pra que eles saiam daqui sem sentir muito." (Assistente social)

Como apresentamos em nossa revisão bibliográfica o tema da preparação para o mercado de trabalho, faz parte dos questionamentos feitos na fase adolescente, tanto por eles próprios, como por meio das políticas públicas. Vemos que os jovens em contexto de pobreza geralmente não recebem essa preparação, e, quando recebem, são de baixa qualidade, longe

das expectativas do mercado. Em nossa pesquisa vimos que a qualidade dos cursos é reconhecida nacionalmente, já que são instituições tradicionais e respeitadas no que diz respeito a formação técnica, porém não promovem o interesse dos jovens que normalmente não dão continuidade a formação oferecida.

Além disso, vimos por meio da narrativa da assistente social que os adolescentes não são preparados para frequentar os cursos fora da Secretaria de Assistência Social. Acreditamos que essa situação está ligada ao fato de que os programas assistenciais longe de oferecer condições de independência, os controla e os torna dependentes, como dito anteriormente.

Outro aspecto relacionado ao insucesso no encaminhamento dos adolescentes aos cursos profissionalizantes, é a falta de preparo dos profissionais, já que os mesmos não tem o hábito de lidar com adolescentes.

Segundo a assistente social esse foi o primeiro ano que os adolescentes foram encaminhados para o serviço de formação técnica, financiados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

“[...] Esse ano que nós implantamos as capacitações, que foi com os recursos do FIA, que nós desligamos uns trinta adolescentes.” (Assistente social)

O município ainda conta com o Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes, que foi formado há aproximadamente dezoito anos. O Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes faz parte do terceiro eixo do Sistema de Garantia de Direitos, sendo responsável pelo controle e efetivação dos direitos.

“[...] Temos aqui também o conselho dos direitos existe desde 13 de julho de 1990, desde que o ECA foi criado. O conselho é formado por eleição, são eleitos à conferência deliberada. Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.” (Assistente social)

Esse Conselho é composto por representantes governamentais indicados pelo gestor municipal, são da área da saúde, educação, da assistência social e da parte administrativa, somando dez pessoas. E os representantes não-governamentais que são as entidades quem irá concorrer

as vagas na conferência municipal dos direitos das crianças e adolescentes. Todos esses representantes concorreram as dez vagas, sendo referendados na conferência. O presidente do Conselho é eleito na primeira reunião, sendo alternado em cada gestão um representante governamental e outro não-governamental.

“[...] a parte governamental é indicada pelo Poder Público, o prefeito indica quem serão os representantes da área da saúde, da educação, da assistência, da parte administrativa, então são dez governamentais, cinco titulares e cinco suplentes. E não governamentais são dez também, são as entidades que indicam quem vai concorrer à vaga na conferência. Chega na conferência os não governamentais, se der um representante por entidade e completar as dez vagas são referendados na conferência, ou se não, são eleitos. Mas como no município são poucas entidades sociais, é um por entidade. [...] O presidente é eleito na primeira reunião do conselho. Nós temos por normativa um pleito, os governamentais (gov.) e não governamentais (não gov.), então, quando o gov. é presidente o vice é não gov. e vice-versa. Atualmente nós temos uma presidência do gov. que é representante da saúde, e a vice é representante de uma entidade social.” (Assistente social)

A existência do Conselho está prevista no art. 88, inc. II, do ECA, esses são órgãos definidores da política pública de atendimento à infância e juventude nas esferas municipais, estaduais e nacional. Tem como principal atribuição proceder o controle das ações governamentais em todos os níveis, como esclarece a assistente social na fala a seguir.

A função do Conselho é definir as políticas públicas, sugerindo programas, e oficializando ao Ministério Público e ao Governo Municipal para criação dos mesmos na área da criança e do adolescente. Outra atribuição é a coordenar a parte administrativa e organizacional do Conselho Tutelar, e atuar se houver alguma irregularidade em seu funcionamento. E por fim, a função mais trabalhosa é encontrar recursos por meio do imposto de renda junto às empresas e pessoas físicas para que encaminhem aos programas existentes, como o projeto Formando Cidadão.

“A função dele é deliberar sobre as políticas públicas na área de atendimento da criança e adolescente. Sugerir programas, oficializar o Ministério Público ou o governo municipal pra se criar programas novos de atendimento pra área da criança se os que tem não são suficientes. É deliberar mesmo sobre a política. Uma das funções do conselho também que é ele que

coordena a parte administrativa, organizacional do conselho tutelar, não a parte do trabalho, do atendimento do conselho tutelar porque ele tem autonomia pra isso. Mas o órgão acima do conselho tutelar da parte de organização, se tiver que fazer alguma deliberação, ou se tiver que tomar algum posicionamento contra alguma imprudência é o conselho dos direitos que é acionado pra deliberar sobre o conselho tutelar. E o conselho nosso, o maior trabalho é buscar recurso junto ao imposto de renda pra que aplique nos programas que a gente tem [...] um programa que é o “Formando Cidadão” ele é mantido com bolsas da arrecadação do imposto de rendas e é o conselho dos direitos que faz isso. Então a nossa maior preocupação é angariar recursos pra manter os programas.” (Assistente social)

Quando restam recursos das doações, esses são divididos entre as entidades que apresentam um projeto a ser desenvolvido. Porém, houve uma diminuição da arrecadação nos últimos anos. Essa arrecadação depende dos conselheiros. No caso dos recursos conseguidos por representantes de entidades, essas recebem metade da doação angariada, sem a necessidade da apresentação de projeto, apenas tem o compromisso de prestar contas dos gastos. Essa é uma tarefa árdua, já que muitos conselheiros estão envolvidos em suas atividades laborais, não tendo tempo de promover a arrecadação junto à comunidade.

“E quando tem recursos sobrando a gente partilha com as entidades. As entidades que apresenta algum projeto, alguma coisa. Até três anos atrás a gente tinha essa meta, mas já tivemos uma diminuição muito grande desses repasses de imposto de renda. [...] Tirou isso mas nós estamos batalhando, mas ainda os conselheiros faltam muito, porque a ajuda é do conselheiro. Se o conselheiro não for atrás, porque a postura é assim: se você como entidade conseguir mil reais, quinhentos é da entidade, a metade já é da entidade sem ela apresentar projetos, essas coisas todas, ela só vai ter que prestar contas depois pra gente ter noção. É difícil isso porque cada um busca uma atividade que não seja da sua ONG, porque não estava só trabalhando na ONG e deixa passar, quando vê já passou o fim de ano e ninguém foi atrás de nada. [...]” (Assistente social)

Por meio de nossa experiência profissional podemos perceber que essa é a realidade de inúmeros Conselhos dos Direitos. Grande parte dos participantes não tem tempo hábil para desempenhar seu papel como conselheiros dos direitos, pois estão envolvidos em seus trabalhos remunerados. Os Conselhos de Direitos tem a função de descentralizar o poder do Estado sob a deliberação das políticas públicas, nesse sentido, sua

existência e funcionamento efetivo são de fundamental importância para ações transformativas no âmbito da infância e juventude, não podendo ser deixados de lado pela sociedade.

A comunidade deveria ser constantemente informada a respeito dessas atividades, para que pudessem fazer parte desse trabalho, como doadores de recursos, e principalmente como fiscalizadores do atendimento às crianças e adolescentes, sendo esse um papel desconhecido ou esquecido pela sociedade civil. Abrir espaços para a participação democrática da população é uma ação de suma importância, o que acarretaria em uma possível descentralização do poder dos órgãos responsáveis pela criança e adolescente, possibilitando diálogos entre as diferentes instâncias.

4 RELACIONAMENTO ENTRE OS REPRESENTANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E PELA REDE DE ATENDIMENTO

Após compreendermos as formas de atendimento disponíveis em cada área de atendimento, abordamos primeiramente o que normalmente acontece no contexto de trabalho de cada participante, o que denominamos de real; e aquilo que os mesmos gostariam que acontecesse nos atendimentos, o que denominamos de ideal. A segunda subcategoria mostra como se dá a relação entre os profissionais que representam os serviços de atendimento na área da infância e adolescência.

Procuramos compreender as relações que são construídas entre as famílias e o sistema judiciário, por meio do estudo de Imber-Black (2000) a respeito dos sistemas amplos. Esses podem ser representados por sistemas assistenciais do setor público, como hospitais, escolas, clínicas, serviços de assistência social e psicológica, e no nosso caso, o sistema judiciário.

O conceito de sistemas amplos pode ser considerado equivalente a compreensão de Sistema determinado pelo problema de Goolishian e Winderman (1988). O sistema significativo nos dois casos é o responsável pelo sucesso ou fracasso na resolução dos conflitos apresentados. Sendo no nosso caso, como dito anteriormente as famílias, os adolescentes e o sistema garantidor dos direitos à eles.

Em relação à finalidade dos sistemas amplos, esses agregam precisão aos serviços que oferecem cuidado à população. Alguns desses sistemas acreditam que seu trabalho consiste em proporcionar proteção, apoio e ajuda a pessoas na resolução de seus problemas. Já outros procuram facilitar o desenvolvimento das pessoas, proporcionando novas alternativas e aumentando a capacidade para resolver seus próprios problemas, sendo essa uma forma que cria independência dos usuários dos serviços.

4.1 REAL X IDEAL

4.1.1 JUIZ

O Juiz responsável pela Vara da Infância e Juventude defende que o trabalho do Conselho Tutelar deveria acontecer de forma diferente. Para ele os conselheiros deveriam ser “vacionados” [sic], e não apenas dotados de “boa vontade” [sic], defendendo que haja um teste para que se candidatem ao cargo, conforme narrativa apresentada a seguir:

“[...] Esses atendimentos têm o Conselho Tutelar que faz esses atendimentos, e que eventualmente quando não conseguem resolver, solucionar, encaminham pra cá. Mas, o que acontece também, e isso acontece aqui e em todas comarcas que eu passei, todas mesmo quando eu era substituto, é que conselho em geral, não é dotado de pessoas que sabem qual é a sua função, não são conselheiros que são vacionados até, ou seja, são eleitos, tem o interesse da remuneração e, enfim, eles não conhecem o ECA, ou conhecem porque tiveram que ler ali pra fazer, de repente um teste pra se candidatar, ou pra poder chegar a esse cargo de conselheiro e muitas vezes até tendo boa vontade, não conseguem se incumbir satisfatoriamente dessas funções [...].” (Juiz)

Diante das características e do trabalho desenvolvido pelos conselheiros tutelares, o Juiz aponta que acontecem situações de atendimento em que os

mesmos encaminham para que ele resolva. Esses casos que deveriam ser resolvidos, fazem parte das atribuições do próprio Conselho Tutelar, porém não o são, pois falta comprometimento da maioria dos conselheiros.

“[...] e o quê que acontece? Põe no papel o que está acontecendo, e joga pro Fórum, joga pra mesa do Juiz. Se eles fossem mais preparados e mais comprometidos com a função não estou querendo dizer que aqui ninguém é comprometido, é claro, tem conselheiros bons que se desdobram pra realmente tentar resolver as situações, mas acho que se houvesse um comprometimento maior, acho que muitos deles poderiam resolver ou dar um encaminhamento.[...]” (Juiz)

Além disso, o trabalho do Conselho Tutelar seria satisfatório se os conselheiros conhecessem a estrutura governamental existente no município e se integrassem a ela, para a realização de um encaminhamento adequado aos casos atendidos.

“[...] Mas isso, é claro, dependeria de integração dos conselheiros com as estruturas que existem, sejam municipais, estaduais, federais, toda a estrutura governamental que existe no município, se ele conhece essa estrutura, se ele sabe como funciona, se está preparado pra isso, eles já podem dar um encaminhamento e, muitas vezes resolver a situação.” (Juiz)

Porém, o que normalmente acontece é que o Conselho Tutelar não resolve o problema e acaba encaminhando para outro órgão, como o Ministério Público que judicializa a situação, tornando a resolução burocrática.

“[...] Acontece que não sabem resolver isso e passam pra outro órgão, encaminha para o Ministério Público, pro Judiciário e acaba acontecendo isso. Geralmente o Ministério Público acaba tomando providência no plano judicial pra tentar resolver, mas daí entra toda aquela burocracia com pedido de providência, regra geral, passa pra cá passa pra lá, muitas vezes se resolve [...]” (Juiz)

Diante das colocações do Juiz vemos que os profissionais na área do atendimento à família, à criança e ao adolescente, em geral, não recebem informações por meio de cursos e treinamentos que os ajudem a lidar com a demanda apresentada. Essa falta de informação repercute diretamente nos relacionamentos que são construídos com as famílias atendidas. Os

treinamentos devem ser ofertados pelo Estado e/ou por outras agências especializadas na área.

Além disso, as políticas públicas e as equipes de atendimento devem ser submetidas a constante avaliação e eventualmente ser redimensionadas, pois, nesta área, têm falhado. Sendo que no contexto desse estudo não se tem notícia de algum tipo de avaliação às equipes de atendimento.

Porém, na narrativa da conselheira tutelar na primeira categoria dessa análise, a mesma aponta que recebeu capacitações para atuar na área da criança e do adolescente. Nesse sentido, podemos perceber que as capacitações ofertadas não são a única alternativa para a resolução da falta de conhecimento técnico dos atendentes. Essa opção seria apenas uma entre inúmeras questões a serem pensadas na direção de uma atuação assertiva e competente no atendimento à essa população.

Outro aspecto seria, o poder que os especialistas tem nas mãos ao definirem as necessidades das pessoas que atendem, definindo como e quando e como essas devem ser sanadas. Em oposição a essa idéia a proposta do atendimento sistêmico postulada por Aun (2007), se configura como uma possibilidade de melhoria na resolução dos conflitos apresentados pelos casos atendidos pelo Sistema Judiciário.

O Juiz enfatiza a relevância de contar com uma equipe técnica nos atendimentos. Esclarece que a problemática do Serviço de Auxílio à Infância (SAI), que não é oficial do Tribunal de Justiça é algo que dificulta a permanência das profissionais no setor. As técnicas que trabalham no SAI são contratadas anualmente pela prefeitura municipal que as cede por meio de convênio para o trabalho no judiciário, exigindo que ele converse com gestor municipal para manter a equipe funcionando.

"[...] agora, nós contamos muito, precisamos muito de um corpo técnico auxilie isso tudo, por exemplo, o SAI. O SAI não é um SAI oficial do tribunal. Não tem um psicólogo, assistente social do tribunal pra atender o SAI, então fica com aquele problema que sempre pessoas excelentes, graças à Deus aqui em M. são como você, a S., a L., a R. [...], tem nos ajudado muito porque a gente não tem como ficar toda hora saindo ir na casa ver o que está acontecendo, correr atrás de prefeito, disso e daquilo pra tentar resolver aquela situação."
(Juiz)

Nesse sentido acreditamos que as constantes mudanças nas equipes de atendimento, provocam um desequilíbrio e uma desorganização quando se atende crianças e adolescentes. Quando a rede é composta por profissionais efetivados por meio de concurso público, essa situação não acontece; mesmo assim, o Estado precisa criar um plano de carreira e um sistema de avaliação dos seus funcionários, sob pena de estes, inclusive os psicólogos, se acomodarem e estagnarem. O problema se dá na maioria das vezes quando os profissionais são contratados por meio de cargos de confiança do gestor estadual ou municipal.

O Juiz coloca a questão da indisponibilidade da rede municipal local e de outros municípios em atender a demanda encaminhada pelo Sistema Judiciário, como nos casos da aplicação de uma medida de proteção ou sócio-educativa. Quando não existem técnicos para realizar o atendimento ele conta com o trabalho dos conselheiros, que nem sempre é satisfatório.

“[...] Uma medida protetiva, uma medida sócio-educativa e o cumprimento delas, depende de existir uma estrutura, um local que vá absorver. Porque se encaminha pra um atendimento psicológico, primeiro eu preciso ter um sistema de atendimento. Um psicólogo do município preparado, capacitado pra atender aquelas situações, agora, começando, se não existe esse atendimento, como é que vai fazer? [...] Você usa o que você tem, já aconteceu comigo também. Um conselho tutelar, se você tem uma pessoa despreparada, se não tem vocação, como ela vai te ajudar? Ela vai lá dá uma olhada e relatar o que viu em três linhas e te entrega.” (Juiz)

Em relação a indisponibilidade da rede de atendimento em atender os casos de medidas sócio-educativas e protetivas citada por ele, podemos observar que esse é um fato não mencionado por outros profissionais da rede. Entretanto, a esse respeito a Promotora aponta a seguir que existe uma falta de estrutura para que as leis sejam implementadas.

Em contraponto a percepção apresentada pelo Juiz anteriormente, o mesmo salienta a importância da integração da rede, e aponta que em comparação com outras cidades, o município estudado apresenta boas condições estruturais no plano municipal. Justifica-se apontando que não tem uma preferência partidária. Considera que quando solicita algo da gestão municipal é atendido.

“[...] Talvez integrar melhor a rede. Eu acho, a impressão que tenho é que em M. ainda se consegue melhor um resultado melhor que em outras comarcas, com outros locais, porque aqui é [...] uma cidade que tem um padrão bom de vida, tem uma estruturação no plano municipal que me parece até boa, pelo menos os juízes, eu pelo menos, não tenho preferência por partidos, eu não tenho de forma alguma, mas pelo menos aqui a gestão atual sempre procurou nos atender, sempre o que a gente reivindicou, reclamou, sempre procurou dar uma resposta [...]. Às vezes não é imediata, às vezes não é da forma como a gente gostaria que fosse, mas se procura dar uma resposta ou pelo menos demonstra boa vontade nisso, não fica só no “vamos ver, vamos resolver” não.” (Juiz)

4.1.2 PROMOTORA

A participante representante do Ministério Público apresenta algumas dificuldades em sua atuação na garantia dos direitos às crianças e adolescentes, que giram em torno das políticas públicas de atendimento às famílias.

“[...] As nossas dificuldades passam sempre pelas políticas públicas a serem implementadas e também uma maior responsabilidade da família. Mas quando se fala em maior responsabilidade das famílias essa responsabilidade sozinha não vai acontecer. As famílias acabam não se ajustando sozinhas, do nada. É necessário que se crie, que possibilite o crescimento, que se faça orientação, que se trabalhe essa família. As dificuldades barram sempre aí: nas políticas públicas e na questão da família que sozinha não avança, não melhora, então a necessidade do trabalho.[...]” (Promotora)

A atuação da Promotora passa obrigatoriamente pela questão das políticas públicas para o setor da infância e juventude. Nesse sentido deve haver uma busca constante no envolvimento dos direitos do homem, de se afastar o caráter assistencialista, e de submissão. Frischiesen (2000) afirma que a garantia dos direitos às crianças e adolescentes se dá meio de políticas públicas, sendo ações voltadas para a concretização da ordem social. As políticas públicas são definidas por Veronese (1999) como um conjunto de

ações, formando uma rede complexa, endereçada sobre questões que buscam a promoção da cidadania.

A promotora argumenta que houveram alguns avanços na criação de programas de atendimento que o Estado do Paraná tem direcionado, porém não são suficientes. Além disso, a rede de atendimento municipal tem funcionado quase que informalmente.

“[...] O município de M., estou aqui na comarca há dez anos, então fazendo assim um retrospecto desse período, analisando o período que eu cheguei até hoje, então, houveram alguns avanços, criação de programas de atendimento. De repente eu poderia dizer que poderia ter avançado mais, mas tem avançado. O próprio Estado tem direcionado alguns programas o que faz com que os municípios tenham que necessariamente criar esses programas. O próprio Estado tem auxiliado nisso, mas tem muito pra avançar ainda. Os programas não são suficientes, a rede como eu disse, podemos dizer que quase temos uma rede informal, mas que ainda não funciona adequadamente. Agora sem dúvida tem avançado. O nosso desejo que avançasse mais rapidamente.” (Promotora)

Ela aponta assim como o Juiz nessa categoria, que apesar das melhorias, após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda há a necessidade da rede funcionar de forma mais integrada. Apesar dos avanços ainda falta estrutura para que as leis sejam implementadas. Sendo necessário também o incremento de políticas públicas para criação de programas de atendimento à família, pois sem esse trabalho a intervenção voltada para o adolescente infrator ou para a criança em situação de risco não tem eficácia. Os programas não são adequados, nem suficientes para os atendimentos das famílias em situação de vulnerabilidade.

“[...] O estatuto embora prevê todas várias medidas, a rede de atendimento, ela não funciona adequadamente. [...] Ainda está na falta de estrutura pra que o estatuto funcione, que as leis sejam implementadas como elas devem ser. [...] A rede ainda está longe de funcionar como deve, embora isso fique a cargo de cada município, mas o nosso município, por exemplo, tem avançado. Podemos falar que temos uma rede, ela não funciona ainda adequadamente como deve funcionar [...] melhorando esses programas de atendimento, trabalhando de fato a família também como é necessário, não só o adolescente envolvido no ato infracional ou a criança em situação de risco, mas também a sua família [...]. A deficiência me parece que está mais voltado pelo fato da família, onde ocorre aí a situação de vulnerabilidade não ser adequadamente atendida ainda. Então os programas ainda não são suficientes pra atender,

pra trabalhar essa família. [...] Um investimento maior na família. A efetivação de tudo isso passa e muito pelo Estado, na implementação de políticas públicas de atendimento, não só à família, mas de atendimento a criança e ao adolescente. O que poderia avançar ainda mais são as políticas públicas promovidas pelo Estado, pelos municípios.” (Promotora)

A melhoria em relação às políticas públicas de atendimento exclusivo à família, a criança e adolescente, passa pela existência de uma equipe técnica capacitada. A Promotora vê que quando o trabalho nos programas é realizado por técnicos, esses tem um melhor funcionamento.

“[...] Mas dá a impressão que eu estou falando que está sempre sendo atendido, que está ótimo, não é bem isso ainda, ainda falta. Seria necessário o aumento das políticas públicas voltadas pro atendimento da criança, do adolescente e das famílias. É o aumento de políticas públicas voltadas exclusivamente pra o atendimento da criança, do adolescente e da família. Claro que isso envolve depois todo um trabalho de técnicos também, que eu acho assim, fundamental. Nós percebemos que os programas vão melhores onde os trabalhos são realizados através de técnicos, inclusive da psicologia. Então a gente vê que funciona melhor onde se valoriza onde se tem o trabalho técnico então funciona melhor.” (Promotora)

Juiz e Promotora Pública concordam que seria ideal que uma equipe técnica fizesse parte dos Conselhos Tutelares para um melhor atendimento. Essa equipe poderia ser formada por psicólogos, e assistentes sociais, facilitando então o relacionamento com os conselheiros.

“[...] o ideal seria dotar os conselhos tutelares de profissionais técnicos também para auxiliar no trabalho, porque às vezes esse trabalho do conselheiro tutelar de atendimento precisaria um pouco mais de conhecimento até técnico. Diria até de profissionais da área de psicologia, da assistência social, isso poderia melhorar um pouco, esse entrosamento, contato com o conselho tutelar.” (Promotora)

Contar com a participação de técnicos nas equipes seria um avanço nos atendimentos às crianças e adolescentes. Esses podem trazer a possibilidade de instituir olhares múltiplos, as inúmeras situações encontradas, analisando cada caso de forma individualizada, e ao mesmo tempo contextualizada, integrando toda a rede de atendimento, sendo esse um dos papéis do psicólogo jurídico.

4.1.3 PSICÓLOGA

A psicóloga do SAI tem o Estatuto da Criança e do Adolescente como norteador de seu trabalho, porém acredita que o mesmo poderia ser utilizado de forma diferente. Ela sugere que a comunidade conheça o Estatuto e que a escola instituísse uma disciplina para esclarecê-lo. Aponta também que algumas mudanças seriam necessárias em relação a estrutura do Conselho Tutelar. A primeira seria em relação a seleção dos conselheiros, essa deveria ser feita por meio de concurso público ou eleição, porém, independente da forma utilizada na escolha, esses deveriam ser profissionais. O Juiz apresenta em fala anterior, concordando com a psicóloga, que os candidatos a conselheiros deveriam ser testados antes de ocupar o cargo. E a segunda mudança, vem de encontro com as idéias apresentadas pelo Juiz e pela Promotora, sendo essa, a necessidade de que os conselheiros tivessem uma melhor formação, podendo ser ela acadêmica para um melhor atendimento da população. Pois, atualmente a psicóloga tem feito trabalhos que seriam atribuições do Conselho, por falta de conhecimento dos conselheiros.

“[...] Nós seguimos o Estatuto. Ele é muito bom, mas mal interpretado pelas pessoas. Deveria ser mais trabalhado com a comunidade, com a escola, deveria ter uma ou uma disciplina ou alguém que fosse explicar o que é o Estatuto, como funciona, quais são os direitos e os deveres dos familiares, da sociedade, da criança, dos pais [...] seria interessante é a mudança no Estatuto, que é uma coisa que eu venho pensando há muito tempo, seria a estrutura do Conselho Tutelar. [...] poderia até ser eleição, ou um concurso público, com profissionais: assistente social, psicólogo, pedagogo, e um advogado, que aí a pessoa passaria por esse Conselho e seria assistido nas várias ramificações que poderiam estar melhor acolhendo a situação ou a denúncia [...] Porque da forma que ta, as pessoas não têm formação, não têm conhecimento de nada, então dificulta o nosso trabalho aqui no Fórum. Porque daí cai tudo aqui, a gente faz muita coisa que não seria parte do nosso setor, mas a gente tem feito porque o Conselho não funciona adequadamente.” (Psicóloga)

Em relação ao atendimento de saúde à criança, a profissional salienta que não há prioridade na intervenção, como promulgado no ECA. Ressalta que

a prioridade à criança e o adolescente não está sendo cumprida também em relação aos programas de atendimento municipais. A profissional encontra dificuldade no encaminhamento de crianças e adolescentes para projetos, pois eventualmente não existem vagas. A mesma situação ocorre em relação as creches. No âmbito municipal as crianças também não encontram opções de atividades culturais e de lazer.

“[...] Porque às vezes a gente precisa de uma consulta pediátrica, tem que chorar muito pra conseguir a consulta. Tipo assim: é uma emergência, a criança tá lá, é uma emergência, uma cirurgia, por exemplo, tem que esperar meses pra ser atendido. E no Estatuto diz o que? Que a criança tem que ser atendida, a prioridade é a criança, a consulta tem que ser imediata, não ocorre isso. Na saúde a criança não tem prioridade. [...] Projetos, programas, também a gente tem dificuldade de fazer os encaminhamentos, porque às vezes não tem vaga, e a prioridade não é a criança e o adolescente? Não tem. Creche também às vezes não tem prioridade. Então, acho que lazer, cultura, a criança fica sem, porque às vezes o município não oferece, na nossa realidade aqui, do município de M., no Paraná.” (Psicóloga)

Em relação a essa lacuna de serviços encontrada no município, Castro e Abramovay (2002) confirmam por meio de pesquisa em âmbito nacional, a falta de espaços de lazer e cultura para os jovens, principalmente os que se encontram situação de pobreza.

A psicóloga coloca o desrespeito a prioridade da criança nos atendimentos, que foi promulgado após a criação da Doutrina da Proteção Integral, que representou um avanço em termos da proteção aos direitos fundamentais. Porém como vimos ainda há muito por se fazer para que esse avanço legal se concretize na prática.

4.1.4 DIRETORA ESCOLAR

A diretora escolar aponta que na relação com o Poder Judiciário e com a representante da Promotoria Pública algumas questões precisam ser melhoradas, como o apoio no encaminhamento para tratamento de adolescentes dependentes químicos. Pois, a escola não consegue lidar com os

alunos que são usuários de entorpecentes, principalmente quando estão sob o efeito da droga. Esses alunos costumam se comportar com agressividade, prepotência, e agredem e ameaçam os professores. Ela ressalta que a falta de encaminhamento da justiça para tratamento de dependência química acontece em função da falta de vagas e do valor necessário para custeá-lo.

“[...] porque quando são colocados aqui dentro, o pessoal entrega de presente pra nós e depois que estão aqui, são esquecidos. Então a gente precisaria de um apoio da promotoria, um acompanhamento, porque a escola sozinha não consegue. [...]. Outra, se é dependente químico ele precisa de tratamento, e nós não temos condições de manter uma criança, por exemplo, drogada dentro de uma sala junto com outros alunos. São agressivos, são prepotentes mesmo, briga com as professoras e agride até a gente, ameaça. Então a gente gostaria muito que o Poder Judiciário olhasse um pouquinho mais. Nós temos alunos que desde o começo do ano era pra ser encaminhado pra algum lugar, pra um tratamento [...] e a gente ficou sabendo que o aluno já estava de mala pronta, queria ir se tratar daí ninguém levou porque disse que não tinha vaga, e está pra rua se perdendo. Esse aí acho que a gente já perdeu ele pras drogas, não tem mais jeito. [...] A justiça não consegue porque dia que as casas de recuperação são muito caras, não sei mais o quê, emperra, emperra essa molecada está pra rua.” (Diretora escolar)

Em relação as solicitações de encaminhamento, a diretora escolar enviou um ofício ao judiciário pedindo o encaminhamento de um adolescente para tratamento, pois frequentava a escola sob o efeito de entorpecentes. Então, foi conseguido um lugar para encaminhá-lo, a genitora estava satisfeita, já que temia que acontecesse algo com o filho. Porém, o adolescente não foi encaminhado e continua na rua. O irmão do adolescente foi “salvo” [sic] pela diretora, atualmente não faz uso de entorpecentes, está trabalhando e estudando, pois tem apresenta vontade de mudar. Ela lamenta pelo adolescente não ter sido encaminhado para o tratamento, e sente pena da mãe do jovem que permanece em casa com medo.

“[...] É o caso do F. M. É um caso muito grave aqui da escola que eu achei que ele seria encaminhado, a gente mandou um ofício pedindo encaminhamento porque ele chegava todo dia drogado, ele era impossível na sala de aula. Aí tinham conseguido um lugar pra levar ele pra internar. A mãe estava muito contente [...] ‘meu filho vai, graças à Deus, a gente vai conseguir salvar ele, eu to com medo que aconteça alguma coisa na rua’. [...] não levaram nada, ele está pra rua. O irmão dele, o F., nós conseguimos emprego pra ele num

supermercado, ele parou com as drogas, ele está trabalhando, nós praticamente salvamos ele. Ele já passou pra série seguinte, ele vai em frente porque ele tem vontade. Todo dia chega na escola, às vezes cansado porque o mercado também não é fácil [...]. Mas aí a gente já 'vamos F. coragem, vamos entrando, lava esse rosto você está com sono e vamos'; dá um lanche pra ele porque às vezes ele vem do mercado direto. E esse a gente conseguiu ainda, mas o outro eu tenho muita pena. E da mãe, tenho mais pena da mãe que ficava em casa com medo."
(Diretora escolar)

A diretora apresenta uma percepção de que alguns adolescentes foram salvos por ela, e outros não, lamentando-se por aqueles que não conseguiram êxito. Essa postura, denota que ela desempenha um importante papel na vida de seus alunos, e ao mesmo tempo, ressalta a importância do cuidado com os adolescentes.

Muitas vezes nos deparamos com situações paralisantes de sofrimento, em decorrência de falta de recursos materiais e emocionais, e de sentimentos de impotência e impossibilidade vivenciados por todos integrantes do sistema de atendimento. As famílias que buscam resolver seus conflitos por meio da rede de atendimento provocam muitas vezes esses sentimentos e reações em seus atendentes. Nesse sentido, a responsabilidade relacional deve ser colocada em cada um desses relacionamentos propiciando a emergência de soluções co-construídas entre atendentes e atendidos.

A diretora se sente impotente para contribuir na resolução da problemática que envolve a dependência química dos alunos. Frequentemente vê os adolescentes fazendo o uso do crack, sem saber que atitude tomar. Em conversas com outras escolas, garante que existem as mesmas preocupações. Enfatiza que a mudança de escola não resolve o problema da dependência química, o adolescente deve passar por um tratamento e retornar para a instituição de origem, pois se comportará da mesma maneira em todos os locais para qual for transferido. O adolescente do caso acima citado, gostaria de ter passado por tratamento, inclusive tendo preparado sua própria mala. Além da questão do vício, o mesmo foi abusado sexualmente. Atualmente a mãe do adolescente pensa que a melhor coisa para o filho seria se alguém o matasse. A diretora reivindica diante de casos como esses, que a justiça se posicione e tome providências, dando efetividade aos artigos promulgados pelo ECA.

“[...] Agora, o F. está lá no condomínio novo [...] que às vezes eu passo com o meu marido [...] ‘Fogareirinho’, o crack deles, e eu vendo aquilo lá e eu não posso fazer nada. Eu não posso, vou fazer o que? Eu já encaminhei um quando eu cheguei aqui [...] Eu me sinto de mãos atadas. E se conversasse com outras escolas, iam falar a mesma coisa. [...] o F. não está dando certo aqui, manda pro P., manda pra não sei aonde, não é o caso de fazer isso. Ele passa por um tratamento e volta pro seu colégio de origem, é aqui, já está pronto pra gente receber ele. [...] como não tem o atendimento médico pra ele, ele vai passar de escola em escola e não vai dar certo, ele vai fazer a mesma coisa em todos os lugares [...]. E ele queria ir, sabe, ele queria ir, ele mesmo fez a mala dele. ‘Eu preciso professora, de socorro’, ele falou pra mim ‘eu vou voltar mudado’. Ele foi até abusado sexualmente. Ele é gêmeos com o F. [...]. E a mãe deles, que judiação! Agora ela pensa que seria melhor que alguém fizesse alguma coisa com ele, matasse ele. Ela fala isso pra nós, porque não tem jeito não. Já pensou uma mãe pedir a morte pra um filho? Porque ninguém fez nada por eles, nem a lei. E cadê o ECA? É nesse ponto que eu bato.” (Diretora escolar)

Em relação a efetividade do ECA, apontada pela diretora escolar, Mello (1999) aponta que apesar do avanço da legislação ainda existe uma grande distância entre o que a lei dispõe e a realidade onde o dispõe. Apesar desse abismo, apresentado pela autora e pela participante da pesquisa, é preciso saudar o Estatuto, com suas concepções abrangentes.

Em se tratando do que considera ideal no trabalho com essa população, a diretora escolar argumenta que deveria haver maior integração da escola com o Sistema Judiciário na resolução da problemática enfrentada.

“[...] Eu acho que escola, promotoria, juizado, tem que se abraçar, senão não adianta. Deu um problema aqui, vamos juntos tentar resolver. É trazer família, se é dependente, vamos fazer de tudo pra essa criança ser encaminhada gente, é um ser humano.” (Diretora escolar)

Nesse sentido, a prática dos diálogos gerativos de Schnitmann (2006) seria uma forma de promover uma conversação entre sistema escolar e judiciário. A criação dialógica é percebida como uma construção gradual no tempo de algo novo mediante o diálogo reflexivo e a aprendizagem conversacional em grupos humanos, como escola, Poder Judiciário e toda a rede de atendimento.

Essa perspectiva teórica enriquece nosso entendimento em relação ao fenômeno estudado e nos coloca diante de uma possibilidade de reconstruir as práticas de conversação com a rede garantidora dos direitos às crianças, adolescentes e suas famílias. A idéia de utilizar os sistemas gerativos mediadores nos contexto jurídico, de assistência social, e educacional nos aproxima de uma prática que possibilita a criação de espaços de intercâmbios edificadores de possibilidades de solução para os conflitos.

4.1.5 ASSISTENTE SOCIAL

A assistente social sugere que haja um atendimento psicológico individual aos adolescentes, porém a demanda é grande impossibilitando o atendimento. Para tal, seria necessário um profissional diariamente e ainda não seria suficiente. Aponta que a problemática enfrentada pelos adolescentes não é a falta de recursos materiais, como roupas e alimento, mas sim a situação familiar que encontram em casa. Esses necessitam de um apoio para saber lidar com a carência de afeto. Outra necessidade, é a capacitação e o treinamento para que eles sejam independentes da assistência social, pois os adolescentes permanecem nos programas até os dezoito anos sem ter buscado algo para sua vida.

“[...] Eu acredito que o que a gente tem pra melhorar é a parte de atendimento pessoal, psicológico, individual deles. O número é muito grande, nós não conseguimos suprir. Nós precisaríamos de um profissional todos os dias aqui e ainda não ia ser suficiente. Porque o problema maior deles não é o alimento, porque alimento eles tem aqui, não é roupa, porque vestimenta eles tem. É atenção, os problemas que eles trazem de casa que eles não conseguem resolver, eles voltam pra casa o problema está lá. [...] Então esse problema que a gente percebe, que eles sentem muito essa parte, a parte afetiva mas não é com a gente, é com a família. [...] o que a gente também precisa é a parte de capacitação deles, de treinamento, de preparar eles pra sair, porque tem gente que fica com a gente até os dezoito, eles não vão em busca de chegar aos dezesseis e procurar alguma coisa, não, eles vão ficando porque aqui eles tem aquilo que eles não tem em casa, então, enquanto eles puderem ficar aqui debaixo das nossas asas eles vão ficando.[...]” (Assistente Social)

Diante dos relatos dos participantes podemos confirmar que após dezoito anos de implantação do ECA, o Sistema de Garantia ainda não se encontra totalmente institucionalizado, funcionando de forma desarticulada, com inúmeras inadequações em seu funcionamento, e apresentando problemas na qualificação de seus operadores, promovendo prejuízo na implementação de políticas públicas que garantam os direitos assegurados pela legislação brasileira. Entretanto, observamos também excelentes idéias de melhorias. A maioria dos participantes apontam a importância da integração da rede e da criação de espaços de atendimento a família. Podemos dizer que a rede quer se encontrar, porém ainda não encontrou os meios para promover tal encontro.

4.2 COMO OS SERVIÇOS SE RELACIONAM

4.2.1 JUIZ

O Juiz aponta que sua relação com a representante do Ministério Público, se dá por meio de uma parceria entre ambos. Ele apresenta que na questão da renovação do contrato das técnicas do SAI, ambos buscam resolver a situação da recontratação com o gestor municipal, esse por sua vez demonstra boa vontade na resolução da questão.

“Aqui em M., por sorte, a promotora que atua na infância, ela é muito atuante nessa área, ela exerce esse papel que também é do Ministério Público, não é só do Juiz, é do Ministério Público também, e pelo que eu vejo ela sempre procura tomar essas ações pra resolver isso, aqui geralmente ela consegue resolver, mas às vezes nós resolvemos em conjunto. Por exemplo, as técnicas do SAI, de renovar final de ano, vai ter que exonerar, a gente ia lá conversar com eles. Ela sempre acompanhava mais de perto isso, comentávamos com ela e ela falava, nós íamos lá conversávamos com ele [...]. Ele pelo menos aqui, sempre procurou, sempre demonstrou boa vontade em atender.” (Juiz)

Ele argumenta que a construção de uma relação com os órgãos públicos e comunidade, dependerá do perfil do Juiz. Sendo que esse perfil pode ser de maior ou menor envolvimento com os órgãos públicos.

“O Juiz da infância tem uma conotação social muito grande porque a Vara da Infância tem essa conotação, varia muito de juiz, tem Juiz que tem um perfil que atende essa demanda da Vara da Infância, é claro que precisaria se envolver com os órgãos públicos que existem, ver o quê que existe na comunidade e procurar.” (Juiz)

Em narrativas anteriores, o Juiz afirma que deve eleger prioridades no desenvolvimento de sua função, e enfatiza que deve tomar alguns cuidados para preservar sua imagem perante a comunidade local. Diante disso, ele elege priorizar os processos para que as sentenças sejam dadas o mais rapidamente possível. E ainda escolhe se manter distante da população em geral. Esses aspectos são motivos apresentados pelo participante por não manter um contato constante com os órgãos públicos e comunidade, além da questão do perfil do Juiz.

O Juiz esclarece que quando constada uma situação de lesão aos direitos do menor, o Conselho Tutelar e os demais órgãos buscam resolver a questão dentro de suas atribuições e competências. Se essas instâncias não conseguem dar efetividade aos direitos o Ministério Público, ou o agente judiciário é comunicado para que o processo seja instaurado. O processo judicial é um instrumento usado pelos juízes para resolver uma situação em diferentes áreas. Segundo ele, o processo acaba sendo um fim em si mesmo, não garantindo uma solução a situação apresentada. Esse fato se deve a falta de integração dos órgãos públicos que não cumprem as medidas impostas pelo magistrado, concordando com a representante do Ministério Público (categoria 4.1).

“[...] Constatada uma situação de lesão, direito na questão de menores, crianças, conselho tutelar, demais formas que atuam nessa matéria procuram resolver dentro das atribuições deles aplicando aplicativos que são da competência deles e não conseguindo resolver isso e vendo que não conseguem garantir a efetividade dos direitos aí comunicam o Ministério Público, agente judiciário para que instaurem um procedimento e através do procedimento resolver essa situação. Porque o que é o processo? O processo não é um fim em si mesmo ele

[...] é só um instrumento. Um instrumento pra gente poder resolver uma situação. E é um instrumento que o Poder Judiciário usa. O processo judicial é uma forma de tentar resolver essas situações em suas respectivas áreas.[...] acaba virando regra, é que o processo acaba virando um fim em si mesmo e não tem uma efetividade de se garantir a solução daquela situação. [...] às vezes essa desconexão dos órgãos públicos que existem [...] as decisões que eu tomo aqui é muitas aplicada uma medida.” (Juiz)

4.2.2 PROMOTORA

Assim como o Juiz, a representante do Ministério Público esclarece que também tem uma relação de parceria com o mesmo. Essa relação é produtiva, pois ambos tem os mesmos interesses e objetivos.

“O contato com o Poder Judiciário em regra é bom, é assim, uma parceria no trabalho, isso é sempre muito produtivo quando as pessoas trabalham em torno do mesmo objetivo, que tem os mesmo interesses. Em regra é assim muito bom o contato, o relacionamento.[...]” (Promotora)

O relacionamento com o Conselho Tutelar é visto por ela como satisfatório, porém aponta algumas limitações em relação à falta de capacitação dos conselheiros, por sua vez essa lacuna na formação prejudica o trabalho em equipe. Além disso, após os três anos de mandato dos conselheiros, esses são substituídos por novos que devem realizar todo o aprendizado que os anteriores desenvolveram.

“[...] Agora em relação ao conselho tutelar, embora há um contato até bom no sentido de eles pedirem orientações, informações mas, há uma dificuldade em relação a falta de, não diria de capacidade, mas de capacitação dos conselheiros tutelares. [...] o conselheiro geralmente é eleito em um mandato de três anos podendo ser reeleito, mas quando eles estão assim, melhorando ali um pouco essa troca, aí entra conselheiros novos e as vezes sem o conhecimento necessário. Claro que eles vão se capacitando mas, há uma dificuldade nessa capacitação, o que torna um pouco mais difícil esse trabalho em conjunto. [...] onde eu tenho trabalhado as dificuldades com o conselho tutelar geralmente ficam mesmo por falta da capacitação deles. No mais o contato é bom, eles atendem, vão atrás dos das situações de riscos [...]” (Promotora)

Ela se relaciona de duas maneiras com a rede de atendimento, por meio de ofício e de contato direto. A característica do município permite que a participante mantenha contato telefônico, e freqüente reuniões, facilitando a formação da rede. Geralmente não encontra dificuldades em ser atendida em suas solicitações.

“De duas formas, ofício e de contato direto mesmo. Conhecendo, numa cidade como esta, geralmente nós conhecemos as pessoas, isso possibilita um contato direto até por telefone, um contato por participar de reuniões, então há um contato bom. [...] como tem avançado as políticas públicas do município, isso faz com que a rede quase comece a formar uma rede, então o contato é geralmente é visual, por telefone, por ofício. E a receptividade geralmente é boa, poucas vezes encontramos assim, alguma dificuldade de ser atendido [...] mas claro que às vezes ocorre. Na maioria das vezes as solicitações são atendidas [...]” (Promotora)

A promotora encontra alguns entraves na relação com a rede de ensino. As escolas não tem feito um trabalho voltado ao combate da evasão escolar. Ao receber as crianças e adolescentes faltosos, já dizem que esses estão reprovados, como se não quisessem mais que eles comparecessem a escola. Outro aspecto é a escola que não quer receber os alunos que se comportam com rebeldia. Se há a rejeição dos adolescentes pela escola, essa deve ser justificada, caso contrário, é feito um pedido de matrícula por meio judicial.

“[...] em relação a escola, é um lugar onde a gente tem encontrado um pouco mais de dificuldade. Por exemplo, há um combate a evasão escolar, nós fazemos um trabalho de retorno da criança e do adolescente a escola e se essa criança, esse adolescente já tem muitas faltas, muitas escolas não têm feito um trabalho de recebimento quando dessa criança, desse adolescente. Costuma dizer ‘eles estão reprovados’ então é como se dissesse ‘não precisa mais mesmo’. Em relação também ao adolescente, a criança mais rebelde, a escola tem uma certa rejeição em aceitar e por isso às vezes eles, nesses casos, acabam não querendo atender as nossas solicitações. Mas evidentemente que aí, tendo uma rejeição, uma recusa injustificada, o que geralmente é injustificada, às vezes acabamos até a fazer um pedido na via judicial pra que a escola aceite [...]” (Promotora)

No que se refere ao atendimento à saúde, ela coloca que na maioria das vezes suas solicitações são atendidas, porém em algumas vezes a

necessidade de se aplicar medidas judiciais para que os atendimentos ocorram. Nesse ponto, a narrativa da promotora se assemelha a da psicóloga citada anteriormente (categoria 4.1), quando enfatiza a problemática que envolve o atendimento à criança e ao adolescente na área da saúde.

“[...] Em relação à saúde, o município como tem uma obrigação na maioria das vezes as solicitações que são feitas por nós, geralmente são atendidas. Claro que ocorre algum caso ou outro de resistência, mas nessa resistência também sendo infundada, injustificada, nós também temos adotado medidas judiciais pra que esse direito que está sendo violado e não está sendo garantido, pra que possa receber o devido atendimento.” (Promotora)

Em relação aos programas sociais que assistem as crianças e adolescentes a promotora argumenta que de maneira geral suas solicitações são atendidas, mas o número de vagas deve ser maior. Ela sugere que os municípios pensem em oferecer escola em período integral ou o contra-turno escolar. Há um tempo atrás, não existiam políticas públicas, com o tempo voltaram-se para criança e adolescente, atualmente estão voltadas para a família. As famílias em situação de risco e vulnerabilidade precisam receber um melhor atendimento, para que assim recursivamente as crianças e adolescentes sejam ajudados.

“[...] há algum tempo as solicitações são mais atendidas do que não atendidas. São encaminhamento pra programas de atendimento de criança e adolescente que o encaminhamento é feito por nós. Atualmente o município vem atendendo [...] precisa avançar um pouco mais que é no aumento desses programas. [...] eu acho assim, muito interessante, que os municípios deveriam pensar é no período integral de escola ou contra-turno escolar. Porque por mais que tenham programas, nem todos ali estão sendo assistidos. [...] quando começou estava muito voltado pra criança e pro adolescente, antes não existia política nenhuma, depois ficou entre a criança e o adolescente, e hoje está se voltando um pouco mais pra família. [...] porque não adianta melhorar a criança e o adolescente, você sabe disso tanto quanto eu ou até mais, que se você não trabalhar essas famílias onde estão em situação de vulnerabilidade, de risco, não se caminha muito.” (Promotora)

4.2.3 CONSELHEIRA TUTELAR

A relação da conselheira tutelar com os representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário é considerada como sendo satisfatória. Nos momentos em que precisa de orientações em relação aos atendimentos, como em casos de violência física e sexual, e abandono, o Juiz e a Promotora auxiliam-na.

“Muito boa. Nós temos acesso, tudo que precisar, eles estão sempre nos orientando, nos ajudando da melhor maneira possível. Eu não tenho do que reclamar. A gente tem muito acesso a eles, eles estão sempre nos orientando. [...] Nos casos mesmo de um estupro [...] de espancamento, são “n” casos assim, né, que a gente tá sempre passando, em casos de abandono.” (Conselheira tutelar)

A conselheira destaca a boa relação que mantém com a rede de atendimento, principalmente com a área da saúde, da educação e com os psicólogos. Essa relação se dá por meio de orientações e encaminhamentos aos serviços. A demanda do Conselho Tutelar é considerada grande, sendo ela totalmente atendida.

“Olha, com a saúde temos contato assim, temos um amparo bom, eles estão sempre nos orientando e nos ajudando, na área da educação também, eles estão sempre prontos também a ajudar as necessidades do Conselho Tutelar, e os outros órgãos também, o grupo de terapia, sempre também com psicólogos, sempre também super carregados, mas sempre dá um jeitinho de encaixar o caso do Conselho Tutelar. A gente não vê assim muita dificuldade não. Nós temos uma grande demanda, mas a gente tem atendido a todas.” (Conselheira tutelar)

4.2.4 PSICÓLOGA

A psicóloga destaca que tem um bom relacionamento com o Ministério Público, sendo que existe o hábito de discutirem os casos e as situações apresentadas, antes de definir as decisões processuais.

“Temos uma boa relação. A gente costuma trocar bastante informação antes de fechar o processo. [...] discute algumas situações que poderiam estar, ‘olha, se a gente conduzir dessa

forma, talvez vai ser melhor', então a gente troca muitas idéias antes da gente fechar o processo." (Psicóloga)

Atualmente ela não tem um contato estreito com o Poder Judiciário, a comunicação se dá apenas por meio das solicitações contidas nos processos judiciais.

"Atualmente, a gente não tem um contato efetivo. Realmente é só o que os processos encaminham: o estudo social, a avaliação psicológica [...]" (Psicóloga)

Essa narrativa vem de encontro as idéias de França (2004), ressaltando que a relação do psicólogo com o Juiz se dá de duas formas: por subordinação e complementaridade ao mesmo tempo. A subordinação ocorre no sentido que o profissional atende a demanda jurídica contribuindo para um melhor exercício do Direito, situação exemplificada quando a psicóloga relata fornecer estudos e avaliações ao Juiz. A relação de complementaridade se dá no momento em que a psicologia jurídica produz conhecimento que se relaciona com o conhecimento produzido pelo Direito que auxiliam na formulação das decisões do magistrado.

Em outros momentos, existiram outros juízes responsáveis pela Vara da Infância e Juventude, quando o relacionamento era mais próximo, o que facilitava a discussão e os encaminhamentos dos casos envolvendo adolescentes infratores e o uso de entorpecentes, promovendo melhores resultados em função da agilidade na tomada de decisões.

"Nós já tivemos outros, há um tempo atrás, tivemos essa oportunidade de também trocar idéias com o Poder Judiciário antes do fechamento do processo [...] em questão de sentença [...] às vezes a gente também discutia: 'hoje um adolescente foi por preso por, às vezes, tráfico ou roubo em virtude da própria dependência', então, às vezes, a gente sugeria discutir com o Juiz antes, 'olha, no caso ele não precisa ficar preso, seria interessante se ele passasse por uma comunidade terapêutica, recebesse um acompanhamento diferenciado [...]' Porque daí a família ia pra uma terapia, pra um grupo de apoio, tinha melhor resultado, hoje a coisa demora pra fluir [...]" (Psicóloga)

A proximidade na relação com os juízes anteriores facilitava a resolução das situações conflituosas apresentadas nos processos judiciais. A distância

presente na relação atual provoca demora nos encaminhamentos. Essa lentidão no andamento dos processos foi justificada anteriormente pelo Juiz, pela falta de estrutura do judiciário, na segunda categoria de análise. Esse dado aponta para a necessidade de um diálogo constante entre as equipes que lidam com a problemática que envolve a criança, o adolescente e as famílias, promovendo rapidez no auxílio aos casos.

A psicóloga descreve como se dá sua relação com o Conselho Tutelar, enfatizando as trocas que são feitas entre os dois serviços. Ela é solicitada quando os conselheiros necessitam de um conhecimento técnico. A busca de auxílio do Conselho Tutelar se dá quando há a necessidade da realização de alguma visita domiciliar.

“É boa também. De vez em quando a gente se troca alguns elogios, não tem acontecido muito isso, mas eles sempre procuram o nosso setor, por falta talvez de conhecimento técnico, mas sempre por qualquer dúvida, qualquer coisa, eles procuram o nosso setor. [...] A gente solicita no sentido de fazer visitas, algum acompanhamento que o Juiz manda no processo, e solicita lá o acompanhamento do setor técnico e do Conselho Tutelar [...]” (Psicóloga)

Com a rede de atendimento, a psicóloga do SAI conversa formal (ofício) e informalmente quando necessita de algum auxílio. Ela destaca o eficiente atendimento às vítimas de violência na área da saúde. Essa narrativa mostra um diferente ponto de vista da profissional, em relação aos seus dizeres anteriores, na categoria 4.1, quando argumentou que na área da saúde não havia atendimento prioritário às crianças.

“É boa, a gente tem tentado com conversa, informalmente, e se, às vezes, necessário, a gente tem que encaminhar ofício pra ser atendido, mas a gente tem feito um trabalho...a saúde tem nos dado um respaldo muito bom, quando a gente precisa de consulta, tanto pra adolescente menina, pras meninas que são vítimas de abuso, a gente tem uma pessoa que tem dado bastante atenção pra situação.” (Psicóloga)

A psicóloga tem auxiliado a escola, promovendo acompanhamento dos alunos no setor de atendimento (SAI). A relação entre o SAI e a escola tem sido uma via de mão dupla, ambas colaboram uma com a outra.

“A educação é o que às vezes a gente tem contato direto com a escola, também tendo um bom respaldo deles, o que eles precisam a gente também colabora com eles, o que eles precisam da gente, a gente também tem ajudado, nessa questão da ficha do “FICA” nós também tivemos alguns casos esse ano que o nosso acompanhamento foi assim essencial, que ajudou os alunos a passarem aquele momento, voltaram pra escola, passaram de ano, tendo o atendimento aqui pelo setor mais o acompanhamento da família.” (Psicóloga)

4.2.5 DIRETORA ESCOLAR

A diretora da escola define que é bem atendida pelo Conselho Tutelar, pela Promotoria e pela área da saúde, destacando que tem prioridade nos atendimentos no Pronto Socorro.

“[...] nós somos bem atendidos por quê? Porque quando acontece qualquer coisa aqui na escola, vamos supor que [...] um aluno que tem um problema aqui vou procurar o conselho tutelar; tem algum problema eu vou procurar a promotora; se tem um problema de saúde, o pronto socorro [...] Então se tem algum problema lá com posto de saúde com alguma criança que se machucou, eu vou na frente. Sem dez pra atender eu sou atendida primeiro, porque eu chego lá e vou entrando, eu falo não, não, está passando mal, tem que ser atendido. Claro que eu não quero barrar ninguém e deixar os outros pra trás, mas eu acho assim, é bem atendido.” (Diretora escolar)

Em se tratando do relacionamento com a promotora, existe uma exigência feita à escola, por meio de ofícios meio agressivos, para que ela matricule os alunos e preencha a ficha do “FICA” que esclarece a situação do aluno que falta às aulas em excesso ou que apresenta algum problema. Esse procedimento é feito após várias tentativas de contato com a família sem sucesso. Então, a ficha é preenchida e o Conselho Tutelar é acionado. A narrativa abaixo esclarece esse processo:

“[...] Quanto a nossa promotora Dra. M. é uma pessoa que Nossa Senhora, respeito muito ela. De vez em quando eu recebo uns ofícios, uns ficam assim no meio da orelha, mas daí eu dou meus pulos também, já mando a resposta pra ela. [...] Meio agressivos. [...] Pede pra gente, porque é que não matriculou? Onde está a ficha do FICA? [...] A ficha do FICA é quando o aluno falta, porque está dando trabalho e tal, não está vindo. O FICA é uma ficha pra que a

gente passe toda a vida do aluno, o histórico, ele não está vindo por que, o que você já fez pra trazer ele de volta. [...] Tem que preencher, mandar através do conselho tutelar e do conselho vai pra cima. Se a gente não resolver aqui, por muitas vezes a gente tem que resolver aqui, eu só mando em último caso. Mando quando nós já ligamos e não encontramos ou o telefone não atende mais. Quando a gente esgota todos os recursos é que a gente manda a ficha, só que tem que acudir logo, porque se passar muito tempo quando voltam já reprovaram por falta, por notas, por tudo. Então essa ficha é cuidadosamente preenchida.” (Diretora escolar)

Quando o Conselho Tutelar é comunicado, são tomadas algumas providências, como encontrar e intimar a família a comparecer a escola. Alguns familiares comparecem a escola e outros não. Se não há um retorno os motivos devem ser comunicados por meio da ficha novamente.

“Aí o Conselho Tutelar vai lá, intima a família a comparecer [...] tem que procurar onde está esta família. Muitas vezes eles já mudaram, eles mudam muito porque trabalham no sítio então eles vão mudando, muda telefone, muda de endereço, muda tudo. Aí eles muitas vezes retornam, outros não retornam, aí tem que mandar a ficha de novo e a gente tem que falar que não voltou por que, vocês não foram atrás? Por que a escola ainda não trouxe de volta?” (Diretora escolar)

A diretora volta a tecer comentários a respeito do caso anteriormente citado. A mesma foi solicitada por meio de uma intimação a prestar informações sobre o jovem, e demonstra insatisfação ao receber essa exigência da promotoria. Ela solicitou que o caso fosse encaminhado para tratamento, como havia sido combinado, porém o adolescente não foi. O jovem retornaria a escola após o tratamento, porém sem essa intervenção e no final do ano, não seria interessante que o mesmo voltasse, pois seria um modelo ruim para os outros alunos. A diretora afirma que enviará um ofício à promotora questionando o motivo pela falta de encaminhamento ao tratamento do jovem. A escola cumpriu sua responsabilidade no caso, fez um relatório apresentando a problemática que envolve a relação com o adolescente. E ainda argumenta que existem outros na mesma situação.

“[...] o F. recebi agora uma intimação da Dra. M. está perguntando. O que aconteceu com o F.? Agora vou perguntar pra ela, e por que o F. não foi internado? E não foi no tratamento. Eu quero saber por que ele não foi no tratamento. Porque a gente tinha combinado que ele iria pro tratamento e depois ele retornaria pra escola, ele fez até as malas, por que não foi? Agora adianta esse menino voltar, numa época dessa pra escola? Nós hoje estamos no dia vinte e

seis de novembro, o que ele vai vir fazer na escola? Que exemplo ele vai dar pros outros? Então estou mandando um ofício pra ela perguntando. Porque a gente fez a nossa parte, e eles? Assim como tem outros que sumiram. A gente não sabe onde está. Mandou a ficha, fez todo o relatório, que nem do F. foi feito relatório que ele tem problema, ele é usuário de droga, que ele não pára na sala de aula, ele agride os professores, agride os alunos. Ele quando chega na segunda aula, ele não quer mais ficar na escola e ninguém segura. Aí vai pra rua. Na rua os outros alunos o encontram e vêem o mau exemplo, é tudo isso aí que acontece. Então vamos ver o que ela vai responder pra nós.” (Diretora escolar)

Percebemos que a relação da diretora com a promotora é um pouco conturbada. A profissional da área da educação sente que realizou seu trabalho da maneira adequada, e a promotora não tem a mesma percepção. Em narrativa anterior, nessa mesma categoria, a promotora afirma que algumas vezes, tem que solicitar que medidas judiciais sejam tomadas para que a escola cumpra seus deveres. Ao mesmo tempo, que a diretora cobra atitudes da promotora em relação aos encaminhamentos aos adolescentes.

Em relação à garantia do direito à um atendimento na área da saúde do adolescente, Gonçalves e Garcia (2007) enfatizam que ainda existe o problema das drogas e da dependência química. Por meio da nossa experiência profissional, percebemos que a rede municipal não oferece tratamento para dependentes químicos. Os tratamentos acontecem por meio de encaminhamentos para municípios maiores. Esses geralmente são fornecidos por hospitais que oferecem tratamento de por um curto período, com a intenção de desintoxicar o paciente por meio de medicamentos. Nesses casos, os jovens são encaminhados pela rede municipal de saúde, porém as vagas são escassas, por conta do número reduzido de leitos nos hospitais que atendem vários municípios. Outra alternativa são as Casas de Recuperação, onde os jovens permanecem nove meses desenvolvendo atividades laborais, desenvolvendo a espiritualidade por meio de orações. Essa forma de intervenção é custeada normalmente pelas famílias, que encontram dificuldades em manter o pagamento e também por doações da comunidade.

A situação da drogadição dos jovens no Brasil é uma questão que precisa ser revista por meio de políticas públicas de atendimento à toda a população, independente da classe social a que pertencem. São necessárias ações preventivas em todos os âmbitos da sociedade. Além de ações da saúde

são relevantes intervenções na área da segurança pública, que tem falhado muito nos últimos anos em relação a ação da rede de tráfico de entorpecentes presentes em todas as regiões do país.

A representante do sistema escolar afirma que mantém contatos mais frequentes com os conselheiros tutelares, que a atendem quando é possível. Se houver necessidade são encaminhados ofícios ao Fórum por meio do Conselho Tutelar.

“[...] Mais com o conselho tutelar. [...] Na medida do possível eles vêm. O conselho vem. Agora lá em cima é o conselho que encaminha. [...] Mais é ofício.” (Diretora escolar)

Diante desse contato feito por ofício ela apresenta o exemplo de um caso em que participou de uma audiência com o Juiz em função de um boletim de ocorrência que registrou contra um aluno. A diretora ficou decepcionada e frustrada com a atitude do Juiz em não tomar nenhuma providência em relação ao caso, alegando que esse deveria ser resolvido na delegacia. A profissional, como educadora, gostaria que o magistrado aconselhasse o jovem, e o orientasse, como tentam fazer na escola. A mesma demonstra por meio de sua narrativa ter o desejo de ter um contato mais próximo do Poder Judiciário.

“[...] quando eu encaminhei esse rapazinho que eu fiz o B.O. e fui chamada lá e era um maior. Aí fomos direto com o Juiz. Eu fiquei muito decepcionada, porque eu saí daquela sala assim, sabe, ele olhou bem. Assinou o papel e falou: ‘esse caso, professora V., esse caso não é pra nós, nós estamos devolvendo pra delegacia porque isso é com eles lá.’ Ele já é maior, ele pode ser encaminhado, falou que ele poderia ser preso. Daí eu olhei bem e falei: ‘Dr. M. o Sr. não vai dar nenhum conselho pra ele? Sr. podia ir só falando alguma coisa pro A. quem sabe ele ouviria o Sr.’ Ele falou, nem falava com o menino, o menino respondeu pra ele do mesmo jeito que fazia aqui comigo. [...] terminou de falar com o menino e o menino saiu, bateu a porta e foi embora. Então achei assim uma coisa fria, fria. Não era de ele ter pego e falado assim, bom nem sei porque talvez não, inclusive eu falei pra ele: ‘olha Dr. M. eu como educadora, eu me sinto meio assim, meio...’ hoje eu estou triste, porque eu imaginei que o Sr. iria falar alguma coisa com ele, iria aconselhar ele. E a gente lá na escola, e fui falando pra ele, a gente faz cada coisa lá, que até Deus dúvida, pra tentar salvar essas criaturas’. [...] Foi o contato que eu tive com esse Juiz [...] Eu voltei super desapontada pra escola. [...]” (Diretora escolar)

O sentimento de descaso e abandono da diretora, por parte das autoridades (Juiz e Promotora) é compartilhado entre os professores. A escola tem que dar conta dos casos que encontram dificuldades e não recebem o apoio necessário dessas instâncias.

“Eu sinto muito descaso, abandono mesmo. Acho que nós todos aqui da escola, a voz seria a mesma dos professores. Um descaso muito grande por parte das autoridades competentes que seria Juiz, promotor... é só assim sabe, digo assim, manda lá pra ela, ela vai cuidar. Chegou aqui, se deu trabalho ou se não deu, a gente é que vai se virar. Tem cada relatório de chorar ali que a gente fez de alguns alunos.” (Diretora escolar)

4.2.6 ASSISTENTE SOCIAL

A assistente social comenta que a relação com o Ministério Público se dá por meio de pedidos de atendimento a famílias e crianças, ou verificação da situação atual da demanda que tem algum procedimento judicial. Enfatiza que essa relação é muito boa. Já com o representante do Poder Judiciário o contato não é freqüente. O Conselho Tutelar solicita a verificação da matrícula e frequência das crianças nos programas assistenciais.

“[...] o Ministério Público nos encaminha pra atender famílias e crianças que tem algum procedimento. [...] Com o Ministério Público a gente tem um relacionamento muito bom. [...] com o Juiz foram uma ou duas vezes, mas também foi bem mais com a promotoria. E a gente tem atendido as solicitações deles, eles acompanham os trabalhos [...] nos programas de atendimento, a promotora vem fazer palestras constantes [...] com a promotoria [...] é um trabalho parceiros mesmo. Ela solicita alguma coisa, às vezes, nem oficia, a gente está tentando auxiliá-la [...] é pra verificação da situação da família em que a criança está inserida. É visitas domiciliares, procedimentos, encaminhamento pra rede de atendimento, se for o caso, mas mais é pra um parecer social mesmo, fazer um estudo da situação daquela família em que está a criança pra se fazer um procedimento depois. [...] Conselho Tutelar é a mesma situação. Quando eles solicitam é pra gente verificar se aquela criança está inserida nos programas, se eles estão comparecendo, então é mais um controle da atividade que a criança está desenvolvendo dentro dos programas.” (Assistente social)

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A FAMÍLIA E O ADOLESCENTE

1. Caracterização da família

- Local de moradia;
- Renda familiar;
- Composição familiar;
- Nível de instrução;
- Condições de trabalho;

2. Levantamento do histórico familiar

- Linha do tempo

3. O problema e a relação com o Sistema de Garantia de Direitos e Rede de Atendimento

- O que a família e o adolescente definem como problema;
- Qual é, na concepção dos participantes, o problema que faz com que a família necessite ou busque ajuda do Sistema de Garantia de Direitos e Rede de Atendimento;
- Que formas de enfrentamento desse problema foram utilizadas pela família, ou seja, que serviços usaram e que condutas adotaram no sentido de tentar solucionar o problema em questão;
- Como é a relação dos membros da família com os operadores do Direito e do Conselho Tutelar e com os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Atendimento que estiveram ou estão engajados na solução desse problema;
- Que informações os membros da família têm em relação aos serviços disponíveis no Sistema de Garantia de Direitos e na Rede de Atendimento;
- Com que frequência a família e o adolescente utilizam os serviços disponíveis pelo Sistema de Garantia de Direitos e Rede de Atendimento;
- Qual a opinião dos membros sobre a qualidade dos serviços recebidos e a satisfação em relação aos atendimentos recebidos;
- O que sugerem como possibilidade de melhoria desses serviços recebidos.

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E COM A REDE DE ATENDIMENTO

- Há quanto tempo o profissional desempenha sua função e qual é sua experiência no trabalho com crianças e adolescentes e suas famílias;
- Que relação existe entre os operadores do Direito e Conselho Tutelar e a rede de atendimento;
- Como é a relação dos profissionais com as famílias e com os adolescentes que buscam ou necessitam da ajuda do Sistema de Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente e da Rede de Atendimento;
- Como é a relação dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente e da Rede de Atendimento com a família e com o adolescente participantes dessa pesquisa;

ANEXO 3 – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Legenda:

P – Pesquisadora

L. – Adolescente

I. – Mãe

Entrevista 1

Dados de Identificação

Nome: L.A.A. (adolescente)

Idade: 16 anos

Local de Moradia: J. A. C. – centro

Nível de Instrução: 5ª série

- Levantamento do histórico familiar – linha do tempo

P: Leitura do Termo Livre Esclarecido e apresentação da pesquisa.

P: Qual seu nome completo?

L. L.A.A.

P: Está com quantos anos?

L: 16 anos.

P: Onde você nasceu?

L: C. G., M. G., né?

P: Em que ano você nasceu?

L: 1992.

P: Eu vou fazer uma linha e vou marcando as datas que foram importantes para você, durante a sua vida. Em 1992, você nasceu em C. G.. E depois o que você se lembra? Coisas boas e ruins que aconteceram na sua vida.

L: Eu morei em C. G. um tempo e depois minha mãe quis vir embora, e vim para S.

P: Você tinha quantos anos quando vieram para S.?

L: Uns dois, três anos, tenho que confirmar com minha mãe, aí depois ficamos um pouco lá, acho que um ano e depois viemos para M., 1995 mais ou menos, sei lá.

P: Você lembra de alguma coisa dessa época?

L: Não, não lembro nada.

P: De 1995 você tinha três anos? E daí o que você lembra? Você lembra da sua infância? Coisas boas? Coisas ruins?

L: Não, não lembro, não lembro nada. A única coisa que eu lembro foi quando eu fui morar no Lar.

P: Você morou no Lar em que ano?

L: Ah, não lembro também. Eu tinha uns... Quatro anos. Em 1997 eu acho.

P: E como foi morar no Lar?

L: Ah, foi ruim, por isso que quando falaram em morar no Lar de novo eu não quis, porque eu não tenho lembranças boas de lá, nenhuma.

P: Por quê você foi morar lá?

L: Por causa da dificuldade, né? Minha mãe chegou aqui sem serviço, sem casa, sem nada, daí não tinha lugar para nós ficarmos, né? Não tinha ninguém, daí fomos para o Lar.

P: E você foi sozinho ou foi mais alguém?

L: Foi eu e meus irmãos.

P: Você tem mais quantos irmãos?

L: Somos em cinco, mas dois vieram para cá. Dois moram em S.

P: Você é o mais novo?

L: Sou o mais novo dos homens, tem uma menina que é mais nova.

P: Quem é o mais velho?

L: O mais velho é o Jn.

P: Tem que idade, você sabe?

L: Não, dele eu não sei. Certo eu não sei...deve ser uns vinte e dois mais ou menos.

P: E depois dele quem que é?

L: É o J.

P: J. e ele tem quantos anos?

L: Acho que tem vinte anos.

P: E depois dele?

L: O M.

P: Que idade ele tem?

L: Deve ter uns 19 anos.

P: E depois?

L: Vem eu, com dezesseis anos.

P: Depois vem quem?

L: Vem minha irmã; C.

P: Ela tem quantos anos?

L: Ela tem acho que quatorze anos.

P: Como é sua relação com seus irmãos?

L: Normal.

P: Quem mora com você?

L: O M., mas o M. tá preso, o J. e minha mãe. E o meu padrasto.

P: E a C.?

L: A C. não, ela mora em S. com minha avó. E o Jn. tá morando em L. do R. V. com meu tio.

P: E você conhece seu pai?

L: Não.

P: Todos são filhos do mesmo pai ou são de pais diferentes?

L: Não, três são do mesmo pai e dois filhos de outro.

P: Você é de qual pai, é irmão de pai e mãe de quem?

L: Do M. e da C.

P: E você encontra sua irmã de vez em quando?

L: Sim, talvez eu vou pra lá amanhã, na casa da minha avó.

P: A avó é mãe de quem? Da mãe ou do pai?

L: Da mãe. De parente, assim, do meu pai, não conheci ninguém.

P: Seu pai chegou morar junto com sua mãe?

L: Não, eu não sei, eles eram casados e tal, mas eu não lembro. Eu não lembro dele.

P: Você sabe onde ele está hoje?

L: Não. Minha mãe há um tempo atrás chegou ir atrás para ver se pegava pensão, essas coisas, achar ele tal, mas não achou. Ele era de C. G. Ele ficou lá e a gente veio para cá.

P: E depois onde vocês foram morar?

L: É, em S., depois em M. Aí a gente foi morar no Lar.

P: E como foi?

L: Ah, foi bom porque eu fiquei lá, né? Teve um lugar para mim ficar, mas, para mim não teve nada de bom quando eu fiquei lá não; lá eu aprendi fumar cigarro, aprendi a roubar lá, eu apanhava lá, então para mim não teve nada de bom não. Antes de ir para lá a gente ficava na casa da minha avó em S.

P: Mas por que vocês saíram da casa da sua avó?

L: Foi porque minha família começou a jogar na cara, né? As coisas, né? Daí minha mãe já não agüentou já; eles ficavam jogando na cara dela, daí ela pegou e veio embora para cá.

P: Mas jogava o que na cara?

L: Falavam que ela tava errada, que nem marido que ela tinha, se ela tivesse vergonha na cara ela nem ia lá.

P: E como foi?

L: Muito ruim. Hoje ela mora com minha irmã.

P: E como foi quando vocês mudaram para M.?

L: Ah, eu não lembro daí. Daí nós fomos para o Lar.

P: E quanto tempo você ficou lá?

L: Ah, fiquei, sei lá... nós ficamos lá acho que uns dois, três anos, depois nós fomos para o Lar em S., ficamos lá um tempo, depois voltamos para o Lar daqui. Mais ou menos até 2000, por aí...

P: E tinham muitas crianças no Lar quando vocês estavam lá?

L: Tinha o E., o D., o C., o M.

P: E como era sua relação com eles?

L: Eu aprendi a fumar, a roubar... Ah, não tinha as coisas em casa. Saía para roubar.

P: Se você na época pudesse ter escolhido, se você pudesse não ir para lá, o que você gostaria que tivesse acontecido naquela época?

L: Ah, sei lá, que o prefeito desse uma casa, que arrumasse um serviço aqui; porque chegava aqui eles só mandavam para o Lar, não viam a situação da família. Não queria ajudar a família, queria só mandar para o Lar e deixar lá; daí eu queria uma casa, até hoje não tem casa, paga aluguel, minha mãe fica aí, trabalha o mês inteiro para pagar aluguel, só aluguel, não faz nada para ela. Eu queria que as pessoas tivessem ajudado minha família para que ficasse todo mundo junto.

P: E o que mais aconteceu nessa época? Você tem alguma lembrança?

L: Minha mãe ficou internada.

P: Quando foi?

L: Eu não lembro. Tava no Lar de S., em 2000 por aí.

P: Você ficou quanto tempo lá?

L: Um ano, um ano e meio, por aí.

P: Ela foi internada onde?

L: Na C. de N., em Ma., por causa de álcool.

P: Que lembranças você tem da sua mãe nessa época?

L: Ah, sei lá...ah...daquele tempo não tenho, foi daí que começou “bebeção”, essas coisas assim. Bebia muito.

P: Daí você estava em S. e ela foi para a C. de N. e depois? O que aconteceu?

L: Daí nós voltamos para M. de novo. Uns dois anos depois, mais ou menos. Daí nós ficamos lá no Lar mais um pouco, ...daí ela ficou morando ali do lado do Conselho. Do lado do Conselho tinha uma casinha e ela morou lá um tempo. Depois ela arrumou uma casa e levou nós.

P: E quem foi morar nessa casa?

L: Eu e meus irmãos.

P: E como que foi?

L: Ah, foi bom, que nem eu falei, e depois a mãe voltou a beber, tal.

P: Mas quanto tempo ela ficou sem beber?

L: Ah, eu não lembro. Ela ficou um tempo. Eu não lembro.

P: E você freqüentava a escola?

L: Freqüentava. Até 2002, eu acho.

P: Em que série você estava?

L: Não lembro.

P: E como foi morar todos juntos?

L: Ah, normal, normal. Ficava em casa, no começo ficava em casa. Aí depois nós morávamos lá perto da Vila B., daí nós mudamos, aí mudamos...se eu não me engano...mudamos lá para a Vila; daí eu comecei sair lá; ainda lá eu não sabia muito, sabe? Daí nós ficamos mais um pouquinho lá na Vila, morando lá atrás da Vila, aí nós mudamos lá perto do Cemitério; daí lá que começou desandar lá; comecei...os caras...meu irmão já fumava já, sabe? Maconha. Daí ofereceram...

P: Qual irmão?

L: O M...daí ofereceram para mim.

P: Que idade você tinha?

L: Ah, eu não lembro, sei lá, uns 12, 13 anos. Foi em 2002, nós estamos em 2008, então, mais ou menos há seis anos atrás...Os moleques iam fumar lá em casa, nós fumávamos em casa; eu levava para ele fumar, daí eles ofereceram para mim também, daí eu aceitei; daí o meu irmão falou: "não é para você colocar isso na boca"; daí hora que ele saiu de perto eu coloquei e comecei a usar.

P: E o J., ele usava também?

L: Ah, ele usava, mas era bem de vez em quando, aí depois ele conseguiu parar ainda, acho que ele não usa mais nada, está indo na igreja evangélica...Na época minha mãe tava trabalhando e tal e nós usávamos no fundo do quintal de casa. Ela trabalhava no Fórum, de limpar o Fórum. Eu estudava de tarde. Eu nunca gostei muito de estudar não, sei lá, mas eu gostava de ir para a escola, não gostava de estudar.

P: E como era ir para escola?

L: Não gostava de estudar. Era...muita bagunça, sabe? Daí eu não prestava atenção nas aulas, ficava só bagunçando. Acho que era a quarta. Eu era um daqueles que o povo chamava de inteligente, sabe? Mas eu não usava; eles diziam: "você é inteligente, mas você não usa sua inteligência"; daí eu fui até para a sala especial, sabe? Lá no D. M.; fui para a sala especial; daí foi lá na sala especial que eu passei para a quinta série.

P: E como era sua relação com os professores?

L: Era boa. As tias lá, até que gostava de mim, as tias que cuidavam, que faziam comida, eram as que mais gostavam de mim e tal...Aí veio a droga...Foi

passando daí um ano, daí me ofereceram melado, petisco, uns caras que estudavam no S. R..

P: O que te ofereceram?

L: Petisco, que é pedra com cigarro. Daí eu fumei ainda. Daí eu fui para o B., daí eu fui expulso do B.

P: O que aconteceu para você ser expulso?

L: Bagunça, eu bati em um moleque, daí eu fui expulso. Daí depois eu fui para o S. Daí ofereceram petisco eu fumei. Primeira vez que fumei não deu nada; segunda vez...daí aos poucos foi viciando, sabe? Daí eu fui comprando, daí e fumei o melado, daí viciou de vez; o melado é maconha com pedra, daí eu fui fumando, fumando. Aí, eu roubava, eu pedia, sei lá, roubava. Roubava na rua, nunca fui de roubar em casa; porque eu via, né? O que minha mãe fazia para comprar as coisas lá. Se pegasse era um real ou dois para comprar cigarro. Era uma época meio boa, meio ruim. Nem consegui passar na escola, fiquei só na quinta.

P: Você estava com que idade?

L: Sei lá...uns treze, quatorze ano mais ou menos.

P: Como é que tava em casa?

L: Minha mãe já tinha voltado a beber...ixi.

P: E como você se sentia?

L: Sei lá...não falava nada; eu não sou muito de conversar com a minha mãe; a gente fica brigando só. Ela fica xingando, falando que se arrependeu de ter feito nós, sabe? Jogando na cara, fala que se fosse para voltar no tempo não tinha feito nós. Aí eu falo, não pedi para nascer, entendeu? Não pedi para vir para o mundo, você fez porque quis; daí eu começo jogar na cara também, xingar; nunca dá certo. Eu fico nervoso e ela também fica. Mas não é sempre, é só quando ela começa a ficar brava, sabe? Ela fica brava por causa da bagunça que a gente faz lá. Faz alguma coisa errada, tira alguma coisa do lugar, faz alguma coisa que não tem nada a ver, ela já começa a xingar desgraça, inferno, não sei que.

P: E em relação à droga. Na história que você me contou, você chegou no melado, e daí o que aconteceu?

L: Daí eu experimentei a pedra, foi na lata mesmo, sabe... pura. Daí eu não gostava de fumar na lata, porque não dava sensação em mim, sabe? Daí eu fumei duas vezes só e parei, só ficava no melado só. Eu tinha uns amigos e todos usavam.

P: E como era com seus amigos? Vocês se viam sempre?

L: Ah, sei lá, um ia na casa do outro, a gente ia lá, eles iam lá em casa lá, fumava lá em casa, porque lá atrás de casa tinha um pé de pomcã, sabe? Era super gostoso ficar lá debaixo, ... fumando. E eles ficavam lá.

P: E sua mãe estava onde?

L: Trabalhando. Ela trabalhou no fórum, na Prefeitura, na Delegacia e agora tá trabalhando no Ginásio, sempre com limpeza.

P: E o que você acha que sua mãe tem de bom?

L: Ah, sei lá. Que ela é trabalhadeira; ela é bastante trabalhadeira. Ela luta assim pela gente, né? Mas, ela é meio brava assim mesmo, né? Eu acho que falta Deus lá em casa, tipo, é o que eu estava buscando, mas só eu e meu irmão, ela não vai, meu outro irmão não vai.

P: E depois, o que aconteceu em relação a droga?

L: Ah, não aconteceu nada, ah sei lá, eu conheci uns caras doidos, malucos, comecei a andar com eles, aí eu comecei a roubar mesmo. Não dava vontade de ir mais pra escola, não dava vontade de fazer nada. Dava vontade só ficar usando drogas.

P: E você recebeu algum tipo de ajuda você época? Teve algum tipo de ajuda?

L: O Fórum querendo me internar e tal.

P: E como que foi daí? Você aceitou?

L: Daí eu não queria aceitar, mas depois eu tive que ir, né? Me internar.

P: E quando foi?

L: Dois mil e sete.

P: E para onde você foi?

L: Fui para J. em uma Casa de Recuperação.

P: E como que foi lá?

L: Ah, foi legal, aprendi um monte de coisas novas, coisas que eu não conhecia, bastante Deus; ah! Um monte de coisa.

P: E quando você voltou?

L: Dois mil e oito; dia dezesseis de março de dois mil e oito. E entrei dia vinte e nove de maio de dois mil e sete.

P: O que você aprendeu lá?

L: Ah, um monte de coisas, já falei, é...espiritual, mental, emocional. Mas tipo...é bom quando eu to lá, sabe? Mas quando eu to sozinho aqui eu falo, vixi, aí bate uma vontade de chorar, você não ta protegido assim da droga, você não sabe...

P: E daí você voltou para casa, e como foi voltar?

L: Ah foi bom no começo, sabe? Cumpri visitas até foi bom.

P: Cumpria as visitas de lá para cá?

L: Quando eu tinha voltado daí. No começo foi bom, sabe? Mas daí minha mãe ainda não tinha parado de beber ainda, começou a... começou um negócio lá, daí começou tudo de novo.

P: Começou o quê?

L: Mesma coisa que eu fazia antes, começou tudo de novo, xingar os outros, minha mãe não bate mais em mim porque ela sabe que ela não agüenta mais comigo.

P: Ela te batia?

L: Batia. Um dia eu tava deitado, daí ela tava tomando banho, daí ela veio querendo dar, me deu um tapa na cara, e eu tava deitado; daí eu levantei, tirei o braço dela e falei: "olha, não sou o moleque de antes não, se você ta achando que eu sou o moleque de antes ta enganado"; daí ela: "você é o mesmo moleque, não sei o quê"; eu falei: "não sou não"; eu falei: "se você me der mais um tapa, não sei o que eu vou fazer aqui não"; daí ela foi, tacou a bolsa em mim, daí eu fingi que eu ia assim nela, daí ela parou; mas eu não tenho coragem de bater nela não, mas segurar eu seguro, sabe? Porque é minha mãe.

P: E você falou que tem um padrasto, como que é com o padrasto?

L: Ah, ele é gente boa. Ele é, tipo, põe as coisas dentro de casa. Toma as pinguinhas dele, mas não enche o saco, ele sempre é a mesma pessoa, legal e tal, trabalha.

P: Quanto tempo faz que eles estão juntos?

L: Ah, faz bastante tempo, mas morando junto faz pouco. Faz uns treze anos que estão juntos. Ele trabalha na prefeitura no departamento de água.

P: E ele tem filhos também?

L: Tem, moram com a mãe. E ele bebe também. Mas ele ajuda colocar as coisas dentro de casa.

P: E agora o que você pretende fazer? Vai voltar para a escola?

L: Ah, eu voltei esse ano, mas daí eu tive que parar para fazer o curso. Eu estudava lá em J., aí o ano que vem eu vou fazer CEEBJA.

P: Você chegou a completar alguma série lá?

L: Não, é por matérias; eu já fiz duas matérias.

P: Qual você fez?

L: Fiz português e matemática.

P: De que série? Da sexta?

L: Não, de quinta a oitava.

P: Ah, de quinta a oitava a matéria inteira. E daí quando você voltou, como foi essa questão da escola? Você logo que voltou para cá já voltou para a escola?

L: Sim.

P: E como que foi?

L: ah, foi legal. Daí depois comecei a aprontar de novo; mas daí eu parei de aprontar; aprontava assim aquelas baguncinhas, mas não aquelas coisas assim.

P: O que são essas baguncinhas?

L: Ah, “zuar” na escola, tipo... sei lá; deixar as professoras doidas, a diretora.

P: Mas o que você fazia? Me da um exemplo do que você fez?

L: Ah, eu ficava brincando dentro da sala, “zuando”, mexendo com a molecada.

P: E você foi bem recebido na escola?

L: Fui, pelos professores.

P: E pelos colegas? Você já conhecia o pessoal?

L: Não, ninguém.

P: Em que série você voltou?

L: Na quinta. Aí eu já comecei a fazer bagunça. Depois eu parei, parei e fui fazer o curso em Ma.

P: Por que você parou de ir para a escola?

A: Para fazer o curso.

P: Qual curso?

L: De negócio profissional, no Senai.

P: E como que foi?

L: Ah, foi bom. No começo era meio ruim.

P: Como assim?

L: Ah, porque tipo, quando eu ia...eu parei de fazer, sabe? Porque quando eu ia os caras iam fumando maconha, ia naquela função.

P: Você já conhecia as pessoas?

L: Conheço. Eles fumam maconha mesmo. Daí os caras ficavam oferecendo, daí eu preferi parar, sabe?

P: Mas você chegou a freqüentar as aulas?

L: Freqüentei um monte de aulas.

P: E você gostou?

L: Gostei, parei só por causa disso mesmo. Eu aprontei um pouco...Ah, não assim muito, chegava atrasado só, o professor dava falta...porque se perdesse o ônibus do meio dia, só meio dia e meio depois. Daí da rodoviária até o Senai, chegava atrasado, daí o professor ficava falando, mas bagunça assim acho que não.

P: E agora o que você está fazendo?

L: Não to fazendo nada.

P: Você ta pensando em fazer o que no futuro?

L: Ah, trabalhar, estudar, sei lá.

P: Quer voltar a estudar?

L: Eu vou estudar o ano que vem. Vou fazer o CEEBJA.

P: Mas não é só com dezoito anos?

L: É, mas no meu caso é outro porque eu já comecei com dezesseis daí eu posso terminar.

P: Por hoje é só; daí eu tenho outras perguntas para fazer para você na semana que vem, pode ser?

L: Pode.

- O problema e a relação com o sistema de garantia de direitos e rede de atendimento

P: Bem, hoje nossa última conversa.

L: Uhum, já acabou? E com a minha mãe?

P: Já entrevistei sua mãe e essa é a nossa última conversa também. L. o que você está fazendo hoje?

L: Não faço nada, nada.

P: Gostaria de saber o que hoje seria um problema para você?

L: Droga.

P: E o que você já fez para enfrentar esse problema?

L: Ah, fiquei internado, tento ficar distante dele, ah, sei lá, acabar com os defeitos...ah, sei lá, esses negócios.

P: Como assim?

L: Ah, tipo, acabar com os defeitos de caráter para não dar motivo, para quando eu tiver cheio de defeitos não correr atrás dele, sabe?

P: Que defeitos são esses?

L: Ah, mentira, manipulação, ah... muitos, sei lá.

P: Você tem esses defeitos?

L: Ah, eu acho que o tanto que eu tinha e o que eu tenho agora, mudou bastante. Ter não ter eu tenho sim, né? Porque é difícil você acabar com tudo, mas ta muito mais melhor.

P: Mas você acredita que as pessoas não têm defeitos?

L: Não, as pessoa tem, todo mundo tem.

P: O que mais você já fez para enfrentar esse problema? Mais alguma coisa?

L: Ah, sei lá; eu acho que não.

P: Hoje a droga é um problema para você?

L: É.

P: Que tipo de ajuda você gostaria de receber para resolver esse problema?

L: Ah, para mim eu acho que sei lá, para mim, ajuda assim... já ta resolvido esse problema, sabe? Mas para melhorar mais, para mim não voltar com esse problema, para mim não tornar a usar droga, precisava tipo...arrumar um serviço, escola, essas coisas sabe? Para eu me afastar.

P: E que tipo de ajuda você já recebeu para resolver esse problema?

L: Ah, muita. Arranjaram um internato para mim, as pessoas que me ajudaram lá dentro do internato, meu padrinho e tal.

P: Hoje, como é a sua relação com a sua família?

L: Ah, sei lá, tem vez que é boa, tem vez que é ruim; agora ta melhor, antes tava meio ruim, quando eu saí da clínica eu me encontrava super ótimo, sabe? Quando eu saí da clínica, daí depois deu uma piorada, uma piorada.

P: O que aconteceu que piorou?

L: Os defeitos começaram vir, aí eu comecei a desconfiar na minha família, daí eles também não são bobos e viram, né? Também começou discussão, brigas em casa. Piorou muito, mas agora melhorou.

P: E o que aconteceu que você acha que melhorou?

L: Eu fazia minha parte, né? Agora eles fazendo a deles vai melhorar cada vez mais.

P: E eles fazem a parte deles?

L: Ah, sei lá tem vez que faz, tem vez que não faz, maioria das vezes não faz, né?

P: Me dá um exemplo de quando eles não fazem a parte deles.

L: Ah, sei lá... não sei.

P: Quando as coisas pioram, o que acontece normalmente?

L: Como assim?

P: O que faz com que as coisas piorem?

L: Ah, sei lá, eu não aceito, né? Eles não entendem meu lado, né? Só entendem o deles.

P: Você gostaria que eles te entendessem?

L: É ué.

P: E que tipo de ajuda você gostaria de receber deles?

L: Ah, compreensão.

P: De quem?

L: De todos.

P: Quem são todos?

L: Minha avó, minha mãe, meu irmão, meus irmãos, né? Meus tios. Eu queria compreensão e amor.

P: Você acha que não ta tendo isso, ou de vez em quando tem?

L: Ah, é meio difícil.

P: Como é sua relação com o Juiz, com a Promotora?

L: Com o Juiz eu nunca conversei com ele, mas, com a Promotora eu acho ela uma pessoa legal, super gente boa, sempre ajudando eu e minha família, fazendo de tudo.

P: Que tipo de ajuda ela já deu?

L: Ah, de tudo, quando tava faltando as coisas em casa ela dava; quando tava precisando de dinheiro.

P: E como foi receber essa ajuda?

L: Foi muito bom, a gente pode contar com ela.

P: E quanto ao Conselho Tutelar, como é sua relação?

L: Agora ta melhor, mas antes não era boa não; agora ta melhor.

P: Eles já te ajudaram de alguma forma?

L: Ah, o Conselho...eu vou falar para você, conselho eu acho que me ajudar não ajudava muito não, ajuda ajudava, mas não muito. Mas também, tipo assim, eles não ajudam, mas também não atrapalham, também já ta ajudando nisso, não estão atrapalhando.

P: Mas eles já fizeram alguma coisa por você?

L: Ah, fizeram, assim, quando foi para me visitar lá em J. na casa de recuperação, essas coisas assim.

P: E com o SAI?

L: Ah, a L. apóia eu para caramba, muito gente boa ela, não tenho nada para reclamar dela não, sempre ta me ajudando. Recebi, bastante ajuda.

P: Em quais situações, por exemplo?

L: Ah, situações quando eu tava no mundo da droga, ela me tirou, conseguiu me tirar aí do mundo da droga. Sou muito grato a ela.

P: Você conhece os serviços que tem disponíveis aqui em M., para te atender, você conhece?

L: Ah, não todos.

P: O que você conhece?

L: Ah, conheço o SAI, né? Conheço a Promotora e o Conselho.

P: Algum outro serviço você conhece?

L: Não.

P: E com que frequência você costuma procurar essas ajudas?

L: Ah, quando eu to precisando. Ah, depende.

P: Em que situações você costuma procurar?

L: Ah, quando eu to mal, aí eu converso, quando eu preciso me fortalecer lá em J. para não fazer uma cagada, daí eu vou no fórum, no SAI e peço para conversar.

P: E o que você acha desses atendimentos que você recebe?

L: Ah, bom.

P: E como é sua relação com as pessoas que te atendem?

L: Gosto. É boa.

P: Mais alguma coisa para falar?

L: Não, já falei bastante.

P: Então é só isso. Muito obrigada por sua contribuição.

Entrevista 2

Dados de Identificação

Nome: I. (mãe)

Idade: 44 anos

Local de Moradia: J. A. C. – centro

Ocupação: auxiliar de limpeza

Renda Familiar: R\$ 415,00

Nível de Instrução: 4ª série

- Levantamento do histórico familiar – linha do tempo

P: Leitura do Termo Livre Esclarecido e apresentação da pesquisa. Eu vou anotar algumas coisas e fazer uma linha marcando datas e fatos importantes da sua vida. Tudo bem?

I: Tudo.

P: Onde você nasceu? E que idade você tem?

I: Em I., no Paraná. Tenho 44.

P: Onde você mora?

I: Jardim A. C. – centro.

P: Qual a renda da família?

I: Um salário mínimo.

P: Você trabalha? Qual é o cargo que você ocupa no trabalho?

I: Diretora do ginásio de esportes.

P: O que você faz lá?

I: Eu ajudo na faxina.

P: Tem mais alguém em casa que trabalha? Quem mora com você?

I: Eu, o J. e o L. Mais eu que sustento, porque o J. vai ser pai e o dinheiro que ele faz vai para a namorada. Tem que dar para a namorada para fazer o enxoval do bebê.

P: E de quantos meses ela está?

I: Vai para cinco meses.

P: Ela mora junto com vocês?

I: Não, mora junto com os pais dela.

P: E o que o J. faz?

I: Pintura de carro, onde chama ele vai.

P: Quem mais faz parte da família e que não mora com vocês?

I: O M. que está preso, a C. que mora com a minha mãe e meu filho que está para lá do M. G., L. do R. V., está tentando carreira lá, de locutor.

P: Que idade tem seus filhos? Quem é o mais velho?

I: O Jn. tem 23 anos, o J. tem 21 anos, o M. está com 19 anos, o L. com 16 anos e a C. com 14 anos, vai fazer 14.

P: Com quem seu filho mais velho mora?

I: Com meu irmão, ele mora com meu irmão.

P: Por que o M. está preso?

I: O M. está preso por vários motivos: primeiro quebrou um orelhão, depois o espelho da rodoviária, uso de crack, furto, mais por causa do crack, né? E ele está me escrevendo direto para eu tirar ele de lá e por em uma clínica.

P: Ele já recebeu algum tipo de tratamento?

I: Ele já ficou uma vez em uma clínica em C., mas achei que lá ele nunca ia melhorar, só tinha jeito de piorar.

P: Por que?

I: Era tudo misturado, pessoas idosas com adolescentes, pessoas doentes, e para onde nós levamos ele, uma clínica bem suja, agora em J. melhorou 1000 por cento. Em todas as cartas, mas eu não tenho condições financeiras de pagar o tratamento, nem enfrentar a autoridade.

P: Como assim enfrentar a autoridade?

I: Porque ele vai ter que responder pelo que ele fez, agora o dia que libertar ele eu vou fazer de tudo, para internar, porque o M. é trabalhador, sempre foi, ele é um dos que mais me respeita, nossa muito respeito.

P: E, ele está preso onde?

I: Em P. É no S.P. não sei que lá, acho que é, tem nas cartas dele em casa, é que eu não trouxe as cartas.

P: E faz quanto tempo que ele está preso?

I: Tem quase três meses já.

P: Ele já foi preso outras vezes?

I: Foi. Quando ele era de menor, ele foi preso várias vezes, mas depois de maior, ele foi, aí eu fui e a sobrinha do D. tirou ele para mim e uns 15 dias depois ele voltou. De maior tem duas passagens.

P: Quem é a sobrinha do D.?

I: É uma advogada.

P: E hoje ele está lá há três meses? E tem previsão para sair?

I: Quase três meses. Não, não estou sabendo de nada.

P: Não tem notícia? Tem alguém acompanhando ele?

I: Não, porque eu não tenho dinheiro para pagar advogada, tenho que ir atrás de um monte de papel e para isso custa; puxar antecedente criminal, fazer carteirinha, tirar foto, eu não tenho dinheiro para isso.

P: Existe um serviço aqui no município que ajude a fazer esse tipo de coisa?

I: Não, eu se procurar a K., o que ela puder fazer, com certeza ela vai fazer, tipo as fotos, ela paga tudo, mas agora também é final de mandato, nem sei como que está, se ela pode ajudar, se não pode, eu não comentei com ela.

P: E o pai dos meninos e da sua filha? Quem é?

I: W., ele mora no M. G.

P: Ele é pai de todos?

I: Não de três, do M., do L. e da C.

P: E os outros?

I: Os outros dois, o pai morava em L., mas acho que já deve estar morto.

P: E você tem alguma notícia dele?

I: Não, nunca mais tentei entrar em contato porque tudo era usuário, né? E eu descobri que eles estavam traficando, principalmente o pai do M., do L. e da C., eu descobri que ele tava traficando e que ele tentou estuprar uma menina na minha casa, nessa ocasião eu tive que internar a C. e o L. lá em C. G., no M. G. e quando eu voltei, eu pedi para a menina ficar com as crianças, com o M. e com o J., aí quando eu voltei as crianças estavam sozinhas, dormindo com a porta aberta; eu fui na casa dela e perguntei por quê, e ela falou: porquê o V. usou drogas aqui no teu quintal e queria me agarrar e eu deixei eles dormindo sozinhos com a porta aberta; aí eu larguei dele.

P: Foi lá você conheceu o pai deles? Quando foi?

I: Lá, eu estava grávida do J.

P: E você era de onde antes de ir para lá?

I: De S.

P: De S., você foi para L.?

I: Não, de S., eu já tinha o “nego” e tava grávida do J., daí eu fui na rádio em Ma. e tinha um emprego para C. G., aí eu fui até a mulher e ela me mandou para lá, para C. G., eu fui para lá grávida.

P: E o pai dos meninos você conheceu em S. mesmo?

M: Não conheci em L. mesmo, que eu trabalhava lá; o pai do “nego” e do J. eu conheci em L., porque eu trabalhava lá de doméstica.

P: Quem é o “nego”?

I: É o Jn. O pai do Jn. e do J. eu conheci em L. e o pai do M., do L. e da C. eu conheci em C. G., só que eu fui grávida do J. para C. G., mas o pai deles não sabia e eu procurei não avisar também. Eu fui para C. G. atrás do trabalho.

P: Quando você foi pra lá? Era do que o trabalho?

I: De doméstica. Daí eu conheci o pai dos outros três. Não lembro a data.

P: Onde você o conheceu? Como foi a história?

I: Namoramos dois meses, ele sabia também que eu tava grávida, aí, nossa, ele amava o J., isso eu não posso reclamar, apesar dele usar a droga dele e tudo, mas...

P: Quando você o conheceu ele já usava drogas?

I: Já usava. Eu descobri depois que a gente tava morando junto, mas o único defeito dele é que ele não gostava de trabalhar, só fazia para droga, eu trabalhava em dois serviços, tinha que levar meus filhos em creche, grávida, então, era muito sofrimentos para pouca coisa e aí eu vi que meu filho estava até correndo risco.

P: Quanto tempo vocês ficaram juntos?

I: Quase 10 anos.

P: E nesse período todo ele usou drogas?

I: Ele usou, mas só que no meu quintal ele não usava.

P: Que tipo de drogas ele usava?

I: Todos os tipos.

P: E você chegou a usar alguma?

I: Nunca usei droga. O meu negócio sempre foi o álcool. Nunca, nunca pus droga na minha boca de espécie nenhuma.

P: E desde quando que você fez uso da bebida?

I: 21 anos, comecei bebendo cerveja, não gostei, fiquei um tempo sem relar na boca, daí depois comecei tomar, não sei porquê, mas era sem-vergonhice mesmo. Eu estava grávida. Eu engravidei na primeira vez, porque eu me perdi também com 21 anos, então eu já “puf” e engravidei. Por isso que o “nego” hoje está com 23, eu fiz 44 anos e ele está com 23.

P: E nessa época você estava morando onde?

I: Em L.

P: E você morava com alguém lá em L.?

I: Não. Eu tentei morar com o pai do menino, mas não deu certo, ele bebia demais, ficava desbocado, enfrentava todo mundo, aí eu fui para o lar da mãe solteira, só que eu não lembro nem o nome, nem lembro onde, só lembro que era em L.; aí, uma época eu tentei suicídio.

P: Você estava grávida? Como foi?

I: Tava. Tentei suicídio, eu fiquei enganchada, eu pulei do pontilhão e fiquei enganchada pelo vestido, aí um senhor mandou uma menina falar para mim não fazer aquilo, quase que eu vejo a cena, aí a menina falava: “o tia, não faz isso não” eu já não tinha como sair dali, aí foi um cara que chamou a polícia e me tirou. Aí eu fui para esse lar, me conheceram lá, depois aquele L.C.B. me ajudou bastante, montei um cômodo para mim. Aí fiquei um tempo, depois que eu ganhei, comecei a trabalhar.

P: Imagino como deve ter sido difícil para você. E daí voltou para S.?

I: Eu voltei para S., aí eu fui para M. S.

P: Você lembra o ano?

I: Sou ruim de data, não lembro. Aí eu fui pro M. T., trabalhava bastante. Vivi 10 anos com o W.

P: E como era a relação dele com os filhos?

I: Ele era apaixonado pelo meus filhos, ele não batia, era raro, mesmo que não era dele, era muito raro dá um tapa, e quando eu batia, ficava muito bravo comigo. Só que ele não tratava, além de eu trabalhar que nem uma condenada, ele pegava as horas vagas para chifrar, entendeu? Para falar mal de mim, então eu vi mesmo que ou eu matava ele ou ele me matava, aí eu resolvi vir embora. A gente brigava muito.

P: E quando você saiu de lá que idade tinham as crianças? A sua filha mais nova tinha que idade?

I: Sete meses. E o L. tinha uns dois anos e pouco. Eu não me lembro a idade deles, sei que a C. era muito pequena, a C. tinha 7 meses e pesava 5 quilos e pouco... ela quase morreu, se eu não tivesse vindo, ela tinha morrido.

P: Por quê?

I: Porque eu trabalhava o tempo todo, eu deixava para as pessoas cuidarem, deu infecção intestinal nela, aí deu derrame pulmonar. O L. também, sempre

teve problema de saúde com a bronquite e coisa no intestino; aí a C. deu a primeira vez, a segunda, deu a terceira, aí eu falei: não, eu vou embora. Ir embora porque pelo menos eu largo ela lá com minha mãe e minha mãe cuida dela, e ela foi e ta lá até hoje. Aí eu fui pra casa da minha mãe em S. Mas, daí eu cheguei e meus irmãos me receberam muito mal, inclusive falaram que era bom que tivesse morrido, né? Aí o L. mandou ele tomar lá e eu peguei dei um tapa no L. e meu irmão veio para cima de mim e eu falei: você que tenta, daí ele nunca me bateu. Aí eu mandei eles tomarem banho, o meu filho, peguei o último ônibus e fui para Ma. fiquei na rodoviária com os três, menos a C. Aí eu fiquei lá e perguntei para o policial se tinha algum lugar para a gente ficar e o policial levou nós no albergue e no albergue eu deixei a C. com minha mãe e internei os três no juiz porque no albergue não podia ficar e eu fiquei no albergue. Todo dia levantava cedo e ia procurar trabalho.

P: E onde eles ficaram lá em Ma.?

I: Em um abrigo, daí o juiz deu três meses para mim, eu acho que com menos de dois meses, um mês, dois meses no máximo eu fui pegar eles. Aí eu não arrumava casa, fui morar em uma fábrica de sabão.

P: Onde?

I: Em S. Eu fiz uma campanha com o G. I. na rádio, ganhei bastante coisa, aí consegui montar a casinha ali na fábrica de sabão e fui e peguei eles. A C. ficou com minha mãe. Eram todos pequenos. Eu não fiquei uma semana na casa da minha mãe, porque meus irmão estavam falando muita coisa, sabe? Depois voltei para S..

P: E como foi daí?

I: Eu comecei a trabalhar, trabalhava em uma casa, em outra, aí eu fiquei lá um tempo e aí vim para M. Vim para M. e aqui que eu consegui... consegui me erguer.

P: Você lembra alguma data?

I: Não lembro.

P: O que te fez vir para M.?

I: Não deu certo em S. porque lá, para começar, não tinha onde eu deixar as crianças, então, é... eu morava lá perto da favela, era um medo tremendo, sabe? Eu vinha a noite assim, eu tinha medo de tudo, aí eu vinha sempre aqui em M. na prefeitura, aí eu conheci a S., expliquei a minha situação para ela, ela até faleceu já.

P: O que a S. fazia na prefeitura?

I: Nada, o C. M. ajudava muito ela, ela às vezes varria rua, aí eu conheci ela, aí ela me ofereceu um quartinho para eu ficar com as crianças, mas a gente cozinhava na mesma panela, eu ajudava pagar uma água, uma luz, ela tinha a casa dela; então, eu morava em um quartinho que não tinha nem piso, só tinha uma cama. Eu e os três. Aí eu consegui sair de lá porque nós procuramos, aí eu consegui duas peças, uma tinha piso outra não tinha, então, no começo, foi o inferno, no começo eu sofri e aí...

P: Você trabalhava?

I: Não, aí eu comecei aqui como diarista, aí eu conheci a D., aí um dia eu tava na prefeitura, aí a menina falou assim: vim aqui atrás de um serviço aqui, não eu tava no C.S.U., aí ela perguntou assim para a M. H.: “vim aqui porque diz que a D. está precisando de uma funcionária aqui pro final”, “a gente ta precisando de uma funcionária aqui, só que a D. vai pegar a I.”; aí eu disse: “mas I. do quê?”, e eu escutei a conversa delas, sabe? E entrei no meio, aí ela

disse a I. de A. que veio de S., aí eu disse: “Ah, então é eu?”; fiquei toda feliz, né? Aí “vazei” para a prefeitura fui que fui que nem uma doida, aí cheguei lá e falei: “O D. fiquei sabendo assim, assim, é verdade?” e ela disse: “Você começa amanhã”. Só que essa época eu bebia muito, eu bebia pelo menos três vezes por semana, eu bebia...

P: Quem é a D.?

I: Mulher do ex-prefeito.

P: O que você bebia?

I: Ah, eu bebia pinga, bebia vinho, eu começava na caipirinha, de repente já ficava bem ruim, não saía do sofá, eu já fumava, ali jogava a bituca do cigarro, amanhecia ali; eu morei na casa da irmã R., sabe? Trabalhei na creche um tempo também? Então, a irmã R. pegava muito no meu pé, sabe? Se bem que ela pega para ajudar a gente, né? E eu não aceitava ninguém mandar em mim, eu nunca aceitei, agora que eu to meio na minha, mas antes Deus me livre, aí eu morei lá, eu...Mas, a D. me ajudou muito, nossa, como aquela mulher me ajudou.

P: O que você fazia na prefeitura?

I: Eu limpava e cozinhava lá para a terceira idade e para os meninos do projeto.

P: E os seus filhos como estavam nessa época?

I: Depois que eu mudei para Ma. nunca mais eu me afastei deles, a não ser para fazer o tratamento. De lá até agora eu já tenho uns 12 anos de prefeitura. Eu saio e entro todo ano.

P: E a sua relação com seus filhos, como era nessa época?

I: Eu nunca fui de ter muita paciência, porque quando tem que falar eu falo mesmo, então eu não tenho muita paciência, eu acho que quando eu bebia eu brincava mais com eles, eu fazia papagaio para eles, jogava “bulita” com eles, fazia piadinhas, eu cantava para eles, mas isso eu já tava bem insana mesmo, bem “turbinadinha”, e hoje em dia eu já não sou muito assim, eu brinco lá de vez em quando, e, que nem, quando eu saio, gosto de levar eles até agora eu tava com a minha nora e com o meu filho, agora, eu gosto de sair com eles, mas eu não sou muito de ficar, beijo, sabe? Não sou muito de ficar na mão, sabe? Eu não sou muito de ficar... não sei se é porque eu fui criada aos trancos e barrancos, eu sou “secona” mesmo, mas desde que me conheço por gente.

P: E quando eles fazem coisa errada, assim, o que você fazia?

I: Ah, eu “pico a boca”, eu brigo, que nem o M. eu avisei para ele não fazer coisa errada porque ele ia ser preso, então, eu acho que se ele aprontou ele tem que pagar. Que nem eu sempre falo para o L., se você cair de novo, a minha parte eu já fiz. O L. ta muito bem, graças a Deus, nossa, só que faz coisa errada eu não passo a mão não, nunca passei.

P: E como que foi para você ir se tratar?

I: Eu já tinha trabalhado no C.S.U., na creche, eu trabalhava na creche na época. Teve um dia que eu desmaiei lá, eu bebi demais a noite inteira e aí eu não comi, eu não comia, eu pesava 47 quilos. Então, eu tava lavando roupa e apaguei, porque lá a minha função era lavar roupas, inclusive a mulher adorava o jeito que eu lavava e passava, aí ofereceram o tratamento, eu vim aqui e conversei com a Dra. M., aí ela fez tudo, ela e a L. Eu fui para a C. de N. em Ma.

P: E ficou quanto tempo lá?

I: Faltavam acho que 20 dias para terminar o tratamento, aí meu filho quebrou o braço e eu quis vir embora.

P: E onde eles estavam?

I: No Lar da C.

P: Você lembra que ano foi?

I: Ah, acho que faz uns sete anos, por aí.

P: Você ia visitar, você podia ir visitar?

I: Não, eu só podia ir visitar depois de seis meses. Aí passou os seis meses, todo mês eles vinham me buscar daí eu ficava segunda, terça, quarta e quinta, na sexta eu tinha que ir embora, porque era o risco da bebida no final de semana.

P: E eles ficaram lá, e como que você ficou de deixá-los?

I: Ah, na época eu não ligava para muita coisa não, no começo eu sofri bastante, mas eu sabia que era o melhor para nós, porque eu não tinha mais forças para fazer nada.

P: E como foi o tratamento?

I: Ah, eu gostava, eu gostava de lá, ixi, era trabalho e oração, no começo podia fumar, depois cortaram o cigarro, eu fiquei um tempo sem fumar, eu gostava de lá. A L. do fórum não deixava nada passar batido, às vezes a gente precisava de uma coisa, eu ligava, ela mandava, então...

P: E como que foi a volta?

I: Aí eu voltei e não tinha nem onde morar, né? Daí as coisas estavam ali no porão da igreja, daí eu não lembro onde fui morar, a primeira casa, acho que a primeira casa, se eu não me engano foi na V. B., o pessoal da assistência pagou os primeiros meses para mim, até eu arrumar um serviço, aí eu comecei a trabalhar, ah, hoje em dia acho que ta... eu não tinha nada, Deus me perdoe.

P: Os meninos voltaram para você?

I: Voltaram, voltaram, ixi.

P: E quem te ajudou para refazer sua casa e tudo?

I: Olha, quem me ajudou bastante foram a K., a S. e a L. do fórum e a Dra. M. E quem ajudou demais da conta foi a K., essa eu vou agradecer o resto da vida minha e dos meus filhos, eternamente. Ajudaram na alimentação, em tudo, aluguel, em tudo, era água, era luz, era cesta, porque os meus móveis na igreja estragou tudo, o que tinha de melhor estragou, porque fica guardado daí quebra tudo, então, eles compraram desde as camas até a geladeira; compraram móveis usados, não sei se o Fórum ajudou bastante também.

P: Quem é a K.?

I: É a mulher do prefeito, lá da assistência.

P: E como que estavam as crianças nessa época que saíram do abrigo?

I: Tudo "boca-dura", tudo que eu falava eles revidavam era uma baderna, mas aí devagarzinho deu uma melhorada.

P: E eles freqüentaram a escola nessa época?

I: Ah, eles tinham muita reclamação, aí depois que eu voltei não sei, mas eles iam na escola, criança do Lar, diz que vai em um lugar e não vai. O L. era terrível, aí depois eu mudei para cá, para a casa aqui dessa rua W. L., aí que as coisas começaram a engrenar. Melhorou 1000 por cento, porque ali você não vê ninguém no portão, você não vê molecada andando na rua.

P: E os meninos o que faziam nessa época?

I: Estudavam, iam para a escola... eles ia para a escola e faziam os negócios da reciclagem.

P: Que negócio?

I: Catavam materiais, na rua e no lixão. Aí vendiam e o J. sempre foi de me dar a metade, o M. pouco dava, o L. não era muito de ir nesses lugares não, o L. sempre foi de andar na rua mesmo.

P: E o que ele fazia com o dinheiro?

I: Acho que no mínimo droga né?

P: Ele já usava nessa época?

I: Já.

P: Quando que o M. começou a usar droga?

I: Não sei, só sei que quando fui internada, acho que o M. já usava. Já, porque ele estava muito esquisito. O M. acho que usa drogas há muitos anos. Eu percebi bem mesmo depois, há uns cinco anos atrás.

P: E o L. você sabe com que idade que ele começou a usar?

I: Não sei, porque ele nunca falava né? E quando eu descobri ele já tava no “mesclado”.

P: Ele tinha quantos anos?

I: Agora, que ele ficou internado em J. Foi o ano retrasado que ele ficou internado. Acho que ele tava com seus 14 para 15 anos. Na escola ele mais faltava do que ia, ele falava que ia, mas não ia. Eu cansei de ficar na sala sentada com ele ou então na porta da escola e ele não endireitava não, a melhor coisa para o L. foi esse tratamento.

P: Ai quando ele não ia para a escola e você ficava sabendo, o que você fazia?

I: Eu ia na escola e excomungava ele na frente de todo mundo, batia, já bati nele já, tirei televisão, mas não adiantava, eu tinha que trabalhar.

P: Você sempre trabalhou o dia inteiro?

I: Sim, eu tinha que trabalhar porque era só eu o dia inteiro e se eu atrasar o meu aluguel os homens querem a casa e se os homens querer a casa eu vou para onde? Lá onde eu estou é R\$220,00 de aluguel. A minha sorte é a mais nova que eu tenho. O J. ajudava mas agora...não, mas vamos supor se o J. tiver 50 reais e eu falar: “J. to durinha” pelo menos 10, 20 ele me da, então já ajuda com alguma coisa, mas eu não to exigindo nada dele não porque é um bebê que vem aí né? E ela precisa para fazer a cesária e só a cesária é 1000 e cacetada.

P: E ela trabalha também?

I: Trabalha, ela trabalha ali em frente o N. Eles querem morar juntos.

P: Até que série eles estudaram?

I: Quinta série.

P: Quem? Todos eles até a quinta?

I: O M. fez o CEBEJA, que eu saiba tava na quinta, o L. quinta, o Jn. acho que terminou a oitava, uma coisa assim.

P: E esse seu filho que está lá em L. do R. V., você tem contato com ele?

I: Não, só se ele vier agora no natal, só quando ele vem, o que é muito difícil.

P: Ele não costuma vir?

I: É muito longe. Ele liga para a minha mãe e minha mãe me fala quando eu vou lá. Porque ele resolveu ir embora daqui porque mataram um amigo dele e o amigo dele morreu no braço dele e se ele não saísse ele era a única testemunha.

P: Onde ele tava?

I: Na rua da casa da minha mãe. Eu já morava aqui já. Ele sempre morou com minha mãe, desde bebezinho. Minha mãe resolveu tirar ele de S.

P: E a C. sempre morou com sua mãe?

I: Sempre com minha mãe.

P: E como é a sua relação com ela?

I: Muito boa, ela só me chama de mamãezinha. Eu vou lá ou ela vem aqui. Ela vai na escola... Ela tava não sei se é na sexta ou sétima, uma coisa assim, ela ta bem adiantada.

P: E você estudou?

I: Até a quarta.

P: Até a quarta série? E depois não quis ir mais para a escola?

I: Eu comecei estudar no colégio aqui mas eu parei porque tem que trabalhar e fazer o serviço de casa depois cansa muito, ixi, tinha dia que eu só... não via a hora de ir embora, aí eu parei.

P: Quantos irmãos você tem?

I: Nós somos em 10 irmãos. Um mora em S., um em C., o meu irmão mora em L. do R. V., tem duas em S. C., tem um que eu não sei onde que ta, ta tudo espalhado. Vejo eles no final de ano, no Natal.

P: Vocês passam juntos?

I: Os que não podem vir, ligam na casa da minha mãe.

P: E como que é a relação que você tem com eles?

I: Agora é bom, agora é ótimo, nossa, a gente dá risada, cada um conta suas coisas, às vezes até meu pai vem.

P: Seu pai mora onde?

I: T. Meus pais são separados. O meu pai faziam 20 e poucos anos que eu não via ele, 27 anos por aí, eu não sou muito chegada no meu pai.

P: Quantos anos você tinha quando ele saiu de casa?

I: Eu era pequenininha, um bebezinho.

P: Você é a mais velha, mais nova, do meio?

I: Acho que sou a terceira... é acho que sou a terceira... ah, não sei nem a idade de minha mãe... Eu e meu pai não tem uma relação assim, a gente não se xinga nem nada, mas ele fica lá na dele, nós conversamos o essencial. Ele tem outra família, mas ele não tem filhos com a outra, tem adotivo. Ele tem uma filha adotiva e tem um neto adotivo. Quando meus pais separaram aí minha mãe conheceu o seu H. e teve os loirinhos com ele, minha mãe tem uma casa hoje porque ele deu, aí ele morreu de câncer no nariz. Ele era casado, mas eles se viam né? Mas foi muito tempo isso daí, então para mim o meu pai é ele. Até hoje ele para mim é meu pai. Ele ajudou muito minha mãe, para não deixar faltar as coisas, o primeiro baile nosso ele que bancou, sabe? Ixi, ele tinha uma educação, um respeito por nós, ele era muito bom, quando ele morreu minha mãe tava grávida da M.

P: Que idade tem sua irmã mais nova?

I: Não sei. Minha irmã tem uma "renca" de filhos já.

- O problema e a relação com o sistema de garantia de direitos e rede de atendimento

P: Agora em relação á sua vida atual, o que hoje você considera um problema para a sua família?

I: O M.

P: O que acontece com o M.?

I: O problema da droga, né?

P: E o que você já fez para tentar resolver esse problema?

I: Já internei, já conversei, já tirei da cadeia, já passei a mão na cabeça, já bati, agora só tentar outro tratamento, de preferência em J., onde o L. ficou. Porque do lado deles parece que Deus permanece lá 24 horas, porque lá você se sente em paz; eu fui lá várias vezes, pensa em um lugar bom hein? E poucos que recaíram. Eu achava que o L. ia recair, mas não, ele anda aí adoidado, para tudo quanto é lugar.

P: O L. não teve recaídas?

I: Não, que eu saiba não, mas se tivesse recaído eu ia saber né? Todo mundo me conhece e eu pergunto para todo mundo, então, que eu saiba não.

P: E como o L. ta hoje? Como você vê a situação dele, da vida dele?

I: Ah, eu acho que o L. ta bem, só ta muito “boca-dura”, ele ta muito agressivo, ele é muito, sabe? Ele é valentão mesmo, sempre foi. o L. quer ser valentão e “boca dura” isso aí ele é... só.

P: O que ele tem feito hoje?

I: Eu vou trabalhar cedo, deixo ele dormindo, ele limpa a casa e fica lá assistindo televisão. Aí às vezes ele vai na Lan House, às vezes ele vem aqui nessa mulher do M., porque ele gosta muito da mulher e não sai do Fórum também, né? E às vezes ele vai na Lan House.

P: Ele não está estudando?

I: Não, ainda não né? Porque também nem tinha como.

P: Que tipo de ajuda você gostaria de receber para resolver esse problema?

I: Ah, eu queria o internamento do M. né? Porque eu não tenho condições de pagar; eu já conversei com o E. e o D. e disse que eu não queria nada deles, porque eu não quero nada deles, a não ser o tratamento do meu filho porque eu não tenho condições de pagar, porque eu tenho certeza que se o M. ficar lá os 9 meses completo ele vai mudar; porque o M. tem uma cabeça boa e ele tem chance, sabe? Ele já foi convidado para trabalhar até em rádio e ele não quis, porque ele tem uma voz maravilhosa.

P: E como é sua relação com o Juiz, com a Promotora e com o Conselho Tutelar?

I: Ah eu me dou muito bem com as meninas de agora, com as outras já tive problemas.

P: Meninas quem?

I: Do conselho, eu gosto muito do Z., dos novatinhos que estão lá, aquela moreninha.. ah, com Juiz, com a Dra. M. nunca tive problema com ela não, com a Dra. M. também nunca tive problemas não, ela me ajudou muito, talvez se não fosse ela eu já estaria até morta.

P: Que tipo de ajuda que você já recebeu dela?

I: Ah, ela já várias vezes me chamou aqui, ela ofereceu tratamento, né? Eu vim pedir para ela, ela me ajudava com alimentos, os natais meus ela ajudou bastante, ela sabia que tinha que pagar bastante, aluguel, água, luz, ela sempre mandava uma cesta, ela me dava roupas; eu trabalhei para ela, eu fui a primeira empregada dela aqui em M.; agora esse Juiz de agora eu nem conheço.

P: Em relação ao Conselho Tutelar, quando você precisou de ajuda, eles te deram auxílio?

I: Eles nunca falharam. Eu tive uma discussão, não foi discussão...eu me desentendi com a F., mas foi coisa de minuto, mas eles nunca, nunca, disseram não...é ir atrás das crianças, é tipo, se as crianças estavam presas, ou se eu achava alguma coisa estranha na minha casa e falava não é meu, eu

chamava eles e em seguida eles estavam lá e eu falava: “isso aqui não é meu, o que vocês vão fazer?”, eles pegavam levavam para a Delegacia, já aconteceu isso entre eu e a R.; daí eu cheguei em casa no dia do meu aniversário e ter um monte de coisa lá e o J. dizer: “mãe, mandaram isso aqui para a senhora”, mas não tava embalado de presente, não tinha cartão, não tinha nada, eu sou boba? Aí eu chamei, eles vieram, aí eu não me lembro se a polícia foi também, porque eu nunca apoiei, se eu chegar em casa hoje e achar alguma coisa diferente, eu chamo a polícia, nunca precisou ninguém chamar, eu chamo a polícia, chamo o conselho se for de menor, olha lá se for de maior chamo a polícia, mas do conselho eu não tenho o que reclamar.

P: Você conhece o serviço que o município oferece para te ajudar na resolução do seu problema?

I: Ah, eu acho que no C.S.U., acho que o C.S.U. que tem não sei se as pessoas fora, eu sei que tem uma verba que vem para ajudar as pessoas, não sei se é verdade ou se é mentira, mas eu fiquei sabendo que existe uma verba que vem para ajudar quem quer se tratar e existe uma verba que vem para ajudar as pessoas carentes, tipo, vamos supor, se o L. ta internado lá em J., Deus me perdoe que não precise mais, eu sei que tem um negócio lá que parece que eles teriam que me ajudar com passagem, essas coisas assim. Eu sei também que eles têm uma verba para comprar cesta básica, ajudar as pessoas carentes.

P: E que tipo de ajuda dessas que você recebe ou já recebeu? Já recebeu alguma ajuda da assistência social?

I: Sim.

P: Você recebe ainda algum tipo de ajuda? Qual?

I: Não, eu recebi muito, cesta básica, eles pagaram meu aluguel, eles me mandaram para J., davam passagens para eu ir, voltar, eles ajudaram fazer o enxoval do L. para levar. E do fórum também recebi ajuda.

P: E que tipo de ajuda ou atendimento você gostaria de receber? O que você acha que falta?

I: É o internamento e meu próximo emprego, né? Porque se eu ficar desempregada, a única opção que eu vejo é voltar a beber, porque eu não agüento depender dos outros (choro), eu não gosto de depender dos outros. Vai trocar prefeito né? Eu tenho medo, porque nesse chove e não molha eu tenho muitos anos de prefeitura, mas eu não suporto, sabe? Depender dos outros, para aluguel, para a água, para a luz, para a comida, isso é... eu acho que quem tem que depender disso daí é a pessoa que está numa cadeira de rodas, em cima de uma cama, eu não sou aleijada, eu não to doente, e quando eu comecei a beber mais mesmo, que eu me entortei de vez mesmo, foi por causa disso, por falta de emprego, meus filhos pediam uma coisa não tinha, pedia carne não tinha, então, falei não vou agüentar ficar desempregada.

P: E hoje como você está em relação à bebida?

I: Ah, eu não vou mentir não, minha cervejinha eu sempre...principalmente assim, final de semana eu tomo, duas cervejas, até três eu tomo, mais do que isso, não. E outra, eu posso beber, sabe? No outro dia eu to no meu serviço; e quando eu entrei na delegacia, a Delegacia era uma imundice, deixei aquilo impecável, entrei no Ginásio de Esportes, os banheiros davam nojo, hoje quem entra lá fala “nossa”; então eu posso ter meus defeitos, uma coisa todo mundo fala: “a I. é muito trabalhadeira”, sempre falaram, e eu faço questão de fazer melhor.

P: Com que frequência você utiliza esses serviços?

I: Ultimamente tá sendo todo mês, a K. tem me ajudado, ela tem me dado minha cestinha, tem me ajudado.

P: É cesta básica que você recebe?

I: É, e ela tem pagado meu aluguel.

P: E o que você acha dos serviços?

I: Nossa, eu acho maravilhoso, se não fosse, nós não estávamos mais aqui não, hein? Acho que ou eu tava morta, ou sei lá, ou eles.. Qual é a mãe que vive com os filhos assim e com um salário? Não consegue. Eles precisam de roupa, eles precisam de um calçado, às vezes de um remédio, é muita coisa, então, só meu aluguel é 220 reais, sobra o quê? Não sobra nada. Aí tem o gás, tem tudo isso; ah, eu se não fosse, falar a verdade, se não fosse a Assistência Social eu tava ferrada.

P: E na escola, como é sua relação? Quando você precisa matricular seu filho?

I: Eles sempre reclamam, falam que os moleques dão trabalho, ah, fulano ficou aqui, dava trabalho.

P: Mas você costuma conseguir vaga ou encontra alguma dificuldade?

I: Ah, não encontro muita não, às vezes sim sabe? Que nem o L. dessa vez que ele veio foi meio difícil, mas acabou matriculando, mas depois ele foi fazer um curso saiu do P., acabou saindo, agora vamos ver o ano que vem.

P: Por quê ele saiu?

I: Para fazer o curso em Ma.

P: Entendi. Acho que já te perguntei tudo, já te perguntei bastante né?

I: Nada.

P: Eu não sei se consigo, eu gostaria de falar com o M. lá, mas precisa de uma autorização especial, é mais complicado, né?

I: Ah, mas o Juiz dá, porque eu não vi ele lá ainda; porque eu não to com um pingão de coragem, só de ler as cartas parece que já me dá uma punhalada nas costas. E eu passei tão mal na prefeitura, a B. ligou e disse: “tem umas cartas para você aqui” e eu esqueci de perguntar de quem, falei “to indo buscar” e eu sou meio apavorada, né? E fui, na hora que eu olhei assim, M.E. de A., eu abri, assim, comecei ler, mas eu passei mal, hein? O M. tem tudo para crescer, pensa em um menino que tem um coração bom; mas depois que conheceu esse ... pensa em um menino que entortou mesmo. Já era torto, não to dizendo que amizade tem a ver, porque os dois meus ex-maridos usavam drogas e eu nunca coloquei droga na boca; o primeiro meu ex-marido eu ficava na rodinha vendo tudo eles fumar; uma vez eu fiquei doidinha de tabela, levantava as penas tremiam, que a fumaça vinha no meu rosto, eu nunca coloquei na boca; as drogas que coloquei na boca foi cigarro e álcool. Agora o M. usando droga é uma coisa, bêbado ele é outra. Ele se transforma.

P: E o L. como que era quando usava?

I: O L. ele só não gostava muito de tomar banho, eu comecei desconfiar disso daí, não tomava banho, dormia sempre tarde, não fazia nada, por isso que agora eu tenho quase certeza que ele não tá fazendo isso. Se deixar por ele, ele anda que nem filho de madame; ixi, ele precisava de umas roupas aí, eu cheguei pus em cima da cama, ele escolheu, nossa, já dobrou, pos em cima da gavetinha, tá lá.

P: Como é a sua relação com o L.?

I: Ah, eu faço o que eu posso por ele, só que eu falei, eu tenho pavil curto, se eu falar uma coisa eu gosto que faça logo, e se falar não pra mim eu já dou um

berro, uns gritos, já falo: “deixa então que eu faço”, aí eu não aceito que faça mais. Se falar não para mim, não adianta pedir de novo que eu não quero que faça, aí eu vou e faço. Mas ele vai no banco para mim e não mexe em um real. Ele foi esses dias receber, eu achei incrível, ele foi pegar um dinheiro no banco para mim, 20 reais da bolsa.

P: Bolsa do quê?

I: Bolsa família, recebo dele, 20 reais. Aí ele chegou e falou: “Mãe, quanto que era para eu pegar mesmo?”. Eu falei: “20 reais”. Aí ele pôs a mão no bolso, porque ele é metido, né? E disse: “então eu vou te emprestar” começou contar, 50, 50. E eu: “L. pelo amor de Deus, que dinheiro é esse? Você tirou o seu dinheiro do banco?”. Eu também achava que o moleque tinha um rio de dinheiro no banco, né? Ele tem acho que quarenta conto no banco. Aí ele começou a dar risada e eu: “L. pelo amor de Deus, já comecei ficar nervosa, eu tava sentada aqui na padaria, que todo dia eu espero o A. ali.

P: Quem é o A.?

I: A. é meu “encrenca” (risos).

P: Que isso?

I: Meu namorado. Aí ele falou: “lê esse papel aqui”. Aí eu li “PIS”. Eu não sabia que eu tinha esse dinheiro para receber, eu nunca recebi na vida, eu to com 44 anos, eu nunca recebi esse negócio. Tava no banco desde o mês de outubro.

P: Ele que viu?

I: Aí ele é curioso né, porque ele não dá ponto sem nó, ele sempre que puxa o extrato olha lá, aí ele leu, coloque o cartão, não sei que lá PIS, aí menina, mas foi uma benção, hein? Paguei dois meses de aluguel, nossa, uma benção, uma benção, aquele dinheiro caiu do céu. O L. que descobriu. E ele tadinho, eu fiquei com dó dele, eu tinha recebido o pagamento no mesmo dia, peguei dei vintão para ele; ele correu no caixa e depositou.

P: Ele tem conta no banco?

I: Ele tem, ele deve ter uns quarenta conto no banco já, porque tudo quanto é dinheiro que ele pega ele corre lá.

P: Ele guarda?

I: E o dia que vai para J., né? Ele ama aquele lugar, ele ama o padrinho dele. Ah, o L. foi batizado recente. Nossa ele ama aquele lugar, ele ta doido para ir para lá de novo, eu queria que ele fosse, passar o natal e o ano novo lá.

P: Onde vocês vão passar o final de ano?

I: Eu vou para a casa da minha mãe, dia 24 to lá à noite.

P: E o L. ele vai também?

I: Se ele não estiver em J. ele vai. agora se ele não quiser...

P: Obrigada pela participação.

I: De nada.

P: Parabéns pela sua história de luta e batalha, boa sorte.

I: Obrigada.

Entrevista 3

P: Leitura do Termo Livre Esclarecido e apresentação da pesquisa.

Juiz: O que eu acredito que ocorra nessas situações, vendo pelo que ocorrem aqui, que ocorre muito isso também, é que no âmbito dos adolescentes, eles não tem um respaldo familiar, não tem um suporte familiar, porque se tivessem pais que se preocupassem, não só com a integridade, com a saúde, com o quê que eles estão fazendo, onde eles estão, se eles estão estudando, se eles estão aprendendo. Porque isso vai ser importante pra eles, porque esse é o

caminho para eles atingirem um futuro mais digno, de realizações, enfim, esses casos que desaguariam aqui seriam bem menores. Porque a idéia é tentar solucionar uma situação aqui que não conseguiu se resolver em casa, por omissão dos pais, por falta de respaldo dos pais, ou caso em que os pais muito embora, procurando encaminhar o filho, resolver o problema do filho, não conseguem fazer isso sozinhos, mas eu pelo menos quero ver que nesses casos, às vezes quando eles chegam aqui, ou porque o adolescente praticou um ato infracional, ou como vocês dizem, conflito com a lei, acaba havendo um encaminhamento, às vezes até pelo SAI aqui, e isso às vezes já consegue, de alguma forma, resolver ou abrir um caminho para que isso vá se resolvendo aos poucos. Mas, a maioria dos casos são esses, são adolescentes que estão envolvidos com drogas, cujos pais são omissos, não se interessam e ninguém mais da sociedade demonstra maior interesse e se não tem em casa um respaldo, é difícil qualquer outra providência que vá solucionar, porque encaminha pra escola, encaminha para algum projeto municipal ou governamental, digamos, de apoio à crianças e adolescentes. Ele vai permanecer ali algumas horas. Depende muito da família querer mudar de situação. Porque se ela não quer, não vai, como acontece, não frequenta a terapia, tem que obrigar, mesmo assim não vai. Bom, o quê que nos resta fazer? Mandar abrir um procedimento criminal um inquérito policial, por omissão, por abandono material, moral. Também, dificilmente vai ter uma solução que resolva o problema, porque vai responder ao processo, geralmente se está nesse ponto, se chegou nesse estágio, o pai, a mãe ou ambos, não estão nem aí, não se preocupam, estão pouco se importando com a consequência do procedimento criminal porque o que se pretende é constranger a pessoa a cumprir aquela decisão “bom se eu não cumprir isso eu vou responder a um processo criminal, eu posso sofrer uma penalidade criminal”. Agora, as pessoas não estão se importando até porque uma das, digamos assim, uma das grandes punições seria a pessoa ostentar um registro criminal, não para mim ou para você, para uma pessoa de bem, que ter um registro criminal, é algo que vai dificultar a nossa vida, porque eu preciso ter uma ficha criminal limpa pra poder fazer um concurso, pra conseguir um emprego, pra ter uma vida normal na sociedade, agora essas pessoas, geralmente não estão preocupadas em ter uma vida dentro daquilo que a gente tem como socialmente ajustado, aceitável, não tem emprego, geralmente também tem envolvimento com droga ou com bebida alcoólica, enfim, são pessoas que já tem a vida desestruturada. Claro, os filhos vão crescer num ambiente desestruturado. Então, a gente tem que começar por aí.

P: Eu tenho algumas perguntas a respeito do trabalho do senhor. Qual o tempo de experiência nesse trabalho da vara da infância, especificamente nessa área. Quanto tempo o senhor atua ou tem contato com essa população?

Juiz: Eu nunca trabalhei só na área da infância, eu tenho três anos como substituto, e eventualmente atendi alguma situação na área da infância, mas era algo muito eventual. A não ser alguns meses que eu atendi uma comarca de C. de A., que lá tinha muito problema de menores, então também atendi alguma coisa lá, mas junto com outras coisas, com outras questões. Quando eu fui promovido pra uma comarca de instância inicial eu fiquei um ano em O., dois em G. R., também era tudo, inclusive a área da infância. E aqui estou há quase quatro anos, mas também não é só a área da infância, envolve também parte de família e a parte criminal, que é a que mais absorve. Então o quê que

acontece? Acaba-se priorizando, com exceção daqueles procedimentos de menores que são urgentes, porque o menor está apreendido, ou porque é um caso de adoção, o menor está abrigado, com exceção desses casos que demandam urgência, acabam priorizando aqueles casos do crime, da família, ou do que tem urgência também. Então os demais, acabam entrando nessa relação de outros processos também, então não é um atendimento particularizado, não é só aquilo. Então, comarca que tem vara privativa da infância, que aí já seriam as maiores, C., L., M., aí sim o Juiz pode se dedicar só à aquilo e tem condições de se envolver melhor com essas questões da infância que tem reflexo social muito grande e demanda um envolvimento com toda estrutura do município esteja ali em funcionamento. Então aqui o quê que acontece? Esses atendimentos têm o Conselho Tutelar que faz esses atendimentos, e que eventualmente quando não conseguem resolver, solucionar, encaminham pra cá. Mas, o que acontece também, e isso acontece aqui e em todas comarcas que eu passei, todas mesmo quando eu era substituto, é que o Conselho em geral, não é dotado de pessoas que sabem qual é a sua função, não são conselheiros que são vocacionados até, ou seja, são eleitos, tem o interesse da remuneração e, enfim, eles não conhecem o ECA, ou conhecem porque tiveram que ler ali pra fazer, de repente um teste pra se candidatar, ou pra poder chegar a esse cargo de conselheiro e muitas vezes até tendo boa vontade, não conseguem se incumbir satisfatoriamente dessas funções, e o quê que acontece? Põe no papel o que está acontecendo, e joga pro fórum, joga pra mesa do Juiz.

P: E o que o Sr. acha que eles deveriam fazer nesse contexto? O quê que o Sr. acha que eles poderiam fazer que ajudaria nesses processos da infância, que tipo de intervenções que eles poderiam tomar, por exemplo?

Juiz: Se eles fossem mais preparados e mais comprometidos com a função não estou querendo dizer que aqui ninguém é comprometido, é claro, tem conselheiros bons que se desdobram pra realmente tentar resolver as situações, mas acho que se houvesse um comprometimento maior, acho que muitos deles poderiam resolver ou dar um encaminhamento. Mas isso, é claro, dependeria de integração dos conselheiros com as estruturas que existem, sejam municipais, estaduais, federais, toda a estrutura governamental que existe no município, se ele conhece essa estrutura, se ele sabe como funciona, se está preparado pra isso, eles já podem dar um encaminhamento e, muitas vezes resolver a situação. Acontece que não sabem resolver isso e passam pra outro órgão, encaminha para o Ministério Público, pro judiciário e acaba acontecendo isso. Geralmente o Ministério Público acaba tomando providência no plano judicial pra tentar resolver, mas daí entra toda aquela burocracia com pedido de providência, regra geral, passa pra cá passa pra lá, muitas vezes se resolve, agora, nós contamos muito, precisamos muito de um corpo técnico auxilie isso tudo, por exemplo, o SAI. O SAI não é um SAI oficial do tribunal. Não tem um psicólogo, assistente social do tribunal pra atender o SAI, então fica com aquele problema que sempre pessoas excelentes, Graças à Deus aqui em M. são como você, a S., a L., a R., me parece que está se saindo bem também, a impressão que eu tenho, não tenho como garantir isso também que tem se envolvido, tem nos ajudado muito porque a gente não tem como ficar toda hora saindo ir na casa ver o que está acontecendo, correr atrás de prefeito, disso e daquilo pra tentar resolver aquela situação.

P: Se o Sr. cuidasse só da vara da infância, essas ações seriam feitas, como sair, ir até o prefeito, até a rede, esse trabalho seria feito pelo Juiz?

Juiz: O Juiz da infância tem uma conotação social muito grande porque a vara da infância tem essa conotação, varia muito de Juiz, tem Juiz que tem um perfil que atende essa demanda da vara da infância, é claro que precisaria se envolver com os órgãos públicos que existem, ver o quê que existe na comunidade e procurar.

P: Esse é um dos papéis do Juiz?

Juiz: Esse é um dos papéis, veja bem, ele não é um administrador, não vai atuar como se fosse prefeito, como se fosse uma entidade do poder executivo, mas, eu acho que ele tem a função de procurar buscar soluções pros problemas. Então, tem um problema no abrigo, e o Juiz, na função dele, não tem como resolver, mas aí ele tem que sair a frente e buscar na comunidade as soluções para essas questões. Aqui em M., por sorte, a promotora que atua na infância, ela é muito atuante nessa área, ela exerce esse papel que também é do Ministério Público, não é só do Juiz, é do Ministério Público também, e pelo que eu vejo ela sempre procura tomar essas ações pra resolver isso, aqui geralmente ela consegue resolver, mas às vezes nós resolvemos em conjunto. Por exemplo, as técnicas do SAI, de renovar final de ano, vai ter que exonerar, a gente ia lá conversar com eles. Ela sempre acompanhava mais de perto isso, comentávamos com ela e ela falava, nós íamos lá conversávamos com ele, já conversei até por telefone com ele por conta desta situação, realmente pedindo, “olha prefeito, na verdade nós estamos precisando disso, precisamos resolver pra ser desta forma”. Ele pelo menos aqui, sempre procurou, sempre demonstrou boa vontade em atender. Da mesma forma na área criminal, aqui nesse cargo que eu exerço implica também em corregedoria da cadeia pública, então a Dra. M. participou também de uma reunião com representantes do ministério público que envolveu prefeito, envolveu também delegado, chefe do conselho de segurança do município pra gente tentar viabilizar a construção de uma nova delegacia. A informação que a gente teve da delegacia mesmo, é que o Estado tem interesse, teria até condições em fazer uma nova delegacia, mas precisaria do terreno e precisaria que o município arcasse também com a construção da parte administrativa, quer dizer, o Estado ia construir a parte do presídio, das celas que demandaria um recurso maior, dos materiais que estão empregados ali pra segurança e faria até um salário para os presos também. Então, tivemos uma reunião com o prefeito, com o MP e disse também da importância disso pra ele, e tenho buscado informações com a delegacia, até porque os nossos presos aqui estão todos em M., e M. já está lotada. Conversei esses dias com o Juiz lá da vara de jurisdições penais, está quase também no limite lá e daqui a pouco eles vão parar de receber presos nossos, porque prende algum flagrante aqui tem que ser encaminhado pra lá. Daqui a pouco volta, acabaram as vagas e não tem o que fazer, pelo menos eu não posso mais receber. Então eu tenho um motivo para agilizar lá na secretaria do Estado de Segurança Pública a questão da permuta dos terrenos pra poder dar início a construção de uma nova cadeia, porque se não sair essa permuta do terreno, isso também não sai. Então, é algo que foge um pouco dos processos, e é algo que o Juiz não tem como resolver, ele empresta, digamos assim, a autoridade dele e diz “olha, precisamos disso; isso é importante para o município”. Problemas no abrigo também, às vezes a Dra. me chame e diz “olha, está acontecendo isso no abrigo”. Ela acompanha mais de perto, e

sempre fala com o prefeito pra tentar resolver isso e isso. Marcamos uma reunião e então nós vamos lá, e eu me interiro com ela com o que está acontecendo, nós vamos lá e procuramos resolver. O Juiz precisa ter um equilíbrio, porque tem juízes que tem mais vocação pra trabalho de gabinete, então deixa essa parte mais de lado, não se interessa, não vai atrás, outros gostam de fazer só essa parte, então não cuidam dos processos. Então, às vezes são excelentes administradores, vão atrás de procurar terreno, viabilizar favores, fazer abrigos, de arrumar delegacia, de implantar no município uma forma de cumprir penas em regime aberto, enfim, realmente um trabalho admirável que consegue envolver a comunidade até transformar a comarca, mas às vezes não se esforçam, não dão sentença fazem o trabalho que é o trabalho primordial deles. Então o Juiz que trabalha com essas questões que envolve a área social, isso na vara da infância muito forte tem esse aspecto, tem que procurar dosar isso.

P.: Qual trabalho o Sr. considera primordial na vara da infância?

Juiz: Os processos estão sempre em primeiro plano até porque aqui tem casos de adoção que levaram dois, três anos pra resolver, uns que eu julguei aí ficaram três, quatro anos em andamento e não demora porque o processo foi complicado, demora porque a estrutura é deficitária. Os cartórios acabam priorizando os processos de natureza que não podem ser deixados de lado, os processos de réu preso, os processos das famílias de natureza urgentes, aqui por exemplo, tem muitas execuções de alimentos, alimentos em execução. Eu procuro adotar aqui uma forma de proceder que aqueles processos de alimentos que tem uma urgência maior tramitem de forma mais rápida. Pra que no caso de ser decretada uma prisão, seja decretado rápido e que abrange um numero pequeno de prestações até, que possibilite o pagamento. Até também os advogados pediam assim e isso acabava tramitando assim, pedindo dez prestações atrasadas e o processo não seguia um rito urgente, daqui a pouco estava com vinte prestações, estava com um ano e o processo não tinha uma solução, não tinha prisão, não tinha nada. Não tinha justificativa ou processava junto com prestações ainda mais antigas. O entendimento que é consolidado é que no rito da prisão você tem que pedir as três últimas vencidas, e a partir do pedido da apresentação em juízo as demais também serão incluídas na conta, estão se o pedido demorou sei, sete, dez meses aquelas três vencidas mais aquelas que venceram no curso do processo vão ter que ser pagas pra poder elidir o decreto da prisão. Aquelas que são mais antigas, elas tem que ser debitadas pelo outro rito que envolve penhora, enfim, a nossa clientela aqui não tem ciência que geralmente não vai ter uma solução. Então, eu comecei a exigir que pelo rito da prisão só sobre as últimas. As demais vão para o outro rito e em outro processo pra não tumultuar. Então, me parece que tem resolvido. Se pega as três últimas, tramitam de forma mais rápida e se é caso de prisão, sai a prisão e geralmente não tem muita coisa atrasada. Às vezes seis, sete, oito, quatro, às vezes três, e eles tem condições de pagar ou negociar e a gente já resolve o processo e arquiva. Se a partir daí atrasar é outro processo. Isso tudo também tem uma conotação social porque geralmente 99% é pra menor, é a mãe que esta com a guarda e esta pedindo, já esta numa situação difícil e se não vier vai agravar mais ainda em prejuízo da criança, do menor. Uma questão de família, mas que envolve também menor. Veja bem, o adolescente que se recuperou, que não foi recuperado atingiu a maior idade e agora está cumprindo processo criminal, como: D., C.,

P., daqui a pouco o J. está assim, o C. está assim, então quer dizer, aí já passa pra esfera criminal. O que acontece? A gente aplica as medidas, não cumprem, os pais passam a mão na cabeça, são omissos, às vezes realmente não fazem o filho cumprir, e é um trabalho que se tenta fazer aqui e vai por água abaixo.

P: Dr. em relação ao sistema de garantias de direitos, qual o papel do Poder Judiciário dentro desse sistema?

Juiz: O Poder Judiciário atua através dos processos, o Juiz não sai pela rua e tenta resolver, “oh pára aí, reduz a velocidade” não é a função dele, sair pela rua recolhendo menor não é o papel dele. Constatado uma situação de lesão, direito na questão de menores, crianças, conselho tutelar, demais formas que atuam nessa matéria procuram resolver dentro das atribuições deles aplicando aplicativos que são da competência deles e não conseguindo resolver isso e vendo que não conseguem garantir a efetividade dos direitos aí comunicam o Ministério Público, agente judiciário para que instaurem um procedimento e através do procedimento resolver essa situação. Porque o que é o processo? O processo não é um fim em si mesmo ele seja o criminal, da família, da infância, seja os da vara civil, seja o estadual, seja o federal, o do trabalho, o processo é só um instrumento. Um instrumento pra gente poder resolver uma situação. E é um instrumento que o poder judiciário usa. O processo judicial é uma forma de tentar resolver essas situações em suas respectivas áreas. O que muitas vezes acaba acontecendo, acaba virando regra, é que o processo acaba virando um fim em si mesmo e não tem uma efetividade de se garantir a solução daquela situação. O que muitas vezes acontece é isso, às vezes essa desconexão dos órgãos públicos que existem, porque na maioria das vezes, as decisões que eu tomo aqui é muitas aplicada uma medida. Uma medida protetiva, uma medida sócio-educativa e o cumprimento delas, depende de existir uma estrutura, um local que vá absorver. Porque se encaminha pra um atendimento psicológico, primeiro eu preciso ter um sistema de atendimento. Um psicólogo do município preparado, capacitado pra atender aquelas situações, agora, começando, se não existe esse atendimento, como é que vai fazer? Municípios do interior aí não têm. Não tem um conselho tutelar, às vezes, ou aqueles procedimentos, por exemplo, de habilitação pra adoção, às vezes se precisa fazer um estudo social, ou não só esses procedimentos, mas, qualquer procedimento pra menor que você precise de um estudo social. Se não tem uma assistente social no município, se não tem uma psicóloga, nem pensar. O que acontece? Você usa o que você tem, já aconteceu comigo também. Um conselho tutelar, se você tem uma pessoa despreparada, se não tem vocação, como ela vai te ajudar? Ela vai lá dá uma olhada e relatar o que viu em três linhas e te entrega.

P: O Sr. entra em contato com familiares, com adolescentes fora das audiências? O Sr. tem outro tipo de contato?

Juiz: De regra nas audiências.

P: Já teve algum caso em que o Sr. teve que fazer alguma inspeção judicial, ou algum tipo de contato mas direto, por exemplo?

Juiz: O que pode acontecer, não está previsto no ECA, é uma questão de processo civil, o Juiz pode fazer uma inspeção judicial, que ele quer auferir em loco uma situação, até porque ela não tem como ser transportada para sala de audiência. Então o juiz pode ir lá. Já fiz mas, aqui em M. eu acho que não, se eu fiz não me recordo em G. R. mas, acho que era mais questão, não lembro se era uma questão que envolvia de menor ou não, eu acho que não. Eu fiz

algumas vezes lá, e eu acho que nas duas questões envolvia idoso, ao contrário, era melhor.

P: Se o adolescente vir aqui, por exemplo, eu quero falar com o juiz, ou a família, quero falar com o Juiz. O Sr. normalmente os ouve ou marca uma audiência, ou depende do caso, já aconteceu, ou não?

Juiz: Aqui em M. casos como este são encaminhados ao Ministério Público. Porque geralmente, se houver necessidade de uma atuação judicial, aí o Ministério Público faz o requerimento, faz a solicitação. É como no caso do menor. A conselheira encaminhou o ofício, veio pra mim, eu passei pra Dra. M., e com base nesse ofício noticiando essa situação de maus tratos ela requereu a instauração de um procedimento, um processo pra averiguar o que está acontecendo, pediu um estudo, pediu pra ouvir as pessoas, tudo bem, marcamos. Aí judicializou, aí fica uma questão judicializada. A partir do momento que ela fez o requerimento, é registrado, autuado, encaminhado pra mim e eu determino as providências que ela requereu e se eu vendo, entender que tem uma outra providência que pode ser tomada de imediato, eu também já posso fazer isso. Uma outra situação que também estava acontecendo aqui, esses procedimentos de aplicação de medida protetiva, estavam atrasando muito no cartório. A gente tem procurado orientar ali, daí a necessidade de, em determinadas situações, priorizar o andamento do processo. O duro aqui M., é que, se a gente for ver, o processo da infância, todos tem urgência. São menores. Os processos de família, o que tem que o processo de família? Bom, disputa de guarda de filho tem urgência. Execução de alimentos pra menor é urgente. Separação e divórcio, tudo bem. Quando envolve menor é um problema também, porque tem a questão dos alimentos, definição de quem que vai ficar com a guarda e tudo mais, mas o que tem muito aqui na família é execução de alimentos envolvendo menores. Tem urgência também. Crime. Só de processo de presos a gente tem aí setenta ou um pouco mais. É urgente, porquê? Porque está preso. Ele não pode ficar preso esperando a boa vontade do cartório cumprir, a minha boa vontade em analisar. Tá preso e a gente precisa resolver logo. E o que está acontecendo? A gente nota que cada vez a situação está mais, a demanda está maior, cada vez mais. Quando eu cheguei aqui eu soube, por comentário da Dra. M. que tinha nove presos, dez presos. Há um tempo anterior à minha chegada. Quando eu cheguei já era um número maior. Sexta-feira que era uma data reservada a audiência para réu preso, era uma ou outra que tinha audiência porque eram poucos reus presos e quando eu cheguei a realidade já não era mais essa mas mesmo assim se a gente for ver, quais eram os processos mais complexos que eu tinha aqui? Eram processos envolvendo no máximo aí três, quatro presos, com problema de drogas. Ou porque pegaram um carro passando ali na polícia rodoviária ou porque a polícia descobriu o local onde estava vendendo drogas, forma lá e pegaram três, quatro. Tô atendendo o processo do J., e teve também outro aí do A., pessoal que passou com droga ali. Mas assim, não eram processos assim, que tinham uma complexidade muito grande, mas eram. Hoje tem aqui um processo de roubo de trator, tem acho que vinte réus. Vinte réus presos. Tem a operação R., que foi desmembrado em dois, um que tem sete presos e o outro da quadrilha quem acho que vinte cinco, vinte seis réus, uma parte ainda está presa. No curso das investigações, era toda hora pedido de interceptação disso, pedido daquilo, pra você ver, por isso tem que priorizar, tem que priorizar, não tem jeito. Questão de réu preso que está cumprindo

pena que está preso. Agora acabei de pegar um da L., você sabe, progressão de regime, devolvi agora. Foi devolvido hoje. Um outro, esse do roubo do trator está “deste” tamanho o processo. Tem acho que uns dois pedidos de revogação preventiva, acho que uns dois de restituição de bens. Que eu a rigor, eu recebi na terça, acho que na terça eu recebi. Concluso junto com o processo municipal. Eu até queria já ter despachado tudo, mas, eu ainda estava com esse júri hoje também eu tenho que me organizar, preparar. O júri não é só um dia. É estudar o processo, preparar relatório pra enfim, só a parte jurídica do problema. Eu devolvi, fiz ontem depois do expediente, não consegui devolver antes, devolvi só hoje mas, também despachar mesmo só processo municipal. Pedido de revogação de preventiva, devolução de bens apreendidos, é que teve que aguardar o cumprimento do processo municipal até porque não queria ficar com eles aqui parados. Então dar um andamento para em seguida, hora que voltar resolver isso aí. Mas, são questões que você tem que parar, ler, estudar, não dá pra resolver de qualquer, tem que consultar, estudar, pesquisar. Às vezes uma situação ali que você vê que é alguma coisa, então é isso, começa a acumular. Uma outra questão. O que a nossa corregedoria, o que o tribunal cobra? Serviço em dia. Processos em dia. Eu não posso ficar acumulando processos aqui. Me cobram: “você está fazendo audiência? Está sentenciando quanto por mês? Esta despachando quanto por mês? Esta atrasando quantos processos? O que eles olham é isso aqui. É, quantificado, eles não vêem que tem gente à minha porta toda hora querendo conversar comigo, se eu vou fazer uma reunião com o prefeito pra resolver a questão do SAI, pra gente ter um SAI aqui ajudando, se eu vou lá conversar com o prefeito tentar viabilizar uma cadeia que a gente precisa.

P: E em relação a rede de atendimento.

Juiz: Talvez integrar melhor a rede. Eu acho, a impressão que tenho é que em M. ainda se consegue melhor um resultado melhor que em outras comarcas, com outros locais, porque aqui é uma comunidade, uma cidade que tem um padrão bom de vida, tem uma estruturação no plano municipal que me parece até boa, pelo menos os juízes, eu pelo menos, não tenho preferência por partidos, eu não tenho de forma alguma, mas pelo menos aqui a gestão atual sempre procurou nos atender, sempre o que a gente reivindicou, reclamou, sempre procurou dar uma resposta, e isso é um consenso, a Dra. M. também, uma vez a gente até comentou isso que ela procura ter uma resposta. Às vezes não é imediata, às vezes não é da forma como a gente gostaria que fosse, mas se procura dar uma resposta ou pelo menos demonstra boa vontade nisso, não fica só no “vamos ver, vamos resolver” não. Mas, eu tenho é essa impressão, essa questão mesmo do terreno da delegacia, a informação que eu tenho já da polícia é que houve a oferta de um terreno que está tramitando na Secretaria de Segurança Pública um procedimento pra ver se o Estado vai aprovar a permuta do terreno, ou seja, o município acho que vai fornecer um terreno pro Estado e o Estado repassa pro município o terreno do imóvel onde está hoje a delegacia. Algo mais ou menos assim, eu também não fico procurando me inteirar muito disso porque acho que também o papel do juiz é de repente, colocar as partes em contato, mostrar a necessidade daquilo, dar um empurrão e não ficar ali como se aquilo fosse um problema pessoal dele. Até porque a gente procura tomar um cuidado com isso e procurar atuar dentro das nossas atribuições, até pra não dar margem pra que algum agente político depois queira algo em troca. É lógico, proporcionei até aqui agora eu preciso que se

faça isso. Processos de ex-prefeitos, erro político uma vez que deixa o cargo o processo se tramita aqui e eu que decido, então é sempre uma questão delicada isso. Por exemplo, quando você é só juiz da infância dificilmente vai haver alguma confusão, mas não é só Juiz da infância, atua em outras áreas que pode haver interesse de algum desses agentes dos quais você acaba tendo que trabalhar, de algum modo integrado, ter um bom relacionamento, porque isso também acho que facilita muito, desguarnea o flanco pra possibilitar alguma proposta indecorosa, então a gente procura também sempre ter algum distanciamento, é outra situação do Juiz também, ter um bom relacionamento com as autoridades locais, com a comunidade e tudo mais, mas preservar sua imagem. Tem Juiz aí que se volta pra esse lado social, desenvolve muito bem isso, é amigo de todo mundo na cidade, é amigo das autoridades mas, fica até uma situação difícil porque numa cidade pequena, todo mundo tem algum problema no fórum. Se não tem, conhece alguém ou tem algum parente que tem um problema e daí pra chegar e pedir alguma coisa é muito fácil. Então sempre me preocupei também em ter uma atuação que não desse margem a que essas pessoas se sentissem autorizadas a pedir alguma coisa, não se sentissem com a liberdade de pedir isso e mesmo porque em cidade pequena as pessoas falam muito se você tem um relacionamento muito estreito, já fala 'ah está do lado daquele sujeito e anda atuando nessas questões eleitorais' então é tudo muito...não que se vá se preocupando com tudo o que falam senão a gente não faz nada, mas de certa forma a gente tem que preservar essa imagem, porque daí também é que vem a legitimidade o respeito dela. Se a comunidade não tem respeito pelo Juiz local, ele perde a autoridade, que autoridade ele tem? Nenhuma. A força do Juiz é a autoridade moral dele, basicamente. Tendo o respeito e a confiança das pessoas, se vê que aquela pessoa é imparcial, é seria, se ele falou, pode até estar errado, mas errou de boa fé, tentando acertar.

P: Estou estudando o caso do L.W.A. o Sr. lembra do caso?

Juiz: Pelo nome só não. Não é estranho o nome, mas eu não lembro qual que é a situação dele.

P: Esse é um caso que é atendido pelo SAI desde 1997, onde foi instaurado pedido de providencia. Então o Sr. teve algum contato?

Juiz: Teria que dar uma olhada no processo. É o mesmo processo que o J., P. De repente posso até ter tido um contato em algum processo, mas de nome assim, não me lembro. Talvez tenha feito algum um encaminhamento, então a gente não tem um contato, às vezes em uma audiência, alguns casos tem sim, mas também é aquele contato mais superficial, mais breve.

Entrevista 4

P: Leitura do Termo Livre Esclarecido e apresentação da pesquisa.

P: Gostaria de saber qual o tempo de experiência que a Senhora tem nessa área da infância e juventude?

Promotora: Eu atuo como promotora de justiça há quatorze anos e nesse período, em todos os lugares que eu atuei, atuei também na área da infância e da juventude, então, quatorze anos de experiência no total. Temos como base o Estatuto. O estatuto embora prevê todas várias medidas, a rede de atendimento, ela não funciona adequadamente. Ainda temos muito pra caminhar, muito pra avançar neste aspecto. Ainda está na falta de estrutura pra que o estatuto funcione, que as leis sejam implementadas como elas devem

ser. Então, tem avançado. O estatuto tem aí dezoito anos, nós avançamos muito, eu conheço a legislação anterior até porque nessa época eu já havia me formado, tinha sido graduada, e vejo que nesses dezoito anos avançou-se muito, mas ainda tem muito pra avançar. A rede ainda está longe de funcionar como deve, embora isso fique a cargo de cada município, mas o nosso município, por exemplo, tem avançado. Podemos falar que temos uma rede, ela não funciona ainda adequadamente como deve funcionar, mas temos obtidos muitos avanços e a expectativa é de que isso continue avançando, melhorando esses programas de atendimento, trabalhando de fato a família também como é necessário, não só o adolescente envolvido no ato infracional ou a criança em situação de risco, mas também a sua família, então, precisamos avançar ainda mais pra que a legislação efetivamente seja cumprida. A deficiência me parece que está mais voltado pelo fato da família, onde ocorre aí a situação de vulnerabilidade não ser adequadamente atendida ainda. Então os programas ainda não são suficientes pra atender, pra trabalhar essa família. Não diria num caso específico, mas assim, num grande numero de casos que temos, as dificuldades enfrentadas ainda se limita a isso, em não ter um trabalho adequado com as famílias, parece que a nossa dificuldade maior é essa, de não trabalhar suficientemente as famílias como deveria trabalhar. Um investimento maior na família. A efetivação de tudo isso passa e muito pelo Estado, na implementação de políticas públicas de atendimento, não só à família, mas de atendimento a criança e ao adolescente. O que poderia avançar ainda mais são as políticas públicas promovidas pelo Estado, pelos municípios. Então, seria a melhoria de políticas públicas e que isso implicaria na implementação das medidas previstas pelo estatuto. Facilitaria e muito.

P: Qual o papel do Ministério Público nesse sistema de garantia de direito? Qual que é o principal?

Promotora O Ministério Público nesse caso não só atua como um fiscal da lei que o estatuto, as medidas, as políticas públicas sejam efetivamente implementadas mas, atua como um defensor da criança, do adolescente que se vê com seus direitos violados. Então o Ministério Público atua na defesa dessas duas como na fiscalização do cumprimento da lei.

P: Qual a maior dificuldade que a Sra. encontra nesse trabalho, tanto na fiscalização quanto de proteção?

Promotora: Nós voltamos na questão das políticas públicas, que precisam ser melhores implementadas, vão ser melhores implementadas ainda. As nossas dificuldades passam sempre pelas políticas públicas a serem implementadas e também uma maior responsabilidade da família. Mas quando se fala em maior responsabilidade das famílias essa responsabilidade sozinha não vai acontecer. As famílias acabam não se ajustando sozinhas, do nada. É necessário que se crie, que possibilite o crescimento, que se faça orientação, que se trabalhe essa família. As dificuldades barram sempre aí: nas políticas públicas e na questão da família que sozinha não avança, não melhora, então a necessidade do trabalho. O município de M., estou aqui na comarca há dez anos, então fazendo assim um retrospecto desse período, analisando o período que eu cheguei até hoje, então, houveram alguns avanços, criação de programas de atendimento. De repente eu poderia dizer que poderia ter avançado mais, mas tem avançado. O próprio Estado tem direcionado alguns programas o que faz com que os municípios tenham que necessariamente criar esses programas. O próprio Estado tem auxiliado nisso, mas tem muito pra

avançar ainda. Os programas não são suficientes, a rede como eu disse, podemos dizer que quase temos uma rede informal, mas que ainda não funciona adequadamente. Agora sem dúvida tem avançado. O nosso desejo que avançasse mais rapidamente.

P: Como é a relação da Sra. com as famílias, a Sra. tem contato dentro das suas responsabilidades dentro do Ministério Público, como que é essa relação?

Promotora: Em regra temos muito contato. Não só por ocasião de audiência mas aqui no gabinete mesmo, tendo notícia de alguma situação que envolve uma criança e um adolescente principalmente em situação de risco, nós notificamos as famílias, os responsáveis pra que eles compareçam e orientamos, sem prejuízo inclusive das medidas judiciais que a gente acaba adotando. Então, há um contato direto posso dizer, quase que com todos os casos em que eu tenho atuado. Há um contato direto até de orientação até pra encaminhamento sem prejuízo da medida judicial. Então, a maioria dos casos eu tenho mantido um contato pessoal, aqui mesmo no gabinete com essas famílias.

P: E com os adolescente? Como é essa relação com eles, a Sra. também tem esses atendimentos?

Promotora: Também é assim. Há um contato direto com esses adolescentes envolvidos em atos infracionais, ou por alguma outra razão, ou em situação de risco, não necessariamente envolvido em ato infracional. Até porque hoje temos problema muito sério com a questão de evasão escolar ou de criança e adolescente que são vítimas de maus tratos, de violência tanto doméstica quanto violência sexual. Então, em regra também há um contato com eles no sentido de verificar o que, não só de orientar ou de fazer encaminhamento mas de ver qual a expectativa deles, qual o desejo, o que fazer pra que eles possam ter um desenvolvimento saudável, uma vida digna, principalmente nos casos em que eles estão sendo vítimas de violência. Ver qual o anseio, qual a expectativa, o que fere. E como nós aqui podemos auxiliar com os nossos encaminhamentos? Então, o contato é nesse sentido, em regra é pessoal aqui feito no gabinete também.

P: Como se dá a relação da Sra. com o Poder Judiciário e o Conselho tutelar?

Promotora: O contato com o Poder Judiciário em regra é bom, é assim, uma parceria no trabalho, isso é sempre muito produtivo quando as pessoas trabalham em torno do mesmo objetivo, que tem os mesmos interesses. Em regra é assim muito bom o contato, o relacionamento. Agora em relação ao conselho tutelar, embora há um contato até bom no sentido de eles pedirem orientações, informações mas, há uma dificuldade em relação a falta de, não diria de capacidade mas de capacitação dos conselheiros tutelares. Então, encontramos essa dificuldade muitas vezes, que o conselheiro geralmente é eleito em um mandato de três anos podendo ser reeleito, mas quando eles estão assim, melhorando ali um pouco essa troca, aí entra conselheiros novos e às vezes sem o conhecimento necessário. Claro que eles vão se capacitando mas, há uma dificuldade nessa capacitação, o que torna um pouco mais difícil esse trabalho em conjunto. Enfim, de uma forma geral, onde eu tenho trabalhado as dificuldades com o conselho tutelar geralmente ficam mesmo por falta da capacitação deles. No mais o contato é bom, eles atendem, vão atrás das situações de riscos, mas ainda precisamos que isso também melhore. O ideal seria dotar os conselhos tutelares de profissionais técnicos também para auxiliar no trabalho, porque às vezes esse trabalho do conselheiro tutelar

de atendimento precisaria um pouco mais de conhecimento até técnico. Diria até de profissionais da área de psicologia, da assistência social, isso poderia melhorar um pouco, esse entrosamento, contato com o conselho tutelar.

P: E com a rede de atendimento Dra. Como que é a relação, a Sra. tem contato, como se dá ?

Promotora: De duas formas, ofício e de contato direto mesmo. Conhecendo, numa cidade como esta, geralmente nós conhecemos as pessoas, isso possibilita um contato direto até por telefone, um contato por participar de reuniões, então há um contato bom. Como eu disse, como tem avançado as políticas públicas do município, isso faz com que a rede quase comece a formar uma rede, então o contato é geralmente é visual, por telefone, por ofício. E a receptividade geralmente é boa, poucas vezes encontramos assim, alguma dificuldade de ser atendido, poucas vezes, mas claro que as vezes ocorre. Na maioria das vezes as solicitações são atendidas, na maioria das vezes. Mas por exemplo, você falou em relação a escola, é um lugar onde a gente tem encontrado um pouco mais de dificuldade. Por exemplo, há um combate a evasão escolar, nós fazemos um trabalho de retorno da criança e do adolescente a escola e se essa criança, esse adolescente já tem muitas faltas, muitas escolas não têm feito um trabalho de recebimento quando dessa criança, desse adolescente. Costuma dizer “eles estão reprovados” então é como se dissesse “não precisa mais mesmo”. Em relação também ao adolescente, a criança mais rebelde, a escola tem uma certa rejeição em aceitar e por isso as vezes eles, nesses casos, acabam não querendo atender as nossas solicitações. Mas evidentemente que aí, tendo uma rejeição, uma recusa injustificada, o que geralmente é injustificada, as vezes acabamos até a fazer um pedido na via judicial pra que a escola aceite, então ocorre alguma dificuldade nesse aspecto. Em relação à saúde, o município como tem uma obrigação na maioria das vezes as solicitações que são feitas por nós, geralmente são atendidas. Claro que ocorre algum caso ou outro de resistência, mas nessa resistência também sendo infundada, injustificada, nós também temos adotado medidas judiciais pra que esse direito que está sendo violado e não está sendo garantido, pra que possa receber o devido atendimento.

P: E na área de assistência social, como é?

Promotora: Da mesma forma. Semelhante a da saúde porque geralmente a política de atendimento é de orientação de um administrador, então geralmente também. Mas, há algum tempo as solicitações são mais atendidas do que não atendidas. São encaminhamento pra programas de atendimento de criança e adolescente que o encaminhamento é feito por nós. Atualmente o município vem atendendo, mas claro, como eu disse ainda precisa avançar um pouco mais que é no aumento desses programas. Uma coisa que eu acho assim, muito interessante, que os municípios deveriam pensar é no período integral de escola ou contra turno escolar. Porque por mais que tenham programas, nem todos ali estão sendo assistidos. Mas em regra, nos casos que nós precisamos hoje, atualmente, mas nós já tivemos muita dificuldade com isso até porque não tinha programa mesmo em alguns anos atrás, então, como vai melhorando o numero de programas vai facilitando o atendimento das solicitações que são feitas por nós. Mas dá a impressão que eu estou falando que está sempre sendo atendido, que está ótimo, não é bem isso ainda, ainda falta. Seria

necessário o aumento das políticas públicas voltadas pro atendimento da criança, do adolescente e das famílias. É o aumento de políticas públicas voltadas exclusivamente pra o atendimento da criança, do adolescente e da família. Claro que isso envolve depois todo um trabalho de técnicos também, que eu acho assim, fundamental. Nós percebemos que os programas vão melhores onde os trabalhos são realizados através de técnicos, inclusive da psicologia. Então a gente vê que funciona melhor onde se valoriza onde se tem o trabalho técnico então funciona melhor. Mas passa por isso, na melhoria na ampliação desses programas de atendimento voltados pra criança, adolescente e pra sua família. Não adianta uma coisa, quando começou estava muito voltado pra criança e pro adolescente, antes não existia política nenhuma, depois ficou entre a criança e o adolescente, e hoje está se voltando um pouco mais pra família. Mas precisa melhorar ainda mais, porque não adianta melhorar a criança e o adolescente, você sabe disso tanto quanto eu ou até mais, que se você não trabalhar essas famílias onde estão em situação de vulnerabilidade, de risco, não se caminha muito.

P: Gostaria de saber como foi o contato que a Sra. teve no caso do L. que é o caso que eu estou estudando?

Promotora: O caso do L. é um caso que eu tenho acompanhado, inclusive com vários contatos pessoais, tanto com ele quanto com a mãe, os irmãos, há alguns anos, não me lembro ao certo se sete ou oito anos. Sempre no sentido de advertir, orientar a mãe. A mãe é uma pessoa que foi encaminhada aqui por razões de medidas aplicadas pra tratamento porque ela é alcoólatra, houve uma melhora mas, quando em quando ela tem uma recaída. O L. é um menino esperto, inteligente, mas também tem se envolvido em alguns atos infracionais, estava fazendo uso de entorpecentes, foi encaminhado pelo serviço de auxiliares da infância também em razão de medida de proteção pra tratamento em comunidade terapêutica, voltou bem, mas havia um certo preconceito com ele. As escolas estavam se recusando aceitá-lo, houve uma intervenção nossa. Mas o L. ele apresentou mais rebeldia na escola, então com frequência nós conversávamos com ele pra ele melhorasse o comportamento, então houve um acompanhamento no caso do L. assim, muito próximo, de contato visual, já de muitos anos. De fazer um acompanhamento assim, pessoalmente.

P: E como a Sra. vê o caso hoje, a vida do L., como ele está hoje?

Promotora: O L. também, assim como a mãe, tem altos e baixos e essa inconstância, eu diria que, na fase que nós o conhecemos, então ele tem tido fases de melhoras, fases boas e fases não boas. Há pouco tempo foi encaminhado pra um curso profissionalizante, não permaneceu nesse curso. Vejo que se deve a falta de apoio da mãe, pai eu nem sei, parece que nem tem a paternidade reconhecida. Mas a mãe, ela acha que fez sua parte, que eles conseguem decidir por si próprio, o que não é verdade mas ela pensa isso e com isso ele tem fases se altos e baixos acompanhando a mãe. E, atualmente, o que nós temos de informação, não são assim boas, mas ele é um menino de possibilidade de melhorar de ser resgatado, agora, precisa de muito trabalho, de muito esforço e muito acompanhamento. Mas ele tem qualidades, tem virtudes que precisam ser trabalhadas.

Entrevista 5

P: Leitura do Termo Livre Esclarecido e apresentação da pesquisa.

P: Qual é o seu tempo de experiência no trabalho com criança e adolescente?

Psicóloga: No Fórum tem 10 anos. Mas, eu tenho 7 anos em educação.

P: E qual é a sua função aqui no Fórum?

Psicóloga: Psicóloga.

P: E o que você faz? Que atividades você desenvolve aqui?

Psicóloga: A gente faz atendimento individual, no sentido de orientação, fazemos acompanhamento familiar, os relatórios das situações que a gente recebe dos processos, a gente tem que fazer uma avaliação, um diagnóstico da situação da criança, uma vez que são crianças vítimas de abuso, então a gente faz uma avaliação, e os adolescentes que estão em medida de liberdade assistida, a gente faz um acompanhamento e orientação deles também. Nós seguimos o Estatuto. Ele é muito bom, mas mal interpretado pelas pessoas. Deveria ser mais trabalhado com a comunidade, com a escola, deveria ter uma ou uma disciplina ou alguém que fosse explicar o que é o Estatuto, como funciona, quais são os direitos e os deveres dos familiares, da sociedade, da criança, dos pais, de modo geral. E uma coisa que eu acho que seria interessante é a mudança no Estatuto, que é uma coisa que eu venho pensando há muito tempo, seria a estrutura do Conselho Tutelar. Antes de ser, poderia até ser eleição, ou um concurso público, com profissionais: assistente social, psicólogo, pedagogo, e um advogado, que aí a pessoa passaria por esse Conselho e seria assistido nas várias ramificações que poderiam estar melhor acolhendo a situação ou a denúncia, da criança que chegasse no Conselho. Porque da forma que tá, as pessoas não têm formação, não têm conhecimento de nada, então dificulta o nosso trabalho aqui no Fórum. Porque daí cai tudo aqui, a gente faz muita coisa que não seria parte do nosso setor, mas a gente tem feito porque o Conselho não funciona adequadamente.

P: E você disse que às vezes o ECA é mal interpretado? O que acontece? Você pode dar um exemplo de o que acontece quando o ECA é mal interpretado?

Psicóloga: Na situação assim, por exemplo, a escola. Ela acha que uma briga na escola, por exemplo, tem que acionar o Conselho Tutelar. A escola não consegue ver aquilo como uma indisciplina do aluno, ela acha que tem que acionar o Conselho Tutelar. E os pais, às vezes, na questão da matrícula escolar, não têm responsabilidade às vezes de tá...faz a matrícula, mas às vezes não conduz o aluno pra escola, e a cobrança também no sentido de a gente tá..., por exemplo, assim: tem um artigo que fala sobre, por exemplo, da questão da matrícula escolar, que aí o pai fica responsável pela matrícula, a escola acompanha o aluno se ele está faltando, a escola às vezes atrasa de fazer essa informação, e o aluno fica prejudicado, porque o Conselho teria que fazer uma ficha, que chama "ficha do aluno ausente", então ela não está sendo adequada, porque o pai não procura saber se o aluno tá indo ou não e quando ele sabe, o aluno já faltou mais de 30 dias, aí que ele vai recorrer, a escola já não tem como aceitar aquele aluno, porque às vezes já está reprovado por faltas, então dificulta muito o trabalho nesse sentido, porque não estão...cada um faz uma situação diferente.

P: O que você pensa em relação a esse sistema de atendimento?

Psicóloga: Não funciona. Porque às vezes a gente precisa de uma consulta pediátrica, tem que chorar muito pra conseguir a consulta. Tipo assim: é uma emergência, a criança tá lá, é uma emergência, uma cirurgia, por exemplo, tem que esperar meses pra ser atendido. E no Estatuto diz o que? Que a criança tem que ser atendida, a prioridade é a criança, a consulta tem que ser imediata,

não ocorre isso. Na saúde a criança não tem prioridade. Projetos, programas, também a gente tem dificuldade de fazer os encaminhamentos, porque às vezes não tem vaga, e a prioridade não é a criança e o adolescente? Não tem. Creche também às vezes não tem prioridade. Então, acho que lazer, cultura, a criança fica sem, porque às vezes o Município não oferece, na nossa realidade aqui, do Município de M., no Paraná.

P: Como é a sua relação com as famílias? Como funciona o seu trabalho?

Psicóloga: Às vezes, por exemplo, uns brigam, né, quebram o pau com a gente, mas aí a gente vai conversando, né, vai fazendo aquela parte de orientação, de apoio com a família, escuta a família com o seu problema, então daí eles vão ficando mais flexíveis, porque a gente vai ta lidando com eles, então a gente faz as orientações assim, em grupos de apoio, que é o grupo de apoio da terapia comunitária, tem o grupo do amor exigente, que aí a gente encaminha os pais pra freqüentar o grupo, né, no sentido deles terem um apoio maior ainda do que só ficar na parte de processo aqui, porque aqui a gente não tem como dar uma atenção integral pra eles, a gente faz uma orientação, ajuda eles no apoio, mas a gente não tem como ficar acolhendo eles aqui, por exemplo, toda semana, né, fazendo uma terapia individual com eles não tem, então a gente orienta o grupo, que aí o grupo vai dar esse suporte pra eles, porque o grupo funciona uma vez por semana, eu tenho um grupo à tarde, atualmente não está dentro do Fórum, mas já funcionou muitos anos aqui dentro, que é um trabalho da terapia, a gente começou com a terapia familiar sistêmica, depois a gente usou a abordagem da terapia comunitária, esse grupo a gente mantém aqui toda tarde, toda terça-feira à tarde a gente atende esse trabalho em grupo aqui, então todas as famílias freqüentam esse grupo, e o grupo do amor exigente à noite, que aí eu também estou lá no grupo.

P: Em que casos os pais, as famílias são encaminhadas pra esses grupos?

Psicóloga: A maioria dos casos, por exemplo, vítimas de espancamento, maus-tratos, a falta, por exemplo, de diálogo na família, então a gente costuma encaminhar também por comportamento inadequado, os pais que não conseguem lidar com aquele comportamento inadequado que o filho apresenta, por exemplo, o filho não é um dependente químico nem um delinqüente, mas apresenta um comportamento inadequado, tipo, não freqüenta a escola, tem dificuldade de relacionamento com os professores, então a gente também encaminha.

P: E Como é sua relação com os adolescentes?

Psicóloga: Boa, de certa forma, boa. Às vezes a gente briga um pouco, mas a gente tenta mostrar pra eles a realidade mesmo da situação que eles estão vivendo, o que é que acontece que leva eles a ter esse tipo de comportamento, então a gente trabalha com eles pra que eles possam...seria mais uma abordagem realmente da terapia individual, de fazer eles entenderem o que ta acontecendo com eles.

P: E de que forma você trabalha com eles?

Psicóloga: Já tivemos grupos de adolescentes aqui, que a gente trabalhava mais na parte de ludo-terapia, a gente fazia mais um trabalho da ludo, e a roda de conversas que a gente utilizava esse termo, eles traziam as discussões, os temas, as problemáticas deles, só que daí o grupo, eles foram se tornando maiores e outros deles foram ingressados em projetos, então esse grupo não tem funcionado mais.

P: Então é individual o trabalho?

Psicóloga: É individual o atendimento. No atendimento individual a gente tem conversas e tem os testes que eu aplico, pra que a gente possa estar entendendo um pouco mais daquele adolescente, porque às vezes eles não trazem todo o conteúdo que deveriam trazer, então é através dos testes que a gente consegue tá fazendo com que eles percebam alguma situação. Em criança eu aplico o CAT, no adolescente o HPP, em crianças eu também aplico o HPP, o TAP, o BENDER, o Winicott desenho-história, que a gente aplica, faz 5 desenhos e 5 histórias.

P: E como é a sua relação com o Ministério Público?

Psicóloga: Temos uma boa relação. A gente costuma trocar bastante informação antes de fechar o processo. Então a gente discute algumas situações que poderiam estar... “olha, se a gente conduzir dessa forma, talvez vai ser melhor...”, então a gente troca muitas idéias antes da gente fechar o processo.

P: E com o Poder Judiciário, com o Juiz?

Psicóloga: Atualmente, a gente não tem um contato efetivo. Realmente é só o que os processos encaminham: o estudo social, a avaliação psicológica, não tem se discutido mais essa questão. Nós já tivemos outros, há um tempo atrás, tivemos essa oportunidade de também trocar idéias com o Poder Judiciário antes do fechamento do processo, né, de tomar a decisão final do processo, até em questão de sentença também às vezes a gente também discutia: “hoje um adolescente foi por preso por, às vezes, tráfico ou roubo em virtude da própria dependência”, então, às vezes, a gente sugeria discutir com o Juiz antes... “olha, no caso ele não precisa ficar preso, seria interessante se ele passasse por uma comunidade terapêutica, recebesse um acompanhamento diferenciado, que o problema dele era esse...”, porque daí a família ia pra uma terapia, pra um grupo de apoio, tinha melhor resultado, hoje a coisa demora pra fluir, né, a gente tenta fazer aqui no setor o máximo pra acolher a família e o adolescente, né.

P: E a sua relação com o Conselho Tutelar? Como é?

Psicóloga: É boa também. De vez em quando a gente se troca alguns elogios, não tem acontecido muito isso, mas eles sempre procuram o nosso setor, por falta talvez de conhecimento técnico, mas sempre por qualquer dúvida, qualquer coisa, eles procuram o nosso setor.

P: E você solicita o trabalho deles algumas vezes?

Psicóloga: Sim. A gente solicita no sentido de fazer visitas, algum acompanhamento que o Juiz manda no processo, e solicita lá o acompanhamento do setor técnico e do Conselho Tutelar, aí a gente agenda pra fazer a visita naquela família, né.

P: E a sua relação com a rede de atendimento? Como é? Como é o trabalho com a rede de atendimento?

Psicóloga: É boa, a gente tem tentado com conversa, informalmente, e se, às vezes, necessário, a gente tem que encaminhar ofício pra ser atendido, mas a gente tem feito um trabalho...a saúde tem nos dado um respaldo muito bom, quando a gente precisa de consulta, tanto pra adolescente menina, pras meninas que são vítimas de abuso, a gente tem uma pessoa que tem dado bastante atenção pra situação.

P: E nas outras áreas de atendimento?

Psicóloga: A educação é o que às vezes a gente tem contato direto com a escola, também tendo um bom respaldo deles, o que eles precisam a gente

também colabora com eles, o que eles precisam da gente, a gente também tem ajudado, nessa questão da ficha do “fica” nós também tivemos alguns casos esse ano que o nosso acompanhamento foi assim essencial, que ajudou os alunos a passarem aquele momento, voltaram pra escola, passaram de ano, tendo o atendimento aqui pelo setor mais o acompanhamento da família.

P: O que é a ficha do “FICA”?

Psicóloga: É ficha do aluno ausente. É uma ficha que vem do Governo do Estado pra controle de faltas, faltas consecutivas do aluno, por exemplo, se o aluno tiver uma semana de faltas consecutivas, o Conselho Tutelar deve ser acionado, avisar que a criança não tem comparecido à escola, mas, num primeiro momento, a escola também tem que buscar saber o que ta acontecendo com aquele aluno, né, e às vezes, a escola não tem feito esse trabalho, procurar consultar, ligar pra família, saber o que aconteceu, eles já mandam direto para o Conselho Tutelar.

P: E a sua relação, o seu contato, com o caso que eu estou estudando? Do L. W.?

Psicóloga: O L. já faz uns 10 anos. O processo do L. já é um processo muito antigo, que a gente já acompanhou muito tempo aqui, já passaram por vários juízes esse processo, né, a promotora não, a promotora sempre foi a mesma, mas juízes já passaram outros, e cada um se posicionou de uma forma, né, a gente tentou fazer o máximo que a gente pôde na questão de atendimento, encaminhamento, né, faltou assistência, na parte de políticas públicas. Não, na área da garantia de direitos. Uma garantia que foi solicitada muito e eles não foram atendidos foi na moradia, o município ter propiciado pra eles uma residência, né, então isso talvez dificultou um pouco a estabilidade emocional da mãe, porque o que ela sempre trazia de queixa era que não tinha um lugar pra morar, que sempre vivia na berlinda de pedir dinheiro pra comunidade pra poder pagar o aluguel, às vezes não pagava o aluguel, então ela se sentia muito acuada nesse sentido, a dificuldade dela.

P: Com ela chegou aqui? Como esse caso chegou ao setor? Ao Fórum?

Psicóloga: Quando eles chegaram no município, eles pediam esmola. Eles chegaram, vieram de outro Estado, vieram do M. G., e vieram já nessa situação de pedinte, né, chegaram numa situação muito difícil, na época eles foram acolhidos pelo asilo, e o asilo que encaminhou eles pro abrigo e, na época, o abrigo não funcionava só como abrigo, mas como abrigo e creche há uns tempos atrás, e eles ficaram ali sendo assistidos pelo asilo, inicialmente, aí depois como persistiu o comportamento de alcoolismo da mãe, e as crianças em situação de risco, porque ela tem cinco filhos, três permaneceram com ela, o mais velho não, os outros quatro permaneceram com ela até que a mãe dela veio e buscou a criança mais nova, que é uma menina, e ela ficou com os três meninos. Então aí eles ficaram no abrigo um tempo, até conseguir arrumar uma casa, ela alugou uma casinha, mas a questão era: como pagar esse aluguel? Então ela trabalhava de diarista, mas não conseguia, aí varreu rua, então a prefeitura ajudou assim, com cesta básica, pagava um aluguel ou outro, pagava uma água ou outra, mas não efetivamente: “olha, essa aqui é a sua casa, você vai morar aqui, você não vai pagar aluguel, esse aqui é seu emprego, tal, tal...”, então vivia sempre nessa condição: termina um mandato ou termina uma gestão, aí ela fica 4 meses sem emprego, demorava pra ser recontratada porque não consegue passar em concurso, tem dificuldade por causa da escolaridade, até que uma vez, um caso muito interessante que a

juíza determinou que o município desse um emprego pra ela, e aí, na época, o prefeito que estava encaminhou ela pra trabalhar no Fórum mesmo. Contratou, mas colocou ela aqui. O problema por que? O alcoolismo. Aí a gente conseguiu convencer ela depois de um bom tempo que ela fosse pra um tratamento numa comunidade terapêutica. Ela permaneceu oito meses, as crianças ficaram em um abrigo em outro município, não ficaram aqui neste porque este estava interditado, eles ficaram em outro Município, e um dos meninos se machucou, e ela quis sair, ela falou: “Não, agora eu estou pronta, eu vou assumir.”. Ela ficou bastante tempo na sobriedade, mas aí os problemas continuaram, né, em relação ao compromisso dela de muitas despesas e não tinha como pagar isso, né, então aí foi encaminhada. Ela tem dificuldade de freqüentar grupo, ela não freqüenta. Depois que saiu da comunidade ela teria que freqüentar um grupo de apoio e ela não consegue freqüentar nem o CRISTMA, que é um grupo de apoio a dependentes de álcool e droga, tivemos o AA e ela também não freqüentou, o Amor Exigente ela também freqüentou muito pouco, sabe, então ela diz que não consegue freqüentar grupo porque ela se sente muito sufocada, e sozinha ela também não vem pro atendimento.

P: E o L.? E os adolescentes, os filhos? Como eles ficaram nessa história toda?

Psicóloga: Todos eles apresentam reflexos do comportamento, na questão da dependência, porque já chegamos, assim, numa visita domiciliar que ela estava totalmente alcoolizada, ela fala muito palavrão, humilhava as crianças, toda numa situação de miséria, fazia xixi na cama, aí os filhos que tinham que ajudar ela tomar banho, tinham que ajudar a se trocar, arrumar a casa, porque ela não fazia absolutamente nada, ela passava 2, 3 dias bebendo, então os filhos convivendo com aquilo, tanto que o do meio, o M., que hoje tem 18 anos, o do meio, ele é dependente de álcool, tem uma dependência cruzada, mas a maior dependência é o álcool, ele também fica pra praça numa situação de mendigo, também como ela ficava anteriormente. O mais velho, ele é bem assim calado, não tem muita manifestação. E o L., que é o seu caso, ele já é mais assim, fala muito, mais espontâneo, mas ele também começou usar droga muito cedo, ele tinha 8 anos quando ele começou usar drogas, então ele viveu assim muito pra rua, pede muito as coisas, aquele vício de pedir as coisas pras pessoas, acha que todo mundo tem que ficar ajudando, a gente fez alguns encaminhamentos pra ele de cursos profissionalizantes, o M., também foi internado em comunidade terapêutica o do meio, depois que ele saiu ele foi encaminhado pra curso profissionalizante, concluiu o curso, mas ele não conseguiu emprego em virtude da própria condição do alcoolismo dele, aí ele vivia sempre sujo, ele fez curso de confeitiro, então tinha condições de arrumar emprego. Surgiu emprego, mas ele não conseguiu ser encaixado em virtude da própria situação que tava vivendo do alcoolismo novamente. E hoje é preso, porque pratica pequenos furtos, atualmente está preso, né, em virtude da questão da dependência da droga, ele luta para manter o vício porque não tem trabalho. A escola também nós tivemos dificuldade de reingressá-lo na escola após a saída da comunidade.

P: O M.?

Psicóloga: O M.! Ele foi...foi feito por intimação, por ordem judicial a gente conseguiu vaga pra ele na escola, freqüentou pouco tempo e já abandonou porque não conseguiu se inserir ali na escola pelas críticas, pelas conversas, a direção disse que não conseguiu trabalhar com ele muito bem. E o L. também

da mesma forma, a gente teve dificuldade de colocar ele na escola, difícil a escola aceitar uma criança que tem problemas de comportamento e problemas com dependência também. Apesar que ele tem pouca idade, mas a escola não consegue entender isso, né, que ele precisa voltar, ser novamente inserido no ambiente escolar.

P: E como ele está atualmente? Como está o caso?

Psicóloga: Olha, ele saiu da comunidade terapêutica tem pouco tempo, não sei mais ou menos a data correta pra mim te falar, mas tem pouco tempo que ele saiu da comunidade, se manteve um tempo na sobriedade, aí ele deu uma pequena escorregada, aí ele ficou lá uns dias, a gente ligou, ele retornou, a comunidade aceitou que ele passasse uns dias lá, né, aí ele foi lá e ficou uns 10 dias, aí ele conseguiu voltar, ta se mantendo na sobriedade, mas aí ele foi encaminhado pra um curso profissionalizante, desistiu do curso, retornou pra escola, mas depois não conseguiu permanecer na escola, a dificuldade de relacionamento na escola foi muito difícil, tudo que acontecia de errado era ele, né, então a gente não conseguiu que ele retornasse, ele ia ser encaminhado para o CEEBJA, porque ele veio da comunidade já com uma matrícula, ele poderia freqüentar o CEEBJA mesmo com a idade que ele tinha, 16 anos, fazer o supletivo, só que aí a mãe não o levou a se matricular no CEEBJA que seria em S., na cidade vizinha, e aí ficou na dependência dela, e ele não foi, e o Conselho também não foi, e ficou por isso mesmo, e daí ele perdeu o ano. Então eu diria assim, ele ficou sem assistência. A gente tentou encaminhar ele pra esse curso, freqüentou um tempo esse curso, e não conseguiu se manter no curso.

P: Muito obrigada pela participação.

Psicóloga: Por nada.

Entrevista 6

P: Leitura do Termo Livre Esclarecido e apresentação da pesquisa.

P: Há quanto tempo você já trabalha na área da criança e do adolescente?

CT: Bom, eu tô já há 10 anos em contato, mas o trabalho de Conselheira mesmo faz 7 anos. Estudei até o 2º grau. Nessa área só tenho capacitação. Seguimos o ECA. Olha, se você trabalhar dentro do ECA realmente, ele é muito bom, ele é muito bom, porque ali você vê que tem os direitos e os deveres, e muitas vezes é confundido, as pessoas vêm só os seus direitos, mas ali tem muitos deveres também. Você trabalhando dentro do ECA, você faz um trabalho muito bom com a criança e com o adolescente. Eu procuro trabalhar dentro do ECA.

P: E como é sua relação com as famílias que você atende? Como é seu trabalho com as famílias?

CT: Com a família? É, a gente procura ver as necessidades que a família, na verdade, tá necessitando, né, tipo no caso de uma orientação, tipo no caso de um encaminhamento para psicólogos, grupos de terapia familiar, a gente faz os encaminhamentos da família tanto como da criança e do adolescente também. A gente procura trabalhar assim.

P: Como é o trabalho que você desenvolve no Conselho Tutelar?

CT: Meu trabalho? Bom, depende muito do que a gente é chamado. No caso, tipo, com relação à escola, a gente procura ver qual é o direito que está sendo violado, se ele não está tendo matrícula a gente procura efetuar a matrícula; agora, na questão de violência dentro escola assim, muito pouco a gente se

envolve, porque é a escola que tem que resolver, tá. Tem também a droga, né, que os adolescentes e até crianças mesmo, tem muitos envolvidos com drogas, então, a gente trabalha com eles muito no sentido de que, pra fazer com que eles aceitem o tratamento, aceitem sair dessa vida enquanto há tempo, né, porque é um caminho sem volta, a gente coloca sempre muito isso pra eles, que é um caminho sem volta. Então, a gente conversa com a família, conversa com eles, deixa bem claro a situação que pode acontecer com eles. Então, a gente procura encaminhar eles para um tratamento.

P: E como é a sua relação com o Ministério Público e com o Poder Judiciário?

CT: Muito boa. Nós temos acesso, tudo que precisar, eles estão sempre nos orientando, nos ajudando da melhor maneira possível. Eu não tenho do que reclamar. A gente tem muito acesso a eles, eles estão sempre nos orientando.

P: Você pode me dar um exemplo assim de situações que você precisa ter esse contato? Em que situações que normalmente você tem esse contato com o Ministério Público ou com o Poder Judiciário?

CT: Nos casos mesmo de um estupro, nos casos de espancamento, são “n” casos assim, né, que a gente tá sempre passando, em casos de abandono.

P: Qual é o procedimento? Como que funciona o caminho de atendimento?

CT: Geralmente, nós recebemos denúncia, primeiramente nós recebemos e levamos ao conhecimento.

P: Quem denuncia?

CT: Muitas vezes é telefone anônimo, geralmente eles têm medo de se identificar, então, fica anônimo assim, mas às vezes é a própria família, alguém resolve, a própria criança, o próprio adolescente resolve, sabe, porque estão cansados daquela situação, querem sair, querem ajuda, daí é onde a gente entra e pede ajuda para o Ministério Público.

P: E como é a sua relação com a rede de atendimento? Como é essa relação com a rede de atendimento?

CT: Olha, com a saúde temos contato assim, temos um amparo bom, eles estão sempre nos orientando e nos ajudando, na área da educação também, eles estão sempre prontos também a ajudar as necessidades do Conselho Tutelar, e os outros órgãos também, o grupo de terapia, sempre também com psicólogos, sempre também super carregados, mas sempre dá um jeitinho de encaixar o caso do Conselho Tutelar. A gente não vê assim muita dificuldade não. Nós temos uma grande demanda, mas a gente tem atendido a todas.

P: E em relação ao caso do L. W.? Qual foi o seu contato com esse caso?

CT: O L. W. é aquele menino lá do 113?

P: Não, não. Ele foi pra J., ele voltou acho que vai fazer um ano, filho da I. que trabalha na P., lá no G. de E.

CT: Ah, o “L.” (apelido)...Nossa, conheço ele faz muitos anos, hein! Olha, desses 10 anos que eu tô no Conselho, com certeza eu tive contato sempre. Sempre até com a mãe, porque desde que eu conheci a I., ela foi separada, e sempre com as crianças. O primeiro contato que eu tive que eu me lembro é que ela era uma alcoólatra, e ela bebia muito, e as crianças ficavam muito sozinhas assim em casa, né, e às vezes a gente ia lá na casa dela e ela estava totalmente alcoolizada, as crianças tudo sem tomar banho, tudo com fome, e lá dentro da casa dela tudo em cima dela bêbada daquele jeito, uma situação bem precária mesmo. E a gente vem lutando sempre com ela na questão de ela parar de beber, porque tava dando muito problema pras crianças, com escola, tudo, né, e a gente foi lidando com ela bastante, até ela aceitar um

tratamento, porque a gente viu que não ia ter mais condições, ia ter que tirar as crianças dela, e é uma das coisas que ela não admitia, é tirar as crianças dela, ela não admitia isso. Dizia que ia mudar, que ia mudar, mas ela não conseguia mudar. Aí a gente convenceu ela de fazer um tratamento, e com isso as crianças ficaram abrigadas no Lar, e ela fez um tratamento e ela voltou melhor. Só que eu acho que devido ao jeito que ela tratou as crianças assim, acarretou vários problemas. Eles já nunca tiveram limite, nunca tiveram assim uma mãe que desse educação mesmo do jeito que tinha que ser, né, de impor as coisas, quando ela voltou eles não aceitavam mais. Não respeitam ela, chegam tarde em casa, começaram a se envolver com drogas, começaram a faltar na escola, aí o Conselho entrou, e vai tentando, vai tentando, né, fazer com que volte pra escola, né, mas é rua, eles queriam rua mesmo, se envolviam com más amizades, e foi uma luta aí, manda pra psicólogo, encaminha pra saúde, encaminha pra tratamento...teve um que fez o tratamento de 9 meses e ficou uma bênção.

P: Qual deles?

CT: Foi, acho que, o M.?

P: M. Aham...

CT: E ele retornou até querendo ser padre. Sei que ele estava super bem, mas ele chegou na casa dele e o que ele encontrou? Um ambiente em que os irmãos dele não estavam bem. A casa dele era mal freqüentada, a mãe dele já estava começando a beber de novo, então, já estava vivendo um problema novamente, né...

P: O M. ou o L.?

CT: Não, o M. Aí o L. começou também. A andar com más companhias, fazendo pequenos furtos, não ia pra escola, e a gente convenceu ele a fazer um tratamento, passou por psicólogo, tudo, né, aí ele aceitou fazer o tratamento, e realmente o tratamento pra ele valeu, sabe, ele ficou muito bem, conseguiu sair das drogas, tudo, ele retornou pra casa não tendo muito apoio da família, dos irmãos, da mãe, tudo, que é uma desestrutura mesmo, né, ele tava querendo retornar pras drogas, ele tava lutando, lutando pra não entrar novamente nas drogas, aí a gente conseguiu que ele voltasse lá pro internamento local, porque lá tem um senhor que eles chamam de "padrinho", né, e esse homem, ele dá muita força assim pro L., e agora ele tá aqui novamente, ele melhorou, agora ele tá aqui novamente, até agora eu não tenho ouvido falar nada (risos), espero que ele esteja bem.

P: E ele foi encaminhado pra escola, para algum atendimento?

CT: Ele foi encaminhado para um curso profissionalizante, de onde ele já ia sair com um emprego. E esse curso estava sendo custeado tudo pelo Fórum, e ele não pagava nada, ele tinha tudo, mas ele tava indo bem no começo, mas não sei o que aconteceu que ele começou a faltar, que a gente ficou sabendo, e aí quando a gente acordou que realmente ele tava faltando, ele perdeu o curso. Não tinha mais jeito de retornar. Agora o ano que vem a gente vai colocar ele novamente.

P: E na escola? Ele chegou a estudar?

CT: Não, mas no ano que vem ele vai voltar a estudar.

P: Então tá. Era isso. Muito obrigada pela sua participação.

CT: De nada, precisando...

Entrevista 7

P: Leitura do Termo Livre Esclarecido e apresentação da pesquisa.

P: Qual teu tempo de experiência nesta área da infância e da juventude? Qual a sua função dentro da secretaria de ação social?

Assistente Social: Até pouco tempo atrás a gente trabalhava com uma única assistente social do município, então a gente atende a todas as políticas. Era um serviço até centralizado na área de atendimento as políticas: idoso, PPD (pessoa portadora de deficiência), criança e adolescente. Então, todas as áreas de atendimento passam por aqui. Você atende de tudo, tem que ter um pouco de conhecimento pra poder orientar todas as ações. Na área da criança e adolescente eu tenho oito anos na área, oito pra nove anos, eu entrei na área publica, sou formada há vinte seis anos, mais na área publica mesmo, que foi sempre empresa, eu tenho de oito anos por aí. Então foi aí que eu comecei a trabalhar com a criança e adolescente, ter conhecimento do estatuto, todo esse procedimento. O estatuto esta com dezoito anos então, quando eu comecei a atuar na área de política pública ele tinha nove anos de implantação, era novo ainda. Inclusive a primeira capacitação que o conselho estadual da criança e do adolescente fez no Paraná, eu participei. Eu fui a primeira turma, foi ai que eu tive conhecimento do estatuto mesmo.

P: Quais são as atividades que você desenvolve aqui nessa área?

Assistente Social: É que a gente tem os programas de atendimento a criança e adolescente. Tem programa do Agente Jovem, Formando Cidadão, nós já tivemos o programa Menina Mulher, Semeando Caminhos, a gente presta acessória pro PETI, pro PAEM que são de atendimentos de crianças também que não estão aqui, mas que estão lá. A criança com deficiência faz atendimento e encaminhamento de benefícios. Atendimento das mães quando tem algum problema o Ministério publico nos encaminha pra atender famílias e crianças que tem algum procedimento. Com criança e adolescente também a gente faz a medida de prestação de serviço a comunidade e toda essa parte de atendimento a criança, programa sócio educativo, cumprimento de alguma medida, acompanhamento da família, orientação pro conselho tutelar quando solicitam algum procedimento, alguma visita. Então, a nossa área é essa de atendimento.

P: E quando o Ministério, por exemplo, solicita ou o conselho, quais são as ações que você, geralmente, desenvolve?

Assistente Social: Quando eles solicitam pra gente é pra verificação da situação da família em que a criança está inserida. É visitas domiciliares, procedimentos, encaminhamento pra rede de atendimento, se for o caso, mas mais é pra um parecer social mesmo, fazer um estudo da situação daquela família em que está a criança pra se fazer um procedimento depois. O Ministério Público quando encaminha algum oficio, solicitando pra verificar que situação que a criança está inserida, família, a constituição, é um estudo mesmo. Conselho tutelar é a mesma situação. Quando eles solicitam é pra gente verificar se aquela criança está inserida nos programas, se eles estão comparecendo, então é mais um controle da atividade que a criança está desenvolvendo dentro dos programas.

P: E como é a sua relação com as famílias, como são os seus contatos com as famílias?

Assistente Social: Os adolescentes que são encaminhados aqui para os nossos programas a gente tem uma convivência maior com as famílias porque eles estão aqui. Sistema de contra turno e eles ficam aqui com a gente, então o

relacionamento com as famílias é maior e com eles também porque a gente compartilha, é aqui dentro, então a gente está ao lado da atividade deles. E a maioria dessas famílias, vamos dizer 80, 90% são usuários nossos aqui da assistência, então tem uma relação maior com eles. Eles vem te visitar uma vez por mês, pegar algum benefício, pra solicitar alguma orientação, tem os grupos de terapia também que eles são inseridos, que funcionam freqüentemente, não na freqüência que a gente gostaria, mas eles também estão inseridos. Pelo próprio encaminhamento nosso aqui ou pelo encaminhamento do Ministério Público porque se eles são usuários nossos e eles usam algum benefício, eles tem que ter a carteirinha porque eles não vão receber benefício. É uma participação imposta? É, mas a gente sabe que depois que estão lá eles não param mais de freqüentar. Então você tem que, as vezes, coagir pra eles participarem dessas terapias comunitárias (que é feita para as famílias) pra que vire uma rotina e eles comecem a gostar, porque se eles forem por livre e espontânea vontade, eles não vão. A maioria é isso, porque a freqüência, as visitas dessas famílias são muito grandes aqui com a gente. Se o adolescente dá algum problema a gente ou chama a família pra vir aqui ou vai na família porque nós temos os coordenadores desses grupos, o coordenador vai visitar, o coordenador faz o contato com as famílias, liga pra escola pra ver se ele está freqüentando, então tem todo esse envolvimento da rede. Ah, ele está passando mal e precisa de um médico? O coordenador do programa vai e faz todo esse contato pra encaminhar, por exemplo, todos os adolescentes nossos aqui, foram encaminhados pra dentista, foram encaminhados pra medico pra avaliação quando iniciaram os programas, a mãe, é feito contato com ela. Não adianta fazer reunião com os pais, eles não vêm. Nós fizemos uma faz uns dois meses a noite, não vem. A gente entende que trabalha, cansa, mas eles não tem esse compromisso. Funciona mais se chamar um por um, eles vem quando tiver uma brecha ou telefone. Então é esse o contato, mas é tudo feito pela coordenação do programa.

P: Você acompanha esse trabalho?

Assistente Social: Acompanho. Todo problema que surge que não é resolvido, encaminha pra gente e a gente tomar as medidas mais técnicas.

P: E a sua relação com os adolescentes, como que é, em que momentos?

Assistente Social: É ótima. Aqui é constante, porque você saiu da sala, entrou, eles já estão aqui no pátio. Então é um relacionamento bom. E eles são assim: a fala que a gente tem com os professores, com os pais é que se eles faltam na escola mas não faltam nos programas. Então aí você vê o nível do relacionamento. Já tive relacionamento mais estreito com eles há uns dois anos atrás quando a gente não tinha uma coordenação, eu era responsável direta por eles, tanto que a minha sala era ali de frente, depois veio a coordenação e a gente se afasta um pouco, mas, é um relacionamento diário. Toda hora está na sala, você sai na janela vem um e conversa, você está aqui na porta... porque é um espaço onde a gente trabalha. Agora eles estão fazendo o curso de cabeleireiro, pras meninas ali, então você vai ali, eu já fui cobaia delas, a C. já foi, então todo mundo aqui participa. Então, estão aprendendo mas junto com a gente. E eles são a mesma coisa. Então na informática você vai lá dar uma olhada no que eles estão fazendo. Eles apresentam teatro a gente vai participar, faz uma gincana a gente está junto julgando. Tem um estreitamento muito bom, você participa com eles. Se eles têm piolho você pega, risos. Então é essa a situação, aqui não tem como você

não ter um envolvimento com eles, todos que trabalham aqui tem, conhecem todos. Então, é um estreitamento muito grande pela convivência todos os dias.

P: Você acha que eles são supridos das necessidades deles através dos programas ou você acha que teria alguma melhoria pra ser feita em relação a esse atendimento que eles recebem aqui, você acha que as necessidades em relação a adolescência, necessidades que eles tem de formação?

Assistente Social: Eu esqueci de te falar, nós temos uma terapeuta que vem uma vez por semana. Vem aqui e atende individualmente, estava trabalhando em grupo mas não funcionou. Aí a psicóloga fez o atendimento daqueles que queriam mesmo. Eu acredito que o que a gente tem pra melhorar é a parte de atendimento pessoal, psicológico, individual deles. O número é muito grande, nós não conseguimos suprir. Nós precisaríamos de um profissional todos os dias aqui e ainda não ia ser suficiente. Porque o problema maior deles não é o alimento, porque alimento eles tem aqui, não é roupa, porque vestimenta eles tem. É atenção, os problemas que eles trazem de casa que eles não conseguem resolver, eles voltam pra casa o problema está lá. Eles vêm aqui, a gente percebe quando eles não estão bem. Então esse problema que a gente percebe, que eles sentem muito essa parte, a parte afetiva mas não é com a gente, é com a família. Então a gente percebe isso e o que a gente também precisa é a parte de capacitação deles, de treinamento, de preparar eles pra sair, porque tem gente que fica com a gente até os dezoito, eles não vão em busca de chegar aos dezesseis e procurar alguma coisa, não, eles vão ficando porque aqui eles tem aquilo que eles não tem em casa, então, enquanto eles puderem ficar aqui debaixo das nossas asas eles vão ficando. Esse ano que nós implantamos as capacitações, que foi com os recursos do FIA, que nós desligamos uns trinta adolescentes.

P: Quais capacitações?

Assistente Social: Cursos técnicos, SENAI, SENAC. Cabeleireiro aqui, soldador, eletricista e mecânico de manutenção. Então nós conseguimos tirar um pouco, mas foi difícil. Tem uns que não queriam isso, tanto que demoraram pra se adaptar lá no SENAI. Lá nunca serviu lanche, eles ... com a nossa turma porque não serviu lanche, porque a rotina deles era: três horas eles tinham alguma coisinha pra comer. Chegavam lá eles queriam comer, então eles adotaram um lanchinho pra turma já partir deles. Antes eles ficavam até os dezoito e depois andar com as próprias pernas. Então era dura a ruptura, chegar aos dezoito anos e não ter mais o pessoal pra me orientar. É isso que a gente tem que pensar pro próximo ano, esse processo de desligamento. Não soltar eles sem nada. Porque eles são assistidos, apoiados, ajudados até os dezoito anos depois já não sabem o que vão fazer. A partir deste ano nós começamos a perceber que vamos ter que reestruturar isso, vai ter que criar algum instrumento pra que eles saiam daqui sem sentir muito.

P: Eles tem freqüentado esses cursos?

Assistente Social: Nós tivemos um índice de abandono muito grande de alguns adolescentes. Nós tínhamos vinte e três alunos nos dois cursos que nós estamos dando em M. Se nós tivermos quinze alunos hoje é muito, e são cursos todos pagos, eles não têm nenhuma despesa, desde vale transporte, o curso foi totalmente pago, material, tudo. Mas eles não ficaram.

P: Quais são os motivos pelos quais eles acabam desistindo?

Assistente Social: Os que não foram são aqueles que a gente tem maiores problemas porque eles tem medida de prestação de serviço, acompanhamento

em liberdade assistida. São os mais problemáticos mesmo nessa situação. Eles não conseguiram. Teve um que tivemos dois meses de curso, nem isso, e ele tinha oitenta e quatro faltas. A normativa do SENAI é sessenta faltas, ele teve vinte e quatro a mais, reprovou por falta. Foi bem nas provas, foi uma surpresa, mas, roubou lá quando chegou na segunda semana, roubou uma bolsa, mas continuou freqüentando. Com a gente nunca faltava. E eles não conseguem se adaptar a esse novo status deles lá. Por isso que eu falo que alguns dos motivos nós temos que repensar. E alguns mesmo que a gente não tinha contato, que foi encaminhado direto pelo Ministério Público que não quis fazer mesmo. Foi, participou um dia ou dois e são os históricos, aqueles que você tinha aqui no projeto, passou por aqui, passou pelo PETI, voltou.

P: E tem muitos desses casos, de ser assistidos por vários lugares e ninguém dar conta?

Assistente Social: Tem. Já tem uns que já completaram dezoito e nós temos uns cinco, seis que estão nessa mesma situação. Você não consegue. Tanto que nós criamos um projeto específico pra eles, há uns dois anos atrás "Semeando Caminhos", saíram, voltaram alguns que foram pra outros projetos. Tem um que nós fizemos um relatório pro conselho tutelar que ele já foi e voltou umas quatro ou cinco vezes. A gente não tem onde colocar ele mais, ele não quer ficar aqui. Ele só vem se o conselho for buscar. Tem outro que estava detido e saiu, vai colocar ele aonde? Ele não consegue vir aqui. Ele vem aqui e consegue desestruturar os outros, então o que fazer com uns adolescentes desses? Não são muitos, não justifica criar um outro programa em um outro lugar separado porque a demanda não é grande, tem quatro ou cinco, não tem o que fazer e fica atado, não tem aonde encaminhar. Tem outros que vem e fica sentado o dia todo, não faz nada mas está aqui, está aqui porque tem que cumprir a medida. É uma situação complicada.

P: Em relação aos operadores do direito e conselho tutelar, como é a sua relação com eles?

Assistente Social: Vamos começar com o conselho tutelar. O conselho tutelar a gente trabalhava muito em parceria com a gestão anterior. Tinha um estreitamento melhor, uma rede melhor pra trabalhar com o conselho. Eles tinham maior conhecimento do estatuto, de todos os procedimentos. Fez um ano em outubro que houve eleição e elegeram a nova equipe. Entrou essa nova equipe bem desestruturada, com o conhecimento do conselho muito básico, desvirtuando as funções deles, servindo mais de mediador dentro das escolas do que como próprio conselheiro, metendo os pés pelas mãos em algumas situações. Eu preferi ficar um pouco mais afastada, como técnica das ações do conselho, mas assim, nós temos muito dialogo com o Ministério Público a respeito dessa função do conselho. Então nós tivemos algumas situações complicadas justamente pela conduta deles como conselheiros. Mas, ontem mesmo fiz um estudo pro conselho tutelar, encaminhamos uma solicitação que eles pediram pra gente pra verificar a situação de um adolescente. Então, profissionalmente a gente atende todas as solicitações do conselho, mas dizer que a gente tem um laço estreito não. Isso foi rompido há questão de um ano ou nove meses mais ou menos.

P: Por qual motivo se deu esse rompimento?

Assistente Social: Discussão de papéis mesmo. Nós tivemos uma reunião no Ministério Público pra ver a função de cada um e um dos conselheiros a ser questionado sobre o papel dele, ele reverteu, virou e disse: mas e a secretária

de ação social não está fazendo nada? E nós dissemos: calma, nós não estamos aqui pra discutir ação social, estamos aqui pra discutir o conselho. Inclusive na época a promotora até entrevistou, solicitou que a conselheira viesse pedir desculpas à secretaria porque nunca foi negado nenhum benefício, nenhuma solicitação. Ficou uma situação muito chata porque não somos perfeitos ao cumprir nossa função dentro da ação social, mas também não era motivo pra colocar a situação assim. É aquela história que quando é atacado você revida atacando e a função nossa não era atacar, eu estava ali representando o poder público, o prefeito. Naquela discussão de alguns procedimentos que o conselho tinha tomado e que seria a postura do conselho. Então resolvi como secretaria, como técnica, não intervir mais no conselho. Se pedirem ajuda a gente vai e faz, auxilia nos procedimentos dos processos que eles têm, mas falar que fica ali, fora do normal, não. Com o Ministério Público a gente tem um relacionamento muito bom. Meu contato maior é com a promotoria, com o Juiz foram uma ou duas vezes, mas também foi bem mais com a promotoria. E a gente tem atendido as solicitações deles, eles acompanham os trabalhos que a gente faz aqui nos programas de atendimento, a promotora vem fazer palestras constantes, questão de vinte dias ela esteve aqui com os projetos. Então não temos nenhum problema com o Ministério Público, com a promotoria, nada, é um trabalho parceiros mesmo. Ela solicita alguma coisa, às vezes, nem oficia, a gente está tentando auxiliá-la, é um relacionamento muito bom. Com o Poder Judiciário é mais a base de ofício, não tem um relacionamento estreito de discutir casos, de sentar e analisar como a gente faz com a promotoria. Com a promotoria, se tem uma situação que a gente não consegue resolver, marca uma reunião vamos lá, junto com o serviço da infância, senta e vamos resolver. Mas, com o judiciário já não temos isso. Temos aqui também o conselho dos direitos que existe desde 13 de julho de 1990, desde que o ECA foi criado. Acho que M. foi o segundo ou terceiro município da região a implantar o conselho dos direitos, o conselho tutelar porque M. foi o primeiro, depois M. depois M. O conselho é formado por eleição, são eleitos à conferência deliberada. Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

P: Quem elege é o presidente, uma diretoria?

Assistente Social: É assim: a parte governamental é indicada pelo Poder Público, o prefeito indica quem serão os representantes da área da saúde, da educação, da assistência, da parte administrativa, então são dez governamentais, cinco titulares e cinco suplentes. E não governamentais são dez também, são as entidades que indicam quem vai concorrer à vaga na conferência. Chega na conferência os não governamentais, se der um representante por entidade e completar as dez vagas são referendados na conferência, ou se não, são eleitos. Mas como no município são poucas entidades sociais, é um por entidade. Nós conseguimos colocar todas as entidades no conselho titular e suplente, e referendado também o governamental na conferência. O presidente é eleito na primeira reunião do conselho. Nós temos por normativa um pleito, os governamentais (gov.) e não governamentais (não gov.), então, quando o gov. é presidente o vice é não gov. e vice-versa. Atualmente nós temos uma presidência do gov. que é representante da saúde, e a vice é representante de uma entidade social.

P: Qual o principal trabalho e função que o conselho desenvolve no município?

Assistente Social: A função dele é deliberar sobre as políticas públicas na área de atendimento da criança e adolescente. Sugerir programas, oficializar o Ministério Público ou o governo municipal pra se criar programas novos de atendimento pra área da criança se os que tem não são suficientes. É deliberar mesmo sobre a política. Uma das funções do conselho também que é ele que coordena a parte administrativa, organizacional do Conselho Tutelar, não a parte do trabalho, do atendimento do Conselho Tutelar porque ele tem autonomia pra isso. Mas o órgão acima do conselho tutelar da parte de organização, se tiver que fazer alguma deliberação, ou se tiver que tomar algum posicionamento contra alguma imprudência é o conselho dos direitos que é acionado pra deliberar sobre o conselho tutelar. E o conselho nosso, o maior trabalho é buscar recurso junto ao imposto de renda pra que aplique nos programas que a gente tem, porque um programa que é o “Formando Cidadão” ele é mantido com bolsas da arrecadação do imposto de rendas e é o conselho dos direitos que faz isso. Então a nossa maior preocupação é angariar recursos pra manter os programas. E quando tem recursos sobrando a gente partilha com as entidades. As entidades que apresenta algum projeto, alguma coisa. Até três anos atrás a gente tinha essa meta, mas já tivemos uma diminuição muito grande desses repasses de imposto de renda. Uma empresa deixou de depositar no nosso fundo dezessete mil reais, era muita coisa. A gente não conseguia suprir isso por ano só com os recursos que a gente tinha. Tirou isso mas nós estamos batalhando, mas ainda os conselheiros faltam muito, porque a ajuda é do conselheiro. Se o conselheiro não for atrás, porque a postura é assim: se você como entidade conseguir mil reais, quinhentos é da entidade, a metade já é da entidade sem ela apresentar projetos, essas coisas todas, ela só vai ter que prestar contas depois pra gente ter noção. É difícil isso porque cada um busca uma atividade que não seja da sua ONG, porque não estava só trabalhando na ONG e deixa passar, quando vê já passou o fim de ano e ninguém foi atrás de nada. Então as maiores funções do conselho é essa parte.

P: Como você avalia a situação dos atendimentos hoje, aqui?

Assistente Social: Muito fragmentado. Saúde já faz tempo que temos pedido um profissional lá pra que faça tudo isso, porque tudo da saúde vem pra eu atender aqui. Quando precisa de um assistente social pra assinar, eu não sou assistente social da saúde. Não estou fazendo um bom trabalho na saúde porque o que faço é um quebra-galho pra população não ser prejudicada. O CAPS precisa de um assistente social, eu sou a responsável do CAPS, eu nem vou no CAPS. Não dá. Na educação parece que vai sair agora um trabalho nisso. A gente vê isso tudo fragmentado, não pode em um município. Não tem uma reunião pra sentar e discutir. Até uns anos atrás a gente fazia de sentar, montar uma equipe de trabalho das secretarias. Porque o adolescente que é problema aqui, é também problema na saúde, na educação e aonde ele estiver inserido. Ele é problema no Ministério Público também. Eu vejo isso tudo muito fragmentado. Com a criança, com a parte que envolve a gente e o ministério publico, até conseguimos uma boa articulação, mas quando se precisa ser atendido na saúde, sem uma solicitação judicial não faz. Tem criança que não está na escola porque a escola se nega a atender, e está ali no estatuto dizendo que ela tem direito. Não interessa se a criança chegou no meio do ano, a escola tem que criar meios pra atender, mas a escola não sabe disso. É uma fragmentação muito grande até aqui com a gente. Quando eles precisam de um endereço de alguma família, qualquer lugar fora que liga na saúde, eles

pedem pra ligar aqui primeiro, porque eles acham que a assistência tem tudo e não tem tudo. A gente tem um cadastro muito bom que é do bolsa família, o cadastro nosso que tem toda a população em situação de vulnerabilidade está no cadastro. Isso poderia estar na rede, poderia estar sendo atendido, mas não tem. É um desafio pra todos os municípios. A rede é o caminho pra se resolver a maioria dos problemas do dia a dia.

P: Estou estudando o caso do L. V. da I. e queria saber qual foi a sua relação com o caso, se você atendeu o caso e como foi?

Assistente Social: Estou na prefeitura há quase oito anos e o L. foi um dos casos que passaram aqui pela gente pelos programas sociais que nós tínhamos. Como ele e os outros irmãos dele. O L. participou do projeto formando cidadão, participou do PAEM (Programa de Atendimento Educacional de M.), ficou aqui e depois foi transferido pra lá. Foi dado pra ele todo suporte, psicológico, atendimento formando cidadão antigamente tinha uma psicóloga exclusiva para o projeto. Ele tinha atendimento psicológico constante, no PAEM também foi a mesma situação, só que ele não se adaptava em nenhum lugar. Não é que não se adaptava, ele chegava lá criava confusão, ele brigava e ele mesmo criava uma situação que fazia com que ele não ficasse ali dentro. Na escola era a mesma situação, a gente tinha o acompanhamento dele. Na escola também já não estavam mais aceitando ele depois ele começou a fazer uso de drogas, pequenos furtos, acabou sendo internado e daí ele não participou mais de nenhum programa nosso. Ele ficou internado uma época, depois retornou e não fez. Por ultimo agora ele foi encaminhado pra fazer uma capacitação no SENAI de eletricista, ele foi lá duas semanas e o próprio SENAI excluiu ele do curso porque ele não tinha condições de se sociabilizar com os outros. Ele quase botou fogo dentro da sala, botou fog num papel e era tudo material que pegava fogo rápido, ele e outro menino. Então ele conseguiu nem se adaptar na capacitação. Além disso, todo suporte pra mãe, auxílio com alimentação, foi dado um emprego pra ela através da prefeitura, foi auxiliado com outras diversas, com aluguel, luz quando precisava. Então, é uma das famílias que nós mais auxiliamos na assistência social, foi a família do L.

P: Diante de todo esse apoio, esses encaminhamentos, hoje como é que você vê essa família? Como que eles estão?

Assistente Social: Olha, eu não sei se foi pelo fato de ter dado muita coisa, de ter dado tudo e não ter pedido nada em troca, é uma família que é dependente da assistência até hoje. Mudou-se a administração e ela continua sendo usuária daqui. Por quê? Porque todo lugar que ela vai alguém auxilia e nunca pede nada em troca. A mãe foi capacitada pelo SENAC com curso de cozinheira mas nunca foi atrás pra conseguir. A mãe não tinha essa capacitação, mas ela nunca arrumava um emprego nem se fosse de diarista, em nada. A mãe era também alcoólatra, e eu acredito que ela ainda faz uso de álcool. Então é uma família que ainda é usuária e ela não vai deixar de ser. Um irmão esta preso agora, o outro também foi possibilitado uma capacitação pra ele, que ele já tem dezenove, vinte anos, inclusive vai ser pai, foi pago curso pra ele também no SENAI e ele também não foi fazer. Então é uma família que eles não tem compromisso com eles mesmo, eles não querem se promoverem, não querem se qualificarem, não. Se tem um dinheirinho hoje é suficiente, se não tem vai lá, o filho mais velho mesmo é assim, vai lá faz um "servicinho" de pedreiro, agora com o sogro dele ou na roça alguma coisa, na lavoura, é o suficiente. Então eles não pensam em ter alguma coisa fixa, algum treinamento

e não vai conseguir. Fala que vão atrás de emprego, mas eles não têm nenhuma capacitação, e quando se dá capacitação eles não vão fazer. Então, é um círculo, eles não fazem pra não ter que ir atrás e vão atrás e não tem a capacitação. Então fica nesse jogo, mas quando foi proporcionado eles não tiveram interesse. A mãe é a mesma coisa. A mãe não tem preocupação em nada. Agora em dezembro ela foi dispensada do emprego, com a mudança de administração, mas ela não foi atrás de mais nada. Ela já veio aqui atrás de alimento, já veio aqui pra ver se ela vai continuar sendo beneficiado nos programas que a gente tem. Participava dos programas de atendimento à família, mas acho que não vai mais porque a família não tem compromisso. Então, é uma família complicada, eles querem um benefício, mas não querem nenhum compromisso, nenhum retorno.

P: O que você acha que faltou pra essa família, pra esse adolescente, pra essa mãe?

Assistente Social: Eu acho que o problema maior ali foi justamente com a mãe toda a desestrutura dela. Porque na época de maior crise dos meninos dos três filhos dela, foi a época em que ela mais fazia uso de álcool. Foi a época que ela vivia bêbada por aí, tinha uma vida totalmente desregrada, foi a época que os meninos mais precisavam dela e ela não soube dar o retorno, e foi a época que o L. deu mais problema pra gente, que ele não ficava em nem um projeto e nem outro. Olha, eu realmente não sei te dizer o que realmente faltou. Talvez um acompanhamento psicológico mais efetivo, um internamento da mãe na época certa pra tentar se desintoxicar, eu não sei, mas a mãe em si, ela sempre dependeu dos serviços públicos para sobreviver. Então, como se diz, é um processo histórico dela, faz parte da história dela, ela ser dependente da assistência, da saúde, de qualquer serviço público. Do Ministério Público porque lá ela também era ajudada. Até a gente achava que passavam muito a mão na cabeça dela, mas é a história dela. E os filhos que tinham a chance de romper esse círculo, essa história, na época que mais precisava, porque não adiantava a gente oferecer pra eles um projeto bom, com orientação psicológica, com orientação social, se chegavam em casa e encontrava a mesma situação que eles tinham quando saíram. Então, não tinha um segmento. E quer queira quer não, o que conta mais pra uma criança não é o que as outras pessoas ajudam ou pensam, é o que a mãe faz, é a conduta dela, o exemplo dela. Então, eles tinham toda a estrutura durante o dia, na escola em um período, no projeto no outro, mas chegava em casa havia aquela ruptura, não tinha aquele segmento do trabalho que estava sendo feito. Eu acredito que o problema maior tenha sido a gente não ter trabalhado a mãe. Ter sido firme com ela pra que ela tentasse ter algum compromisso com a educação dos filhos que ela não teve. Ela jogava isso pra gente na assistência, pra escola na educação e pro Ministério Público quando eles cometiam assaltos. Então, não houve um compromisso dela nesse processo.

P: Muito obrigada.

Assistente Social: Se precisar estou aqui.

Entrevista 8

P: Leitura do Termo Livre Esclarecido e apresentação da pesquisa.

P: Qual é o seu tempo de experiência no trabalho com criança e adolescente?

Diretora: Vinte e dois anos e meio, em maio fez vinte e dois anos.

P: Como foi que você começou?

Diretora: Comecei no magistério direto, de quinta a oitava. Eu sou pedagoga. Aqui nesta escola estou desde 1986.

P: E como diretora?

Diretora: Diretora já há cinco anos aqui e um ano fiquei no S. R.

P: A escola aqui é ensino fundamental?

Diretora: Fundamental, médio da educação jovem e adulta. E o EJA é só à noite.

P: O que é o EJA?

Diretora: Educação para jovens e adultos. A EJA só aceita acima de dezoito anos.

P: Qual você acha que é o papel da escola na formação desses jovens, desses adolescentes?

Diretora: Abrir as portas, se abraçar com eles e aceitar da maneira que vem. E depois trabalhar. Não é fácil. Cada um chega com uma história, uma lição de vida, uma rebeldia fantástica. Nós temos dependentes químicos, e é difícil trabalhar com gente desse jeito, mas, a gente já tem tido um resultado bastante positivo. De conversar, dialogar, de fazer entender que lá na sua casa você tem uma família que é outra e essa família esta muito preocupada com você. Então, o trabalho aqui é difícil, mas, eu amo o que eu faço.

P: Os adolescentes encaminhados pela justiça, como é o trabalho com eles?

Diretora: Eu acho muito difícil M., porque quando são colocados aqui dentro, o pessoal entrega de presente pra nós e depois que estão aqui, são esquecidos. Então a gente precisaria de um apoio da promotoria, um acompanhamento, porque a escola sozinha não consegue. Não consegue tirar essas crianças. Outra, se é dependente químico ele precisa de tratamento, e nós não temos condições de manter uma criança por exemplo, drogada dentro de uma sala junto com outros alunos. São agressivos, são prepotentes mesmo, briga com as professoras e agride até a gente, ameaça. Então a gente gostaria muito que o Poder Judiciário olhasse um pouquinho mais. Nós temos alunos que desde o começo do ano era pra ser encaminhado pra algum lugar, pra um tratamento, coisas assim, e agente ficou sabendo que o aluno já estava de mala pronta, queria ir se tratar daí ninguém levou porque disse que não tinha vaga, e está pra rua se perdendo. Esse aí acho que a gente já perdeu ele pras drogas, não tem mais jeito. É o caso do F. M. É um caso muito grave aqui da escola que eu achei que ele seria encaminhado, a gente mandou um ofício pedindo encaminhamento porque ele chegava todo dia drogado, ele era impossível na sala de aula. Aí tinham conseguido um lugar pra levar ele pra internar. A mãe estava muito contente, muito, muito contente, 'meu filho vai, Graças à Deus, a gente vai conseguir salvar ele, eu to com medo que aconteça alguma coisa na rua'. Quando a gente viu, não levaram nada, ele está pra rua. O irmão dele, o F., nós conseguimos emprego pra ele num supermercado, ele parou com as drogas, ele está trabalhando, nós praticamente salvamos ele. Ele já passou pra série seguinte, ele vai em frente porque ele tem vontade. Todo dia chega na escola, às vezes cansado porque o mercado também não é fácil, é supermercado que ele trabalha. Mas aí a gente já 'vamos F. coragem, vamos entrando, lava esse rosto você está com sono e vamos', dá um lanche pra ele porque às vezes ele vem do mercado direto. E esse a gente conseguiu ainda, mas o outro eu tenho muita pena. E da mãe, tenho mais pena da mãe que ficava em casa com medo.

P: Como se dá sua relação com os adolescentes?

Diretora: Às vezes é fácil e às vezes é difícil. Querem fumar aqui no pátio, querem entrar e sair da sala de aula a hora que eles querem, da maneira que eles querem, sem pedir licença pra ninguém, entendeu? Querem matar as aulas, pulam os muros e a gente pega eles e devolve pra sala de aula. Porque aqui você fica o tempo todo correndo. A noite acontece, muito a noite, à noite os meninos dão trabalho. Durante o dia, à tarde, poucos alunos dão trabalho, mas a noite a gente recebe uma clientela vindo de todos os bairros desta cidade. São aqueles alunos renegados que eu falo, que já passou por todos os colégios aqui da cidade e nenhum acolheu ou trabalhou enquanto era menor. Aí quando eu chego na idade de quatorze anos, quinze anos, eles tem que trabalhar porque tem que ajudar em casa, aí eles caem aqui na nossa escola, e aqui eles encontram eu, e eu sou uma barreira dura pra eles. Até eles acostumarem, mas depois eles sentem que a gente ama, que a gente conversa, que a gente cobra porque gosta deles. Tanto é que nós passamos agora por um processo de eleição quinta-feira passada, e eu falei assim comigo mesma lá em casa fiquei pensando “os alunos do noturno eles vão votar tudo contra”, e não, foi 95% de aceitação. Eu fiquei encantada, tinha dois votos em branco na urna de duas alunas. Olha que gracinha! E eles quiseram votar, eles são maiores. E depois eles falaram assim pra mim: ‘o que foi que aconteceu’ no dia seguinte: a cantina ficou fechada porque a D. M. estava doente, vieram ali bravos até ‘ah, hoje que eu trouxe dinheiro pra lanche professora, a cantina está fechada. Porque é que nós votamos em você hein?’, falei ei, e eu tenho culpa que a D. M. ficou doente, coitadinha. Um dia que ela faltou e vocês estão achando que é minha culpa. Pra você ver como eles são. Então eles têm assim, eles têm muito assim, não digo intimidade, de brincadeira, porque eu não gosto muito de brincadeira, mas assim, na medida do possível brincar assim com alguma meio séria com a gente eles chegam, eles abraçam a gente. Abraçam! Tem que ver uma menina, a J. uma grandona que eu tenho ali. Ela não queria saber de assistir aula. Há dois, três anos atrás era um bicho do mato. A menina chegou aqui agressiva, pulava o muro, ia pra tudo quanto é canto, menos queria ficar dentro da escola. Aí esse ano ela voltou com uma força total. E bem nas vésperas da eleição, eu fui conversar com eles nas salas, pedir pra eles pra que votassem na gente e tal. E aí eu falei assim, então J. você mesmo pode falar, você este até outro dia brigando com a gente por causa da escola, o que você diz hoje pros alunos? Ela olhou bem e disse assim, “é professora eu vou dizer pra eles que aqui é ruim, mas lá na rua é muito pior, porque aqui nós temos você, e lá nós não temos ninguém que olha pela gente, e que você tem razão quando você fala que nós não podemos aceitar se jogar fora que nem um copinho descartável. Que a gente tem que brigar pelos direitos e se sentir bonito do jeito que a gente é. Eu me sentia muito feia viu professora mas, hoje eu me acho muito linda, por dentro e por fora”. Pra você ver que coisa, ela vivia dentro do banheiro porque ela tem um cabelo crespo assim bonito, e é bem altona. E molhando aquele cabelo, e gel no cabelo e tudo, hoje ela já se soltou. E deu depoimento, eu fiquei até comovida, falei nossa J. você nunca me falou, e ela falou assim: eu nunca te falei mas, eu já demonstrei, não demonstrei que eu gosto de você professora? Não vê que todo dia eu passo e abraço você? Ela deve ter hoje uns dezesseis anos, uns dezesseis. Mas quando ela veio ela tinha quatorze, mas a mãe teve que tirar porque ela ficava na rua. Ficava na rua, chegava uns dias toda suja porque tinha andado aí pro sítio num sei nem o quê que ela andava

aprontando. A gente falava ela era agressiva, não obedecia aí a mãe tirou da escola, porque eles moram no zona rural, eles são viticultores a família, e ela trabalha na uva também. Então a irmã mais velha cuidava dela até certo ponto, por fim abandonaram um pouquinho. A mãe não deixou mais pra salvar ela da rua. Mas são as coisas assim, as vezes é assim que nós encontramos. E o reconhecimento às vezes demora, porque na nossa profissão de professores as vezes você passa uma vida inteira, você pensa: mas eu não fiz nada, mas, um dia você encontra alguém que diz “ah eu aprendi com você, eu copiei o seu exemplo e eu sou feliz então vale a pena.

P: Como é a sua relação com a rede de atendimento?

Diretora: Olha, aqui eu sinto que nós somos bem atendidos por quê? Porque quando acontece qualquer coisa aqui na escola, vamos supor que... acho que é mais ou menos isso que eu entendi, um aluno que tem um problema aqui vou procurar o conselho tutelar; tem algum problema eu vou procurar a promotora; se tem um problema de saúde, o pronto socorro; eu acho que é bem atendido. Bom, sempre quem larga na frente sou eu. Então se tem algum problema lá com posto de saúde com alguma criança que se machucou, eu vou na frente. Sem dez pra atender eu sou atendida primeiro, porque eu chego lá e vou entrando, eu falo não, não, está passando mal, tem que ser atendido. Claro que eu não quero barrar ninguém e deixar os outros pra trás, mas eu acho assim, é bem atendido. Quanto a nossa promotora Dra. M. é uma pessoa que Nossa Senhora, respeito muito ela. De vez em quando eu recebo uns ofícios, uns ficam assim no meio da orelha, mas daí eu dou meus pulos também, já mando a resposta pra ela.

P: Como são esses ofícios?

Diretora: Meio agressivos.

P: Mas o que ela pede?

Diretora: Pede pra gente, porque é que não matriculou? Onde está a ficha do FICA?

P: O que significa a ficha do FICA?

Diretora: A ficha do FICA é quando o aluno falta, porque está dando trabalho e tal, não está vindo. O FICA é uma ficha pra que a gente passe toda a vida do aluno, o histórico, ele não está vindo por que, o que você já fez pra trazer ele de volta.

P: Quem preenche esta ficha?

Diretora: O pessoal da equipe pedagógica. Tem que fazer direto.

P: Então, quando uma criança, por exemplo, está faltando muito, está dando algum problema, vocês preenchem esta ficha manda?

Diretora: Nossa, mandar imediatamente pra ver o que está acontecendo. Tem que preencher, mandar através do conselho tutelar e do conselho vai pra cima. Se a gente não resolver aqui, por muitas vezes a gente tem que resolver aqui, eu só mando em ultimo caso. Mando quando nós já ligamos e não encontramos ou o telefone não atende mais. Quando a gente esgota todos os recursos é que a gente manda a ficha, só que tem que acudir logo, porque se passar muito tempo quando voltam já reprovaram por falta, por notas, por tudo. Então essa ficha é cuidadosamente preenchida.

P: E qual é a providência que é tomada?

Diretora: Aí o conselho tutelar vai lá, intima a família a comparecer, se acha o endereço se não acha tem que procurar onde está esta família. Muitas vezes eles já mudaram, eles mudam muito porque trabalham no sitio então eles vão

mudando, muda telefone, muda de endereço, muda tudo. Aí eles muitas vezes retornam, outros não retornam, aí tem que mandar a ficha de novo e a gente tem que falar que não voltou por que, vocês não foram atrás? Por que a escola ainda não trouxe de volta? E se descobre, igual o F., o F. recebi agora uma intimação da Dra. M. está perguntando. O que aconteceu com o F.? Agora vou perguntar pra ela, e por que o F. não foi internado? E não foi no tratamento. Eu quero saber por que ele não foi no tratamento. Porque a gente tinha combinado que ele iria pro tratamento e depois ele retornaria pra escola, ele fez até as malas, por que não foi? Agora adianta esse menino voltar, numa época dessa pra escola? Nós hoje estamos no dia vinte e seis de novembro, o que ele vai vir fazer na escola? Que exemplo ele vai dar pros outros? Então estou mandando um ofício pra ela perguntando. Porque a gente fez a nossa parte, e eles? Assim como tem outros que sumiram. A gente não sabe onde está. Mandou a ficha, fez todo o relatório, que nem do F. foi feito relatório que ele tem problema, ele é usuário de droga, que ele não pára na sala de aula, ele agride os professores, agride os alunos. Ele quando chega na segunda aula, ele não quer mais ficar na escola e ninguém segura. Aí vai pra rua. Na rua os outros alunos o encontram e vêem o mau exemplo, é tudo isso aí que acontece. Então vamos ver o que ela vai responde pra nós.

P: E a sua relação com as famílias, como é? Como acontece esse contato com as famílias?

Diretora: A gente tenta de tudo. Muito assim os casos, os alunos que dão trabalho os pais dificilmente vêem aqui, se o aluno dá trabalho é porque lá em casa a família está deixando a desejar. Quando o pai vem aqui, muitas vezes eu falei com o pai, o problema não está no seu filho, está em você. Então é você que tem que mudar. Então as famílias não têm tempo mais pros filhos não, M.. Eu não sei o que acontece. Cada um vai pro seu lado, um pra cá outro pra lá, muita separação. A mãe foi embora, mora com a avó. O pai largou da mãe não sei por quê. As famílias, não existe mais família. E hoje não tem um lar, não tem um alicerce bom, não tem indicação.

P: E em que momento que eles vêem até a escola?

Diretora: Reuniões. Reuniões com pais, entrega de boletim, quando a gente chama que é urgente, urgentíssimo.

P: Essas reuniões com os pais são uma vez por bimestre, uma vez por semestre?

Diretora: A gente faz sempre. Quando uma turma, às vezes, pede algum trabalho, geralmente a gente faz por turma. Sexta série, turma de sexta, turma de quinta, turma de oitava. A gente os pais, mas, mais é individual mesmo. A chamada toda vez que precisa, se o aluno deu algum trabalho, se machuca na escola, se está passando mal, está com alguma virose. Na hora aqui ninguém aqui socorre. Socorre assim, de cuidar, deitar lá e tal. Telefona pro pai, se o pai não pode vir aí a gente vai socorrer. Mas se não, são eles. Porque aqui a gente fala, o pai é você e você vai sair daqui levando seu filho no medico agora. Já marquei lá, estão esperando lá no pronto socorro, pode levar lá, depois eu vou saber se você levou.

P: E se os pais não vêem, se as famílias não vêem, como que vocês fazem aí?

Diretora: A gente que vai atrás.

P: Se vocês chamam e eles não vêem?

Diretora: Se chama e não vem, aí passa pro conselho. O conselho vai atrás. Falo olha, esse menino está dando trabalho, não tem mais o que fazer, nós já

conversamos não depende mais só dele porque as crianças contam pro nós como que está acontecendo em casa. Então a gente cuida de você. O povo sai em busca do pessoal.

P: E geralmente trazem ou não?

Diretora: Trazem. Trazem desse jeito: vem babando em cima da gente de raiva. “Já pus aqui que é pra não encher o saco, que vocês têm tanto que me chamar, eu estou lá ocupado, eu não posso vir...” Eu disse: olha, quando o Sr. colocou seu filho no mundo o Sr. assumiu uma grande responsabilidade. E agora o Sr. tem que cuidar dele. A minha fala é essa aqui. Eu não faço mais assistência social não.

P: E com os adolescentes?

Diretora: A gente encara. Eles são assim, rebeldes, acostumados com a rua, acostumados que não tem ninguém que proíbe de nada, se proíbe também ele não prestam atenção e não obedecem. E aqui tem que obedecer. Só que aqueles meninos do começo do ano, eles foram embora. Pra outros estudarem eles foram embora.

P: O que acontece com eles, que eles vão embora?

Diretora: Porque eles são drogados, M. Tem que passar por um tratamento. Tinha um que bebia. Passava no bar ali, outro caso de policia, nem cem metros a gente tem um bar aqui, na passagem das crianças, que eles vêem ali pelo portão, passa em frente do bar. Os maiores compram bebida alcoólica para os menores e esse foi embora porque pra mim conservar a sala, ele tinha que ir embora ou parar, melhorar aquela bebedeira. O que aconteceu? Ele foi embora. E ameaça “vou dar um tiro na sua cabeça, essa V.”. Andou falando uns palavrões pra mim, fui lá fiz um B.O. dele, estou respondendo junto com ele, estou sabendo que ele está prestando serviço na comunidade. Encontrei um dia ele na rua, e ele me disse assim: estou tentando mudar professora. Está tentando mudar? Falei pra ele. A. ano que vem você está de volta? Se Deus quiser professora. Estou indo no encontro dos alcoólicos anônimos e vou mudar professora, eu tenho esperança. Então, esses adolescentes que são encaminhados pela justiça tem dificuldade e também a gente tem dificuldade de encaminhamento. Eles precisam de um tratamento. Sem tratamento eles não conseguem. Toda hora sai da sala, que bem eu peguei um lá no banheiro, com cocaína. Esse foi embora e nunca mais eu vi, era daqui. Esse menino que saiu trazia garrafão de álcool e dava pros outros. Então juntava uns três, quatro, que ninguém suportava na sala de aula. E são maiores já.

P: E aí quando precisam de tratamento?

Diretora: Não tem. A justiça não consegue porque dia que as casas de recuperação são muito caras, não sei mais o quê, emperra, emperra essa molecada está pra rua.

P: Como é a sua relação com o juiz, promotora e conselho tutelar?

Diretora: Mais com o conselho tutelar.

P: Vocês são atendidos nos seus pedidos para o conselho?

Diretora: Na medida do possível eles vêm. O conselho vem. Agora lá em cima é o conselho que encaminha.

P: Vocês chegam a conversar, ir lá, ter um contato mais direto?

Diretora: Ofício. Mais é ofício.

P: Vocês gostariam de ter mais contato?

Diretora: Sim. Inclusive, M., quando eu encaminhei esse rapazinho que eu fiz o B.O. e fui chamada lá e era um maior. Aí fomos direto com o Juiz. Eu fiquei

muito decepcionada, porque eu saí daquela sala assim, sabe, ele olhou bem. Assinou o papel e falou: esse caso, professora V., esse caso não é pra nós, nós estamos devolvendo pra delegacia porque isso é com eles lá. Ele já é maior, ele pode ser encaminhado, falou que ele poderia ser preso. Daí eu olhei bem e falei, Dr. M. o Sr. não vai dar nenhum conselho pra ele? Sr. podia ir só falando alguma coisa pro A. quem sabe ele ouviria o Sr. Ele falou, nem falava com o menino, o menino respondeu pra ele do mesmo jeito que fazia aqui comigo. Estava de boné, continuou de boné, ele nem terminou de falar com o menino e o menino saiu, bateu a porta e foi embora. Então achei assim uma coisa fria, fria. Não era de ele ter pego e falado assim, bom nem sei porque talvez não, inclusive eu falei pra ele: olha Dr. M. eu como educadora, eu me sinto meio assim, meio... hoje eu estou triste, porque eu imaginei que o Sr. iria falar alguma coisa com ele, iria aconselhar ele. E a gente lá na escola, e fui falando pra ele, a gente faz cada coisa lá, que até Deus duvida, pra tentar salvar essas criaturas. Eu sei, ele falou, minha mãe também é professora. Foi o contato que eu tive com esse Juiz, foi a única vez que vi ele na minha vida, nunca mais. Ai ele encaminhou o menino de novo lá pra delegacia e aí acho que ele... falei, mas nem uma cesta básica, nem um trabalho comunitário, alguma coisa que vai fazer ele entender que está errado, ou então um tratamento? “Não é o nosso caso, ele não é menor” foi isso que ele falou pra mim. Eu voltei super desapontada pra escola. Nem falei nada que é pra não desanimar, porque eu não gosto de desanimar os professores. Daí eu fui chamada mais uma vez, forma chamados alguns professores também pra prestar depoimento e o caso está lá, não sei em que pé está. Eu sinto muito descaso, abandono mesmo. Acho que nós todos aqui da escola, a voz seria a mesma dos professores. Um descaso muito grande por parte das autoridades competentes que seria Juiz, Promotor...é só assim sabe, digo assim, manda lá pra ela, ela vai cuidar. Chegou aqui, se deu trabalho ou se não deu, a gente é que vai se virar. Tem cada relatório de chorar ali que a gente fez de alguns alunos.

P: Como você acha que deveria ser essa relação?

Diretora: Eu acho que escola, promotoria, juizado, tem que se abraçar, senão não adianta. Deu um problema aqui, vamos juntos tentar resolver. É trazer família, se é dependente, vamos fazer de tudo pra essa criança ser encaminhada gente, é um ser humano. Agora, o F. está lá no condomínio novo que se formou ali em cima, que as vezes eu passo com o meu marido, estão bem em frente da casa onde vendia, plantão de vendas, lá. “Fogareirinho”, o crack deles, e eu vendo aquilo lá e eu não posso fazer nada. Eu não posso, vou fazer o que? Eu já encaminhei um quando eu cheguei aqui, sabe até nem era pra vim, mas a mãe veio, ela estava apavorada e tal, o rapaz foi pra S. lá também tem um abrigo. Ficou um tempo lá voltou pra cá continuou a mesma coisa até o chinelo havaianas vendia. Ou é você ou não é ninguém. Eu me sinto de mãos atadas. E se conversasse com outras escolas, iam falar a mesma coisa. Porque a gente as vezes comenta um com o outro. Porque é assim, o F. não esta dando certo aqui, manda pro P., manda pra não sei aonde, não é o caso de fazer isso. Ele passa por um tratamento e volta pro seu colégio de origem, é aqui, já está pronto pra gente receber ele. Agora não, como não tem o atendimento medico pra ele, ele vai passar de escola em escola e não vai dar certo, ele vai fazer a mesma coisa em todos os lugares, ele não quer. E ele queria ir, sabe, ele queria ir, ele mesmo fez a mala dele. “Eu

preciso professora, de socorro”, ele falou pra mim “eu vou voltar mudado”. Ele foi até abusado sexualmente. Ele é gêmeos com o F., dever por aí, dezesseis anos. E a mãe deles, que judiação! Agora ela pensa que seria melhor que alguém fizesse alguma coisa com ele, matasse ele. Ela fala isso pra nós, porque não tem jeito não. Já pensou uma mãe pedir a morte pra um filho? Porque ninguém fez nada por eles, nem a lei. E cadê o ECA? É nesse ponto que eu bato.

P: Eu estou estudando o caso do L., filho da I. e ele já estudou aqui na escola, e eu queria saber como foi o seu contato com o L., a passagem dele pela escola.

Diretora: Contato assim, a gente gostava muito do L. né? Tinha até uma funcionária da cozinha que quando ele saía para a rua ela chorava e a gente tentava buscar em todos os lugares e não encontrava ele era muito inteligente, mas, ele não queria ficar na escola, por isso que não deu certo. Aí ele ia embora para a rua, chegava às vezes drogado também, muitas vezes eu via a dona E. chorar porque ele estava em um estado lamentável; aí ele ficava pouco aqui na escola, não ficava, foi por isso que não deu certo.

P: Que período ele estudava?

Diretora: Era à noite. Ele estudou aqui, o irmão dele também estudou aqui, o M., ele até era chamado no diminutivo, mas, o problema deles é a droga, se não tiver um tratamento eles não conseguem ficar na escola, eles vão embora, vão para a rua. Só por isso que não deu certo.

P: E aqui na escola foi tentado alguma coisa?

Diretora: Foi, a gente fazia um trabalho com ele na parte pedagógica diferenciado, com os professores também para poder suportar o tipo de aula, na sala de aula. Mas acontece que eu acho que faltou um pouco das autoridades, sabe? De levar esse menino para um tratamento; até levaram, eu sei que eles levaram, mas agora, faz pouco tempo; mas naquela época a gente pedia um tratamento urgente para ele, tinha dó; material, a gente deu várias vezes material para ele, porque ele perdia tudo; uniforme da escola; a mãe também falhava muito, mandava ele todo sujo para a escola.

P: Vocês chegaram a conversar com a mãe alguma vez?

Diretora: Muitas vezes; ela vinha aqui, ela tinha acesso aberto aqui na escola; que nem ela conversava, brigava com ele, xingava ele aqui dentro da escola, as outras crianças ouviam, mas ele não era um menino agressivo; só que assim, a hora que ele queria ir embora, a gente podia falar o que fosse, segurava; uma vez eu segurei ele, a Dona E., o M., todo mundo segurou para não ir para a rua, mas ele se soltou; eles têm um força muito forte quando estão assim, drogados; mas só foi por isso; mas a escola fez a parte dela. Muitas vezes ele não queria ficar na sala, a gente trazia ele para o refeitório, ou aqui na minha sala, ele ficava com a tarefa ali; quando eu via... tinha ido embora. Ou então, pegava lá no final do pavilhão, ou no pátio: “onde você vai L.?” “Eu vou embora”; “mas o portão ta fechado”; “mas eu vou embora”; aí pegava e pulava o muro; o M. até agarrava pela perna, mas não adiantava.

P: Quem é o M.?

Diretora: O M. é o nosso inspetor de alunos, ele fica á noite, ajuda a tomar conta.

P: Então era isso, só para saber como foi a passagem dele aqui.

Diretora: Foi assim, a gente lutava muito por ele, muitos tinham pena, sabe? Da situação dele, mas já tinha histórico de família, né? A mãe dele né? Teve muito

problema. Eu conheço a mãe dele desde que veio para M.. A primeira moradia dela aqui foi lá com a Irmã R. e a gente que conseguiu dela ir morar lá, para tentar salvar aquela família inteira, ela morava em um barraco lá perto do Lar, para baixo do Lar, não sei bem onde era. A minha prima morava por perto, ela tinha dó, pena; aí faltou com a gente, o meu marido era presidente do Lar da Irmã R., do M. R., aí nós levamos ela para lá, mas em três meses a Irmã R. pediu para a gente tirar ela, porque daí, aquela vida né? De promiscuidade, a mãe trazia muita gente para dentro de casa, estava sempre bêbada, as roupas que a Irmã dava, porque daí a irmã acolheu eles no Lar, mas eles também já estavam já... fumavam já, já se drogava, já bebia da pinga que a mãe levava em casa, com as pessoas que ela atendia ali; e a gente muitas vezes viu que ela jogava roupa que dava, comida, ela jogava tudo, sabe? Então veio dali já; daí pouco tempo saiu dali; a irmã também não quis mais, porque era um mau exemplo pros outros lá.

P: Eles tinham uma casa deles lá?

Diretora: Não; lá tem várias casinhas; então a pessoa vem, ta com problemas de trabalho, não tem moradia, então a gente coloca ali até a pessoa se levantar, aí a irmã arrumou emprego, colocou as crianças na escola, na creche lá com ela, aí aquelas pessoas já estão inseridas na sociedade, aí já vai embora e dá o lugar para outro, então tem seis casas desse jeito. Ela morava porque a gente conseguiu uma casa; só que a pessoa pode ficar ali, a irmã R. deixa até um ano; só que em menos de três meses a Irmã R. não queria mais. Ela recebia homens na casa à noite, durante o dia e dormia o dia inteiro porque bebia; ela dormia o dia inteiro e as crianças ficavam tudo jogadas, aí as crianças não iam na creche; quando iam tinham costume de ver certas coisas erradas e passava para os outros; então eu já conheço a I. já faz muitos anos; quando ela me vê, ela ama a gente, mas é assim, ela aprendeu muito e quem ajudou mesmo foi o pessoal da prefeitura porque eles deram emprego no "Ginásio", eu nem sei se ela ta mais lá; um dia encontrei ela lá e ela veio correndo e disse: "agora eu trabalho aqui, eu sou funcionária"; "mas você passou no concurso?" "ainda não, mas eu to trabalhando" "e as crianças?" "as crianças tão indo, mas tem uns que não têm jeito, eles vão ter que morrer", ela falou para mim. "não I., não fala assim dos seus filhos" "Mas não tem mais jeito, eles estão todos perdidos, ou alguém vai matar ou eles vão morrer com alguma coisa". Sabe, ela mesmo não acreditava nem nela e nem nas crianças.

P: Quando foi isso que ela comentou com você?

Diretora: Quando ela conversou comigo acho que foi nos jogos do município, faz uns dois anos já. Depois dali e vi ela um dia só mas não conversei, na rua assim, longe, ela só abanou a mão para mim. Mas assim, eu vi que ela tava limpinha naquele dia, que ela não tinha mais aquele jeito, não estava alterada e ela costumava vir aqui alterada, cheirando bebida; mas só que assim, com a escola ela não era agressiva. Com a gente ela nunca agrediu com palavras, mas com as crianças sim, ela falava que não tem jeito, mas na verdade, eu acho que ali foi uma série de coisas, ela principalmente que já usava drogas, que bebia muito, levava uma vida muito perigosa né? E para as crianças que foi...Eu não sei o que fazer com eles, todo mundo gosta deles. Olha outro dia eu vi mesmo a B., que ela até chora por causa dele.

P: Quem é a B.?

Diretora: A B. é uma professora lá do outro colégio. Ela falou: "ele tava tão bem com a gente, ele tava tão bem lá, mas daí acaba usando muita droga, então a

gente conseguiu uma internação, ela pediu para a escola e conseguiu; você não acredita, a gente comprou um enxoval novinho para ele, depois na última hora, ela queria levar o enxoval, a mãe, e a gente descobriu que ela ia ficar e ia dar qualquer coisa para ele levar, sabe? Ela ia ficar com o enxoval e ia dar qualquer roupa para ele levar, porque lá roubava, porque não sei o que; “não, não, não, nós compramos desde o acolchoado, tudo novinho para ele, o travesseiro”; deram tudo para ele; mas ela foi lá buscar e eles não deixaram levar porque já estavam sabendo que ela ia ficar com o enxoval; aí quando não deixaram levar; aí quando ela ficou sabendo disse: “vocês não vão deixar eu levar mas estão fazendo a maior bobeira porque lá eles vão roubar tudo; quer dizer, a gente descobriu que ela ia ficar com tudo; “lá eles vão roubar”.

P: Lá onde?

Diretora: Lá onde ele ia na casa de recuperação, e a B., eles gostam dele, porque ele não é um menino agressivo com ninguém; o problema dele é esse. Aí eu não sei, porque ele foi, voltou ficou na rua, aí acho que no fim ... sei lá. Hoje eu não sei o que acontece. Lá no outro colégio abriu escola á noite, eu não sei se ele foi estudar, porque ele tinha estudado lá. Ele foi para tudo quanto é canto. O problema não é a escola, o problema é a família. O problema é ele mesmo que está ali. Eu sei que você é muito estudiosa dessa parte aí, trabalha como psicóloga, trabalha com essas crianças; eu vejo assim que se a gente não concertar a família, não tem jeito, as crianças estão perdidas ali. Aí tem outras partes que, não sei, até acho que a Psicologia fala isso, até nos livros de casais, a gente sempre comenta, grupos de adultos não tem mais jeito, agora tem que ser as crianças; eu não sei quem ta certo quem ta errado; mas se eu vivo em um ambiente onde eu só vejo tristeza, o que eu vou pegar dali? Nada, para mim nada, eu vou ser igualzinho a todo mundo que ta ali. Então eu acho que não é por aí não, não é pelas crianças.

P: Muito obrigada pela sua participação.

Diretora: Precisando da gente estamos aqui.

ANEXO 4 - RESUMO DO PROCESSO JUDICIAL

O processo judicial é composto por 335 páginas, até o momento de nossa consulta. Relatamos aqui o caminho processual do caso, como fonte secundária, que contribuirá para o alcance dos objetivos propostos nesse estudo.

Em 07 de maio de 1997 foi instaurado um pedido de providência na Vara da Infância e da Juventude da Comarca (M.) estudada, diante de um encaminhamento feito pelo Conselho Tutelar de uma cidade vizinha (Ma.). Nos autos enviados por tal cidade constava a situação da família participante desse estudo. Segundo o Conselho Tutelar a família chegou àquela cidade em difícil situação financeira, o que a levou a procurar abrigo em um albergue. A família era na época composta por I. (genitora), e os filhos: J. (8 anos), M. (6 anos), L. (3 anos) e C. (8 meses). Todos vieram de um outro Estado (M. G.) em busca de parentes que não foram encontrados e de tratamento médico para a filha C.. Nesse momento as crianças foram abrigadas em um Lar como medida de abrigo provisório até que a genitora se restabelecesse. Em menos de um mês I. alugou um cômodo e solicitou a desinternação dos filhos que foram morar com a mesma. Ainda segundo o Conselho a comunidade ajudou a mobiliar a casa e colaborou com alimentação. I. solicitou junto a Comarca de Ma. A investigação de paternidade com o pedido de pensão contra V. de O. que se encontra em M. G., localidade de origem da família.

Em M. foi solicitado junto ao Conselho Tutelar a realização de estudo sócio familiar que constatou a seguinte situação: a genitora não tem condições de cuidar dos filhos e está residindo no Asilo, portanto deverão ser abrigados no Lar (abrigo provisório). Em oitiva realizada pelo Ministério Público a declarante coloca que tem cinco filhos, sendo que três estão no abrigo e dois estão na companhia de sua genitora. Relata que os filhos estavam dando muito trabalho, por isso foram encaminhados ao abrigo, e também por conta de que está se tratando em função de seu alcoolismo. Segundo ela, estava morando em uma casa que pertencia a uma entidade assistencial, mas que no momento não tem onde residir. Em relação ao genitor das crianças, somente M. tem a paternidade reconhecida, e que nunca recebeu nenhuma ajuda financeira dos pais das crianças. E ainda que o pai de M., L., e C. reside no M. G.. O pai dos outros dois filhos Jn. e J. já é falecido. A genitora foi orientada a acompanhar seus filhos em consultas médicas, e J. à avaliação psicopedagógica.

Por um ano a situação continuou a mesma, segundo relatórios enviados pelo conselho tutelar. A única diferença foi o fato de ter se mudado para uma casa e estar trabalhando em casas de famílias como lavadeira e passadeira. O aluguel foi custeado pelos responsáveis pelo asilo.

Em junho de 1998, as crianças foram ouvidas em audiência e demonstraram o desejo de retornar a viver com a genitora. A mesma relatou que não sabe se está curada do vício da bebida, mas, que recebeu alta do tratamento. Admitiu ter praticado uma tentativa de furto, porém se sentiu arrependida. Declarou que seus filhos sofreram muito por sua causa e que não devem continuar sofrendo. Arrependeu-se também por tudo que os filhos passaram, e comprometeu-se a mantê-los nos atendimentos médicos, psicológicos e na escola. Nesse momento os filhos foram entregues a I. com autorização do Poder Judiciário.

Em agosto de 1998, foi solicitado pelo Conselho Tutelar tratamento em centro especializado, em Ma. (cidade vizinha), pois I. continuava ingerindo bebidas alcoólicas em excesso.

No mês seguinte em relatório do Conselho Tutelar foi informado que a genitora está em tratamento médico e psicológico no local indicado pelos conselheiros. Nesse momento, os filhos apresentavam problemas de comportamento na escola e na creche. Estava residindo com um amasio, mas gostaria de morar sozinha com os filhos.

Em dezembro de 1998 foi determinado pela Juíza da Vara da Infância que os filhos fossem encaminhados para programas de auxílio e tratamento psicológico.

No ano de 1999, a Juíza solicitou novamente tratamento psicológico para J. que estava apresentando comportamento inadequado. Sendo que este atendimento deveria ser no mesmo local que o da genitora, para que ela pudesse acompanhar.

Em maio do mesmo ano, a genitora foi intimada pela Promotoria. No momento, colocou que não estava mais ingerindo bebidas alcoólicas e que estava trabalhando como auxiliar de limpeza em um setor da prefeitura, além de vender produtos de beleza e panos de prato. Segundo ela, a esposa do prefeito a ajuda com as passagens para fazer o tratamento psicológico dela e do filho.

Nesse mesmo mês o Conselho Tutelar informou que todos os filhos estavam freqüentando a escola e projetos sociais do município.

Em junho de 1999, a genitora permanecia em tratamento para o alcoolismo, porém, com algumas faltas, segundo a coordenadora do centro de atendimento. O atendimento do filho aconteceu de forma esporádica, com inúmeras faltas impossibilitando o trabalho com o mesmo. Em novembro I. foi desligada do tratamento devido a suas constantes e consecutivas faltas. O Ministério Público solicitou que a genitora fosse intimada para justificar a desistência do tratamento. I. justificou dizendo que não tinha dinheiro para pagar a passagem do ônibus, e que precisava trabalhar, não podendo ir para outra cidade se tratar. A Juíza pediu que fosse realizado um estudo sócio – familiar pelo Serviço de Auxílio à Infância (SAI).

Em síntese esse estudo realizado pela assistente social apresentou as seguintes informações:

“[...] se trata de uma família com condições sócio econômicas baixa e culturalmente precária [...] No trajeto da história familiar percebemos que a genitora sempre teve dificuldades financeiras de manter seus filhos, associada à recuperação da dependência ao alcoolismo da genitora, cujo acompanhamento estava sendo feito pelo CISAM (Centro de Saúde Integral à Saúde Mental, Álcool e Drogas) até o período de novembro. Em função de seu desinteresse pelo acompanhamento foi transferido seu acompanhamento para a cidade de M. através do SAI (Serviço de Auxílio à Infância) pela psicóloga.”

Ainda de acordo com a assistente social, a genitora relata ter sido sempre rígida na educação dos filhos, mas mesmo assim encontrou dificuldades em controlá-los. Por vezes, é solicitada a comparecer à escola, no conselho tutelar, ou na delegacia para prestar esclarecimento sobre os filhos. A genitora trabalha como diarista realizando limpeza em um setor da prefeitura.

Os filhos estão matriculados na rede ensino e nos projetos sociais oferecidos pelo governo municipal. Tem sido acompanhada pelo setor que concluiu que a família encontrava-se naquele momento em fase de estruturação com bom prognóstico.

No início do ano de 2000, a assistente social do SAI informou que I. tem sido resistente em receber as orientações do setor. Sugere que a genitora e o filho J. sejam levados ao tratamento psicológico (CISAM) pelo Conselho Tutelar, já que a família não possui condições de financiar as passagens de ônibus. Conclui o relatório afirmando que o adolescente encontra-se em situação de risco pessoal e social. Porém, segundo o Conselho Tutelar a genitora se recusou a receber atendimento e a encaminhar seu filho.

A Secretaria Municipal de Educação avaliou o caso do adolescente J. que não apresentava nenhuma dificuldade em relação à aprendizagem. Conclui que o mesmo deveria receber um atendimento psicológico para que seus aspectos emocionais e de conduta fossem trabalhados.

I. foi intimada pela Juíza em audiência de advertência, onde relatou que não gostaria de receber o tratamento em Ma. (cidade vizinha), pois está trabalhando todos os dias em um setor da prefeitura. Ficou então nesse momento determinado que recebesse atendimento psicológico no SAI.

No mês de setembro de 2001, foi sugerido pelo SAI que I. recebesse tratamento em comunidade terapêutica por nove meses, pois estava ingerindo uma quantidade excessiva de bebida alcoólica. E ainda que nesse período seus filhos fossem abrigados provisoriamente.

Após dois meses a genitora foi encaminhada para tratamento e os filhos foram abrigados em um Lar (abrigo provisório) de uma cidade vizinha, S., pois o abrigo da cidade onde residem se encontrava interditado. Nesse abrigo o adolescente J. apresentou excessiva agressividade em relação aos atendentes e às outras crianças, por esse motivo foi determinada pela Juíza sua transferência para outro local. Após três meses de permanência no abrigo de S. foram transferidos para o abrigo de M. (cidade onde residem até o momento). Segundo as técnicas do SAI essa transferência foi prejudicial às crianças, causando-lhes muita tristeza, e ainda proporcionou o encontro dos mesmos com outros adolescentes que apresentavam graves problemas de conduta.

Em maio de 2002, a genitora retornou do tratamento, alugou uma residência e solicitou que os filhos lhe fossem entregues para que ela cuidasse dos mesmos, para tal seria acompanhada pelo SAI.

Três meses depois do seu retorno, I. apresentava dificuldades em encontrar emprego, segundo as técnicas do SAI. Recebeu apoio da Secretaria de Ação Social e do Juizado da Infância e da Juventude. Trabalhou de gari diarista para a prefeitura. Todos os filhos estavam matriculados na escola e freqüentando projetos no contra-turno. A Juíza determinou que a família continuasse a ser acompanhada, em medida protetiva prevista no art. 101, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 2003, L. estava freqüentando o "lixão" (depósito de lixo municipal), e J. vinha apresentando conduta agressiva, segundo as técnicas do SAI. A Juíza determinou que L. e J. fossem reencaminhados aos projetos sociais e que o gestor municipal tomasse providências em relação a questão do "lixão". Em resposta, o gestor relatou que em visitas ao "lixão" não encontrou as crianças, e que a família é assistida por meio dos projetos sociais do município.

Segundo a equipe do SAI, em informação social, I. abandonou o emprego de gari. Em relação aos filhos L. permanecia perambulando pelas ruas e cometendo pequenos furtos. Quando era abordado pelo Conselho Tutelar apresentava comportamento de rebeldia, havendo suspeita de que estivesse fazendo uso de entorpecentes. L. foi encaminhado para um projeto social, porém sua genitora não permitiu. O adolescente M. tem feito uso de entorpecentes e freqüentado o “lixão”. J. não estava praticando nenhuma atividade. A genitora estava fazendo uso de bebidas alcoólicas e não aceitava ajuda ou orientações, dizendo que se fosse necessário freqüentaria o “lixão” ou venderia o próprio corpo.

Em agosto de 2003, a genitora e seu filho J. foram intimados a comparecer em audiência de advertência, porém não compareceram. Em setembro o Conselho Tutelar informou sobre problemas com M. na escola. Relatou que a genitora foi informada, mas que não “teme autoridade alguma”. Foi sugerido que a mesma freqüentasse as reuniões do grupo Alcoólicos Anônimos (AA). Em relação ao adolescente L. foi solicitado por meio de um pedido de providencia que alguma medida fosse tomada, pois o mesmo havia praticado atos de vandalismo e furtos em estabelecimentos comerciais.

Em função dos fatos, a genitora foi advertida em audiência para que dispensasse maior cuidado aos filhos. Os filhos, outrossim foram advertidos a darem o devido respeito a genitora, bem como freqüentarem a escola e não permanecerem na rua.

Em dezembro, as técnicas do SAI informaram que I. se encontrava sem emprego fixo, e fazendo uso de bebidas alcoólicas. M. e L. freqüentam irregularmente a escola e os projetos sociais, bem como continuavam a praticar furtos. J. estava fora do ensino e se recusava a voltar. Em relação a esses fatos o Ministério Público requereu que a genitora fosse advertida a participar do grupo de apoio Alcoólicos Anônimos e que reencaminhasse seus filhos ao sistema de ensino. Essas medidas foram aplicadas pelo Poder Judiciário, solicitando o auxílio do Conselho Tutelar e ao SAI para o cumprimento das medidas.

Em março de 2004, compareceu em cartório a genitora com o comprovante de matricula do filho L. Em relação ao filho J. justificou que o mesmo não foi matriculado, pois não tem um calçado para ir à escola. E ainda que não freqüentou as reuniões do AA, porque não se sente bem com as pessoas que comparecem ao local. Foi determinado pelo Juiz que os filhos freqüentassem a escola e os projetos sociais, e a genitora que participasse de outro grupo de apoio disponível no município.

No mês de julho de 2004, foi registrado um boletim de ocorrência contra L. por suspeita de furto no abrigo da cidade. No mesmo mês o governo municipal implantou o Programa de Apoio e Orientação às famílias, ao qual a genitora I. foi encaminhada pelo Juiz em audiência. Os adolescentes continuavam fora dos projetos sociais, pois foram expulsos por agredirem alguns colegas. Foi oficiada, então, a Secretaria de Ação Social para que os adolescentes fossem novamente incluídos.

Em novembro de 2004, foi enviado a Promotoria um relatório da Escola onde M. estava matriculado, solicitando providencias, pois o adolescente havia estourado seu limite de faltas. A escola considerava que M. tem facilidade em aprender os conteúdos ensinados, porém apresentava problemas de conduta e

de relacionamento. Quanto a esse fato, a promotora solicitou que genitora e filho fossem advertidos.

Em dezembro do mesmo ano, as técnicas do SAI informaram que I. estava desempregada e que desconfiava que seus filhos M. e L. estavam usando drogas. Ambos foram encaminhados a uma unidade de psicologia de uma Universidade de Ma. para atendimento com acompanhamento do Conselho Tutelar. A genitora freqüentava esporadicamente o grupo de apoio a família (terapia comunitária).

Em fevereiro de 2005, o Ministério Público se manifestou pela continuidade das medidas protetivas já aplicadas. E ainda, comentou que os três filhos de I. estão cometendo pequenos furtos e apresentando comportamentos inadequados, o que denotou pouco avanço em relação as medidas. Por fim, solicitou que o SAI providenciasse o retorno dos adolescentes à escola e aos projetos sociais.

No mês de setembro de 2005, o SAI sugeriu que M. fosse encaminhado a uma comunidade terapêutica para tratamento para dependência química. L. continuava frequentando o atendimento psicológico, projeto social, e a escola. Segundo a escola, L. apresentava comportamento de rebeldia e de desafio em relação aos professores. J. estava frequentando o supletivo e projeto social. A genitora foi encaminhada a fazer curso de cozinha no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), devido a seu bom desempenho no curso, trabalhou na instituição. I. não se encontrava participando do grupo de apoio a família. No mesmo mês, o Juiz determinou o internamento do adolescente M. em comunidade terapêutica.

Em dezembro de 2006, o SAI informou que o jovem J. completou maioria e que estava frequentando o supletivo e trabalhando com reciclagem. O adolescente M. retornou de seu tratamento em comunidade terapêutica e participou do curso de confeitaria do SENAC. Porém, voltou a fazer uso de drogas. Em relação à escola, o mesmo tentou efetuar matrícula no Colégio B. e não foi aceito devido ter apresentado “comportamentos inadequados” anteriormente. O adolescente L. frequentou a escola irregularmente, por isso foi matriculado em outra escola junto com sua genitora. Permanecia na rua com outros adolescentes “fazendo arruaça”. A genitora fez o curso de cozinha, mas não conseguiu exercer essa função, indo trabalhar com limpeza em um setor da prefeitura. Estava cursando alfabetização de adultos. A família não participou de nenhum dos grupos de apoio indicados. Foi sugerido que a família fosse advertida em audiência a participar dos grupos de apoio.

Em janeiro de 2007 o Ministério Público requereu a freqüência dos adolescentes nos grupos de apoio indicados pelo SAI e da genitora em programa de orientação, pelo período de seis meses comprovando em cartório mensalmente. E ainda, requereu que a direção da escola B. fosse oficiada a efetivar a matrícula do adolescente M..Todas as medidas foram deferidas pelo Poder Judiciário que solicitou as execuções.

No mês de abril do mesmo ano a equipe do SAI informou que M. ainda estava fora da escola, pois a mesma não havia dado resposta. Foi sugerido que a escola fosse intimada a matricular o adolescente, sendo essa que essa era a única que oferecia ensino supletivo no período noturno. O Ministério Público diante dessa informação solicitou em caráter de urgência que a escola em questão fosse oficiada a realizar a matrícula de M. A medida foi acatada

pelo Juiz, solicitando o envio do ofício ao estabelecimento de ensino. Em maio a escola respondeu ao ofício comunicando que havia matriculado o adolescente.

Em dezembro de 2007 a psicóloga do SAI informou que M. completou a maioridade e que não chegou a freqüentar a escola, pois voltou a fazer o uso de entorpecentes. Seu irmão o adolescente L. encontrava-se em tratamento para dependência química em J. há seis meses. A genitora participou de três reuniões do grupo de apoio para pais, e não retornou mais. A técnica ressaltou que se o familiar não comparece ao grupo (Amor Exigente) tem dificuldade de “[...] averiguar aonde ocorrem as falhas, por isso ao sair da comunidade o adolescente recai na dependência química.” Finalizou sugerindo que a genitora fosse intimada em audiência a participar do Grupo de Apoio Amor Exigente.

Em resposta a informação da psicóloga do SAI, o Ministério Público manifestou-se e requereu que a genitora fosse intimada a comprovar sua participação no grupo em cartório, sob pena de incorrer em crime de desobediência. Sendo essa medida deferida pelo Juiz.

Em março de 2008, a psicóloga do SAI informou que o adolescente L. retornou do tratamento e que necessitava retomar as atividades, porém estava encontrando dificuldades em ser reinserido ao sistema escolar. Esclareceu que a única escola em que o adolescente ainda não havia estudado não aceitou sua matrícula. Quanto a genitora não frequentou o grupo de apoio determinado.

Por fim, em abril de 2008 o Ministério Público informou que em contato com a diretora da escola a mesma se dispôs a aceitar a matrícula do adolescente L.. Solicitou ainda que o SAI acompanhasse a freqüência do adolescente na escola e observasse seu comportamento. Quanto a genitora requereu que fosse aguardada a entrega do mandato de intimação para freqüência no grupo de apoio.

ANEXO 5 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ADULTO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica
Núcleo de Família e Comunidade

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa está sendo realizada pela psicóloga Mariana Lugli como parte das exigências das atividades de mestrado em Psicologia Clínica do Núcleo de Família e comunidade da PUC – SP sob a orientação da Professora Doutora Rosa Maria Stefanini de Macedo. Tem como título: “Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes: um diálogo entre famílias e sistemas amplos”. Seu objetivo é compreender a relação entre a família e o Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes, representado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, e rede de atendimento.

O procedimento se dará através de entrevistas semi-estruturadas, construção da linha do tempo, e consulta dos processos judiciais. As entrevistas serão gravadas, e logo após seu uso, serão desgravadas. O conteúdo das entrevistas será transcrito. Utilizaremos durante a pesquisa apenas procedimentos não manipulativos que não sejam maléficis aos participantes.

De acordo com os preceitos éticos informamos que sua participação é voluntária, estando garantida a sua autonomia e liberdade. Sendo mantida em absoluto sigilo sua identidade, nesta dissertação de mestrado ou em qualquer publicação posterior sobre este estudo.

Após a conclusão da pesquisa, será redigido um relatório final contendo dados e conclusões da pesquisa. Após seu término, o mesmo estará disponível para consulta com a pesquisadora responsável ou na Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri da PUC – SP, situada na Rua Monte Alegre, n. 984, no bairro de Perdizes da cidade de São Paulo. Você tem total liberdade para recusar sua participação, assim como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer penalização ou prejuízo.

Agradeço a sua participação, destacando que a mesma contribui para a construção de conhecimento na área da Psicologia e na Garantia dos Direitos à Criança e ao Adolescente. Ficamos a disposição para outros esclarecimentos, ou dúvidas em relação a pesquisa.

Marialva, _____ de 2008.

Mariana Lugli
R.G. 7.626.697-8

Após ter lido este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar da pesquisa, solicitamos a sua assinatura em duas vias, sendo que umas delas permanecerá em seu poder. Estando ciente das informações contidas neste Termo de Consentimento, eu, _____, portador do R.G. _____, autorizo a utilização, nesta pesquisa, dos dados por mim fornecidos para fins de ensino e pesquisa.

Data: _____

Assinatura: _____

ANEXO 6 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENOR

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica
Núcleo de Família e Comunidade

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa está sendo realizada pela psicóloga Mariana Lugli como parte das exigências das atividades de mestrado em Psicologia Clínica do Núcleo de Família e comunidade da PUC – SP sob a orientação da Professora Doutora Rosa Maria Stefanini de Macedo. Tem como título: “Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes: um diálogo entre famílias e sistemas amplos”. Seu objetivo é compreender a relação entre a família e o Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes, representado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, e rede de atendimento.

O procedimento se dará através de entrevistas semi-estruturadas, da linha do tempo, e consulta dos processos judiciais. As entrevistas serão gravadas, e logo após seu uso, serão desgravadas. O conteúdo das entrevistas será transcrito. Utilizaremos durante a pesquisa apenas procedimentos não manipulativos que não sejam maléficis aos participantes.

De acordo com os preceitos éticos informamos que sua participação é voluntária, estando garantida a sua autonomia e liberdade. Sendo mantida em absoluto sigilo sua identidade, nesta dissertação de mestrado ou em qualquer publicação posterior sobre este estudo. No caso, de participantes menores de 18 anos, seus responsáveis legais deverão preencher os dados de identificação e assinar o termo abaixo, concordando com a participação do menor.

Após a conclusão da pesquisa, será redigido um relatório final contendo dados e conclusões da pesquisa. O mesmo estará disponível para consulta com a pesquisadora responsável ou na Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri da PUC – SP, situada na Rua Monte Alegre, n. 984, no bairro de Perdizes da cidade de São Paulo. Você tem total liberdade para recusar sua participação, assim como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer penalização ou prejuízo.

Agradeço a sua participação, destacando que a mesma contribui para a construção de conhecimento na área da Psicologia e na Garantia dos Direitos à Criança e ao Adolescente. Ficamos a disposição para outros esclarecimentos, ou dúvidas em relação a pesquisa.

Marialva, _____ de
2008.

Mariana Lugli
R.G. 7.626.697-8

Após ter lido este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar da pesquisa, solicitamos a sua assinatura em duas vias, sendo que umas delas permanecerá em seu poder. Estando ciente das informações contidas neste Termo de Consentimento, eu, _____, _____ (grau de parentesco ou tutela), portador do R.G. _____, autorizo a utilização, nesta pesquisa, dos dados por mim fornecidos para fins de ensino e pesquisa. Autorizo também a utilização dos dados fornecidos por _____ (adolescente), _____ (idade) _____ (grau de parentesco ou tutela).

Data: _____

Assinatura: _____

ANEXO 7 –TABELA DE CATEGORIAS COM AS FALAS DO ADOLESCENTE E DA FAMÍLIA

1. Definição do problema	
1.1 Problema	
Adolescente	Mãe
P: Gostaria de saber o que hoje seria um problema para você? A: Droga.	P: Agora em relação à sua vida atual, o que hoje você considera um problema para a sua família? M: O M. P: O que acontece com o M.? M: O problema da droga, né?
1.2 Trajetória do problema	
Adolescente	Mãe
<p>P: De 1995 você tinha três anos? E daí o que você lembra? Você lembra da sua infância? Coisas boas? Coisas ruins? A: Não, não lembro, não lembro nada. A única coisa que eu lembro foi quando eu fui morar no Lar. P: Você morou no Lar em que ano? A: Ah, não lembro também. Eu tinha uns... Quatro anos. Em 1997 eu acho. P: E como foi morar no Lar? A: Ah, foi ruim, por isso que quando falaram em morar no Lar de novo eu não quis, porque eu não tenho lembranças boas de lá, nenhuma. P: Por quê você foi morar lá? A: Por causa da dificuldade, né? Minha mãe chegou aqui sem serviço, sem casa, sem nada, daí não tinha lugar para nós ficarmos, né? Não tinha ninguém, daí fomos para o Lar.</p> <p>A: Ah, foi bom porque eu fiquei lá, né? Teve um lugar para mim ficar, mas, para mim não teve nada de bom quando eu fiquei lá não; lá eu aprendi fumar cigarro, aprendi a roubar lá, eu apanhava lá, então para mim não teve nada de bom não. Antes de ir para lá a gente ficava na casa da minha avó em S. P: Mas por que vocês saíram da casa da sua avó? A: Foi porque minha família começou a jogar na cara, né? As coisas, né? Daí minha mãe já não agüentou já; eles ficavam jogando na cara dela, daí ela pegou e veio embora para cá. P: Mas jogava o que na cara? A: Falavam que ela tava errada, que nem marido que ela tinha, se ela tivesse vergonha na cara ela nem ia lá. P: E como foi quando vocês mudaram para M.?</p> <p>A: Ah, eu não lembro daí. Daí nós fomos para o Lar. P: E quanto tempo você ficou lá? A: Ah, fiquei, sei lá... nós ficamos lá acho que uns dois, três anos, depois nós fomos para o Lar em S., ficamos lá um tempo, depois voltamos para o Lar daqui. Mais ou menos até 2000, por aí... P: E tinham muitas crianças no Lar quando vocês estavam lá? A: Tinha o E., o D., o C., o M. P: E como era sua relação com eles? A: Eu aprendi a fumar, a roubar... Ah, não tinha as coisas em casa. Saía para roubar.</p> <p>A: Minha mãe ficou internada. P: Quando foi? A: Eu não lembro. Tava no Lar de S., em 2000 por aí. P: Você ficou quanto tempo lá? A: Um ano, um ano e meio, por aí. P: Ela foi internada onde? A: Na C. de N., em Ma., por causa de álcool. P: Que lembranças você tem da sua mãe nessa época? A: Ah, sei lá...ah...daquele tempo não tenho, foi daí que começou "bebeção", essas coisas assim. Bebia muito.</p> <p>A: [...] Daí nós ficamos mais um pouquinho lá na Vila, morando lá atrás da Vila, aí nós mudamos lá perto do Cemitério; daí lá que começou desandar lá; comecei...os caras...meu irmão já fumava já, sabe? Maconha. Daí ofereceram... P: Qual irmão? A: O M...daí ofereceram para mim. P: Que idade você tinha? A: Ah, eu não lembro, sei lá, uns 12, 13 anos. Foi em 2002, nós estamos em 2008, então, mais ou menos há seis anos atrás...Os moleques iam fumar lá em casa, nós fumávamos em casa; eu levava para ele fumar, daí eles ofereceram para mim também, daí eu aceitei; daí o meu irmão falou: "não é para você colocar isso na boca"; daí hora que ele saiu de perto eu coloquei e comecei a usar. [...] Aí veio a droga...Foi passando daí um ano, daí me ofereceram melado, petisco, uns caras que estudavam no S. R.. P: O que te ofereceram? A: Petisco, que é pedra com cigarro. Daí eu fumei ainda. Daí eu fui para o B., daí eu fui expulso do B. P: O que aconteceu para você ser expulso?</p>	<p>P: E você chegou a usar alguma? M: Nunca usei droga. O meu negócio sempre foi o álcool. Nunca, nunca pus droga na minha boca de espécie nenhuma. P: E desde quando que você fez uso da bebida? M: 21 anos, comecei bebendo cerveja, não gostei, fiquei um tempo sem relar na boca, daí depois comecei tomar, não sei porquê, mas era sem-vergonhice mesmo. Eu estava grávida. Eu engravidei na primeira vez, porque eu me perdi também com 21 anos, então eu já "puf" e engravidei. Por isso que o "nego" hoje está com 23, eu fiz 44 anos e ele está com 23. P: E nessa época você estava morando onde? P: Quando que o M. começou a usar droga? M: Não sei, só sei que quando fui internada, acho que o M. já usava. Já, porque ele estava muito esquisito. O M. acho que usa drogas há muitos anos. Eu percebi bem mesmo depois, há uns cinco anos atrás. P: E o L. você sabe com que idade que ele começou a usar? M: Não sei, porque ele nunca falava né? E quando eu descobri ele já tava no "mesclado". P: Ele tinha quantos anos? M: Agora, que ele ficou internado em J. Foi o ano retrasado que ele ficou internado. Acho que ele tava com seus 14 para 15 anos. Na escola ele mais faltava do que ia, ele falava que ia, mas não ia. Eu cansei de ficar na sala sentada com ele ou então na porta da escola e ele não endireitava não, a melhor coisa para o L. foi esse tratamento. P: Eu não sei se consigo, eu gostaria de falar com o M. lá, mas precisa de uma autorização especial, é mais complicado, né? M: Ah, mas o Juiz dá, porque eu não vi ele lá ainda; porque eu não to com um pingo de coragem, só de ler as cartas parece que já me dá uma punhalada nas costas. E eu passei tão mal na prefeitura, a B. ligou e disse: "tem umas cartas para você aqui" e eu esqueci de perguntar de quem, falei "to indo buscar" e eu sou meio apavorada, né? E fui, na hora que eu olhei assim, M.E. de A., eu abri, assim, comecei ler, mas eu passei mal, hein? O M. tem tudo para crescer, pensa em um menino que tem um coração bom; mas depois que conheceu esse ... pensa em um menino que entortou mesmo. Já era torto, não to dizendo que amizade tem a ver, porque os dois meus ex-maridos usavam drogas e eu nunca coloquei droga na boca; o primeiro meu ex-marido eu ficava na rodinha vendo tudo eles fumar; uma vez eu fiquei doidinha de tabela, levantava as penas tremiam, que a fumaça vinha no meu rosto, eu nunca coloquei na boca; as drogas que coloquei na boca foi cigarro e álcool. Agora o M. usando droga é uma coisa, bêbado ele é outra. Ele se transforma. P: E o L. como que era quando usava? M: O L. ele só não gostava muito de tomar banho, eu comecei desconfiar disso daí, não tomava banho, dormia sempre tarde, não fazia nada, por isso que agora eu tenho quase certeza que ele não ta fazendo isso. Se deixar por ele, ele anda que nem filho de madame; ixi, ele precisava de umas roupas aí, eu cheguei pus em cima da cama, ele escolheu, nossa, já dobrou, pos em cima da gavetinha, ta lá.</p>

<p>A: Bagunça, eu bati em um moleque, daí eu fui expulso. Daí depois eu fui para o S. Daí ofereceram petisco eu fumei. Primeira vez que fumei não deu nada; segunda vez...daí aos poucos foi viciando, sabe? Daí eu fui comprando, daí e fumei o melado, daí viciou de vez; o melado é maconha com pedra, daí eu fui fumando, fumando. Aí, eu roubava, eu pedia, sei lá, roubava. Roubava na rua, nunca fui de roubar em casa; porque eu via, né? O que minha mãe fazia para comprar as coisas lá. Se pegasse era um real ou dois para comprar cigarro. Era uma época meio boa, meio ruim. Nem consegui passar na escola, fiquei só na quinta.</p> <p>P: Você estava com que idade?</p> <p>A: Sei lá...uns treze, quatorze ano mais ou menos.</p> <p>P: Como é que tava em casa?</p> <p>A: Minha mãe já tinha voltado a beber...ixi.</p> <p>[...] Daí eu experimentei a pedra, foi na lata mesmo, sabe... pura. Daí eu não gostava de fumar na lata, porque não dava sensação em mim, sabe? Daí eu fumei duas vezes só e parei, só ficava no melado só. Eu tinha uns amigos e todos usavam.</p> <p>P: E depois, o que aconteceu em relação a droga?</p> <p>A: Ah, não aconteceu nada, ah sei lá, eu conheci uns caras doidos, malucos, comecei a andar com eles, aí eu comecei a roubar mesmo. Não dava vontade de ir mais pra escola, não dava vontade de fazer nada. Dava vontade só ficar usando drogas.</p> <p>[...] Quando eu tinha voltado daí. No começo foi bom, sabe? Mas daí minha mãe ainda não tinha parado de beber ainda, começou a... começou um negócio lá, daí começou tudo de novo.</p> <p>P: Começou o quê?</p> <p>A: Mesma coisa que eu fazia antes, começou tudo de novo, xingar os outros, minha mãe não bate mais em mim porque ela sabe que ela não agüenta mais comigo.</p>	
1.3 Formas de enfrentamento	
Adolescente	Mãe
<p>P: E o que você já fez para enfrentar esse problema?</p> <p>A: Ah, fiquei internado, tento ficar distante dele, ah, sei lá, acabar com os defeitos...ah, sei lá, esses negócios.</p> <p>P: Como assim?</p> <p>A: Ah, tipo, acabar com os defeitos de caráter para não dar motivo, para quando eu tiver cheio de defeitos não correr atrás dele, sabe?</p> <p>P: Que defeitos são esses?</p> <p>A: Ah, mentira, manipulação, ah... muitos, sei lá.</p> <p>P: Você tem esses defeitos?</p> <p>A: Ah, eu acho que o tanto que eu tinha e o que eu tenho agora, mudou bastante. Ter não ter eu tenho sim, né? Porque é difícil você acabar com tudo, mas ta muito mais melhor.</p> <p>P: Mas você acredita que as pessoas não têm defeitos?</p> <p>P: E com que frequência você costuma procurar essas ajudas?</p> <p>A: Ah, quando eu to precisando. Ah, depende.</p> <p>P: Em que situações você costuma procurar?</p> <p>A: Ah, quando eu to mal, aí eu converso, quando eu preciso me fortalecer lá em J. para não fazer uma cagada, daí eu vou no fórum, no SAI e peço para conversar.</p> <p>P: E o que você acha desses atendimentos que você recebe?</p> <p>A: Ah, bom.</p>	<p>P: E o que você já fez para tentar resolver esse problema?</p> <p>M: Já internei, já conversei, já tirei da cadeia, já passei a mão na cabeça, já bati, agora só tentar outro tratamento, de preferência em J., onde o L. ficou. Porque do lado deles parece que Deus permanece lá 24 horas, porque lá você se sente em paz; eu fui lá várias vezes, pensa em um lugar bom hein? E poucos que recaíram. Eu achava que o L. ia recair, mas não, ele anda aí adoidado, para tudo quanto é lugar.</p>
1.4 Expectativa de ajuda/ Formas de resolução ideal na perspectiva da família e do adolescente	
Adolescente	Mãe
<p>P: Que tipo de ajuda você gostaria de receber para resolver esse problema?</p> <p>A: Ah, para mim eu acho que sei lá, para mim, ajuda assim... já ta resolvido esse problema, sabe? Mas para melhorar mais, para mim não voltar com esse problema, para mim não tornar a usar droga, precisava tipo...arrumar um serviço, escola, essas coisas sabe? Para eu me afastar.</p>	<p>P: Que tipo de ajuda você gostaria de receber para resolver esse problema?</p> <p>M: Ah, eu queria o internamento do M. né? Porque eu não tenho condições de pagar; eu já conversei com o E. e o D. e disse que eu não queria nada deles, porque eu não quero nada deles, a não ser o tratamento do meu filho porque eu não tenho condições de pagar, porque eu tenho certeza que se o M. ficar lá os 9 meses completo ele vai mudar; porque o M. tem uma cabeça boa e ele tem chance, sabe? Ele já foi convidado para trabalhar até em rádio e ele não quis, porque ele tem uma voz maravilhosa.</p>
2. Rede de familiares e de amigos do adolescente e da família	
2.1. Família	
Adolescente	Mãe
<p>[...] eu não sou muito de conversar com a minha mãe; a gente fica brigando só. Ela fica xingando, falando que se arrependeu de ter feito nós, sabe? Jogando na casa, fala que se fosse para voltar no tempo não tinha feito nós. Aí eu falo, não pedi para nascer, entendeu? Não pedi para vir para o mundo, você fez porque quis; daí eu começo jogar na cara também, xingar; nunca dá certo. Eu fico nervoso e ela também fica. Mas não é sempre, é só quando ela começa a ficar brava, sabe? Ela fica brava por causa da bagunça que a gente faz lá. Faz alguma coisa errada, tira alguma coisa do lugar, faz alguma coisa que não tem nada a ver, ela já começa a xingar desgraça, inferno, não sei que.</p> <p>P: E o que você acha que sua mãe tem de bom?</p> <p>A: Ah, sei lá. Que ela é trabalhadeira; ela é bastante trabalhadeira. Ela luta assim pela gente, né? Mas, ela é meio brava assim mesmo, né? Eu acho que falta Deus lá em casa, tipo, é o que eu estava buscando, mas só eu e meu irmão, ela não vai, meu outro irmão não vai.</p>	<p>P: Quantos irmãos você tem?</p> <p>M: Nós somos em 10 irmãos. Um mora em S., um em C., o meu irmão mora em L. do R. V., tem duas em S. C., tem um que eu não sei onde que ta, ta tudo espalhado. Vejo eles no final de ano, no Natal.</p> <p>P: E como que é a relação que você tem com eles?</p> <p>M: Agora é bom, agora é ótimo, nossa, a gente dá risada, cada um conta suas coisas, às vezes até meu pai vem.</p> <p>P: Seu pai mora onde?</p> <p>M: T. Meus pais são separados. O meu pai faziam 20 e poucos anos que eu não via ele, 27 anos por aí, eu não sou muito chegada no meu pai.</p> <p>P: Quantos anos você tinha quando ele saiu de casa?</p> <p>M: Eu era pequenininha, um bebezinho.</p> <p>P: Você é a mais velha, mais nova, do meio?</p>

P: E você falou que tem um padrasto, como que é com o padrasto?
A: Ah, ele é gente boa. Ele é, tipo, põe as coisas dentro de casa. Toma as pinguinhas dele, mas não enche o saco, ele sempre é a mesma pessoa, legal e tal; trabalha.
P: Hoje, como é a sua relação com a sua família?
A: Ah, sei lá, tem vez que é boa, tem vez que é ruim; agora tá melhor, antes tava meio ruim, quando eu saí da clínica eu me encontrava super ótimo, sabe? Quando eu saí da clínica, daí depois deu uma piorada, uma piorada.
P: O que aconteceu que piorou?
A: Os defeitos começaram vir, aí eu comecei a descontar na minha família, daí eles também não são bobos e viram, né? Também começou discussão, brigas em casa. Piorou muito, mas agora melhorou.
P: E o que aconteceu que você acha que melhorou?
A: Eu fazia minha parte, né? Agora eles fazendo a deles vai melhorar cada vez mais.
P: E eles fazem a parte deles?
A: Ah, sei lá tem vez que faz, tem vez que não faz, maioria das vezes não faz, né?
P: Me dá um exemplo de quando eles não fazem a parte deles.
A: Ah, sei lá... não sei.
P: Quando as coisas pioram, o que acontece normalmente?
A: Como assim?
P: O que faz com que as coisas piorem?
A: Ah, sei lá, eu não aceito, né? Eles não entendem meu lado, né? Só entendem o deles.
P: Você gostaria que eles te entendessem?
A: É ué.
P: É que tipo de ajuda você gostaria de receber deles?
A: Ah, compreensão.
P: De quem?
A: De todos.
P: Quem são todos?
A: Minha avó, minha mãe, meu irmão, meus irmãos, né? Meus tios. Eu queria compreensão e amor.
P: Você acha que não tá tendo isso, ou de vez em quando tem?
A: Ah, é meio difícil.

M: Acho que sou a terceira... é acho que sou a terceira... ah, não sei nem a idade de minha mãe... Eu e meu pai não tem uma relação assim, a gente não se xinga nem nada, mas ele fica lá na dele, nós conversamos o essencial. Ele tem outra família, mas ele não tem filhos com a outra, tem adotivo. Ele tem uma filha adotiva e tem um neto adotivo. Quando meus pais separaram aí minha mãe conheceu o seu H. e teve os loirinhos com ele, minha mãe tem uma casa hoje porque ele deu, aí ele morreu de câncer no nariz. Ele era casado, mas eles se viam né? Mas foi muito tempo isso daí, então para mim o meu pai é ele. Até hoje ele para mim é meu pai. Ele ajudou muito minha mãe, para não deixar faltar as coisas, o primeiro baile nosso ele que bancou, sabe? Ixi, ele tinha uma educação, um respeito por nós, ele era muito bom, quando ele morreu minha mãe tava grávida da M.

M: Não, nunca mais tentei entrar em contato porque tudo era usuário, né? E eu descobri que eles estavam traficando, principalmente o pai do M., do L. e da C., eu descobri que ele tava traficando e que ele tentou estuprar uma menina na minha casa, nessa ocasião eu tive que internar a C. e o L. lá em C. G., no M. G. e quando eu voltei, eu pedi para a menina ficar com as crianças, com o M. e com o J., aí quando eu voltei as crianças estavam sozinhas, dormindo com a porta aberta; eu fui na casa dela e perguntei por quê, e ela falou: porquê o V. usou drogas aqui no teu quintal e queria me agarrar e eu deixei eles dormindo sozinhos com a porta aberta; aí eu larguei dele.

M: Não. Eu tentei morar com o pai do menino, mas não deu certo, ele bebia demais, ficava desbocado, enfrentava todo mundo, aí eu fui para o lar da mãe solteira, só que eu não lembro nem o nome, nem lembro onde, só lembro que era em L.; aí, uma época eu tentei suicídio.

P: Você estava grávida? Como foi?

M: Tava. Tentei suicídio, eu fiquei enganchada, eu pulei do pontilhão e fiquei enganchada pelo vestido, aí um senhor mandou uma menina falar para mim não fazer aquilo, quase que eu vejo a cena, aí a menina falava: "o tia, não faz isso não" eu já não tinha como sair dali, aí foi um cara que chamou a polícia e me tirou. Aí eu fui para esse lar, me conheceram lá, depois aquele L.C.B. me ajudou bastante, montei um cômodo para mim. Aí fiquei um tempo, depois que eu ganhei, comecei a trabalhar.

P: E como era a relação dele com os filhos?

M: Ele era apaixonado pelos meus filhos, ele não batia, era raro, mesmo que não era dele, era muito raro dá um tapa, e quando eu batia, ficava muito bravo comigo. Só que ele não tratava, além de eu trabalhar que nem uma condenada, ele pegava as horas vagas para chifrar, entendeu? Para falar mal de mim, então eu vi mesmo que ou eu matava ele ou ele me matava, aí eu resolvi vir embora. A gente brigava muito.

M: Porque eu trabalhava o tempo todo, eu deixava para as pessoas cuidarem, deu infecção intestinal nela, aí deu derrame pulmonar. O L. também, sempre teve problema de saúde com a bronquite e coisa no intestino; aí a C. deu a primeira vez, a segunda, deu a terceira, aí eu falei: não, eu vou embora. Ir embora porque pelo menos eu largo ela lá com minha mãe e minha mãe cuida dela, e ela foi e tá lá até hoje. Aí eu fui pra casa da minha mãe em S. Mas, daí eu cheguei e meus irmãos me receberam muito mal, inclusive falaram que era bom que tivesse morrido, né? Aí o L. mandou ele tomar lá e eu peguei de um tapa no L. e meu irmão veio para cima de mim e eu falei: você que tenta, daí ele nunca me bateu. Aí eu mandei eles tomarem banho, o meu filho, peguei o último ônibus e fui para Ma. fiquei na rodoviária com os três, menos a C. Aí eu fiquei lá e perguntei para o policial se tinha algum lugar para a gente ficar e o policial levou nós no albergue e no albergue eu deixei a C. com minha mãe e internei os três no juiz porque no albergue não podia ficar e eu fiquei no albergue. Todo dia levantava cedo e ia procurar trabalho.

M: Namoramos dois meses, ele sabia também que eu tava grávida, aí, nossa, ele amava o J., isso eu não posso reclamar, apesar dele usar a droga dele e tudo, mas...

P: Quando você o conheceu ele já usava drogas?

M: Já usava. Eu descobri depois que a gente tava morando junto, mas o único defeito dele é que ele não gostava de trabalhar, só fazia para droga, eu trabalhava em dois serviços, tinha que levar meus filhos em creche, grávida, então, era muito sofrimentos para pouca coisa e aí eu vi que meu filho estava até correndo risco.

P: E a sua relação com seus filhos, como era nessa época?

M: Eu nunca fui de ter muita paciência, porque quando tem que falar eu falo mesmo, então eu não tenho muita paciência, eu acho que quando eu bebia eu brincava mais com eles, eu fazia papagaio para eles, jogava "bulita" com eles, fazia piadinhas, eu cantava para eles,

	<p>mas isso eu já tava bem insana mesmo, bem "turbinadinha", e hoje em dia eu já não sou muito assim, eu brinco lá de vez em quando, e, que nem, quando eu saio, gosto de levar eles até agora eu tava com a minha nora e com o meu filho, agora, eu gosto de sair com eles, mas eu não sou muito de ficar, beijo, sabe? Não sou muito de ficar na mão, sabe? Eu não sou muito de ficar... não sei se é porque eu fui criada aos trancos e barrancos, eu sou "secona" mesmo, mas desde que me conheço por gente.</p> <p>P: E a C. sempre morou com sua mãe?</p> <p>M: Sempre com minha mãe.</p> <p>P: E como é a sua relação com ela?</p> <p>M: Muito boa, ela só me chama de mamãezinha. Eu vou lá ou ela vem aqui. Ela vai na escola...Ela tava não sei se é na sexta ou sétima, uma coisa assim, ela ta bem adiantada.</p> <p>P: Como é a sua relação com o L.?</p> <p>M: Ah, eu faço o que eu posso por ele, só que eu falei, eu tenho pavio curto, se eu falar uma coisa eu gosto que faça logo, e se falar não pra mim eu já dou um berro, uns gritos, já falo: "deixa então que eu faço", aí eu não aceito que faça mais. Se falar não para mim, não adianta pedir de novo que eu não quero que faça, aí eu vou e faço. Mas ele vai no banco para mim e não mexe em um real. Ele foi esses dias receber, eu achei incrível, ele foi pegar um dinheiro no banco para mim, 20 reais da bolsa.</p> <p>P: Bolsa do quê?</p> <p>M: Bolsa família, recebo dele, 20 reais. Aí ele chegou e falou: "Mãe, quanto que era para eu pegar mesmo?". Eu falei: "20 reais". Aí ele pôs a mão no bolso, porque ele é metido, né? E disse: "então eu vou te emprestar" começou contar, 50, 50. E eu: "L. pelo amor de Deus, que dinheiro é esse? Você tirou o seu dinheiro do banco?". Eu também achava que o moleque tinha um rio de dinheiro no banco, né? Ele tem acho que quarenta conto no banco. Aí ele começou a dar risada e eu: "L. pelo amor de Deus, já comecei ficar nervosa, eu tava sentada aqui na padaria, que todo dia eu espero o A. ali.</p> <p>P: Quem é o A.?</p> <p>M: A. é meu "encrenca" (risos).</p> <p>P: Que isso?</p> <p>M: Meu namorado. Aí ele falou: "lê esse papel aqui". Aí eu li "PIS". Eu não sabia que eu tinha esse dinheiro para receber, eu nunca recebi na vida, eu to com 44 anos, eu nunca recebi esse negócio. Tava no banco desde o mês de outubro.</p> <p>P: Ele que viu?</p> <p>M: Aí ele é curioso né, porque ele não dá ponto sem nó, ele sempre que puxa o extrato olha lá, aí ele leu, coloque o cartão, não sei que lá PIS, aí menina, mas foi uma benção, hein? Paguei dois meses de aluguel, nossa, uma benção, uma benção, aquele dinheiro caiu do céu. O L. que descobriu. E ele tadinho, eu fiquei com dó dele, eu tinha recebido o pagamento no mesmo dia, peguei dei vintão para ele; ele correu no caixa e depositou.</p> <p>P: Ele tem conta no banco?</p> <p>M: Ele tem, ele deve ter uns quarenta conto no banco já, porque tudo quanto é dinheiro que ele pega ele corre lá.</p> <p>P: Ele guarda?</p> <p>M: E o dia que vai para J., né? Ele ama aquele lugar, ele ama o padrinho dele. Ah, o L. foi batizado recente. Nossa ele ama aquele lugar, ele ta doído para ir para lá de novo, eu queria que ele fosse, passar o natal e o ano novo lá.</p>
2.2. Amigos	
<p>Adolescente</p> <p>P: E como era com seus amigos? Vocês se viam sempre?</p> <p>A: Ah, sei lá, um ia na casa do outro, a gente ia lá, eles iam lá em casa lá, fumava lá em casa, porque lá atrás de casa tinha um pé de pomcã, sabe? Era super gostoso ficar lá debaixo, ... fumando. E eles ficavam lá.</p>	<p>Mãe</p>
3. Participação do Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e da Rede de Atendimento	
3.1. Conhecimento dos serviços de auxílio disponíveis	
<p>Adolescente</p> <p>P: Você conhece os serviços que tem disponíveis aqui em M., para te atender, você conhece?</p> <p>A: Ah, não todos.</p> <p>P: O que você conhece?</p> <p>A: Ah, conheço o SAI, né? Conheço a Promotora e o Conselho.</p> <p>P: Algum outro serviço você conhece?</p> <p>A: Não.</p>	<p>Mãe</p> <p>P: Existe um serviço aqui no município que ajude a fazer esse tipo de coisa?</p> <p>M: Não, eu se procurar a K., o que ela puder fazer, com certeza ela vai fazer, tipo as fotos, ela paga tudo, mas agora também é final de mandato, nem sei como que está, se ela pode ajudar, se não pode, eu não comentei com ela.</p> <p>P: Você conhece o serviço que o município oferece para te ajudar na resolução do seu problema?</p> <p>M: Ah, eu acho que no C.S.U., acho que o C.S.U. que tem não sei se as pessoas fora, eu sei que tem uma verba que vem para ajudar as pessoas, não sei se é verdade ou se é mentira, mas eu fiquei sabendo que existe uma verba que vem para ajudar quem quer se tratar e existe uma verba que vem para ajudar as pessoas carentes, tipo, vamos supor, se o L. ta internado lá em J., Deus me perdoe que não precise mais, eu sei que tem um negócio lá que parece que eles teriam que me ajudar com passagem, essas coisas assim. Eu sei também que eles têm uma verba para comprar cesta básica, ajudar as pessoas carentes.</p>
3.2 atendimentos recebidos pelo Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e Rede de Atendimento: quais atendimentos	

receberam, como usufruíram e quais os resultados obtidos	
Adolescente	Mãe
<p>P: E que tipo de ajuda você já recebeu para resolver esse problema? A: Ah, muita. Arranjaram um internato para mim, as pessoas que me ajudaram lá dentro do internato, meu padrinho e tal.</p> <p>P: E você recebeu algum tipo de ajuda nessa época? Teve algum tipo de ajuda? A: O Fórum querendo me internar e tal. P: E como que foi daí? Você aceitou? A: Daí eu não queria aceitar, mas depois eu tive que ir, né? Me internar. P: E quando foi? A: Dois mil e sete. P: E para onde você foi? A: Fui para J. em uma Casa de Recuperação. P: E como que foi lá? A: Ah, foi legal, aprendi um monte de coisas novas, coisas que eu não conhecia, bastante Deus; há, um monte de coisa.</p> <p>A: Quando eu tinha voltado daí. No começo foi bom, sabe? Mas daí minha mãe ainda não tinha parado de beber ainda, começou a... começou um negócio lá, daí começou tudo de novo.</p> <p>P: Você chegou a completar alguma série lá? A: Não, é por matérias; eu já fiz duas matérias. P: Qual você fez? A: Fiz português e matemática. P: De que série? Da sexta? A: Não, de quinta a oitava. P: Ah, de quinta a oitava a matéria inteira. E daí quando você voltou, como foi essa questão da escola? Você logo que voltou para cá já voltou para a escola? A: Sim. P: E como que foi? A: ah, foi legal. Daí depois comecei a aprontar de novo; mas daí eu parei de aprontar; aprontava assim aquelas baguncinhas, mas não aquelas coisas assim. P: O que são essas baguncinhas? A: Ah, "zuar" na escola, tipo... sei lá; deixar as professoras doidas, a diretora. P: Mas o que você fazia? Me dá um exemplo do que você fez? A: Ah, eu ficava brincando dentro da sala, "zuando", mexendo com a molecada. P: E você foi bem recebido na escola? A: Fui, pelos professores. P: E pelos colegas? Você já conhecia o pessoal? A: Não, ninguém. P: Em que série você voltou? A: Na quinta. Aí eu já comecei a fazer bagunça. Depois eu parei, parei e fui fazer o curso em Ma. A: Por que você parou de ir para a escola? A: Para fazer o curso. P: Qual curso? A: De negócio profissional, no Senai. P: E como que foi? A: Ah, foi bom. No começo era meio ruim. P: Como assim? A: Ah, porque tipo, quando eu ia...eu parei de fazer, sabe? Porque quando eu ia os caras iam fumando maconha, ia naquela função. A: Freqüentei um monte de aulas. P: E você gostou? A: Gostei, parei só por causa disso mesmo. Eu aprontei um pouco...Ah, não assim muito, chegava atrasado só, o professor dava falta...porque se perdesse o ônibus do meio dia, só meio dia e meio depois. Daí da rodoviária até o Senai, chegava atrasado, daí o professor ficava falando, mas bagunça assim acho que não.</p> <p>A: Eu vou estudar o ano que vem. Vou fazer o CEEBJA. P: Mas não é só com dezoito anos? A: É, mas no meu caso é outro porque eu já comecei com dezesseis daí eu posso terminar.</p>	<p>P: Por que O M. está preso? M: O M. está preso por vários motivos: primeiro quebrou um orelhão, depois o espelho da rodoviária, uso de crack, furto, mais por causa do crack, né? E ele está me escrevendo direto para eu tirar ele de lá e por em uma clínica. P: Ele já recebeu algum tipo de tratamento? M: Ele já ficou uma vez em uma clínica em C., mas achei que lá ele nunca ia melhorar, só tinha jeito de piorar. P: Por que? M: Era tudo misturado, pessoas idosas com adolescentes, pessoas doentes, e para onde nós levamos ele, uma clínica bem suja, agora em J. melhorou 1000 por cento. Em todas as cartas, mas eu não tenho condições financeiras de pagar o tratamento, nem enfrentar a autoridade. P: E como que foi para você ir se tratar? M: Eu já tinha trabalhado no C.S.U., na creche, eu trabalhava na creche na época. Teve um dia que eu desmaiei lá, eu bebi demais a noite inteira e aí eu não comi, eu não comia, eu pesava 47 quilos. Então, eu tava lavando roupa e apaguei, porque lá a minha função era lavar roupas, inclusive a mulher adorava o jeito que eu lavava e passava, aí ofereceram o tratamento, eu vim aqui e conversei com a Dra. M., aí ela fez tudo, ela e a L. Eu fui para a C. de N. em Ma. P: E ficou quanto tempo lá? M: Faltavam acho que 20 dias para terminar o tratamento, aí meu filho quebrou o braço e eu quis vir embora. [...] a primeira casa, acho que a primeira casa, se eu não me engano foi na V. B., o pessoal da assistência pagou os primeiros meses para mim, até eu arrumar um serviço, aí eu comecei a trabalhar, ah, hoje em dia acho que ta... eu não tinha nada, Deus me perdoe.</p> <p>P: E que tipo de ajuda dessas que você recebe ou já recebeu? Já recebeu alguma ajuda da assistência social? M: Sim. P: Você recebe ainda algum tipo de ajuda? Qual? M: Não, eu recebi muito, cesta básica, eles pagaram meu aluguel, eles me mandaram para J., davam passagens para eu ir, voltar, eles ajudaram fazer o enxoval do L. para levar. E do fórum também recebi ajuda.</p>
3.3. Percepção dos atendimentos recebidos	
Adolescente	Mãe
<p>P: Que tipo de ajuda ela já deu? A: Ah, de tudo, quando tava faltando as coisas em casa ela dava; quando tava precisando de dinheiro. P: E como foi receber essa ajuda? A: Foi muito bom, a gente pode contar com ela.</p> <p>A: Ah, o Conselho...eu vou falar para você, conselho eu acho que me ajudar não ajudava muito não, ajuda ajudava, mas não muito. Mas também, tipo assim, eles não ajudam, mas também não atrapalham, também já ta ajudando nisso, não estão atrapalhando. P: Mas eles já fizeram alguma coisa por você? A: Ah, fizeram, assim, quando foi para me visitar lá em J. na casa de</p>	<p>P: E como foi o tratamento? M: Ah, eu gostava, eu gostava de lá, ixi, era trabalho e oração, no começo podia fumar, depois cortaram o cigarro, eu fiquei um tempo sem fumar, eu gostava de lá. A L. do fórum não deixava nada passar batido, às vezes a gente precisava de uma coisa, eu ligava, ela mandava, então...</p> <p>P: E o que você acha dos serviços? M: Nossa, eu acho maravilhoso, se não fosse, nós não estávamos mais aqui não, hein? Acho que ou eu tava morta, ou sei lá, ou eles.. Qual é a mãe que vive com os filhos assim e com um salário? Não consegue. Eles precisam de roupa, eles precisam de um calçado, às</p>

<p>recuperação, essas coisas assim.</p> <p>P: E com o SAI?</p> <p>A: Ah, a L. apóia eu para caramba, muito gente boa ela, não tenho nada para reclamar dela não, sempre ta me ajudando. Recebi, bastante ajuda.</p> <p>P: Em quais situações, por exemplo?</p> <p>A: Ah, situações quando eu tava no mundo da droga, ela me tirou, conseguiu me tirar aí do mundo da droga. Sou muito grato a ela.</p> <p>P: E como é sua relação com as pessoas que te atendem?</p> <p>A: Gosto. É boa.</p>	<p>vezes de um remédio, é muita coisa, então, só meu aluguel é 220 reais, sobra o quê? Não sobra nada. Aí tem o gás, tem tudo isso; ah, eu se não fosse, falar a verdade, se não fosse a Assistência Social eu tava ferrada.</p> <p>P: O L. não teve recaídas?</p> <p>M: Não, que eu saiba não, mas se tivesse recaído eu ia saber né? Todo mundo me conhece e eu pergunto para todo mundo, então, que eu saiba não.</p> <p>P: E como o L. ta hoje? Como você vê a situação dele, da vida dele?</p> <p>M: Ah, eu acho que o L. ta bem, só ta muito "boca-dura", ele ta muito agressivo, ele é muito, sabe? Ele é valentão mesmo, sempre foi. o L. quer ser valentão e "boca dura" isso aí ele é... só.</p> <p>P: O que ele tem feito hoje?</p> <p>M: Eu vou trabalhar cedo, deixo ele dormindo, ele limpa a casa e fica lá assistindo televisão. Aí às vezes ele vai na Lan House, às vezes ele vem aqui nessa mulher do M., porque ele gosta muito da mulher e não sai do Fórum também, né? E às vezes ele vai na Lan House.</p> <p>P: Ele não está estudando?</p> <p>M: Não, ainda não né? Porque também nem tinha como.</p>
<p>3.4. Expectativa em relação aos atendimentos</p>	
<p>Adolescente</p> <p>P: Que tipo de ajuda você gostaria de receber para resolver esse problema?</p> <p>A: Ah, para mim eu acho que sei lá, para mim, ajuda assim... já ta resolvido esse problema, sabe? Mas para melhorar mais, para mim não voltar com esse problema, para mim não tornar a usar droga, precisava tipo...arrumar um serviço, escola, essas coisas sabe? Para eu me afastar.</p> <p>P: Se você na época você pudesse ter escolhido, se você pudesse não ir para lá, o que você gostaria que tivesse acontecido naquela época?</p> <p>A: Ah, sei lá, que o prefeito desse uma casa, que arrumasse um serviço aqui; porque chegava aqui eles só mandavam para o Lar, não viam a situação da família. Não queria ajudar a família, queria só mandar para o Lar e deixar lá; daí eu queria uma casa, até hoje não tem casa, para aluguel, minha mãe fica aí, trabalha o mês inteiro para pagar aluguel, só aluguel, não faz nada para ela. Eu queria que as pessoas tivessem ajudado minha família para que ficasse todo mundo junto.</p>	<p>Mãe</p> <p>P: E que tipo de ajuda ou atendimento você gostaria de receber? O que você acha que falta?</p> <p>M: É o internamento e meu próximo emprego, né? Porque se eu ficar desempregada, a única opção que eu vejo é voltar a beber, porque eu não agüento depender dos outros (choro), eu não gosto de depender dos outros. Vai trocar prefeito né? Eu tenho medo, porque nesse chove e não molha eu tenho muitos anos de prefeitura, mas eu não suporte, sabe? Depender dos outros, para aluguel, para a água, para a luz, para a comida, isso é... eu acho que quem tem que depender disso daí é a pessoa que está numa cadeira de rodas, em cima de uma cama, eu não sou aleijada, eu não to doente, e quando eu comecei a beber mais mesmo, que eu me entortei de vez mesmo, foi por causa disso, por falta de emprego, meus filhos pediam uma coisa não tinha, pedia carne não tinha, então, falei não vou agüentar ficar desempregada.</p>
<p>3.5. Relação do adolescente com o Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e Rede de Atendimento</p>	
<p>Adolescente</p> <p>A: Não gostava de estudar. Era...muita bagunça, sabe? Daí eu não prestava atenção nas aulas, ficava só bagunçando. Acho que era a quarta. Eu era um daqueles que o povo chamava de inteligente, sabe? Mas eu não usava; eles diziam: "você é inteligente, mas você não usa sua inteligência"; daí eu fui até para a sala especial, sabe? Lá no D. M.; fui para a sala especial; daí foi lá na sala especial que eu passei para a quinta série.</p> <p>P: E como era sua relação com os professores?</p> <p>A: Era boa. As tias lá, até que gostava de mim, as tias que cuidavam, que faziam comida, eram as que mais gostavam de mim e tal...</p> <p>P: E como é sua relação com as pessoas que te atendem?</p> <p>A: Gosto. É boa.</p> <p>P: E com o SAI?</p> <p>A: Ah, a L. apóia eu para caramba, muito gente boa ela, não tenho nada para reclamar dela não, sempre ta me ajudando. Recebi, bastante ajuda.</p> <p>P: Em quais situações, por exemplo?</p> <p>A: Ah, situações quando eu tava no mundo da droga, ela me tirou, conseguiu me tirar aí do mundo da droga. Sou muito grato a ela.</p> <p>P: Como é sua relação com o Juiz, com a Promotora?</p> <p>A: Com o Juiz eu nunca conversei com ele, mas, com a Promotora eu acho ela uma pessoa legal, super gente boa, sempre ajudando eu e minha família, fazendo de tudo.</p> <p>P: E quanto ao Conselho Tutelar, como é sua relação?</p> <p>A: Agora ta melhor, mas antes não era boa não; agora ta melhor.</p> <p>P: Eles já te ajudaram de alguma forma?</p> <p>A: Ah, o Conselho...eu vou falar para você, conselho eu acho que me ajudar não ajudava muito não, ajuda ajudava, mas não muito. Mas também, tipo assim, eles não ajudam, mas também não atrapalham, também já ta ajudando nisso, não estão atrapalhando.</p> <p>P: Mas eles já fizeram alguma coisa por você?</p> <p>A: Ah, fizeram, assim, quando foi para me visitar lá em J. na casa de recuperação, essas coisas assim.</p>	<p>Mãe</p> <p>P: E quem te ajudou para refazer sua casa e tudo?</p> <p>M: Olha, quem me ajudou bastante foram a K., a S. e a L. do fórum e a Dra. M. E quem ajudou demais da conta foi a K., essa eu vou agradecer o resto da vida minha e dos meus filhos, eternamente. Ajudaram na alimentação, em tudo, aluguel, em tudo, era água, era luz, era cesta, porque os meus móveis na igreja estragou tudo, o que tinha de melhor estragou, porque fica guardado daí quebra tudo, então, eles compraram desde as camas até a geladeira; compraram móveis usados, não sei se o Fórum ajudou bastante também.</p> <p>P: Quem é a K.?</p> <p>M: É a mulher do prefeito, lá da assistência.</p> <p>P: E como é sua relação com o Juiz, com a Promotora e com o Conselho Tutelar?</p> <p>M: Ah eu me dou muito bem com as meninas de agora, com as outras já tive problemas.</p> <p>P: Meninas quem?</p> <p>M: Do conselho, eu gosto muito do Z., dos novatinhos que estão lá, aquela moreninha.. ah, com Juiz, com a Dra. M. nunca tive problema com ela não, com a Dra. M. também nunca tive problemas não, ela me ajudou muito, talvez se não fosse ela eu já estaria até morta.</p> <p>P: Que tipo de ajuda que você já recebeu dela?</p> <p>M: Ah, ela já várias vezes me chamou aqui, ela ofereceu tratamento, né? Eu vim pedir para ela, ela me ajudava com alimentos, os natais meus ela ajudou bastante, ela sabia que tinha que pagar bastante, aluguel, água, luz, ela sempre mandava uma cesta, ela me dava roupas; eu trabalhei para ela, eu fui a primeira empregada dela aqui em M.; agora esse Juiz de agora eu nem conheço.</p> <p>P: Em relação ao Conselho Tutelar, quando você precisou de ajuda, eles te deram auxílio?</p> <p>M: Eles nunca falharam. Eu tive uma discussão, não foi discussão...eu me desentendi com a F., mas foi coisa de minuto, mas eles nunca, nunca, disseram não...é ir atrás das crianças, é tipo, se as crianças estavam presas, ou se as achava alguma coisa estranha na minha casa e falava não é meu, eu chamava eles e em seguida eles estavam lá e eu falava: "isso aqui não é meu, o que vocês vão fazer?", eles pegavam levavam para a Delegacia, já aconteceu isso entre eu e a R.; daí eu cheguei em casa no dia do meu aniversário e ter um monte de coisa lá e o J. dizer: "mãe, mandaram isso aqui para a senhora", mas não tava embalado de presente, não tinha cartão, não tinha nada, eu sou boba? Aí eu</p>

chamei, eles vieram, aí eu não me lembro se a polícia foi também, porque eu nunca apoiei, se eu chegar em casa hoje e achar alguma coisa diferente, eu chamo a polícia, nunca precisou ninguém chamar, eu chamo a polícia, chamo o conselho se for de menor, olha lá se for de maior chamo a polícia, mas do conselho eu não tenho o que reclamar.

P: E na escola, como é sua relação? Quando você precisa matricular seu filho?

M: Eles sempre reclamam, falam que os moleques dão trabalho, ah, fulano ficou aqui, dava trabalho.

P: Mas você costuma conseguir vaga ou encontra alguma dificuldade?

M: Ah, não encontro muita não, às vezes sim sabe? Que nem o L. dessa vez que ele veio foi meio difícil, mas acabou matriculando, mas depois ele foi fazer um curso saiu do P., acabou saindo, agora vamos ver o ano que vem.

ANEXO 8 –TABELA DE CATEGORIAS COM AS FALAS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E REDE DE ATENDIMENTO

1. Trajetória profissional no Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes ou Rede de Atendimento					
<p>1.1 Juiz</p> <p>Eu nunca trabalhei só na área da infância, eu tenho três anos como substituto, e eventualmente atendi alguma situação na área da infância, mas era algo muito eventual. A não ser alguns meses que eu atendi uma Comarca de C. de A., que lá tinha muito problema de menores, então também atendi alguma coisa lá, mas junto com outras coisas, com outras questões. Quando eu fui promovido pra uma comarca de instância inicial eu fiquei um ano em O., dois em G. R., também era tudo, inclusive a área da infância. E aqui estou há quase quatro anos, mas também não é só a área da infância, envolve também parte de família e a parte criminal, que é a que mais absorve.</p>	<p>1.2 Promotora</p> <p>Eu atuo como promotora de justiça há quatorze anos e nesse período, em todos os lugares que eu atuei, atuei também na área da infância e da juventude, então, quatorze anos de experiência no total. Temos como base o Estatuto.</p>	<p>1.3 Conselheira Tutelar</p> <p>Bom, eu tô já há 10 anos em contato, mas o trabalho de conselheira mesmo faz 7 anos. Estudei até o 2º grau. Nessa área só tenho capacitação.</p>	<p>1.4 Psicóloga</p> <p>No Fórum tem 10 anos. Mas, eu tenho 7 anos em educação.</p>	<p>1.5 Diretora escolar</p> <p>Vinte e dois anos e meio, em maio fez vinte e dois anos.</p> <p>P: Como foi que você começou?</p> <p>Diretora: Comecei no magistério direto, de quinta a oitava. Eu sou pedagoga. Aqui nesta escola estou desde 1986</p> <p>P: E como diretora?</p> <p>Diretora: Diretora já há cinco anos aqui e um ano fiquei no S. R..</p>	<p>1.6 Assistente Social</p> <p>[...] Na área da criança e adolescente eu tenho oito anos na área, oito pra nove anos, eu entrei na área pública, sou formada há vinte seis anos, mais na área pública mesmo, que foi sempre empresa, eu tenho de oito anos por aí. Então foi aí que eu comecei a trabalhar com a criança e adolescente, ter conhecimento do estatuto, todo esse procedimento. O estatuto está com dezoito anos então, quando eu comecei a atuar na área de política pública ele tinha nove anos de implantação, era novo ainda. Inclusive a primeira capacitação que o conselho estadual da criança e do adolescente fez no Paraná, eu participei. Eu fui a primeira turma, foi aí que eu tive conhecimento do estatuto mesmo.</p>
2. Definição da função dos profissionais					
<p>2.1. Juiz</p> <p>[...] Então o quê que acontece? Acaba-se priorizando, com exceção daqueles procedimentos de menores que são urgentes, porque o menor está apreendido, ou porque é um caso de adoção, o menor está abrigado, com exceção desses casos que demandam urgência, acabam priorizando aqueles casos do crime, da família, ou do que tem urgência também. Então os demais, acabam entrando nessa relação de outros processos também, então não é um atendimento particularizado, não é só aquilo. Então, Comarca que tem vara privativa da infância, que aí já seriam as maiores, C., L., M., aí sim o juiz pode se dedicar só à aquilo e tem condições de se envolver melhor com essas questões da infância que tem reflexo social muito grande e demanda um envolvimento com toda estrutura do</p>	<p>2.2. Promotora</p> <p>O Ministério Público nesse caso não só atua como um fiscal da lei que o estatuto, as medidas, as políticas públicas sejam efetivamente implementadas mas, atua como um defensor da criança, do adolescente que se vê com seus direitos violados. Então o Ministério Público atua na defesa dessas duas como na fiscalização do cumprimento da lei.</p>	<p>2. 3 Conselheira Tutelar</p> <p>[...] Seguimos o ECA. Olha, se você trabalhar dentro do ECA realmente, ele é muito bom, porque ali você vê que tem os direitos e os deveres, e muitas vezes é confundido, as pessoas vêm só os seus direitos, mas ali tem muitos deveres também. Você trabalhando dentro do ECA, você faz um trabalho muito bom com a criança e com o adolescente. Eu procuro trabalhar dentro do ECA.</p> <p>[...] Meu trabalho? Bom, depende muito do que a gente é chamado. No caso, tipo, com relação à escola, a gente procura ver qual é o direito que está sendo violado, se ele não está tendo matrícula a gente procura efetuar a matrícula. Agora, na questão de violência dentro escola assim, muito pouco a gente se envolve, porque é a escola que tem que resolver, tá. Tem também a droga, né,</p>	<p>2.4 Psicóloga</p> <p>A gente faz atendimento individual, no sentido de orientação, fazemos acompanhamento familiar, os relatórios das situações que a gente recebe dos processos, a gente tem que fazer uma avaliação, um diagnóstico da situação da criança, uma vez que são crianças vítimas de abuso, então a gente faz uma avaliação, e os adolescentes que estão em medida de liberdade assistida, a gente faz um acompanhamento e orientação deles também.</p>	<p>2.5 Diretora escolar</p> <p>P: Qual você acha que é o papel da escola na formação desses jovens, desses adolescentes?</p> <p>Abrir as portas, se abraçar com eles e aceitar da maneira que vem. E depois trabalhar. Não é fácil. Cada um chega com uma história, uma lição de vida, uma rebeldia fantástica. Nós temos dependentes químicos, e é difícil trabalhar com gente desse jeito, mas, a gente já tem tido um resultado bastante positivo. De conversar, dialogar, de fazer entender que lá na sua casa você tem uma família que é outra e essa família esta muito preocupada com você. Então, o trabalho aqui é difícil, mas, eu amo o que eu faço.</p>	<p>2.6 Assistente Social</p> <p>Até pouco tempo atrás a gente trabalhava com uma única assistente social do município, então a gente atende a todas as políticas. Era um serviço até centralizado na área de atendimento as políticas: idoso, PPD (pessoa portadora de deficiência), criança e adolescente. Então, todas as áreas de atendimento passam por aqui. Você atende de tudo, tem que ter um pouco de conhecimento pra poder orientar todas as ações. Com criança e adolescente também a gente faz a medida de prestação de serviço a comunidade e toda essa parte de atendimento a criança, programa sócio educativo, cumprimento de alguma medida, acompanhamento da família, orientação pro conselho tutelar quando solicitam algum procedimento, alguma visita. Então, a nossa área é essa de atendimento.</p>

<p>município esteja ali em funcionamento.</p> <p>[...] ele não é um administrador, não vai atuar como se fosse prefeito, como se fosse uma entidade do Poder Executivo, mas, eu acho que ele tem a função de procurar buscar soluções pros problemas. Então, tem um problema no abrigo, e o juiz, na função dele, não tem como resolver, mas aí ele tem que sair a frente e buscar na comunidade as soluções para essas questões.</p> <p>[...] Então, é algo que foge um pouco dos processos, e é algo que o juiz não tem como resolver, ele empresta, digamos assim, a autoridade dele e diz "olha, precisamos disso; isso é importante para o município". Problemas no abrigo também, às vezes a Dra. me chame e diz "olha, está acontecendo isso no abrigo". Ela acompanha mais de perto, e sempre fala com o prefeito pra tentar resolver isso e isso. Marcamos uma reunião e então nós vamos lá, e eu me interiro com ela com o que está acontecendo, nós vamos lá e procuramos resolver. O juiz precisa ter um equilíbrio, porque tem juizes que tem mais vocação pra trabalho de gabinete, então deixa essa parte mais de lado, não se interessa, não vai atrás, outros gostam de fazer só essa parte, então não cuidam dos processos. Então, às vezes são excelentes administradores, vão atrás de procurar terreno, viabilizar favores, fazer abrigos, de arrumar delegacia, de implantar no município uma forma de cumprir penas em regime aberto, enfim, realmente um trabalho admirável que consegue envolver a comunidade até transformar a comarca, mas às vezes não se esforçam, não dão sentença fazem o trabalho que é o trabalho primordial deles. Então o juiz que trabalha com essas</p>		<p>que os adolescentes e até crianças mesmo, tem muitos envolvidos com drogas, então, a gente trabalha com eles muito no sentido de que, pra fazer com que eles aceitem o tratamento, aceitem sair dessa vida enquanto há tempo, né, porque é um caminho sem volta, a gente coloca sempre muito isso pra eles, que é um caminho sem volta. Então, a gente conversa com a família, conversa com eles, deixa bem claro a situação que pode acontecer com eles. Então, a gente procura encaminhar eles para um tratamento.</p> <p>P: Qual é o procedimento? Como que funciona o caminho de atendimento? Geralmente, nós recebemos denúncia, primeiramente nós recebemos e levamos ao conhecimento.</p> <p>P: Quem denuncia? Muitas vezes é telefone anônimo, geralmente eles têm medo de se identificar, então, fica anônimo assim, mas às vezes é a própria família, alguém resolve, a própria criança, o próprio adolescente resolve, sabe, porque estão cansados daquela situação, querem sair, querem ajuda, daí é onde a gente entra e pede ajuda para o Ministério Público.</p>			
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

<p>questões que envolve a área social, isso na vara da infância muito forte tem esse aspecto, tem que procurar dosar isso. Os processos estão sempre em primeiro plano até porque aqui tem casos de adoção que levaram dois, três anos pra resolver, uns que eu julguei aí ficaram três, quatro anos em andamento e não demora porque o processo foi complicado, demora porque a estrutura é deficitária. Os cartórios acabam priorizando os processos de natureza que não podem ser deixados de lado, os processos de réu preso, os processos das famílias de natureza urgentes, aqui por exemplo, tem muitas execuções de alimentos, alimentos em execução.</p> <p>[...] Isso tudo também tem uma conotação social porque geralmente 99% é pra menor, é a mãe que esta com a guarda e esta pedindo, já esta numa situação difícil e se não vier vai agravar mais ainda em prejuízo da criança, do menor. Uma questão de família, mas que envolve também menor. Veja bem, o adolescente que se recuperou, que não foi recuperado atingiu a maior idade e agora está cumprindo processo criminal, como: D., C., P., daqui a pouco o J. está assim, o C. está assim, então quer dizer, aí já passa pra esfera criminal. [...]</p> <p>O Poder Judiciário atua através dos processos, o juiz não sai pela rua e tenta resolver, "oh pára aí, reduz a velocidade" não é a função dele, sair pela rua recolhendo menor não é o papel dele. [...]</p> <p>[...] eu também não fico procurando me inteirar muito disso porque acho que também o papel do juiz é de repente, colocar as partes em contato, mostrar a necessidade daquilo, dar um empurrão e não ficar ali como se aquilo fosse um problema pessoal dele. Até porque a gente procura tomar</p>					
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

<p>um cuidado com isso e procurar atuar dentro das nossas atribuições, até pra não dar margem pra que algum agente político depois queira algo em troca. É lógico, proporcionei até aqui agora eu preciso que se faça isso. Processos de ex-prefeitos, erro político uma vez que deixa o cargo o processo se tramita aqui e eu que decido, então é sempre uma questão delicada isso. Por exemplo, quando você é só juiz da infância dificilmente vai haver alguma confusão, mas não é só juiz da infância, atua em outras áreas que pode haver interesse de algum desses agentes dos quais você acaba tendo que trabalhar, de algum modo integrado, ter um bom relacionamento, porque isso também acho que facilita muito, desguarnece o flanco pra possibilitar alguma proposta indecorosa, então a gente procura também sempre ter algum distanciamento, é outra situação do juiz também, ter um bom relacionamento com as autoridades locais, com a comunidade e tudo mais, mas preservar sua imagem. Tem juiz aí que se volta pra esse lado social, desenvolve muito bem isso, é amigo de todo mundo na cidade, é amigo das autoridades mas, fica até uma situação difícil porque numa cidade pequena, todo mundo tem algum problema no fórum. Se não tem, conhece alguém ou tem algum parente que tem um problema e daí pra chegar e pedir alguma coisa é muito fácil. Então sempre me preocupei também em ter uma atuação que não desse margem a que essas pessoas se sentissem autorizadas a pedir alguma coisa, não se sentissem com a liberdade de pedir isso e mesmo porque em cidade pequena as pessoas falam muito se você tem um relacionamento muito estreito, já fala "ah está do lado daquele sujeito e anda atuando nessas questões eleitorais" então é tudo muito... não que se vá</p>					
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

<p>se preocupando com tudo o que falam senão a gente não faz nada, mas de certa forma a gente tem que preservar essa imagem, porque daí também é que vem a legitimidade o respeito dela. Se a comunidade não tem respeito pelo juiz local, ele perde a autoridade, que autoridade ele tem? Nenhuma. A força do juiz é a autoridade moral dele, basicamente. Tendo o respeito e a confiança das pessoas, se vê que aquela pessoa é imparcial, é seria, se ele falou, pode até estar errado, mas errou de boa fé, tentando acertar.</p>					
<p>3. Formas de atendimento disponíveis às crianças e adolescentes e ao caso atendido em cada área</p>					
<p>3.1. SAI P: E de que forma você trabalha com eles? Já tivemos grupos de adolescentes aqui, que a gente trabalhava mais na parte de ludoterapia, a gente fazia mais um trabalho da ludo, e a roda de conversas que a gente utilizava esse termo, eles traziam as discussões, os temas, as problemáticas deles, só que daí o grupo, eles foram se tornando maiores e outros deles foram ingressados em projetos, então esse grupo não tem funcionado mais. P: Então é individual o trabalho? É individual o atendimento. No atendimento individual a gente tem conversas e tem os testes que eu aplico, pra que a gente possa estar entendendo um pouco mais daquele adolescente, porque às vezes eles não trazem todo o conteúdo que deveriam trazer, então é através dos testes que a gente consegue tá fazendo com que eles percebam alguma situação. Em criança eu aplico o CAT, no adolescente o HTP, em crianças eu também aplico o HTP, o TAT, o BENDER, o Winicott desenho-história, que a gente aplica, faz 5 desenhos e 5 histórias. [...] então a gente faz as orientações assim, em grupos de apoio, que é o grupo de</p>	<p>3.2. Escola P: A escola aqui é ensino fundamental? Fundamental, médio da educação jovem e adulta. E o EJA é só à noite. [...] Educação para jovens e adultos. A EJA só aceita acima de dezoito anos. P: E aqui na escola foi tentado alguma coisa? Foi, a gente fazia um trabalho com ele na parte pedagógica diferenciado, com os professores também para poder suportar o tipo de aula, na sala de aula. Mas acontece que eu acho que faltou um pouco das autoridades, sabe? De levar esse menino para um tratamento; até levaram, eu sei que eles levaram, mas agora, faz pouco tempo; mas naquela época a gente pedia um tratamento urgente para ele, tinha dó; material, a gente deu várias vezes material para ele, porque ele perdia tudo; uniforme da escola; a mãe também falhava muito, mandava ele todo sujo para a escola. P: Vocês chegaram a conversar com a mãe alguma vez? Muitas vezes; ela vinha aqui, ela tinha acesso aberto aqui na escola; que nem ela conversava, brigava com ele, xingava ele aqui dentro da escola, as outras crianças ouviam, mas ele não era um menino agressivo; só que assim, a hora que ele queria ir embora, a gente podia falar o que</p>	<p>3.3. Secretaria de Assistência Social [...] É que a gente tem os programas de atendimento a criança e adolescente. Tem programa do Agente Jovem, Formando Cidadão, nós já tivemos o programa Menina Mulher, Semeando Caminhos, a gente presta assessoria pro PETI, pro PAEM que são de atendimentos de crianças também que não estão aqui, mas que estão lá. A criança com deficiência faz atendimento e encaminhamento de benefícios. Atendimento das mães quando tem algum problema [...] P: Você acompanha esse trabalho? Assistente Acompanhamento. Todo problema que surge que não é resolvido, encaminha pra gente e a gente tomar as medidas mais técnicas. [...] nós temos uma terapeuta que vem uma vez por semana. Vem aqui e atende individualmente, estava trabalhando em grupo mas não funcionou. Aí a psicóloga fez o atendimento daqueles que queriam mesmo. [...] Esse ano que nós implantamos as capacitações, que foi com os recursos do FIA, que nós desligamos uns trinta adolescentes. [...] Cursos técnicos, SENAI, SENAC.</p>			

<p>apoio da terapia comunitária, tem o grupo do amor exigente, que aí a gente encaminha os pais pra frequentar o grupo, né, no sentido deles terem um apoio maior ainda do que só ficar na parte de processo aqui, porque aqui a gente não tem como dar uma atenção integral pra eles, a gente faz uma orientação, ajuda eles no apoio, mas a gente não tem como ficar acolhendo eles aqui, por exemplo, toda semana, né, fazendo uma terapia individual com eles não tem, então a gente orienta o grupo, que aí o grupo vai dar esse suporte pra eles, porque o grupo funciona uma vez por semana, eu tenho um grupo à tarde, atualmente não está dentro do Fórum, mas já funcionou muitos anos aqui dentro, que é um trabalho da terapia, a gente começou com a terapia familiar sistêmica, depois a gente usou a abordagem da terapia comunitária, esse grupo a gente mantém aqui toda tarde, toda terça-feira à tarde a gente atende esse trabalho em grupo aqui, então todas as famílias frequentam esse grupo, e o grupo do amor exigente à noite, que aí eu também estou lá no grupo.</p> <p>P: Em que casos os pais, as famílias são encaminhadas pra esses grupos?</p> <p>A maioria dos casos, por exemplo, vítimas de espancamento, maus-tratos, a falta, por exemplo, de diálogo na família, então a gente costuma encaminhar também por comportamento inadequado, os pais que não conseguem lidar com aquele comportamento inadequado que o filho apresenta, por exemplo, o filho não é um dependente químico nem um delinqüente, mas apresenta um comportamento inadequado, tipo, não frequenta a escola, tem dificuldade de relacionamento com os professores, então a gente também</p>	<p>fosse, segurava; uma vez eu segurei ele, a Dona E., o M., todo mundo segurou para não ir para a rua, mas ele se soltou; eles têm um força muito forte quando estão assim, drogados; mas só foi por isso; mas a escola fez a parte dela. Muitas vezes ele não queria ficar na sala, a gente trazia ele para o refeitório, ou aqui na minha sala, ele ficava com a tarefa ali; quando eu via... tinha ido embora. Ou então, pegava lá no final do pavilhão, ou no pátio: "onde você vai L.?" "Eu vou embora"; "mas o portão ta fechado"; "mas eu vou embora"; aí pegava e pulava o muro; o M. até agarrava pela perna, mas não adiantava.</p>	<p>Cabeleireiro aqui, soldador, electricista e mecânico de manutenção. Então nós conseguimos tirar um pouco, mas foi difícil. Tem uns que não queriam isso, tanto que demoraram pra se adaptar lá no SENAI. Lá nunca serviu lanche, eles ... com a nossa turma porque não serviu lanche, porque a rotina deles era: três horas eles tinham alguma coisinha pra comer. Chegavam lá eles queriam comer, então eles adotaram um lanchinho pra turma já partir deles. Antes eles ficavam até os dezoito e depois andar com as próprias pernas. Então era dura a ruptura, chegar aos dezoito anos e não ter mais o pessoal pra me orientar. É isso que a gente tem que pensar pro próximo ano, esse processo de desligamento. Não soltar eles sem nada. Porque eles são assistidos, apoiados, ajudados até os dezoito anos depois já não sabem o que vão fazer. A partir deste ano nós começamos a perceber que vamos ter que reestruturar isso, vai ter que criar algum instrumento pra que eles saiam daqui sem sentir muito.</p> <p>[...] Temos aqui também o conselho dos direitos existe desde 13 de julho de 1990, desde que o ECA foi criado. O conselho é formado por eleição, são eleitos à conferência deliberada. Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p> <p>P: Quem elege é o presidente, uma diretoria?</p> <p>É assim: a parte governamental é indicada pelo Poder Público, o prefeito indica quem serão os representantes da área da saúde, da educação, da assistência, da parte administrativa, então são dez governamentais, cinco titulares e cinco suplentes. E não governamentais são dez também, são as entidades que indicam quem vai concorrer à vaga na conferencia.</p>			
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

<p>encaminha.</p> <p>[...] Então aí eles ficaram no abrigo um tempo, até conseguir arrumar uma casa, ela alugou uma casinha, mas a questão era: como pagar esse aluguel? Então ela trabalhava de diarista, mas não conseguia, aí varreu rua, então a prefeitura ajudou assim, com cesta básica, pagava um aluguel ou outro, pagava uma água ou outra, mas não efetivamente: “olha, essa aqui é a sua casa, você vai morar aqui, você não vai pagar aluguel, esse aqui é seu emprego, tal, tal...”, então vivia sempre nessa condição: termina um mandato ou termina uma gestão, aí ela fica quatro meses sem emprego, demorava pra ser recontratada porque não consegue passar em concurso, tem dificuldade por causa da escolaridade, até que uma vez, um caso muito interessante que a juíza determinou que o município desse um emprego pra ela, e aí, na época, o prefeito que estava encaminhou ela pra trabalhar no Fórum mesmo. Contratou, mas colocou ela aqui.</p>		<p>Chega na conferência os não governamentais, se der um representante por entidade e completar as dez vagas são referendados na conferência, ou se não, são eleitos. Mas como no município são poucas entidades sociais, é um por entidade. Nós conseguimos colocar todas as entidades no conselho titular e suplente, e referendado também o governamental na conferência. O presidente é eleito na primeira reunião do conselho. Nós temos por normativa um pleito, os governamentais (gov.) e não governamentais (não gov.), então, quando o gov. é presidente o vice é não gov. e vice-versa. Atualmente nós temos uma presidência do gov. que é representante da saúde, e a vice é representante de uma entidade social.</p> <p>P: Qual o principal trabalho e função que o conselho desenvolve no município?</p> <p>A função dele é deliberar sobre as políticas públicas na área de atendimento da criança e adolescente. Sugerir programas, oficializar o Ministério Público ou o governo municipal pra se criar programas novos de atendimento pra área da criança se os que tem não são suficientes. É deliberar mesmo sobre a política. Uma das funções do conselho também que é ele que coordena a parte administrativa, organizacional do conselho tutelar, não a parte do trabalho, do atendimento do conselho tutelar porque ele tem autonomia pra isso. Mas o órgão acima do conselho tutelar da parte de organização, se tiver que fazer alguma deliberação, ou se tiver que tomar algum posicionamento contra alguma imprudência é o conselho dos direitos que é acionado pra deliberar sobre o conselho tutelar. E o conselho nosso, o maior trabalho é buscar recurso junto</p>			
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

		<p>ao imposto de renda pra que aplique nos programas que a gente tem [...].</p> <p>[...] porque um programa que é o "Formando Cidadão" ele é mantido com bolsas da arrecadação do imposto de rendas e é o conselho dos direitos que faz isso. Então a nossa maior preocupação é angariar recursos pra manter os programas.</p> <p>E quando tem recursos sobrando a gente partilha com as entidades. As entidades que apresenta algum projeto, alguma coisa. Até três anos atrás a gente tinha essa meta, mas já tivemos uma diminuição muito grande desses repasses de imposto de renda. Uma empresa deixou de depositar no nosso fundo dezessete mil reais, era muita coisa. A gente não conseguia suprir isso por ano só com os recursos que a gente tinha. Tirou isso mas nós estamos batalhando, mas ainda os conselheiros faltam muito, porque a ajuda é do conselheiro. Se o conselheiro não for atrás, porque a postura é assim: se você como entidade conseguir mil reais, quinhentos é da entidade, a metade já é da entidade sem ela apresentar projetos, essas coisas todas, ela só vai ter que prestar contas depois pra gente ter noção. É difícil isso porque cada um busca uma atividade que não seja da sua ONG, porque não estava só trabalhando na ONG e deixa passar, quando vê já passou o fim de ano e ninguém foi atrás de nada. Então as maiores funções do conselho é essa parte.</p> <p>[...] tem os grupos de terapia também que eles são inseridos, que funcionam freqüentemente, não na freqüência que a gente gostaria, mas eles também estão inseridos. Pelo próprio encaminhamento nosso aqui ou pelo encaminhamento do Ministério Público porque se eles são usuários nossos e eles usam algum benefício,</p>			
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

		<p>eles tem que ter a carteirinha porque eles não vão receber benefício. É uma participação imposta? É, mas a gente sabe que depois que estão lá eles não param mais de freqüentar. Então você tem que, às vezes, coagir pra eles participarem dessas terapias comunitárias que é feita para as famílias pra que vire uma rotina e eles comecem a gostar, porque se eles forem por livre e espontânea vontade, eles não vão. A maioria é isso, porque a freqüência, as visitas dessas famílias são muito grandes aqui com a gente.</p> <p>[...] Eles vem te visitar uma vez por mês, pegar algum benefício, pra solicitar alguma orientação [...].</p>		
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

4. Relacionamento entre os representantes do Sistema de Garantia de Direitos às Crianças e Adolescentes e pela Rede de Atendimento

4.1. Real X Ideal

<p>4.1.1 Juiz</p> <p>[...] Então aqui o quê que acontece? Esses atendimentos têm o Conselho Tutelar que faz esses atendimentos, e que eventualmente quando não conseguem resolver, solucionar, encaminham pra cá. Mas, o que acontece também, e isso acontece aqui e em todas comarcas que eu passei, todas mesmo quando eu era substituto, é que conselho em geral, não é dotado de pessoas que sabem qual é a sua função, não são conselheiros que são vocacionados até, ou seja, são eleitos, tem o interesse da remuneração e, enfim, eles não conhecem o ECA, ou conhecem porque tiveram que ler ali pra fazer, de repente um teste pra se candidatar, ou pra poder chegar a esse cargo de conselheiro e muitas vezes até tendo boa vontade, não conseguem se incumbir satisfatoriamente dessas funções, e o quê que acontece? Põe no papel o que está acontecendo, e joga pro fórum, joga pra mesa do juiz. Se eles fossem mais preparados e mais comprometidos com a função não estou querendo dizer que aqui ninguém é</p>	<p>4.1.2 Promotora</p> <p>[...] As nossas dificuldades passam sempre pelas políticas públicas a serem implementadas e também uma maior responsabilidade da família. Mas quando se fala em maior responsabilidade das famílias essa responsabilidade sozinha não vai acontecer. As famílias acabam não se ajustando sozinhas, do nada. É necessário que se crie, que possibilite o crescimento, que se faça orientação, que se trabalhe essa família. As dificuldades barram sempre aí: nas políticas públicas e na questão da família que sozinha não avança, não melhora, então a necessidade do trabalho. O município de M., estou aqui na comarca há dez anos, então fazendo assim um retrospecto desse período, analisando o período que eu cheguei até hoje, então, houveram alguns avanços, criação de programas de atendimento. De repente eu poderia dizer que poderia ter avançado mais, mas tem avançado. O próprio Estado tem direcionado alguns programas o que faz com que os municípios tenham que necessariamente criar esses programas. O</p>		<p>4.1.3 Psicóloga</p> <p>[...] Nós seguimos o Estatuto. Ele é muito bom, mas mal interpretado pelas pessoas. Deveria ser mais trabalhado com a comunidade, com a escola, deveria ter uma ou uma disciplina ou alguém que fosse explicar o que é o Estatuto, como funciona, quais são os direitos e os deveres dos familiares, da sociedade, da criança, dos pais, de modo geral. E uma coisa que eu acho que seria interessante é a mudança no Estatuto, que é uma coisa que eu venho pensando há muito tempo, seria a estrutura do Conselho Tutelar. Antes de ser, poderia até ser eleição, ou um concurso público, com profissionais: assistente social, psicólogo, pedagogo, e um advogado, que aí a pessoa passaria por esse Conselho e seria assistido nas várias ramificações que poderiam estar melhor acolhendo a situação ou a denúncia, da criança que chegasse no Conselho. Porque da forma que tá, as pessoas não têm formação, não têm conhecimento de nada, então dificulta o nosso trabalho aqui no Fórum. Porque daí cai tudo aqui, a gente faz muita coisa que não seria parte do nosso</p>	<p>4.1.4 Diretora escolar</p> <p>Eu acho muito difícil M., porque quando são colocados aqui dentro, o pessoal entrega de presente pra nós e depois que estão aqui, são esquecidos. Então a gente precisaria de um apoio da promotória, um acompanhamento, porque a escola sozinha não consegue. Não consegue tirar essas crianças. Outra, se é dependente químico ele precisa de tratamento, e nós não temos condições de manter uma criança por exemplo, drogada dentro de uma sala junto com outros alunos. São agressivos, são prepotentes mesmo, briga com as professoras e agride até a gente, ameaça. Então a gente gostaria muito que o Poder Judiciário olhasse um pouquinho mais. Nós temos alunos que desde o começo do ano era pra ser encaminhado pra algum lugar, pra um tratamento, coisas assim, e a gente ficou sabendo que o aluno já estava de mala pronta, queria ir se tratar daí ninguém levou porque disse que não tinha vaga, e está pra rua se perdendo. Esse aí acho que a gente já perdeu ele pras drogas, não tem mais</p>	<p>4.1.5 Assistente Social</p> <p>[...] Eu acredito que o que a gente tem pra melhorar é a parte de atendimento pessoal, psicológico, individual deles. O número é muito grande, nós não conseguimos suprir. Nós precisaríamos de um profissional todos os dias aqui e ainda não ia ser suficiente. Porque o problema maior deles não é o alimento, porque alimento eles tem aqui, não é roupa, porque vestimenta eles tem. É atenção, os problemas que eles trazem de casa que eles não conseguem resolver, eles voltam pra casa o problema está lá. Eles vêem aqui, a gente percebe quando eles não estão bem. Então esse problema que a gente percebe, que eles sentem muito essa parte, a parte afetiva mas não é com a gente, é com a família. Então a gente percebe isso e o que a gente também precisa é a parte de capacitação deles, de treinamento, de preparar eles pra sair, porque tem gente que fica com a gente até os deztoito, eles não vão em busca de chegar aos dezesseis e procurar alguma coisa, não, eles vão ficando porque aqui eles tem aquilo que eles não tem em casa, então, enquanto eles puderem ficar aqui</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>comprometido, é claro, tem conselheiros bons que se desdobram pra realmente tentar resolver as situações, mas acho que se houvesse um comprometimento maior, acho que muitos deles poderiam resolver ou dar um encaminhamento. Mas isso, é claro, dependeria de integração dos conselheiros com as estruturas que existem, sejam municipais, estaduais, federais, toda a estrutura governamental que existe no município, se ele conhece essa estrutura, se ele sabe como funciona, se está preparado pra isso, eles já podem dar um encaminhamento e, muitas vezes resolver a situação. Acontece que não sabem resolver isso e passam pra outro órgão, encaminha para o Ministério Público, pro Judiciário e acaba acontecendo isso. Geralmente o Ministério Público acaba tomando providência no plano judicial pra tentar resolver, mas daí entra toda aquela burocracia com pedido de providência, regra geral, passa pra cá passa pra lá, muitas vezes se resolve, agora, nós contamos muito, precisamos muito de um corpo técnico auxilie isso tudo, por exemplo, o SAI. O SAI não é um SAI oficial do tribunal. Não tem um psicólogo, assistente social do tribunal pra atender o SAI, então fica com aquele problema que sempre pessoas excelentes, graças à Deus aqui em M. são como você, a S., a L., a R., me parece que está se saindo bem também, a impressão que eu tenho, não tenho como garantir isso também que tem se envolvido, tem nos ajudado muito porque a gente não tem como ficar toda hora saindo ir na casa ver o que está acontecendo, correr atrás de prefeito, disso e daquilo pra tentar resolver aquela situação.</p> <p>[...] Uma medida</p>	<p>próprio Estado tem auxiliado nisso, mas tem muito pra avançar ainda. Os programas não são suficientes, a rede como eu disse, podemos dizer que quase temos uma rede informal, mas que ainda não funciona adequadamente. Agora sem duvida tem avançado. O nosso desejo que avançasse mais rapidamente.</p> <p>[...] O estatuto embora prevê todas várias medidas, a rede de atendimento, ela não funciona adequadamente. Ainda temos muito pra caminhar, muito pra avançar neste aspecto. Ainda está na falta de estrutura pra que o estatuto funcione, que as leis sejam implementadas como elas devem ser. Então, tem avançado. O estatuto tem aí dezoito anos, nós avançamos muito, eu conheço a legislação anterior até porque nessa época eu já havia me formado, tinha sido graduada, e vejo que nesses dezoito anos avançou-se muito, mas ainda tem muito pra avançar. A rede ainda está longe de funcionar como deve, embora isso fique a cargo de cada município, mas o nosso município, por exemplo, tem avançado. Podemos falar que temos uma rede, ela não funciona ainda adequadamente como deve funcionar, mas temos obtidos muitos avanços e a expectativa é de que isso continue avançando, melhorando esses programas de atendimento, trabalhando de fato a família também como é necessário, não só o adolescente envolvido no ato infracional ou a criança em situação de risco, mas também a sua família, então, precisamos avançar ainda mais pra que a legislação efetivamente seja cumprida. A deficiência me parece que está mais voltado pelo fato da família, onde ocorre aí a situação de vulnerabilidade não ser adequadamente atendida ainda. Então os programas ainda</p>		<p>setor, mas a gente tem feito porque o Conselho não funciona adequadamente.</p> <p>[...] Porque às vezes a gente precisa de uma consulta pediátrica, tem que chorar muito pra conseguir a consulta. Tipo assim: é uma emergência, a criança tá lá, é uma emergência, uma cirurgia, por exemplo, tem que esperar meses pra ser atendido. E no Estatuto diz o que? Que a criança tem que ser atendida, a prioridade é a criança, a consulta tem que ser imediata, não ocorre isso. Na saúde a criança não tem prioridade. Projetos, programas, também a gente tem dificuldade de fazer os encaminhamentos, porque às vezes não tem vaga, e a prioridade não é a criança e o adolescente? Não tem. Creche também às vezes não tem prioridade. Então, acho que lazer, cultura, a criança fica sem, porque às vezes o Município não oferece, na nossa realidade aqui, do Município de M., no Paraná.</p>	<p>jeito. É o caso do F. M. É um caso muito grave aqui da escola que eu achei que ele seria encaminhado, a gente mandou um ofício pedindo encaminhamento porque ele chegava todo dia drogado, ele era impossível na sala de aula. Aí tinham conseguido um lugar pra levar ele pra internar. A mãe estava muito contente, muito, muito contente, "meu filho vai, Graças à Deus, a gente vai conseguir salvar ele, eu to com medo que aconteça alguma coisa na rua". Quando a gente viu, não levaram nada, ele está pra rua. O irmão dele, o F., nós conseguimos emprego pra ele num supermercado, ele parou com as drogas, ele está trabalhando, nós praticamente salvamos ele. Ele já passou pra série seguinte, ele vai em frente porque ele tem vontade. Todo dia chega na escola, às vezes cansado porque o mercado também não é fácil, é supermercado que ele trabalha. Mas aí a gente já "vamos F. coragem, vamos entrando, lava esse rosto você está com sono e vamos, dá um lanche pra ele porque às vezes ele vem do mercado direto. E esse a gente conseguiu ainda, mas o outro eu tenho muita pena. E da mãe, tenho mais pena da mãe que ficava em casa com medo.</p> <p>P: E aí quando precisam de tratamento?</p> <p>Não tem. A justiça não consegue porque dia que as casas de recuperação são muito caras, não sei mais o quê, emperra, emperra essa molecada está pra rua.</p> <p>[...] Eu acho que escola, promotoria, juizado, tem que se abraçar, senão não adianta. Deu um problema aqui, vamos juntos tentar resolver. É trazer família, se é dependente, vamos fazer de tudo pra essa criança ser encaminhada gente, é um ser humano. Agora, o F. está lá no condomínio novo que se formou ali em cima,</p>	<p>debaixo das nossas asas eles vão ficando.[...]</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------

<p>protetiva, uma medida sócio-educativa e o cumprimento delas, depende de existir uma estrutura, um local que vá absorver. Porque se encaminha pra um atendimento psicológico, primeiro eu preciso ter um sistema de atendimento. Um psicólogo do município preparado, capacitado pra atender aquelas situações, agora, começando, se não existe esse atendimento, como é que vai fazer? Municípios do interior aí não têm. Não tem um conselho tutelar, às vezes, ou aqueles procedimentos, por exemplo, de habilitação pra adoção, às vezes se precisa fazer um estudo social, ou não só esses procedimentos, mas, qualquer procedimento pra menor que você precise de um estudo social. Se não tem uma assistente social no município, se não tem uma psicóloga, nem pensar. O que acontece? Você usa o que você tem, já aconteceu comigo também. Um conselho tutelar, se você tem uma pessoa despreparada, se não tem vocação, como ela vai te ajudar? Ela vai lá dá uma olhada e relatar o que viu em três linhas e te entrega.</p> <p>[...] Talvez integrar melhor a rede. Eu acho, a impressão que tenho é que em M. ainda se consegue melhor um resultado melhor que em outras comarcas, com outros locais, porque aqui é uma comunidade, uma cidade que tem um padrão bom de vida, tem uma estruturação no plano municipal que me parece até boa, pelo menos os juízes, eu pelo menos, não tenho preferência por partidos, eu não tenho de forma alguma, mas pelo menos aqui a gestão atual sempre procurou nos atender, sempre o que a gente reivindicou, reclamou, sempre procurou dar uma resposta, e isso é um consenso, a Dra. M. também, uma vez a gente até comentou isso que ela procura ter uma resposta. Às</p>	<p>não são suficientes pra atender, pra trabalhar essa família. Não diria num caso específico, mas assim, num grande numero de casos que temos, as dificuldades enfrentadas ainda se limita a isso, em não ter um trabalho adequado com as famílias, parece que a nossa dificuldade maior é essa, de não trabalhar suficientemente as famílias como deveria trabalhar. Um investimento maior na família. A efetivação de tudo isso passa e muito pelo Estado, na implementação de políticas públicas de atendimento, não só à família, mas de atendimento a criança e ao adolescente. O que poderia avançar ainda mais são as políticas públicas promovidas pelo Estado, pelos municípios. Então, seria a melhoria de políticas públicas e que isso implicaria na implementação das medidas previstas pelo estatuto. Facilitaria e muito.</p> <p>[...] mas ainda precisamos que isso também melhore. O ideal seria dotar os conselhos tutelares de profissionais técnicos também para auxiliar no trabalho, porque às vezes esse trabalho do conselheiro tutelar de atendimento precisaria um pouco mais de conhecimento até técnico. Diria até de profissionais da área de psicologia, da assistência social, isso poderia melhorar um pouco, esse entrosamento, contato com o conselho tutelar.</p> <p>[...] Mas dá a impressão que eu estou falando que está sempre sendo atendido, que está ótimo, não é bem isso ainda, ainda falta. Seria necessário o aumento das políticas públicas voltadas pro atendimento da criança, do adolescente e das famílias. É o aumento de políticas públicas voltadas exclusivamente pra o atendimento da criança, do adolescente e da família. Claro que isso</p>			<p>que as vezes eu passo com o meu marido, estão bem em frente da casa onde vendia, plantão de vendas, lá. "Fogareirinho", o crack deles, e eu vendo aquilo lá e eu não posso fazer nada. Eu não posso, vou fazer o que? Eu já encaminhei um quando eu cheguei aqui, sabe até nem era pra vim, mas a mãe veio, ela estava apavorada e tal, o rapaz foi pra S. lá também tem um abrigo. Ficou um tempo lá voltou pra cá continuou a mesma coisa até o chinelo havaianas vendia.</p> <p>Ou é você ou não é ninguém. Eu me sinto de mãos atadas. E se conversasse com outras escolas, iam falar a mesma coisa. Porque a gente as vezes comenta um com o outro. Porque é assim, o F. não está dando certo aqui, manda pro P., manda pra não sei aonde, não é o caso de fazer isso. Ele passa por um tratamento e volta pro seu colégio de origem, é aqui, já está pronto pra gente receber ele. Agora não, como não tem o atendimento médico pra ele, ele vai passar de escola em escola e não vai dar certo, ele vai fazer a mesma coisa em todos os lugares, ele não quer. E ele queria ir, sabe, ele queria ir, ele mesmo fez a mala dele. "Eu preciso professora, de socorro", ele falou pra mim "eu vou voltar mudado". Ele foi até abusado sexualmente. Ele é gêmeos com o F., dever por aí, dezesseis anos. E a mãe deles, que judiação! Agora ela pensa que seria melhor que alguém fizesse alguma coisa com ele, matasse ele. Ela fala isso pra nós, porque não tem jeito não. Já pensou uma mãe pedir a morte pra um filho? Porque ninguém fez nada por eles, nem a lei. E cadê o ECA? É nesse ponto que eu bato.</p>	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<p>vezes não é imediata, às vezes não é da forma como a gente gostaria que fosse, mas se procura dar uma resposta ou pelo menos demonstra boa vontade nisso, não fica só no "vamos ver, vamos resolver" não.</p>	<p>envolve depois todo um trabalho de técnicos também, que eu acho assim, fundamental. Nós percebemos que os programas vão melhores onde os trabalhos são realizados através de técnicos, inclusive da psicologia. Então a gente vê que funciona melhor onde se valoriza onde se tem o trabalho técnico então funciona melhor. Mas passa por isso, na melhoria na ampliação desses programas de atendimento voltados pra criança, adolescente e pra sua família.</p>				
<p>4.2. Como os serviços se relacionam</p>					
<p>4.2.1 Juiz Aqui em M., por sorte, a promotora que atua na infância, ela é muito atuante nessa área, ela exerce esse papel que também é do Ministério Público também, e pelo que eu vejo ela sempre procura tomar essas ações pra resolver isso, aqui geralmente ela consegue resolver, mas às vezes nós resolvemos em conjunto. Por exemplo, as técnicas do SAI, de renovar final de ano, vai ter que exonerar, a gente ia lá conversar com eles. Ela sempre acompanhava mais de perto isso, comentávamos com ela e ela falava, nós íamos lá conversávamos com ele, já conversei até por telefone com ele por conta desta situação, realmente pedindo, "olha prefeito, na verdade nós estamos precisando disso, precisamos resolver pra ser desta forma". Ele pelo menos aqui, sempre procurou, sempre demonstrou boa vontade em atender.</p> <p>O juiz da infância tem uma conotação social muito grande porque a vara da infância tem essa conotação, varia muito de juiz, tem juiz que tem um perfil que atende essa demanda da vara da infância, é claro que precisaria se envolver com os órgãos públicos que existem, ver o quê que existe na comunidade e procurar.</p>	<p>4.2.2 Promotora O contato com o Poder Judiciário em regra é bom, é assim, uma parceria no trabalho, isso é sempre muito produtivo quando as pessoas trabalham em torno do mesmo objetivo, que tem os mesmos interesses. Em regra é assim muito bom o contato, o relacionamento. Agora em relação ao conselho tutelar, embora há um contato até bom no sentido de eles pedirem orientações, informações mas, há uma dificuldade em relação a falta de, não diria de capacidade mas de capacitação dos conselheiros tutelares. Então, encontramos essa dificuldade muitas vezes, que o conselheiro geralmente é eleito em um mandato de três anos podendo ser reeleito, mas quando eles estão assim, melhorando ali um pouco essa troca, aí entra conselheiros novos e as vezes sem o conhecimento necessário. Claro que eles vão se capacitando mas, há uma dificuldade nessa capacitação, o que torna um pouco mais difícil esse trabalho em conjunto. Enfim, de uma forma geral, onde eu tenho trabalhado as dificuldades com o conselho tutelar geralmente ficam mesmo por falta da capacitação deles. No mais o contato é bom, eles atendem, vão atrás dos das situações de riscos [...]</p>	<p>4.2.3 Conselheira Tutelar P: E como é a sua relação com o Ministério Público e com o Poder Judiciário? Muito boa. Nós temos acesso, tudo que precisar, eles estão sempre nos orientando, nos ajudando da melhor maneira possível. Eu não tenho do que reclamar. A gente tem muito acesso a eles, eles estão sempre nos orientando.</p> <p>P: Você pode me dar um exemplo assim de situações que você precisa ter esse contato? Em que situações que normalmente você tem esse contato com o Ministério Público ou com o Poder Judiciário? Nos casos mesmo de um estupro, nos casos de espancamento, são "n" casos assim, né, que a gente ta sempre passando, em casos de abandono.</p> <p>P: E como é a sua relação com a rede de atendimento? Como é essa relação com a rede de atendimento? Olha, com a saúde temos contato assim, temos um amparo bom, eles estão sempre nos orientando e nos ajudando, na área da educação também, eles estão sempre prontos também a ajudar as necessidades do Conselho Tutelar, e os outros órgãos também, o grupo de terapia, sempre também com psicólogos, sempre</p>	<p>4.2.4 Psicóloga P: E como é a sua relação com o Ministério Público? Temos uma boa relação. A gente costuma trocar bastante informação antes de fechar o processo. Então a gente discute algumas situações que poderiam estar... "olha, se a gente conduzir dessa forma, talvez vai ser melhor...", então a gente troca muitas idéias antes da gente fechar o processo.</p> <p>P: E com o Poder Judiciário, com o Juiz? Atualmente, a gente não tem um contato efetivo. Realmente é só o que os processos encaminham: o estudo social, a avaliação psicológica, não tem se discutido mais essa questão. Nós já tivemos outros, há um tempo atrás, tivemos essa oportunidade de também trocar idéias com o Poder Judiciário antes do fechamento do processo, né, de tomar a decisão final do processo, até em questão de sentença também às vezes a gente também discutia: "hoje um adolescente foi por preso por, às vezes, tráfico ou roubo em virtude da própria dependência", então, às vezes, a gente sugeria discutir com o Juiz antes... "olha, no caso ele não precisa ficar preso, seria interessante se ele passasse por uma comunidade terapêutica, recebesse um acompanhamento diferenciado, que o</p>	<p>4.2.5 Diretora escolar P: Como é a sua relação com a rede de atendimento? Olha, aqui eu sinto que nós somos bem atendidos por quê? Porque quando acontece qualquer coisa aqui na escola, vamos supor que... acho que é mais ou menos isso que eu entendi, um aluno que tem um problema aqui vou procurar o conselho tutelar; tem algum problema eu vou procurar a promotora; se tem um problema de saúde, o pronto socorro; eu acho que é bem atendido. Bom, sempre quem larga na frente sou eu. Então se tem algum problema lá com posto de saúde com alguma criança que se machucou, eu vou na frente. Sem dez pra atender eu sou atendida primeiro, porque eu chego lá e vou entrando, eu falo não, não, está passando mal, tem que ser atendido. Claro que eu não quero barrar ninguém e deixar os outros pra trás, mas eu acho assim, é bem atendido.</p> <p>[...] Quanto a nossa promotora Dra. M. é uma pessoa que Nossa Senhora, respeito muito ela. De vez em quando eu recebo uns ofícios, uns ficam assim no meio da orelha, mas daí eu dou meus pulos também, já mando a resposta pra ela.</p> <p>P: Como são esses ofícios? Meio agressivos.</p>	<p>4.2.6 Assistente Social [...] o Ministério Público nos encaminha pra atender famílias e crianças que tem algum procedimento. P: E quando o Ministério, por exemplo, solicita ou o conselho, quais são as ações que você, geralmente, desenvolve? Quando eles solicitam pra gente é pra verificação da situação da família em que a criança está inserida. É visitas domiciliares, procedimentos, encaminhamento pra rede de atendimento, se for o caso, mas mais é pra um parecer social mesmo, fazer um estudo da situação daquela família em que está a criança pra se fazer um procedimento depois. O Ministério Público quando encaminha algum ofício, solicitando pra verificar que situação que a criança está inserida, família, a constituição, é um estudo mesmo. Conselho tutelar é a mesma situação. Quando eles solicitam é pra gente verificar se aquela criança está inserida nos programas, se eles estão comparecendo, então é mais um controle da atividade que a criança está desenvolvendo dentro dos programas. P: E tem muitos desses casos, de ser assistidos por vários lugares e ninguém dar conta? Tem. Já tem uns que já completaram dezoito e nós temos uns cinco, seis que</p>

<p>[...] Constatada uma situação de lesão, direito na questão de menores, crianças, conselho tutelar, demais formas que atuam nessa matéria procuram resolver dentro das atribuições deles aplicando aplicativos que são da competência deles e não conseguindo resolver isso e vendo que não conseguem garantir a efetividade dos direitos aí comunicam o Ministério Público, agente judiciário para que insturem um procedimento e através do procedimento resolver essa situação. Porque o que é o processo? O processo não é um fim em si mesmo ele seja o criminal, da família, da infância, seja os da vara civil, seja o estadual, seja o federal, o do trabalho, o processo é só um instrumento. Um instrumento pra gente poder resolver uma situação. E é um instrumento que o poder judiciário usa. O processo judicial é uma forma de tentar resolver essas situações em suas respectivas áreas. O que muitas vezes acaba acontecendo, acaba virando regra, é que o processo acaba virando um fim em si mesmo e não tem uma efetividade de se garantir a solução daquela situação. O que muitas vezes acontece é isso, às vezes essa desconexão dos órgãos públicos que existem, porque na maioria das vezes, as decisões que eu tomo aqui é muitas aplicada uma medida.</p>	<p>De duas formas, ofício e de contato direto mesmo. Conhecendo, numa cidade como esta, geralmente nós conhecemos as pessoas, isso possibilita um contato direto até por telefone, um contato por participar de reuniões, então há um contato bom. Como eu disse, como tem avançado as políticas públicas do município, isso faz com que a rede quase comece a formar uma rede, então o contato é geralmente é visual, por telefone, por ofício. E a receptividade geralmente é boa, poucas vezes encontramos assim, alguma dificuldade de ser atendido, poucas vezes, mas claro que às vezes ocorre. Na maioria das vezes as solicitações são atendidas, na maioria das vezes. Mas por exemplo, você falou em relação a escola, é um lugar onde a gente tem encontrado um pouco mais de dificuldade. Por exemplo, há um combate a evasão escolar, nós fazemos um trabalho de retorno da criança e do adolescente a escola e se essa criança, esse adolescente já tem muitas faltas, muitas escolas não têm feito um trabalho de recebimento quando dessa criança, desse adolescente. Costuma dizer "eles estão reprovados" então é como se dissesse "não precisa mais mesmo". Em relação também ao adolescente, a criança mais rebelde, a escola tem uma certa rejeição em aceitar e por isso as vezes eles, nesses casos, acabam não querendo atender as nossas solicitações. Mas evidentemente que aí, tendo uma rejeição, uma recusa injustificada, o que geralmente é injustificada, às vezes acabamos até a fazer um pedido na via judicial pra que a escola aceite, então ocorre alguma dificuldade nesse aspecto. Em relação à saúde, o município como tem uma obrigação na maioria das vezes as solicitações que são</p>	<p>também super carregados, mas sempre dá um jeito de encaixar o caso do Conselho Tutelar. A gente não vê assim muita dificuldade não. Nós temos uma grande demanda, mas a gente tem atendido a todas.</p>	<p>problema dele era esse...", porque daí a família ia pra uma terapia, pra um grupo de apoio, tinha melhor resultado, hoje a coisa demora pra fluir, né, a gente tenta fazer aqui no setor o máximo pra acolher a família e o adolescente, né.</p> <p>P: E a sua relação com o Conselho Tutelar? Como é? É boa também. De vez em quando a gente se troca alguns elogios, não tem acontecido muito isso, mas eles sempre procuram o nosso setor, por falta talvez de conhecimento técnico, mas sempre por qualquer dúvida, qualquer coisa, eles procuram o nosso setor.</p> <p>[...] A gente solicita no sentido de fazer visitas, algum acompanhamento que o juiz manda no processo, e solicita lá o acompanhamento do setor técnico e do Conselho Tutelar, aí a gente agenda pra fazer a visita naquela família, né.</p> <p>P: E a sua relação com a rede de atendimento? Como é? Como é o trabalho com a rede de atendimento? É boa, a gente tem tentado com conversa, informalmente, e se, às vezes, necessário, a gente tem que encaminhar ofício pra ser atendido, mas a gente tem feito um trabalho...a saúde tem nos dado um respaldo muito bom, quando a gente precisa de consulta, tanto pra adolescente menina, pras meninas que são vítimas de abuso, a gente tem uma pessoa que tem dado bastante atenção pra situação.</p> <p>P: E nas outras áreas de atendimento? A educação é o que às vezes a gente tem contato direto com a escola, também tendo um bom respaldo deles, o que eles precisam a gente também colabora com eles, o que eles precisam da gente, a gente também tem ajudado, nessa questão da ficha do "fica" nós também tivemos alguns casos</p>	<p>P: Mas o que ela pede? Pede pra gente, porque é que não matriculou? Onde está a ficha do FICA?</p> <p>P: O que significa a ficha do FICA? A ficha do FICA é quando o aluno falta, porque está dando trabalho e tal, não está vindo. O FICA é uma ficha pra que a gente passe toda a vida do aluno, o histórico, ele não está vindo por que, o que você já fez pra trazer ele de volta.</p> <p>P: Então, quando uma criança, por exemplo, está faltando muito, está dando algum problema, vocês preenchem esta ficha manda? Nossa, mandar imediatamente pra ver o que está acontecendo. Tem que preencher, mandar através do conselho tutelar e do conselho vai pra cima. Se a gente não resolver aqui, por muitas vezes a gente tem que resolver aqui, eu só mando em ultimo caso. Mando quando nós já ligamos e não encontramos ou o telefone não atende mais. Quando a gente esgota todos os recursos é que a gente manda a ficha, só que tem que acudir logo, porque se passar muito tempo quando voltam já reprovaram por falta, por notas, por tudo. Então essa ficha é cuidadosamente preenchida.</p> <p>P: E qual é a providência que é tomada? Aí o conselho tutelar vai lá, intima a família a comparecer, se acha o endereço se não acha tem que procurar onde está esta família. Muitas vezes eles já mudaram, eles mudam muito porque trabalham no sítio então eles vão mudando, muda telefone, muda de endereço, muda tudo. Aí eles muitas vezes retornam, outros não retornam, aí tem que mandar a ficha de novo e a gente tem que falar que não voltou por que, vocês não foram atrás? Por que a escola ainda</p>	<p>estão nessa mesma situação. Você não consegue. Tanto que nós criamos um projeto específico pra eles, há uns dois anos atrás "Semeando Caminhos", saíram, voltaram alguns que foram pra outros projetos. Tem um que nós fizemos um relatório pro conselho tutelar que ele já foi e voltou umas quatro ou cinco vezes. A gente não tem onde colocar ele mais, ele não quer ficar aqui. Ele só vem se o conselho for buscar. Tem outro que estava detido e saiu, vai colocar ele aonde? Ele não consegue vir aqui. Ele vem aqui e consegue desestruturar os outros, então o que fazer com uns adolescentes desses? Não são muitos, não justifica criar um outro programa em um outro lugar separado porque a demanda não é grande, tem quatro ou cinco, não tem o que fazer e fica atado, não tem aonde encaminhar. Tem outros que vem e fica sentado o dia todo, não faz nada mas está aqui, está aqui porque tem que cumprir a medida. É uma situação complicada. P: Em relação aos operadores do Direito e conselho tutelar, como é a sua relação com eles? Vamos começar com o conselho tutelar. O conselho tutelar a gente trabalhava muito em parceria com a gestão anterior. Tinha um estreitamento melhor, uma rede melhor pra trabalhar com o conselho. Eles tinham maior conhecimento do estatuto, de todos os procedimentos. Fez um ano em outubro que houve eleição e elegeram a nova equipe. Entrou essa nova equipe bem desestruturada, com o conhecimento do conselho muito básico, desvirtuando as funções deles, servindo mais de mediador dentro das escolas do que como próprio conselheiro, metendo os pés pelas mãos em algumas situações. Eu preferi ficar um pouco mais afastada, como técnica das ações do</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>feitas por nós, geralmente são atendidas. Claro que ocorre algum caso ou outro de resistência, mas nessa resistência também sendo infundada, injustificada, nós também temos adotado medidas judiciais pra que esse direito que está sendo violado e não está sendo garantido, pra que possa receber o devido atendimento.</p> <p>P: E na área de assistência social, como é?</p> <p>Da mesma forma. Semelhante a da saúde porque geralmente a política de atendimento é de orientação de um administrador, então geralmente também. Mas, há algum tempo as solicitações são mais atendidas do que não atendidas. São encaminhamento pra programas de atendimento de criança e adolescente que o encaminhamento é feito por nós. Atualmente o município vem atendendo, mas claro, como eu disse ainda precisa avançar um pouco mais que é no aumento desses programas. Uma coisa que eu acho assim, muito interessante, que os municípios deveriam pensar é no período integral de escola ou contra turno escolar. Porque por mais que tenham programas, nem todos ali estão sendo assistidos. Mas em regra, nos casos que nós precisamos hoje, atualmente, mas nós já tivemos muita dificuldade com isso até porque não tinha programa mesmo em alguns anos atrás, então, como vai melhorando o numero de programas vai facilitando o atendimento das solicitações que são feitas por nós. [...] Não adianta uma coisa, quando começou estava muito voltado pra criança e pro adolescente, antes não existia política nenhuma, depois ficou entre a criança e o adolescente, e hoje está se voltando um pouco mais pra família. Mas precisa</p>		<p>esse ano que o nosso acompanhamento foi assim essencial, que ajudou os alunos a passarem aquele momento, voltaram pra escola, passaram de ano, tendo o atendimento aqui pelo setor mais o acompanhamento da família.</p>	<p>não trouxe de volta? E se descobre, igual o F., o F. recebi agora uma intimação da Dra. M. está perguntando. O que aconteceu com o F.? Agora vou perguntar pra ela, e por que o F. não foi internado? E não foi no tratamento. Eu quero saber por que ele não foi no tratamento. Porque a gente tinha combinado que ele iria pro tratamento e depois ele retornaria pra escola, ele fez até as malas, por que não foi? Agora adianta esse menino voltar, numa época dessa pra escola? Nós hoje estamos no dia vinte e seis de novembro, o que ele vai vir fazer na escola? Que exemplo ele vai dar pros outros? Então estou mandando um ofício pra ela perguntando. Porque a gente fez a nossa parte, e eles? Assim como tem outros que sumiram. A gente não sabe onde está. Mandou a ficha, fez todo o relatório, que nem do F. foi feito relatório que ele tem problema, ele é usuário de droga, que ele não pára na sala de aula, ele agride os professores, agride os alunos. Ele quando chega na segunda aula, ele não quer mais ficar na escola e ninguém segura. Aí vai pra rua. Na rua os outros alunos o encontram e vêem o mau exemplo, é tudo isso aí que acontece. Então vamos ver o que ela vai responde pra nós.</p> <p>P: Como é a sua relação com o juiz, promotora e conselho tutelar?</p> <p>Mais com o conselho tutelar.</p> <p>P: Vocês são atendidos nos seus pedidos para o conselho?</p> <p>Na medida do possível eles vêm. O conselho vem. Agora lá em cima é o conselho que encaminha.</p> <p>P: Vocês chegam a conversar, ir lá, ter um contato mais direto?</p> <p>Ofício. Mais é ofício.</p> <p>P: Vocês gostariam de ter mais contato?</p> <p>Sim. Inclusive, M., quando eu encaminhei</p>	<p>conselho, mas assim, nós temos muito diálogo com o Ministério Público a respeito dessa função do conselho. Então nós tivemos algumas situações complicadas justamente pela conduta deles como conselheiros. Mas, ontem mesmo fiz um estudo pro conselho tutelar, encaminhamos uma solicitação que eles pediram pra gente pra verificar a situação de um adolescente. Então, profissionalmente a gente atende todas as solicitações do conselho, mas dizer que a gente tem um laço estreito não. Isso foi rompido há questão de um ano ou nove meses mais ou menos.</p> <p>P: Por qual motivo se deu esse rompimento? Discussão de papéis mesmo. Nós tivemos uma reunião no Ministério Público pra ver a função de cada um e um dos conselheiros a ser questionado sobre o papel dele, ele reverteu, virou e disse: mas e a secretária de ação social não está fazendo nada? E nós dissemos: calma, nós não estamos aqui pra discutir ação social, estamos aqui pra discutir o conselho. Inclusive na época a promotora até interview, solicitou que a conselheira viesse pedir desculpas à secretária porque nunca foi negado nenhum benefício, nenhuma solicitação. Ficou uma situação muito chata porque não somos perfeitos ao cumprir nossa função dentro da ação social, mas também não era motivo pra colocar a situação assim. É aquela história que quando é atacado você revida atacando e a função nossa não era atacar, eu estava ali representando o Poder Público, o prefeito. Naquela discussão de alguns procedimentos que o conselho tinha tomado e que seria a postura do conselho. Então resolvi como secretária, como técnica, não intervir mais no conselho. Se pedirem ajuda a gente vai e faz, auxilia nos procedimentos dos</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>melhorar ainda mais, porque não adianta melhorar a criança e o adolescente, você sabe disso tanto quanto eu ou até mais, que se você não trabalhar essas famílias onde estão em situação de vulnerabilidade, de risco, não se caminha muito.</p>			<p>esse rapazinho que eu fiz o B.O. e fui chamada lá e era um maior. Aí fomos direto com o juiz. Eu fiquei muito decepcionada, porque eu saí daquela sala assim, sabe, ele olhou bem. Assinou o papel e falou: esse caso, professora V., esse caso não é pra nós, nós estamos devolvendo pra delegacia porque isso é com eles lá. Ele já é maior, ele pode ser encaminhado, falou que ele poderia ser preso. Daí eu olhei bem e falei, Dr. M. o Sr. não vai dar nenhum conselho pra ele? Sr. podia ir só falando alguma coisa pro A. quem sabe ele ouviria o Sr. Ele falou, nem falava com o menino, o menino respondeu pra ele do mesmo jeito que fazia aqui comigo. Estava de boné, continuou de boné, ele nem terminou de falar com o menino e o menino saiu, bateu a porta e foi embora. Então achei assim uma coisa fria, fria. Não era de ele ter pego e falado assim, bom nem sei porque talvez não, inclusive eu falei pra ele: olha Dr. M. eu como educadora, eu me sinto meio assim, meio... hoje eu estou triste, porque eu imaginei que o Sr. iria falar alguma coisa com ele, iria aconselhar ele. E a gente lá na escola, e fui falando pra ele, a gente faz cada coisa lá, que até Deus duvida, pra tentar salvar essas criaturas. Eu sei, ele falou, minha mãe também é professora. Foi o contato que eu tive com esse juiz, foi a única vez que vi ele na minha vida, nunca mais. Aí ele encaminhou o menino de novo lá pra delegacia e aí acho que ele... falei, mas nem uma cesta básica, nem um trabalho comunitário, alguma coisa que vai fazer ele entender que está errado, ou então um tratamento? "Não é o nosso caso, ele não é menor" foi isso que ele falou pra mim. Eu voltei super desapontada pra escola. Nem falei nada que é pra não desanimar, porque eu</p>	<p>processos que eles têm, mas falar que fica ali, fora do normal, não. Com o Ministério Público a gente tem um relacionamento muito bom. Meu contato maior é com a promotoria, com o juiz foram uma ou duas vezes, mas também foi bem mais com a promotoria. E a gente tem atendido as solicitações deles, eles acompanham os trabalhos que a gente faz aqui nos programas de atendimento, a promotora vem fazer palestras constantes, questão de vinte dias ela esteve aqui com os projetos. Então não temos nenhum problema com o Ministério Público, com a promotoria, nada, é um trabalho parceiros mesmo. Ela solicita alguma coisa, às vezes, nem oficial, a gente está tentando auxiliá-la, é um relacionamento muito bom. Com o Poder Judiciário é mais a base de ofício, não tem um relacionamento estreito de discutir casos, de sentar e analisar como a gente faz com a promotoria. Com a promotoria, se tem uma situação que a gente não consegue resolver, marca uma reunião vamos lá, junto com o serviço da infância, senta e vamos resolver. Mas, com o Judiciário já não temos isso. [...] Se o adolescente dá algum problema a gente ou chama a família pra vir aqui ou vai na família porque nós temos os coordenadores desses grupos, o coordenador vai visitar, o coordenador faz o contato com as famílias, liga pra escola pra ver se ele está freqüentando, então tem todo esse envolvimento da rede. Ah, ele está passando mal e precisa de um médico? O coordenador do programa vai e faz todo esse contato pra encaminhar, por exemplo, todos os adolescentes nossos aqui, foram encaminhados pra dentista, foram encaminhados pra médico pra avaliação quando iniciaram os</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>não gosto de desanimar os professores. Daí eu fui chamada mais uma vez, forma chamados alguns professores também pra prestar depoimento e o caso está lá, não sei em que pé está. Eu sinto muito descaso, abandono mesmo. Acho que nós todos aqui da escola, a voz seria a mesma dos professores. Um descaso muito grande por parte das autoridades competentes que seria juiz, promotor... é só assim sabe, digo assim, manda lá pra ela, ela vai cuidar. Chegou aqui, se deu trabalho ou se não deu, a gente é que vai se virar. Tem cada relatório de chorar ali que a gente fez de alguns alunos.</p>	<p>programas, a mãe, é feito contato com ela. P: Como você avalia a situação dos atendimentos hoje, aqui? Muito fragmentado. Saúde já faz tempo que temos pedido um profissional lá pra que faça tudo isso, porque tudo da saúde vem pra eu atender aqui. Quando precisa de um assistente social pra assinar, eu não sou assistente social da saúde. Não estou fazendo um bom trabalho na saúde porque o que faço é um quebra-galho pra população não ser prejudicada. O CAPS precisa de um assistente social, eu sou a responsável do CAPS, eu nem vou no CAPS. Não dá. Na educação parece que vai sair agora um trabalho nisso. A gente vê isso tudo fragmentado, não pode em um município. Não tem uma reunião pra sentar e discutir. Até uns anos atrás a gente fazia de sentar, montar uma equipe de trabalho das secretarias. Porque o adolescente que é problema aqui, é também problema na saúde, na educação e aonde ele estiver inserido. Ele é problema no ministério público também. Eu vejo isso tudo muito fragmentado. Com a criança, com a parte que envolve a gente e o ministério público, até conseguimos uma boa articulação, mas quando se precisa ser atendido na saúde, sem uma solicitação judicial não faz. Tem criança que não está na escola porque a escola se nega a atender, e está ali no estatuto dizendo que ela tem direito. Não interessa se a criança chegou no meio do ano, a escola tem que criar meios pra atender, mas a escola não sabe disso. É uma fragmentação muito grande até aqui com a gente. Quando eles precisam de um endereço de alguma família, qualquer lugar fora que liga na saúde, eles pedem pra ligar aqui primeiro, porque eles acham que a assistência tem tudo e não tem tudo. A gente</p>
--	--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

					tem um cadastro muito bom que é do bolsa família, o cadastro nosso que tem toda a população em situação de vulnerabilidade está no cadastro. Isso poderia estar na rede, poderia estar sendo atendido, mas não tem. É um desafio pra todos os municípios. A rede é o caminho pra se resolver a maioria dos problemas do dia a dia.
--	--	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

5. Percepção dos Sistemas de Garantia e de Atendimento sobre os adolescentes e as famílias que atendem

5.1. Funcionamento familiar sob o olhar dos Sistemas de Garantia e de Atendimento

<p>5.1.1. Juiz</p> <p>[...] O que acontece? A gente aplica as medidas, não cumprem, os pais passam a mão na cabeça, são omissos, às vezes realmente não fazem o filho cumprir, e é um trabalho que se tenta fazer aqui e vai por água abaixo.</p> <p>O que eu acredito que ocorra nessas situações, vendo pelo que ocorrem aqui, que ocorre muito isso também, é que no âmbito dos adolescentes, eles não tem um respaldo familiar, não tem um suporte familiar, porque se tivessem pais que se preocupassem, não só com a integridade, com a saúde, com o quê que eles estão fazendo, onde eles estão, se eles estão estudando, se eles estão aprendendo. Porque isso vai ser importante pra eles, porque esse é o caminho para eles atingirem um futuro mais digno, de realizações, enfim, esses casos que desaguariam aqui seriam bem menores. Porque a idéia é tentar solucionar uma situação aqui que não conseguiu se resolver em casa, por omissão dos pais, por falta de respaldo dos pais, ou caso em que os pais muito embora, procurando encaminhar o filho, resolver o problema do filho, não conseguem fazer isso sozinhos, mas eu pelo menos quero ver que nesses casos, às vezes quando eles chegam aqui, ou porque o adolescente praticou um ato infracional, ou</p>				<p>5.1.2 Diretora escolar</p> <p>[...] eles são drogados, M. Tem que passar por um tratamento. Tinha um que bebia. Passava no bar ali, outro caso de polícia, nem cem metros a gente tem um bar aqui, na passagem das crianças, que eles vêem ali pelo portão, passa em frente do bar. Os maiores compram bebida alcoólica para os menores e esse foi embora porque pra mim conservar a sala, ele tinha que ir embora ou parar, melhorar aquela bebedeira. O que aconteceu? Ele foi embora. E ameaça "vou dar um tiro na sua cabeça, essa V.". Andou falando uns palavões pra mim, fui lá fiz um B.O. dele, estou respondendo junto com ele, estou sabendo que ele está prestando serviço na comunidade.</p> <p>[...] Então, esses adolescentes que são encaminhados pela justiça tem dificuldade e também a gente tem dificuldade de encaminhamento. Eles precisam de um tratamento. Sem tratamento eles não conseguem. Toda hora sai da sala, que bem eu peguei um lá no banheiro, com cocaína. Esse foi embora e nunca mais eu vi, era daqui. Esse menino que saiu trazia garrafão de álcool e dava pros outros. Então juntava uns três, quatro, que ninguém suportava na sala de aula. E são maiores já.</p> <p>[...] Então as famílias não têm tempo mais pros filhos não, M.. Eu não sei o que acontece. Cada um vai pro seu lado, um pra</p>	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<p>como vocês dizem, conflito com a lei, acaba havendo um encaminhamento, às vezes até pelo SAI aqui, e isso às vezes já consegue, de alguma forma, resolver ou abrir um caminho para que isso vá se resolvendo aos poucos. Mas, a maioria dos casos são esses, são adolescentes que estão envolvidos com drogas, cujos pais são omissos, não se interessam e ninguém mais da sociedade demonstra maior interesse e se não tem em casa um respaldo, é difícil qualquer outra providência que vá solucionar, porque encaminha pra escola, encaminha para algum projeto municipal ou governamental, digamos, de apoio à crianças e adolescentes. Ele vai permanecer ali algumas horas. Depende muito da família querer mudar de situação. Porque se ela não quer, não vai, como acontece, não frequenta a terapia, tem que obrigar, mesmo assim não vai. Bom, o quê que nos resta fazer? Mandar abrir um procedimento criminal um inquérito policial, por omissão, por abandono material, moral. Também, dificilmente vai ter uma solução que resolva o problema, porque vai responder ao processo, geralmente se está nesse ponto, se chegou nesse estágio, o pai, a mãe ou ambos, não estão nem aí, não se preocupam, estão pouco se importando com a consequência do procedimento criminal porque o que se pretende é constringer a pessoa a cumprir aquela decisão "bom se eu não cumprir isso eu vou responder a um processo criminal, eu posso sofrer uma penalidade criminal". Agora, as pessoas não estão se importando até porque uma das, digamos assim, uma das grandes punições seria a pessoa ostentar um registro criminal, não para mim ou para você, para uma pessoa de bem, que ter um registro</p>				<p>cá outro pra lá, muita separação. A mãe foi embora, mora com a avó. O pai largou da mãe não sei por quê. As famílias, não existe mais família. E hoje não tem um lar, não tem um alicerce bom, não tem indicação.</p> <p>[...] Eu sei que você é muito estudiosa dessa parte aí, trabalha como psicóloga, trabalha com essas crianças; eu vejo assim que se a gente não concertar a família, não tem jeito, as crianças estão perdidas ali. Aí tem outras partes que, não sei, até acho que a Psicologia fala isso, até nos livros de casais, a gente sempre comenta, grupos de adultos não tem mais jeito, agora tem que ser as crianças; eu não sei quem ta certo quem ta errado; mas se eu vivo em um ambiente onde eu só vejo tristeza, o que eu vou pegar dali? Nada, para mim nada, eu vou ser igualzinho a todo mundo que ta ali. Então eu acho que não é por aí não, não é pelas crianças.</p>	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<p>criminal, é algo que vai dificultar a nossa vida, porque eu preciso ter uma ficha criminal limpa pra poder fazer um concurso, pra conseguir um emprego, pra ter uma vida normal na sociedade, agora essas pessoas, geralmente não estão preocupadas em ter uma vida dentro daquilo que a gente tem como socialmente ajustado, aceitável, não tem emprego, geralmente também tem envolvimento com droga ou com bebida alcoólica, enfim, são pessoas que já tem a vida desestruturada. Claro, os filhos vão crescer num ambiente desestruturado. Então, a gente tem que começar por aí.</p>					
<p>5.2. Relação dos Sistemas de Garantia e de Atendimento com os adolescentes e famílias que atendem</p>					
<p>5.2.1 Juiz P: O Sr. entra em contato com familiares, com adolescentes fora das audiências? O Sr. tem outro tipo de contato? De regra nas audiências. P: Já teve algum caso em que o Sr. teve que fazer alguma inspeção judicial, ou algum tipo de contato mas direto, por exemplo? O que pode acontecer, não está previsto no ECA, é uma questão de processo civil, o juiz pode fazer uma inspeção judicial, que ele quer auferir em loco uma situação, até porque ela não tem como ser transportada para sala de audiência. Então o juiz pode ir lá. Já fiz mas, aqui em M. eu acho que não, se eu fiz não me recordo em G. R. mas, acho que era mais questão, não lembro se era uma questão que envolvia de menor ou não, eu acho que não. P: Se o adolescente vir aqui, por exemplo, eu quero falar com o juiz, ou a família, quero falar com o juiz. O Sr. normalmente os ouve ou marca uma audiência, ou depende do caso, já aconteceu, ou não? Aqui em M. casos como este são encaminhados ao Ministério Público. Porque geralmente, se houver necessidade de uma atuação</p>	<p>5.2.2 Promotora P: Como é a relação da Sra. com as famílias, a Sra. tem contato dentro das suas responsabilidades dentro do Ministério Público, como que é essa relação? Em regra temos muito contato. Não só por ocasião de audiência, mas aqui no gabinete mesmo, tendo notícia de alguma situação que envolve uma criança e um adolescente principalmente em situação de risco, nós notificamos as famílias, os responsáveis pra que eles compareçam e orientamos, sem prejuízo inclusive das medidas judiciais que a gente acaba adotando. Então, há um contato direto que posso dizer, quase que com todos os casos em que eu tenho atuado. Há um contato direto até de orientação pra encaminhamento sem prejuízo da medida judicial. Então, a maioria dos casos eu tenho mantido um contato pessoal, aqui mesmo no gabinete com essas famílias. P: E com os adolescente? Como é essa relação com eles, a Sra. também tem esses atendimentos? Também é assim. Há um contato direto com esses adolescentes envolvidos em atos infracionais, ou por</p>	<p>5.2.3 Conselheira Tutelar P: E como é sua relação com as famílias que você atende? Como é seu trabalho com as famílias? Com a família? É, a gente procura ver as necessidades que a família, na verdade, tá necessitando, né, tipo no caso de uma orientação, tipo no caso de um encaminhamento para psicólogos, grupos de terapia familiar, a gente faz os encaminhamentos da família tanto como da criança e do adolescente também. A gente procura trabalhar assim.</p>	<p>5.2.4 Psicóloga P: E Como é sua relação com os adolescentes? Boa, de certa forma, boa. Às vezes a gente briga um pouco, mas a gente tenta mostrar pra eles a realidade mesmo da situação que eles estão vivendo, o que é que acontece que leva eles a ter esse tipo de comportamento, então a gente trabalha com eles pra que eles possam...seria mais uma abordagem realmente da terapia individual, de fazer eles entenderem o que tá acontecendo com eles. P: Como é a sua relação com as famílias? Como funciona o seu trabalho? Às vezes, por exemplo, uns brigam, né, quebram o pau com a gente, mas aí a gente vai conversando, né, vai fazendo aquela parte de orientação, de apoio com a família, escuta a família com o seu problema, então daí eles vão ficando mais flexíveis, porque a gente vai tá lidando com eles [...]</p>	<p>5.2.5 Diretora escolar P: Como se dá sua relação com os adolescentes? Às vezes é fácil e às vezes é difícil. Querem fumar aqui no pátio, querem entrar e sair da sala de aula a hora que eles querem, da maneira que eles querem, sem pedir licença pra ninguém, entendeu? Querem matar as aulas, pulam os muros e a gente pega eles e devolve pra sala de aula. Porque aqui você fica o tempo todo correndo. A noite acontece, muito a noite, à noite os meninos dão trabalho. Durante o dia, à tarde, poucos alunos dão trabalho, mas à noite a gente recebe uma clientela vindo de todos os bairros desta cidade. São aqueles alunos renegados que eu falo, que já passou por todos os colégios aqui da cidade e nenhum acolheu ou trabalhou enquanto eu chego na idade de quatorze anos, quinze anos, eles tem que trabalhar porque tem que ajudar em casa, aí eles caem aqui na nossa escola, e aqui eles encontram eu, e eu sou uma barreira dura pra eles. Até eles acostumarem, mas depois eles sentem que a gente ama, que a gente conversa, que a gente cobra porque gosta deles. Tanto é que nós passamos agora por um</p>	<p>5.2.6 Assistente Social P: E como é a sua relação com as famílias, como são os seus contatos com as famílias? Os adolescentes que são encaminhados aqui para os nossos programas a gente tem uma convivência maior com as famílias porque eles estão aqui. Sistema de contra turno e eles ficam aqui com a gente, então o relacionamento com as famílias é maior e com eles também porque a gente compartilha, é aqui dentro, então a gente está ao lado da atividade deles. E a maioria dessas famílias, vamos dizer 80, 90% são usuários nossos aqui da assistência, então tem uma relação maior com eles. [...] Não adianta fazer reunião com os pais, eles não vêm. Nós fizemos uma faz uns dois meses a noite, não vem. A gente entende que trabalha, cansa, mas eles não tem esse compromisso. Funciona mais se chamar um por um, eles vem quando tiver uma brecha ou telefone. Então é esse o contato, mas é tudo feito pela coordenação do programa. P: E a sua relação com os adolescentes, como que é, em que momentos? É ótima. Aqui é constante, porque você saiu da sala,</p>

<p>judicial, aí o Ministério Público faz o requerimento, faz a solicitação. É como no caso do menor. A conselheira encaminhou o ofício, veio pra mim, eu passei pra Dra. M., e com base nesse ofício noticiando essa situação de maus tratos ela requereu a instauração de um procedimento, um processo pra averiguar o que está acontecendo, pediu um estudo, pediu pra ouvir as pessoas, tudo bem, marcamos. Aí judicializou, aí fica uma questão judicializada. A partir do momento que ela fez o requerimento, é registrado, autuado, encaminhado pra mim e eu determino as providências que ela requereu e se eu vendo, entender que tem uma outra providência que pode ser tomada de imediato, eu também já posso fazer isso. Uma outra situação que também estava acontecendo aqui, esses procedimentos de aplicação de medida protetiva, estavam atrasando muito no cartório. A gente tem procurado orientar ali, daí a necessidade de, em determinadas situações, priorizar o andamento do processo. O duro aqui M., é que, se a gente for ver, o processo da infância, todos tem urgência. São menores. Os processos de família, o que tem que o processo de família? Bom, disputa de guarda de filho tem urgência. Execução de alimentos pra menor é urgente. Separação e divórcio, tudo bem. Quando envolve menor é um problema também, porque tem a questão dos alimentos, definição de quem que vai ficar com a guarda e tudo mais, mas o que tem muito aqui na família é execução de alimentos envolvendo menores. Tem urgência também. [...] A gente nota que cada vez a situação está mais, a demanda está maior, cada vez mais. [...] O que a nossa corregedoria, o que o tribunal cobra? Serviço</p>	<p>alguma outra razão, ou em situação de risco, não necessariamente envolvido em ato infracional. Até porque hoje temos problema muito sério com a questão de evasão escolar ou de criança e adolescente que são vítimas de maus tratos, de violência tanto domestica quanto violência sexual. Então, em regra também há um contato com eles no sentido de verificar o que, não só de orientar ou de fazer encaminhamento, mas de ver qual a expectativa deles, qual o desejo, o que fazer pra que eles possam ter um desenvolvimento saudável, uma vida digna, principalmente nos casos em que eles estão sendo vítimas de violência. Ver qual o anseio, qual a expectativa, o que fere e como nós aqui podemos auxiliar com os nossos encaminhamentos. Então, o contato é nesse sentido, em regra é pessoal aqui feito no gabinete também.</p>			<p>processo de eleição quinta-feira passada, e eu falei assim comigo mesma lá em casa fiquei pensando "os alunos do noturno eles vão votar tudo contra", e não, foi 95% de aceitação. Eu fiquei encantada, tinha dois votos em branco na urna de duas alunas. Olha que gracinha! E eles quiseram votar, eles são maiores. [...] Então eles têm assim, eles têm muito assim, não digo intimidade, de brincadeira, porque eu não gosto muito de brincadeira, mas assim, na medida do possível brincar assim com alguma meio séria com a gente eles chegam, eles abraçam a gente. Abraçam! [...] [...] E o reconhecimento às vezes demora, porque na nossa profissão de professores às vezes você passa uma vida inteira, você pensa: mas eu não fiz nada, mas, um dia você encontra alguém que diz "ah eu aprendi com você, eu copiei o seu exemplo e eu sou feliz então vale a pena.</p> <p>P: E a sua relação com as famílias, como é? Como acontece esse contato com as famílias? A gente tenta de tudo. Muito assim os casos, os alunos que dão trabalho os pais dificilmente vêem aqui, se o aluno dá trabalho é porque lá em casa a família está deixando a desejar. Quando o pai vem aqui, muitas vezes eu falei com o pai, o problema não está no seu filho, está em você. Então é você que tem que mudar.</p> <p>P: E em que momento que eles vêm até a escola? Reuniões. Reuniões com pais, entrega de boletim, quando a gente chama que é urgente, urgentíssimo.</p> <p>P: Essas reuniões com os pais são uma vez por bimestre, uma vez por semestre? A gente faz sempre. Quando uma turma, às vezes, pede algum trabalho, geralmente a gente faz por turma. Sexta série, turma de sexta, turma de quinta, turma de oitava. A gente os pais, mas, mais é individual mesmo. A chamada</p>	<p>entrou, eles já estão aqui no pátio. Então é um relacionamento bom. E eles são assim: a fala que a gente tem com os professores, com os pais é que se eles faltam na escola mas não faltam nos programas. Então aí você vê o nível do relacionamento. Já tive relacionamento mais estreito com eles há uns dois anos atrás quando a gente não tinha uma coordenação, eu era responsável direta por eles, tanto que a minha sala era ali de frente, depois veio a coordenação e a gente se afasta um pouco, mas, é um relacionamento diário. Toda hora está na sala, você sai na janela vem um e conversa, você está aqui na porta... porque é um espaço onde a gente trabalha. Agora eles estão fazendo o curso de cabeleireiro, pras meninas ali, então você vai ali, eu já fui cobaia delas, a C. já foi, então todo mundo aqui participa. Então, estão aprendendo mas junto com a gente. E eles são a mesma coisa. Então na informática você vai lá dar uma olhada no que eles estão fazendo. Eles apresentam teatro a gente vai participar, faz uma gincana a gente está junto julgando. Tem um estreitamento muito bom, você participa com eles. Se eles têm piolho você pega, risos. Então é essa a situação, aqui não tem como você não ter um envolvimento com eles, todos que trabalham aqui tem, conhecem todos. Então, é um estreitamento muito grande pela convivência todos os dias.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>em dia. processos em dia. Eu não posso ficar acumulando processos aqui. Me cobram: "você está fazendo audiência? Está sentenciando quanto por mês? Esta despachando quanto por mês? Esta atrasando quantos processos? O que eles olham é isso aqui. É, quantificado, eles não vêm que tem gente à minha porta toda hora querendo conversar comigo, se eu vou fazer uma reunião com o prefeito pra resolver a questão do SAI, pra gente ter um SAI aqui ajudando, se eu vou lá conversar com o prefeito tentar viabilizar uma cadeia que a gente precisa.</p>				<p>toda vez que precisa, se o aluno deu algum trabalho, se machuca na escola, se está passando mal, está com alguma virose. Na hora aqui ninguém aqui socorre. Socorre assim, de cuidar, deitar lá e tal. Telefona pro pai, se o pai não pode vir aí a gente vai socorrer. Mas se não, são eles. Porque aqui a gente fala, o pai é você e você vai sair daqui levando seu filho no médico agora. Já marquei lá, estão esperando lá no pronto socorro, pode levar lá, depois eu vou saber se você levou.</p> <p>P: E se os pais não vêm, se as famílias não vêm, como que vocês fazem aí? A gente que vai atrás.</p> <p>P: Se vocês chamam e eles não vêm? Se chama e não vem, aí passa pro conselho. O conselho vai atrás. Falo olha, esse menino está dando trabalho, não tem mais o que fazer, nós já conversamos não depende mais só dele porque as crianças contam pro nós como que está acontecendo em casa. Então a gente cuida de você. O povo sai em busca do pessoal. [...] Trazem desse jeito: vem babando em cima da gente de raiva. "Já pus aqui que é pra não encher o saco, que vocês têm tanto que me chamar, eu estou lá ocupado, eu não posso vir..." Eu disse: olha, quando o Sr. colocou seu filho no mundo o Sr. assumiu uma grande responsabilidade. E agora o Sr. tem que cuidar dele. A minha fala é essa aqui. Eu não faço mais assistência social não, sou bem.</p> <p>P: E com os adolescentes? Diretora: A gente encara. Eles são assim, rebeldes, acostumados com a rua, acostumados que não tem ninguém que proíbe de nada, se proíbe também ele não presta atenção e não obedecem. E aqui tem que obedecer. Só que aqueles meninos do começo do ano, eles foram embora. Pra outros estudarem</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

				eles foram embora.	
5.3. Relação dos Sistemas de garantia e de atendimento com a família estudada					
<p>5.3.1. Juiz</p> <p>P: Estou estudando o caso do L.W.A. o Sr. lembra do caso? Pelo nome só não. Não é estranho o nome, mas eu não lembro qual que é a situação dele.</p> <p>P: Esse é um caso que é atendido pelo SAI desde 1997, onde foi instaurado pedido de providencia. Então o Sr. teve algum contato?</p> <p>Teria que dar uma olhada no processo. É o mesmo processo que o J., P. De repente posso até ter tido um contato em algum processo, mas de nome assim, não me lembro. Talvez tenha feito algum encaminhamento, então a gente não tem um contato, as vezes em uma audiência, alguns casos tem sim, mas também é aquele contato mais superficial, mais breve.</p>	<p>5.3.2 Promotora</p> <p>P: Gostaria de saber como foi o contato que a Sra. teve no caso do L. que é o caso que eu estou estudando?</p> <p>O caso do L. é um caso que eu tenho acompanhado, inclusive com vários contatos pessoais, tanto com ele quanto com a mãe, os irmãos, há alguns anos, não me lembro ao certo se sete ou oito anos. Sempre no sentido de advertir, orientar a mãe. A mãe é uma pessoa que foi encaminhada aqui por razoes de medidas aplicadas pra tratamento porque ela é alcoólatra, houve uma melhora mas, quando em quando ela tem uma recaída. O L. é um menino esperto, inteligente, mas também tem se envolvido em alguns atos infracionais, estava fazendo uso de entorpecentes, foi encaminhado pelo serviço de auxiliares da infância também em razão de medida de proteção pra tratamento em comunidade terapêutica, voltou bem, mas havia um certo preconceito com ele. As escolas estavam se recusando aceitá-lo, houve uma intervenção nossa. Mas o L. ele apresentou mais rebeldia na escola, então com frequência nós conversávamos com ele pra ele melhorasse o comportamento, então houve um acompanhamento no caso do L. assim, muito próximo, de contato visual, já de muitos anos. De fazer um acompanhamento assim, pessoalmente.</p>	<p>5.3.3 Conselheira Tutelar</p> <p>P: E em relação ao caso do L. W.? Qual foi o seu contato com esse caso?</p> <p>O L. W. é aquele menino lá do 113?</p> <p>P: Não, não. Ele foi pra J., ele voltou acho que vai fazer um ano, filho da I. que trabalha na P., lá no G. de E. Ah, o "L." (apelido)...Nossa, conheço ele faz muitos anos, hein! Olha, desses dez anos que eu tô no Conselho, com certeza eu tive contato sempre. Sempre até com a mãe, porque desde que eu conheci a I., ela foi separada, e sempre com as crianças. O primeiro contato que eu tive que eu me lembro é que ela era uma alcoólatra, e ela bebia muito, e as crianças ficavam muito sozinhas assim em casa, né, e às vezes a gente ia lá na casa dela e ela estava totalmente alcoolizada, as crianças tudo sem tomar banho, tudo com fome, e lá dentro da casa dela tudo em cima dela bêbada daquele jeito, uma situação bem precária mesmo. E a gente vem lutando sempre com ela na questão de ela parar de beber, porque tava dando muito problema pras crianças, com escola, tudo, né, e a gente foi lidando com ela bastante, até ela aceitar um tratamento, porque a gente viu que não ia ter mais condições, ia ter que tirar as crianças dela, e é uma das coisas que ela não admitia, é tirar as crianças dela, ela não admitia isso. Dizia que ia mudar, que ia mudar, mas ela não conseguia mudar. Aí a gente convenceu ela de fazer um tratamento, e com isso as crianças ficaram abrigadas no Lar, e ela fez um tratamento e ela voltou melhor. Só que eu acho que devido ao jeito que ela tratou as crianças assim, acarretou vários problemas. Eles já nunca tiveram limite, nunca tiveram assim</p>	<p>5.3.4 Psicóloga</p> <p>P: E a sua relação, o seu contato, com o caso que eu estou estudando? Do L. W.?</p> <p>O L. já faz uns dez anos. O processo do L. já é um processo muito antigo, que a gente já acompanhou muito tempo aqui, já passaram por vários juízes esse processo, né, a promotora não, a promotora sempre foi a mesma, mas juízes já passaram outros, e cada um se posicionou de uma forma, né, a gente tentou fazer o máximo que a gente pôde na questão de atendimento, encaminhamento, né, faltou assistência, na parte de políticas públicas. Não, na área da garantia de direitos. Uma garantia que foi solicitada muito e eles não foram atendidos foi na moradia, o município ter propiciado pra eles uma residência, né, então isso talvez dificultou um pouco a estabilidade emocional da mãe, porque o que ela sempre trazia de queixa era que não tinha um lugar pra morar, que sempre vivia na berlinda de pedir dinheiro pra comunidade pra poder pagar o aluguel, às vezes não pagava o aluguel, então ela se sentia muito acuada nesse sentido, a dificuldade dela.</p> <p>O problema por que? O alcoolismo. Aí a gente conseguiu convencer ela depois de um bom tempo que ela fosse pra um tratamento numa comunidade terapêutica. Ela permaneceu oito meses, as crianças ficaram em um abrigo em outro município, não ficaram aqui neste porque este estava interditado, eles ficaram em outro município, e um dos meninos se machucou, e ela quis sair, ela falou: "Não, agora eu estou pronta, eu vou assumir.". Ela ficou bastante tempo na sobriedade, mas aí os problemas continuaram, né, em relação ao compromisso dela de muitas despesas e</p>	<p>5.3.5 Diretora escolar</p> <p>P: Eu estou estudando o caso do L., filho da I. e ele já estudou aqui na escola, e eu queria saber como foi o seu contato com o L., a passagem dele pela escola.</p> <p>Contato assim, a gente gostava muito do L. né? Tinha até uma funcionária da cozinha que quando ele saía para a rua ela chorava e a gente tentava buscar em todos os lugares e não encontrava ele era muito inteligente, mas, ele não queria ficar na escola, por isso que não deu certo. Aí ele ia embora para a rua, chegava às vezes drogado também, muitas vezes eu via a dona E. chorar porque ele estava em um estado lamentável; aí ele ficava pouco aqui na escola, não ficava, foi por isso que não deu certo.</p> <p>P: Que período ele estudava?</p> <p>Era à noite. Ele estudou aqui, o irmão dele também estudou aqui, o M., ele até era chamado no diminutivo, mas, o problema deles é a droga, se não tiver um tratamento eles não conseguem ficar na escola, eles vão embora, vão para a rua. Só por isso que não deu certo.</p> <p>[...] Com a gente ela nunca agrediu com palavras, mas com as crianças sim, ela falava que não tem jeito, mas na verdade, eu acho que ali foi uma série de coisas, ela principalmente que já usava drogas, que bebia muito, levava uma vida muito perigosa né? E para as crianças que foi...Eu não sei o que fazer com eles, todo mundo gosta deles. Olha outro dia eu vi mesmo a B., que ela até chora por causa dele.</p> <p>P: Quem é a B.?</p> <p>A B. é uma professora lá do outro colégio. Ela falou: "ele tava tão bem com a gente, ele tava tão bem lá, mas daí acaba usando muita droga, então a</p>	<p>5.3.6 Assistente Social</p> <p>P: Estou estudando o caso do L. V. da I. e queria saber qual foi a sua relação com o caso, se você atendeu o caso e como foi?</p> <p>Estou na prefeitura há quase oito anos e o L. foi um dos casos que passaram aqui pela gente pelos programas sociais que nós tínhamos. Como ele e os outros irmãos dele. O L. participou do projeto formando cidadão, participou do PAEM (Programa de Atendimento Educacional de M.), ficou aqui e depois foi transferido pra lá. Foi dado pra ele todo suporte, psicológico, atendimento formando cidadão antigamente tinha uma psicóloga exclusiva para o projeto. Ele tinha atendimento psicológico constante, no PAEM também foi a mesma situação, só que ele não se adaptava em nenhum lugar. Não é que não se adaptava, ele chegava lá criava confusão, ele brigava e ele mesmo criava uma situação que fazia com que ele não ficasse ali dentro. Na escola era a mesma situação, a gente tinha o acompanhamento dele. Na escola também já não estavam mais aceitando ele depois ele começou a fazer uso de drogas, pequenos furtos, acabou sendo internado e daí ele não participou mais de nenhum programa nosso. Ele ficou internado uma época, depois retornou e não fez. Por ultimo agora ele foi encaminhado pra fazer uma capacitação no SENAI de eletricitista, ele foi lá duas semanas e o próprio SENAI excluiu ele do curso porque ele não tinha condições de se socializar com os outros. Ele quase botou fogo dentro da sala, botou fog num papel e era tudo material que pegava fogo rápido, ele e outro menino. Então ele conseguiu nem se adaptar na capacitação. Além</p>

		<p>uma mãe que desse educação mesmo do jeito que tinha que ser, né, de impor as coisas, quando ela voltou eles não aceitavam mais. Não respeitam ela, chegam tarde em casa, começaram a se envolver com drogas, começaram a faltar na escola, aí o Conselho entrou, e vai tentando, né, fazer com que volte pra escola, né, mas é rua, eles queriam rua mesmo, se envolviam com más amigas, e foi uma luta aí, manda pra psicólogo, encaminha pra saúde, encaminha pra tratamento [...]</p> <p>[...] Aí o L. começou também. A andar com más companhias, fazendo pequenos furtos, não ia pra escola.</p>	<p>não tinha como pagar isso, né, então aí foi encaminhada. Ela tem dificuldade de freqüentar grupo, ela não freqüenta. Depois que saiu da comunidade ela teria que freqüentar um grupo de apoio e ela não consegue freqüentar nem o CRISTMA, que é um grupo de apoio a dependentes de álcool e droga, tivemos o AA e ela também não freqüentou, o Amor Exigente ela também freqüentou muito pouco, sabe, então ela diz que não consegue freqüentar grupo porque ela se sente muito sufocada, e sozinha ela também não vem pro atendimento.</p> <p>P: E o L.? E os adolescentes, os filhos? Como eles ficaram nessa história toda?</p> <p>Psicóloga: Todos eles apresentam reflexos do comportamento, na questão da dependência, porque já chegamos, assim, numa visita domiciliar que ela estava totalmente alcoolizada, ela fala muito palavrão, humilhava as crianças, toda numa situação de miséria, fazia xixi na cama, aí os filhos que tinham que ajudar ela tomar banho, tinham que ajudar a se trocar, arrumar a casa, porque ela não fazia absolutamente nada, ela passava dois, três dias bebendo, então os filhos convivendo com aquilo, tanto que o do meio, o M., que hoje tem dezoito anos, o do meio, ele é dependente de álcool, tem uma dependência cruzada, mas a maior dependência é o álcool, ele também fica pra praça numa situação de mendigo, também como ela ficava anteriormente. O mais velho, ele é bem assim calado, não tem muita manifestação. E o L., que é o seu caso, ele já é mais assim, fala muito, mais espontâneo, mas ele também começou usar droga muito cedo, ele tinha oito anos quando ele começou usar drogas, então ele viveu assim muito pra rua, pede muito as</p>	<p>gente conseguiu uma internação, ela pediu para a escola e conseguiu; você não acredita, a gente comprou um enxoval novinho para ele, depois na última hora, ela queria levar o enxoval, a mãe, e a gente descobriu que ela ia ficar e ia dar qualquer coisa para ele levar, sabe? Ela ia ficar com o enxoval e ia dar qualquer roupa para ele levar, porque lá roubava, porque não sei o que; "não, não, não, nós compramos desde o acolchoado, tudo novinho para ele, o travesseiro"; deram tudo para ele; mas ela foi lá buscar e eles não deixaram levar porque já estavam sabendo que ela ia ficar com o enxoval; aí quando não deixaram levar; aí quando ela ficou sabendo disse: "você não vão deixar eu levar mas estão fazendo a maior bobeira porque lá eles vão roubar tudo; quer dizer, a gente descobriu que ela ia ficar com tudo; "lá eles vão roubar".</p> <p>P: Lá onde?</p> <p>Lá onde ele ia na casa de recuperação, e a B., eles gostam dele, porque ele não é um menino agressivo com ninguém; o problema dele é esse. Aí eu não sei, porque ele foi, voltou ficou na rua, aí acho que no fim ... sei lá. Hoje eu não sei o que acontece. Lá no outro colégio abriu escola á noite, eu não sei se ele foi estudar, porque ele tinha estudado lá. Ele foi para tudo quanto é canto. O problema não é a escola, o problema é a família. O problema é ele mesmo que está ali.</p> <p>[...] A primeira moradia dela aqui foi lá com a Irmã R. e a gente que conseguiu dela ir morar lá, para tentar salvar aquela família inteira, ela morava em um barraco lá perto do Lar, para baixo do Lar, não sei bem onde era. A minha prima morava por perto, ela tinha dó, pena; aí faltou com a gente, o meu marido era presidente do Lar da Irmã R., do M. R., aí nós levamos ela para lá, mas em três</p>	<p>disso, todo suporte pra mãe, auxílio com alimentação, foi dado um emprego pra ela através da prefeitura, foi auxiliado com outras diversas, com aluguel, luz quando precisava. Então, é uma das famílias que nós mais auxiliamos na assistência social, foi a família do L.</p>
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>coisas, aquele vício de pedir as coisas pras pessoas, acha que todo mundo tem que ficar ajudando.</p>	<p>meses a Irmã R. pediu para a gente tirar ela, porque daí, aquela vida né? De promiscuidade, a mãe trazia muita gente para dentro de casa, estava sempre bêbada, as roupas que a Irmã dava, porque daí a irmã acolheu eles no Lar, mas eles também já estavam já... fumavam já, já se drogava, já bebia da pinga que a mãe levava em casa, com as pessoas que ela atendia ali; e a gente muitas vezes viu que ela jogava roupa que dava, comida, ela jogava tudo, sabe? Então veio dali já; daí pouco tempo saiu dali; a irmã também não quis mais, porque era um mau exemplo pros outros lá.</p> <p>P: Eles tinham uma casa deles lá? Não. Lá tem várias casinhas; então a pessoa vem, ta com problemas de trabalho, não tem moradia, então a gente coloca ali até a pessoa se levantar, aí a irmã arrumou emprego, colocou as crianças na escola, na creche lá com ela, aí aquelas pessoas já estão inseridas na sociedade, aí já vai embora e dá o lugar para outro, então tem seis casas desse jeito. Ela morava porque a gente conseguiu uma casa; só que a pessoa pode ficar ali, a irmã R. deixa até um ano; só que em menos de três meses a Irmã R. não queria mais. Ela recebia homens na casa à noite, durante o dia e dormia o dia inteiro porque bebia; ela dormia o dia inteiro e as crianças ficavam tudo jogadas, aí as crianças não iam na creche; quando iam tinham costume de ver certas coisas erradas e passava para os outros.</p>	
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

5.4. Aproveitamento do adolescente e da família em relação aos serviços utilizados					
	<p>5.4.1. Promotora P: E como a Sra. vê o caso hoje, a vida do L., como ele está hoje? O L. também, assim como a mãe, tem altos e baixos e essa inconstância, eu diria que, na fase que nós o conhecemos, então ele tem tido fases de melhoras, fases boas e fases não boas. Há pouco tempo foi encaminhado pra um curso profissionalizante, não permaneceu nesse curso. Vejo que se deve a falta de apoio da mãe, pai eu nem sei, parece que nem tem a paternidade reconhecida. Mas a mãe, ela acha que fez sua parte, que eles conseguem decidir por si próprio, o que não é verdade, mas ela pensa isso e com isso ele tem fases se altos e baixos acompanhando a mãe. E, atualmente, o que nós temos de informação, não são assim boas, mas ele é um menino de possibilidade de melhorar de ser resgatado, agora, precisa de muito trabalho, de muito esforço e muito acompanhamento. Mas, ele tem qualidades, tem virtudes que precisam ser trabalhadas.</p>	<p>5.4.2 Conselheira Tutelar [...] e a gente convenceu ele a fazer um tratamento, passou por psicólogo, tudo, né, aí ele aceitou fazer o tratamento, e realmente o tratamento pra ele valeu, sabe, ele ficou muito bem, conseguiu sair das drogas, tudo, ele retornou pra casa não tendo muito apoio da família, dos irmãos, da mãe, tudo, que é uma desestruturação mesmo, né, ele tava querendo retornar pras drogas, ele tava lutando, lutando pra não entrar novamente nas drogas, aí a gente conseguiu que ele voltasse lá pro internamento local, porque lá tem um senhor que eles chamam de “padrinho”, né, e esse homem, ele dá muita força assim pro L., e agora ele tá aqui novamente, ele melhorou, agora ele tá aqui novamente, até agora eu não tenho ouvido falar nada (risos), espero que ele esteja bem. Ele foi encaminhado para um curso profissionalizante, de onde ele já ia sair com um emprego. E esse curso estava sendo custeado tudo pelo Fórum, e ele não pagava nada, ele tinha tudo, mas ele tava indo bem no começo, mas não sei o que aconteceu que ele começou a faltar, que a gente ficou sabendo, e aí quando a gente acordou que realmente ele tava faltando, ele perdeu o curso. Não tinha mais jeito de retornar. Agora o ano que vem a gente vai colocar ele novamente. P: E na escola? Ele chegou a estudar? Não, mas no ano que vem ele vai voltar a estudar. [...] teve um que fez o tratamento de 9 meses e ficou uma bênção. P: Qual deles? Foi, acho que, o M.[...] E ele retornou até querendo ser padre. Sei que ele estava super bem, mas ele chegou na casa dele e o que ele encontrou? Um ambiente em que</p>	<p>5.4.3 Psicóloga 1.4 Psicóloga [...] a gente fez alguns encaminhamentos pra ele de cursos profissionalizantes, o M., também foi internado em comunidade terapêutica o do meio, depois que ele saiu ele foi encaminhado pra curso profissionalizante, concluiu o curso, mas ele não conseguiu emprego em virtude da própria condição do alcoolismo dele, aí ele vivia sempre sujo, ele fez curso de confeitiro, então tinha condições de arrumar emprego. Surgiu emprego, mas ele não conseguiu ser encaixado em virtude da própria situação que tava vivendo do alcoolismo novamente. E hoje é preso, porque pratica pequenos furtos, atualmente está preso, né, em virtude da questão de dependência da droga, ele luta para manter o vício porque não tem trabalho. A escola também nós tivemos dificuldade de reingressá-lo na escola após a saída da comunidade. P: O M.? O M.! Ele foi...foi feito por intimação, por ordem judicial a gente conseguiu vaga pra ele na escola, freqüentou pouco tempo e já abandonou porque não conseguiu se inserir ali na escola pelas críticas, pelas conversas, a direção disse que não conseguiu trabalhar com ele muito bem. E o L. também da mesma forma, a gente teve dificuldade de colocar ele na escola, difícil a escola aceitar uma criança que tem problemas de comportamento e problemas com dependência também. Apesar que ele tem pouca idade, mas a escola não consegue entender isso, né, que ele precisa voltar, ser novamente inserido no ambiente escolar. P: E como ele está atualmente? Como está o caso? Olha, ele saiu da comunidade terapêutica tem pouco tempo, não sei mais ou menos a data correta pra mim te</p>	<p>5.4.4 Diretora escolar [...] então eu já conheço a l. já faz muitos anos, quando ela me vê, ela ama a gente, mas é assim, ela aprendeu muito e quem ajudou mesmo foi o pessoal da prefeitura porque eles deram emprego no “Ginásio”, eu nem sei se ela tá mais lá; um dia encontrei ela lá e ela veio correndo e disse: “agora eu trabalho aqui, eu sou funcionária”; “mas você passou no concurso?” “ainda não, mas eu tô trabalhando” “e as crianças?” “as crianças tão indo, mas tem uns que não têm jeito, eles vão ter que morrer”, ela falou para mim. “não l., não fala assim dos seus filhos” “Mas não tem mais jeito, eles estão todos perdidos, ou alguém vai matar ou eles vão morrer com alguma coisa”. Sabe, ela mesmo não acreditava nem nela e nem nas crianças. P: Quando foi isso que ela comentou com você? Quando ela conversou comigo acho que foi nos jogos do município, faz uns dois anos já. Depois dali e vi ela um dia só mas não conversei, na rua assim, longe, ela só abanou a mão para mim. Mas assim, eu vi que ela tava limpinha naquele dia, que ela não tinha mais aquele jeito, não estava alterada e ela costumava vir aqui alterada, cheirando bebida. [...] Foi assim, a gente lutava muito por ele, muitos tinham pena, sabe? Da situação dele, mas já tinha histórico de família, né? A mãe dele né? Teve muito problema. Eu conheço a mãe dele desde que veio para M.</p>	<p>5.4.5 Assistente Social P: Eles tem freqüentado esses cursos? Nós tivemos um índice de abandono muito grande de alguns adolescentes. Nós tínhamos vinte e três alunos nos dois cursos que nós estamos dando em M. Se nós tivermos quinze alunos hoje é muito, e são cursos todos pagos, eles não têm nenhuma despesa, desde vale transporte, o curso foi totalmente pago, material, tudo. Mas eles não ficaram. P: Quais são os motivos pelos quais eles acabam desistindo? Os que não foram são aqueles que a gente tem maiores problemas porque eles tem medida de prestação de serviço, acompanhamento em liberdade assistida. São os mais problemáticos mesmo nessa situação. Eles não conseguiram. Teve um que tivemos dois meses de curso, nem isso, e ele tinha oitenta e quatro faltas. A normativa do SENAI é sessenta faltas, ele teve vinte e quatro a mais, reprovou por falta. Foi bem nas provas, foi uma surpresa, mas, roubou lá quando chegou na segunda semana, roubou uma bolsa, mas continuou freqüentando. Com a gente nunca faltava. E eles não conseguem se adaptar a esse novo status deles lá. Por isso que eu falo que alguns dos motivos nós temos que repensar. E alguns mesmo que a gente não tinha contato, que foi encaminhado direto pelo Ministério Público que não quis fazer mesmo. Foi, participou um dia ou dois e são os históricos, aqueles que você tinha aqui no projeto, passou por aqui, passou pelo PETI, voltou. P: Diante de todo esse apoio, esses encaminhamentos, hoje como é que você vê essa família? Como que eles estão? R: Olha, eu não sei se foi pelo fato de ter dado muita coisa, de ter dado tudo e não ter pedido nada em troca,</p>

		<p>os irmãos dele não estavam bem. A casa dele era mal freqüentada, a mãe dele já estava começando a beber de novo, então, já estava vivendo um problema novamente, né.</p>	<p>falar, mas tem pouco tempo que ele saiu da comunidade, se manteve um tempo na sobriedade, aí ele deu uma pequena escorregada, aí ele ficou lá uns dias, a gente ligou, ele retornou, a comunidade aceitou que ele passasse uns dias lá,, né, aí ele foi lá e ficou uns 10 dias, aí ele conseguiu voltar, ta se mantendo na sobriedade, mas aí ele foi encaminhado pra um curso profissionalizante, desistiu do curso, retornou pra escola, mas depois não conseguiu permanecer na escola, a dificuldade de relacionamento na escola foi muito difícil, tudo que acontecia de errado era ele, né, então a gente não conseguiu que ele retornasse, ele ia ser encaminhado para o CEEBJA, porque ele veio da comunidade já com uma matrícula, ele poderia freqüentar o CEEBJA mesmo com a idade que ele tinha, 16 anos, fazer o supletivo, só que aí a mãe não o levou a se matricular no CEEBJA que seria em S., na cidade vizinha, e aí ficou na dependência dela, e ele não foi, e o Conselho também não foi, e ficou por isso mesmo, e daí ele perdeu o ano. Então eu diria assim, ele ficou sem assistência. A gente tentou encaminhar ele pra esse curso, freqüentou um tempo esse curso, e não conseguiu se manter no curso.</p>	<p>é uma família que é dependente da assistência até hoje. Mudou-se a administração e ela continua sendo usuária daqui. Por quê? Porque todo lugar que ela vai alguém auxilia e nunca pede nada em troca. A mãe foi capacitada pelo SENAC com curso de cozinha mas nunca foi atrás pra conseguir. A mãe não tinha essa capacitação, mas ela nunca arrumava um emprego nem se fosse de diarista, em nada. A mãe era também alcoólatra, e eu acredito que ela ainda faz uso de álcool. Então é uma família que ainda é usuária e ela não vai deixar de ser. Um irmão esta preso agora, o outro também foi possibilitado uma capacitação pra ele, que ele já tem dezenove, vinte anos, inclusive vai ser pai, foi pago curso pra ele também no SENAI e ele também não foi fazer. Então é uma família que eles não tem compromisso com eles mesmo, eles não querem se promoverem, não querem se qualificarem, não. Se tem um dinheirinho hoje é suficiente, se não tem vai lá, o filho mais velho mesmo é assim, vai lá faz um "servicinho" de pedreiro, agora com o sogro dele ou na roça alguma coisa, na lavoura, é o suficiente. Então eles não pensam em ter alguma coisa fixa, algum treinamento e não vai conseguir. Fala que vão atrás de emprego, mas eles não têm nenhuma capacitação, e quando se dá capacitação eles não vão fazer. Então, é um círculo, eles não fazem pra não ter que ir atrás e vão atrás e não tem a capacitação. Então fica nesse jogo, mas quando foi proporcionado eles não tiveram interesse. A mãe é a mesma coisa. A mãe não tem preocupação em nada. Agora em dezembro ela foi dispensada do emprego, com a mudança de administração, mas ela não foi atrás de mais nada. Ela já veio</p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>aqui atrás de alimento, já veio aqui pra ver se ela vai continuar sendo beneficiado nos programas que a gente tem. Participava dos programas de atendimento à família, mas acho que não vai mais porque a família não tem compromisso. Então, é uma família complicada, eles querem um benefício, mas não querem nenhum compromisso, nenhum retorno.</p> <p>P: O que você acha que faltou pra essa família, pra esse adolescente, pra essa mãe?</p> <p>R: Eu acho que o problema maior ali foi justamente com a mãe toda a desestrutura dela. Porque na época de maior crise dos meninos dos três filhos dela, foi a época em que ela mais fazia uso de álcool. Foi a época que ela vivia bêbada por aí, tinha uma vida totalmente desregrada, foi a época que os meninos mais precisavam dela e ela não soube dar o retorno, e foi a época que o L. deu mais problema pra gente, que ele não ficava em nem um projeto e nem outro. Olha, eu realmente não sei te dizer o que realmente faltou. Talvez um acompanhamento psicológico mais efetivo, um internamento da mãe na época certa pra tentar se desintoxicar, eu não sei, mas a mãe em si, ela sempre dependeu dos serviços públicos para sobreviver. Então, como se diz, é um processo histórico dela, faz parte da história dela, ela ser dependente da assistência, da saúde, de qualquer serviço público. Do Ministério Público porque lá ela também era ajudada. Até a gente achava que passavam muito a mão na cabeça dela, mas é a história dela. E os filhos que tinham a chance de romper esse círculo, essa história, na época que mais precisava, porque não adiantava a gente oferecer pra eles um projeto bom, com orientação psicológica, com orientação social, se chegavam em casa e</p>
--	--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

					<p>encontrava a mesma situação que eles tinham quando saíram. Então, não tinha um segmento. E quer queira quer não, o que conta mais pra uma criança não é o que as outras pessoas ajudam ou pensam, é o que a mãe faz, é a conduta dela, o exemplo dela. Então, eles tinham toda a estrutura durante o dia, na escola em um período, no projeto no outro, mas chegava em casa havia aquela ruptura, não tinha aquele segmento do trabalho que estava sendo feito. Eu acredito que o problema maior tenha sido a gente não ter trabalhado a mãe. Ter sido firme com ela pra que ela tentasse ter algum compromisso com a educação dos filhos que ela não teve. Ela jogava isso pra gente na assistência, pra escola na educação e pro Ministério Público quando eles cometiam assaltos. Então, não houve um compromisso dela nesse processo.</p>
--	--	--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO 9: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-SP
SEDE CAMPUS MONTE ALEGRE

Protocolo de Pesquisa nº 283/2008

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP

Orientador(a): Profa. Dra. Rosa Maria Stefanini de Macedo

Autor(a): Mariana Lugli

PARECER sobre o Protocolo de Pesquisa, em nível de Dissertação de Mestrado, intitulado *Garantia de direitos às crianças e adolescentes: um diálogo entre famílias e os sistemas amplos*

CONSIDERAÇÕES APROVADAS EM COLEGIADO

Em conformidade com os dispositivos da Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), em que os critérios da relevância social, da relação custo/benefício e da autonomia dos sujeitos da pesquisa pesquisados foram preenchidos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido permite ao sujeito compreender o significado, o alcance e os limites de sua participação nesta pesquisa.

A exposição do Projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo concluir que o trabalho tem uma linha metodológica bem definida, na base do qual será possível retirar conclusões consistentes e, portanto, válidas.

No entendimento do CEP da PUC-SP, o Projeto em questão não apresenta qualquer risco ou dano ao ser humano do ponto de vista ético.

CONCLUSÃO

Face ao parecer consubstanciado apensado ao Protocolo de Pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP – Sede Campus Monte Alegre, em Reunião Ordinária de 02/03/2009, **APROVOU** o Protocolo de Pesquisa nº 008/2009.

Cabe ao(s) pesquisador(es) elaborar e apresentar ao CEP da PUC-SP – Sede Campus Monte Alegre, os relatórios parcial e final sobre a pesquisa, conforme disposto na Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996, inciso IX.2, alínea “c”, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), bem como cumprir integralmente os comandos do referido texto legal e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS).

São Paulo, 02 de março de 2009.

Prof. Dr. Paulo-Edgar Almeida Resende
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)